

GENTE SEM RAÇA

208

Série 5.^a ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 234
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

ATALIBA VIANNA

GENTE SEM RAÇA

1944

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. Paulo — Rio de Janeiro — Bahia — Recife — Porto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
COORDENADORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
EM EXAME	
1 DATA	
28713	26/11/80

~~- 561 -~~
~~- 1955 -~~

Nº SISTEMA
189877
Nº REG AD

INEP: 4010
2510312012

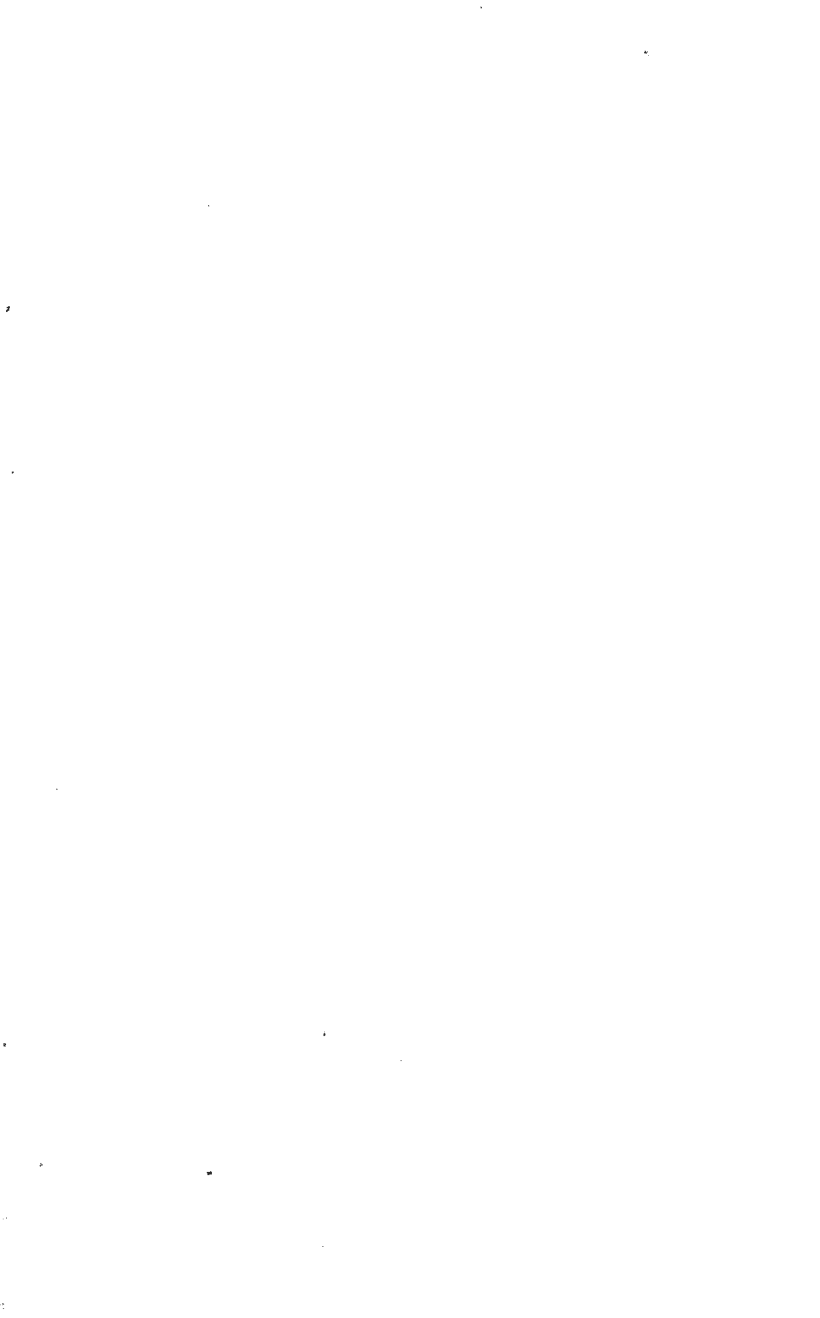
Nº COD BARRAS
204 308-30

Gente sem raça

CATARSE DO COMPLEXO DE INFERIORIDADE DE QUE É PRÊSA O BRASILEIRO.

RAÇA, SEU CONCEITO, ORIGEM HISTÓRICA, CRITÉRIOS DIFERENCIAIS.

A QUESTÃO DAS SUPERIORIDADES RACIAIS E APLICAÇÕES A NÓSSA GENTE.



*Dedico a meus Pais,
como ínfima amortização
de dívida irresgatável pelo
muito que fizeram para o
nada que sou.*

P R E F Á C I O

Foi na primeira infância que aprendi amar o Brasil. A devoção patriótica de meu Pai o entronizou, muito cedo, em meu coração. Raro o dia em que sua voz repassada de admiração, não fazia desfilar, diante dos olhos enlevados dos filhos, o cortejo dos vultos mais assinalados de seu tempo. Na evocação desses personagens sua cálida imaginação dourava-os com cores tão vivas, que nunca mais consegui prescindir delas em minhas concepções históricas. No reconhecimento dos episódios e comparsas de nosso passado, as imagens sobrevividas tiveram sempre que se subordinar aos modelos restaurados, ainda quando a inteligência lhes impunha revisão. Foi, certamente, êsse concurso da emoção na implantação de meu sentimento nacionalista que lhe assegurou perpetuidade, mau grado as vicissitudes contrárias que deparou. Até bem pouco, nos cotejos do Brasil com outros países, a meu entusiasmo, êle e suas cousas pareceram, sempre, os maiores e melhores do mundo.

Por muito tempo, meu patriotismo coincidiu com o conceito em que tinha nossa Terra. Se o sentimento, entretanto, estacou na puerícia, foi fatal a evolução das idéias em sentido inverso. Dia a dia, a realidade me punha em presença de fatos contra os quais lutava em vão, meu sentimento. O Brasil que a vivaz imaginação de meu Pai me pintava, não foi o que, pela vida em fora, encontrei nas crônicas de seus biógrafos. O pri-

meiro país do mundo de minha concepção juvenil, passou a ser nada mais que o latifúndio descoberto por acaso, e que, ao acaso, vingou os séculos. Pupilo de madrastra relapsa e cruel, crescido ao abandono, na companhia perniciososa de africanos boçais, de índios sanguinários e indolentes, de degredados e mulheres de má vida, teria forçosamente, que carregar por toda a existência, as taras congênicas e os maus hábitos de criação.

Que se poderia, com efeito, esperar de um povo que se constituiu do rebotalho humano? que cresceu no mundo sem leis da floresta e da senzala, sob a sugestão dos peores exemplos?

Na obra de arrefecimento de meu entusiasmo nada que calasse tão fundo como os confrontos de nosso País com outros; da capacidade de sua gente com a capacidade de outros povos. Meu orgulho de brasileiro, com tão profundas raízes, nem sempre conseguiu triunfar das insidiosas razões com que a crítica ouínoda e renitente esvurmava as inferioridades incuráveis de um povo malfadado.

Foi a mais pungente provação por por que passou minha fé no Brasil. Não era fácil à mais destra dialética levar a melhor nas acareações de nosso País com outros que, sob vários aspectos, apresentam sobre êle superioridades indiscutíveis. A própria excusa da idade, aceitável na explicação de nosso retardo, em relação às clássicas civilizações européias, não prevalecia quando figurava a América do Norte no outro térmo da comparação.

Foi sempre esta a carga mortal para o tiro de misericórdia nas veleidades "porque — me — ufanistas" dos recalitrantes.

Pelo que me tóca, confesso que o argumento foi de achatar.

Na verdade, um povo que encetou conosco sua vida soberana; que passou pelas mesmas contingências que nós, que, como nós, teve em sua formação o negro e o índio, levar-nos uma dianteira de dois séculos?...

Daí a aceitar o critério das diferenças raciais para explicar o contraste, ia um nada. Salvou-me da conclusão o sentimento de decôro humano. Se o amor próprio — não era outra cousa — amparou-me o sentimento, impedindo que se rendesse, sem condições, à conclusão inevitável — perdurou o conflito íntimo entre a convicção e a emoção. Compenetrado das falsas razões de minha fé, esforçava-me por manter atitude que não traísse o complexo de inferioridade de que era prêsa. Daí minha exagerada suscetibilidade e a intolerância com que recebia críticas às nossas cousas, inda que justas e de boa fé, principalmente quando tinha um estrangeiro por interlocutor.

Para recuperar minha tranquilidade, de duas uma: capitular ao reconhecimento de nossas inferioridades irremediáveis e curvar-me ao inevitável; ou enfrentar as increpações com a decisão intrépida de dar-lhes explicação compatível com nossa dignidade de povo.

Minha vocação patriótica impeliu-me, sem vacilações, para o segundo alvitre. O que muita gente aceita ainda hoje, com humilde resignação, soou sempre a meu sentimento de brasileiro como abjeção infamante. Sempre me repugnou admitir superioridades humanas em massa. Para onde quer que me voltasse, via de tudo: homens nobres e vis; fortes e débeis; inteligentes e estúpidos, como produtos humanos de seres que se acasalam. As diferenças que distinguia eram pessoais e adstritas às condições herdadas e ao meio. Sei que a indústria conseguiu fazer automóveis, aviões, navios, em séries, mas não me consta que o sistema haja sido es-

tendido ao homem. Nunca soube que as gerações humanas fossem planificadas, de sorte a ficar assegurada sua uniformidade. Ao contrário, o que a vida nos oferece são os cruzamentos ditados unicamente, pelas predileções pessoais, sem consideração a raças. Dessa liberdade pessoais na constituição das uniões sexuais teriam que, necessariamente, resultar indivíduos diferentes, em seus tipos físicos e psíquicos, como produtos de composições genéticas várias. Só em épocas prehistóricas, segundo a hipótese mais verossímil, teria sido possível o isolamento de povos por tempo suficiente para que as combinações genéticas se repetissem, de modo a realizarem a uniformidade humana que deu lugar ao aparecimento das raças. Daí para cá, nunca mais se reproduziram as condições então verificadas. As raças mais diversas se cruzaram em todos os sentidos, disso resultando não haver mais na terra povo algum de composição uniforme. Conseqüentemente, nenhuma coletividade humana poderá reivindicar para seu grupo peculiaridades que lhe sejam privativas. As qualidades humanas, boas ou más, são pessoais, condicionadas à natureza da herança recebida pelo indivíduo de seu procriador e à influência contingente dos fatores externos.

Além disso, nunca distingi diferenças radicais no comportamento das massas. Lobrigava entre elas diferenças de padrão cultural, mas via, do mesmo passo, que nenhuma se forrava aos impulsos humanos mais baixos, que geram rivalidades e desconfianças e impedem a perfeita compreensão entre os homens. Com diferenças quantitativas, era o que verificava em todos os cantos da terra. Na Inglaterra, na Alemanha, na França e na América do Norte, como aquí. Em maior grau que aquí. Entre nós, na verdade, ainda é possível rastrear na vida folgada que temos desfrutado, movimentos de

massa, extremos de interesse; de cunho, acentuadamente, idealista. Explosões emotivas cuja pureza poderá ser acompanhada desde a nascente. Nos países de economia desenvolvida, as conveniências de tal forma impregnaram os móveis humanos que, nas manifestações de aparência mais desinteressada, será sempre possível indigitar a escória utilitária, manejos negociastas, o dedo do capitalismo.

Não foi precisa forte contensão de espírito para que as vistosas superioridades raciais com que se enfeitavam os herdeiros presuntivos do sangue ariano, se transfigurassem em minhas mãos, em pechisbeques de latão com pedras d'água. Não resistiram à luz.

À medida que os deuses se foram precipitando do "eden" que construíram, para sua morada — no enfundado linguajar do Júpiter germânico — para o convívio dos homens, ia-lhes descobrindo todas as imperfeições que êles costumam apontar nos outros, como sinais de suas inferioridades.

Assim se desfez meu complexo.

Hoje, convalescido da descrença que me torturava, bendigo-a, pela oportunidade que me proporcionou de iluminar a fé cega que me infundiu meu Pai com a luz viva de inabalável convicção.

Com este livro viso a divulgar o processo de minha cura, como quem cumpre voto por graça recebida, pondo ao alcance de outros sofredores o remédio que o salvou.

São Paulo, 27 de maio de 1943.

ATALIBA VIANNA

ÍNDICE

I — A gênese de um complexo 21

1. Como se implanta, na consciência infantil, o complexo de inferioridade. 2. A consciência das massas e suas características. O nível mental das massas. Sua incapacidade psíquica para assimilar juízos complexos. Sua sensibilidade às impressões simples e objetivas. As massas não transigem em suas convicções; são radicais. Infensas à análise e propensas às simplificações. 3. A obra da crítica histórica na formação de complexo de inferioridade de que é presa o brasileiro. Infidelidades do historiador: erros de percepção; erros de tradição. A insinuação de penhores e prevenções. Requisites de originalidade. Nossa história desfigurada: Pedro I e a Marquês de Santos. O "crime contra o Paraguai". 4. Os métodos correntes na crítica histórica. Confrontos entre cousas heterogêneas. O mecanismo mental do povo. As pesquisas de petróleo. Ainda, Domitília de Castro. A mentalidade das massas foi sempre a mesma. Hoje, como em 1789.

II — Nosso patriotismo, como emoção 51

1. A influência perniciosa das críticas depreciativas. O patriotismo do brasileiro, em suas formas *estática* e *radiante* — segundo Batista Pereira. Os desembarços da crítica indígena. 2. A extrema suscetibilidade do brasileiro, na opinião de um estrangeiro. Porque somos nativistas. Nosso amor à Terra. 3. A condição do brasileiro não foi para nós um "dois dos céus" mas obra de desmedidos esforços. Entradas e bandeiras. Quem nasce no Brasil, é brasileiro. 4. O sentimento de patriotismo sobre novas bases. Da fé cega ao patriotismo conciente. O exemplo dos soviets. 5. Revelação do Brasil. A obra dos detratores. Nossos males crônicos.

III — Atavismos — Regressões — Estigmas 74

1. O vêzo da filiação de nossos males a causas remotas. Gilberto Freire, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha. 2. A sucessão biológica. A personalidade social. *Comportamento* e mentalidade. Influência do meio na conformação da personalidade. 3. A distinção entre o *hereditário* e o *adquirido* na formação da personalidade, apresenta, em muitos casos, dificuldades insuperáveis. O exemplo dos gêmeos idênticos. Uma definição de atavismo. 4. Leviandades de Gilberto Freire, Azevedo Amaral e Paulo Prado.

IV — Os caracteres adquiridos não se transmitem, hereditariamente 83

1. Os fatores hereditários são impermeáveis às aquisições do *soma*. O homem pode melhorar ou piorar, sob a influência das impressões que o afetem, durante a vida, mas essas acessões se extinguem com ele, não se transmitem aos descendentes — sejam elas boas ou más. 2. As teorias de Lamarck estão desacreditadas e a transmissibilidade dos caracteres adquiridos constitui uma tentativa para sua reabilitação científica. O sr. Gilberto Freire continua, apesar disso, *lamarquista*... As experiências de Pavlov e Mac Dougall são o falso ponto de apoio de sua fé. 3. Conclusões precipitadas. A reiteração do *comportamento* humano em estádios sucessivos explica-se pelo aproveitamento da tradição no esforço de adaptação a condições similares. A influência do meio. A função do meio na criação de hábitos sexuais. O sr. Gilberto Freire continua na berlinda... 4. A personalidade social do homem. Os males do brasileiro são transitórios e remediáveis. "O Brasil está nos cueiros". Dentro de cada um de nós o homem da cidade convive com o sertanejo.

V — Nossos males são humanos 98

1. Nosso temperamento sexual. O exclusivismo amoroso. O ciúme, a subalternidade da mulher são consequências, no passado, da escassez da fêmea. 2. Se no passado, os impulsos sexuais se exaltavam pela falta da mulher, hoje, mantêm sua tensão, como reação dos imperativos orgânicos à

intolerância da moral. 3. Fatores do sexualismo: o cromosômico e o endócrino. A lição de Gregório Marañon. 4. O caciquismo, o nepotismo, o filhotismo, o cabotinismo, que já existiam, ao tempo de Saint-Hilaire, perduram, ainda hoje, por força de condições propícias. Nítidos fenômenos de massa. 5. As massas são egoístas: não têm impulsos superiores, espontâneos. O comportamento delas está em função direta das injunções exteriores. O *homem-massa* e o *homem seléto*, segundo Ortega y Gasset.

VI — Não há no Brasil males incuráveis 117

1. Maus hábitos da infância ainda nos perseguem. 2. Nossas decantadas inferioridades orgânicas são todas elas, suscetíveis de cura. "Os males de cruzamento são males da fome e da miséria". 3. No âmago do complexo de inferioridade do brasileiro. As baboseiras raciais. A responsabilidade de nossos intelectuais na formação desse complexo. Os *fans* de Gobineau. Também o sr. Oliveira Vianna acredita na superioridade racial do *ariano*... 4. A mestiçagem com as raças de cor é mal remoto da Europa mediterrânea e atual, de todos os países americanos, — a America do Norte, inclusive.

VII — As diversidades humanas e a raça ... 126

1. As possibilidades genéticas da concepção são infinitas. Os indivíduos são todos diferentes entre eles. 2. A raça existe. Os contrastes entre os tipos raciais extremos. O reconhecimento do *mestiço*. 3. Origem histórica presumível das raças. A concepção corrente, exposta por Vidal de la Blache. *Símile* contemporâneo da gênese das raças, que apresentam as famílias em que se repetem os casamentos consanguíneos. A dispersão das raças. As circunstâncias que presidiram à formação primitiva das raças não se reproduziram. Além dos obstáculos geográficos, os escrúpulos religiosos favoreceram as diferenças. 4. Os cruzamentos em grande escala e as fusões raciais. Não existe raça pura. Raça e nação são conceitos diversos. O povo britânico não constitui uma raça. A heterogeneidade racial alemã confessada por seus próprios apóstolos: Hitler, em "Minha Luta"; Walter Darré, na "Raça — Nova nobreza do sangue e do solo".

VIII — O problema das classificações raciais 140

1. Opiniões extremas: os que negam formalmente, a existência da *raça*, como entidade, e os que ligam sua existência à classificação dos homens em superiores e inferiores. Escolhos com que defrontam as classificações. 2. As espécies animais e os critérios de classificação delas. Não existe critério algum absoluto para a diferenciação das espécies. Os critérios preconizados para a classificação das espécies não se aplicam às raças humanas. A prova do cruzamento. Valor eugênico do *mestiço*. 3. Definição de *raça*. O critério racial tem que ser *estatístico*. Para as classificações raciais os caracteres devem ser tomados em conjunto e não, isoladamente. A frequência dos caracteres no grupo é que autoriza sua classificação.

IX — O critério dos padrões clássicos raciais não leva a conclusão 149

1. O critério corrente dos padrões raciais clássicos incorre no vício lógico da petição de princípio. Sugestão inaceitável do sr. Oliveira Vianna. 2. A única solução é a da determinação das raças, abstraíndo-se de padrões. 3. Como funciona a lei dos grandes números.

X — As concepções estática e dinâmica da raça 157

1. A semelhança entre o ascendente e o descendente. A teoria cromosômica e seus opositores. Os cromosomas são os portadores de quase todos os caracteres humanos. 2. A imutabilidade dos caracteres hereditários é relativa. Uma hipótese de T. H. Morgan. Os racistas são partidários da intangibilidade dos caracteres raciais. Não existe atributo humano algum, absoluta e definitivamente, inalterável. *Mutação*. Ações do meio. Hormônios e vitaminas. 3. A tendência moderna é a de se considerar a raça em seu caráter dinâmico. Uma definição de Hankins sob essa luz. No próprio racismo há prosélitos que procuram acomodar suas concepções ao conceito dinâmico da raça. 4. Os caracteres hereditários são, a um tempo, constantes e variáveis. Naquilo

em que persistem, é que está o traço diferencial da raça. 5. Mas, onde residirá o *quid* diferenciador?

XI — Caracteres diferenciais das raças 173

1. O critério dos padrões raciais clássicos é falso. O índice cefálico, como sinal específico. As razões que lhe deram a preferência. Em que consiste esse critério. 2. As esperanças que o racismo depositava na *dolicocefalia* absoluta dos teutões. Mas o sonho durou pouco... 3. Insistindo no repúdio dos padrões raciais clássicos. O papel representado pela observação nas identificações raciais. 4. A preeminência dos caracteres anatómicos exteriores. Os caracteres fisiológicos e psíquicos. O critério dos grupos sanguíneos. Outra decepção dos deuses: não existem raças com o mesmo tipo sanguíneo, de modo absoluto. 5. Não é indiscutível que o critério biológico dos tipos sanguíneos tenha aplicações raciais. 6. O critério dos tipos constitucionais. Sua crítica.

XII — Superioridades raciais 193

1. Superioridades raciais absolutas. A opinião do *Führer*. 2. Como desenvolvem os partidários da superioridade racial, o tema. Revelações nazistas: Garibaldi, Dante, Napoleão eram nórdicos. Jesus-Cristo não era filho de semitas, mas de colonos arianos. 3. O mito ariano. De afinidades lingüística à concepção da raça. *Abyssus abyssum*... 4. Racismo de segunda plana: o *galicismo*, o *eslavismo*, o *anglo-saxonismo*. 5. O orgulho racial britânico.

XIII — O racismo alemão e seus doutrinadores 212

1. Chamberlain foi um dos precursores da superioridade teutônica. Gobineau fala pela boca de Adolfo Hitler. Chamberlain, Merckenschlager, Vacher de Lapouge — repetidores de Gobineau. 2. O oportunismo doutrinário do racismo germânico. Na opinião de Alfredo Rosenberg, o racismo é o "mito do século XX". Fora o Cristianismo! Abaixo a ciência!...

XIV — Superioridades raciais absolutas 222

1. Para que houvesse raças superiores, de modo absoluto, a outras, seria mister existissem raças puras. A mestiçagem teutônica confessada por

todos os maiores do credo nazista. 2. A superioridade racial *absoluta*. Relatividade das qualidades humanas. O simplismo nos julgamentos é próprio dos ignorantes. 3. Correspondência entre a morfologia e a psicologia humanas. "Gordos y flacos", de Gregório Maraçon. A classificação biotipológica de Kretschmer. A subordinação do caráter à estrutura orgânica. Os atributos hereditários não são imutáveis. As ações harmônicas. O sexo. Os indivíduos não se forram às leis biológicas.

XV — Diferenças relativas entre as raças ... 249

1. São perceptíveis as diferenças que separam as raças extremas, como o branco e o negro. Raça e Nação. 2. Critério estatístico na diferenciação das raças. As ações biológicas. 3. Dificuldades práticas de confrontos qualitativos entre as raças. É impossível distinguir, nas coletividades, aquilo que o homem herda dos antepassados que lhe acresce o meio. O ínfimo nível mental das massas. Seus impulsos egoísticos. Desigualdades de condição.

XVI — Nosso lugar no mundo 262

1. Somos, racialmente, miscegenados como todos os povos do mundo. Em parte alguma e, notadamente, na América, se encontram raças puras. Nenhum país americano reuniu condições para formar raça extrema. Entre todos os povos, somos ainda dos menos misturados. 2. O "bode expiatório" na ciência médica e na terapêutica. O bode expiatório nas ciências sociais. Um répto. Não temos porque renegar nossos antepassados. 3. O critério corrente para o julgamento dos povos é o tirado do volume de suas realizações. Nós e a América do Norte. Não poderiam chegar aos mesmos resultados povos que estiveram sujeitos a influências diversas. A vocação industrial do colono americano. A natureza de suas culturas prediletas. O *farmer* sulista e o patriarca da "casa grande" no Brasil. A anttese do sulista americano — o homem do Norte. Mentalidades diferentes ditadas por condições diferentes. Fatores que, no desenvolvimento americano, decidiram de seu destino industrial: a natureza da cultura agrícola preponderante; o pendor industrial dos emigrados; os mercados; a acumulação de capitais; as grandes imigrações; as vias de comunicações naturais. Enquanto que na América, tudo facilitava a vo-

cação industrial do colono, Portugal mandava arrasar nossas fábricas para não perder a presa. Enquanto a Inglaterra facilitava a instrução, nossos avós lusitanos destruíam as bibliotecas e encarceravam os literatos. Afinidades entre o *farmer* sulista e nosso fazendeiro. 4. O *homem do Norte americano*. Condições que propiciaram seu aparecimento. O "ganhador de dinheiro" "sem escrúpulos". A caça ao dinheiro. Exploração impiedosa do trabalho humano. 5. O capitalismo não faz boa aliança com a terra. Sua aliada — a indústria. A formação das grandes fortunas. O poder do ouro. O crescimento assombroso da população americana. O critério do *dólar* para estimação de todos os empreendimentos humanos. 6. O liberalismo inglês e a tirania portuguesa. Nossa capacidade cívica começou com a independência; a dos Estados Unidos, quase dois séculos antes. Os entraves do capitalismo a nossa iniciação industrial. Métodos do capitalismo. O capitalista e o capitalismo. Nossa meta.

I

A GÊNESE DE UM COMPLEXO

1. Como se implanta, na consciência infantil, o complexo de inferioridade. 2. A consciência das massas e suas características. O nível mental das massas. Sua incapacidade psíquica para assimilar juízos complexos. Sua sensibilidade às impressões simples e objetivas. As massas não transigem em suas convicções; são radicais. Infensas à análise e propensas às simplificações. 3. A obra da crítica histórica na formação de complexo de inferioridade de que é prêsá o brasileiro. Infidelidades do historiador: erros de percepção; erros de tradição. A insinuação de pendores e prevenções. Requitantes de originalidade. Nossa história desfigurada: Pedro I e a Marquessa de Santos. O "crime contra o Paraguai". 4. Os métodos correntes na crítica histórica. Confrontos entre cousas heterogêneas. O mecanismo mental do povo. As pesquisas de petróleo. Ainda, Domitília de Castro. A mentalidade das massas foi sempre a mesma. Hoje, como em 1789.

1. E' na infância que se modela o caráter do homem. Condições orgânicas e psíquicas concorrem, na alvorada da vida, para que se implantem na consciência impressões indeléveis: a extrema sensibilidade de uma câmara *in albis* e a inexistência de antecedentes psíquicos, capazes de contrariarem percepções novas. O bom e o mau, o nobre e o torpe soam aos ouvidos castos da criança, como golpes de escopro na matéria plástica.

Uma pancada infeliz, e lá se foi a obra. Uma atitude inconveniente, um exemplo pernicioso, uma palavra leviana, e é uma tendência má, uma perversão que se perpetua na alma da criança. Não é por outra razão que psicólogos e antropologistas procuram perquirir o sentido dos atos da vida adulta na nebulosa infantil que lhe precedeu. O heroísmo e a pusilanimidade; a lealdade e a dobrez; a sobranceira e a timidez; a credulidade e a suspicácia têm aí suas raízes. Se a escultura sacrificada por um êrro, pode ser substituída — a aberração, o desvio, o vício, impressos na alma infantil, são irreparáveis. A história psíquica do homem tem na infância seu preâmbulo. As manifestações dispersas da vida psíquica não são estados independentes, com significação autônoma, mas partes integrantes de unidade inseparável. As expressões da vida variam na idade adulta, apenas, para revestirem forma adequada a esse estágio da evolução, mas, em substância, não diferem dos estados psíquicos da infância. As diferenças entre uns e outros incidem sobre a "forma externa", "a verbalização das manifestações da alma, isto é, o fenomenal; mas os fundamentos, o objetivo, o ritmo e a dinâmica, tudo o que inclina a vida para a meta, permanece invariável". (1)

Baseado nas observações especializadas que fez, diz Alfredo Adler que, se o adulto manifesta, por exemplo, caráter desconfiado e apreensivo, será fácil verificar que, na infância, foi êle agitado pelos mesmos desassossegos, embora com expressão infantil e mais fáceis de ser observadas. Porisso preconiza, com o método para conhecimento do caráter formado, a anamnese da infância. Com esse critério, afirma haver desvendado a infância de muitos homens, sem qualquer confidência. As pas-

(1) Alfredo Adler — "Conocimiento del hombre" Edição "Zig-zag", pag. 10.

sagens da infância conservadas por um adulto, habilitam-nos a conhecer-lhe as *fraquezas*. Difícilmente se altera o caráter alí forjado. As modificações que, em circunstâncias várias da vida, o adulto manifesta, não interessam seu caráter; “a vida da alma continua assente sobre a mesma base; o homem nos apresenta idêntica linha de movimento e nos permite surpreender nas duas idades, a infância e a maturidade — o mesmo objetivo. (2)

Nos primeiros anos da vida, as comoções predis põem o espírito a fixações e complexos, que urdem “a trama do psiquismo inconciente” (3). Uma impressão que seria indiferente ao adulto, ressôa nesse período da existência, como trauma afetivo, que transtorna a alma infantil e nela estabelece, de modo permanente, seu domínio. Um incidente insignificante da vida infunde na criança a impressão de haver sido preterida ou menosprezada, por exemplo. Aí poderá estar o germe de aberração psíquica, que a perseguirá, como a sombra, pela vida além. E’ assim que, num adulto apreensivo e ciumento, surpreende Adler a pertinaz reminiscência de passagem de sua infância em que se teria ressentido da atitude curial da mãe, deixando-o no chão, para tomar nos braços irmão mais novo. A suspeita pueril sobreviveu na maturidade, sob a forma de ciúmes violentos e infundados do adulto por sua noiva. Diverso na aparência, o sentimento conservava, entretanto, o mesmo tom do trauma infantil.

2. A consciência das massas mantém uma impressionante semelhança com a da criança. Seu nível é dos mais baixos. Sua homogeneidade, que nos permite isolá-la, como entidade diversa das consciências individuais,

(2) Alfredo Adler, na obra citada, à pagina 11.

(3) Franco da Rocha — “O pansexualismo na doutrina de Freud”, à pagina 23.

é obtida à custa das superioridades pessoais. A sociedade nivela os homens, amputando-lhes as características. Nas massas os homens se aproximam pelo que têm de comum: as expressões mais elementares da vida; as mais baixas. As cordilheiras se comunicam com as planícies pelas faldas. O nível mental e moral das massas — diz André Joussain — “não é inferior somente ao dos homens mais eminentes da coletividade, mas mesmo ao dos homens que constituem nela, a maioria, tomados individualmente”. (4)

E’ inevitável” — aduz êle, em outra passagem — que todas as superioridades de espírito e de coração se anulem, reciprocamente, nas massas, onde os indivíduos não se podem entender e reagir de concerto, senão por suas partes mais inferiores, que são também, as mais comuns: as operações mais complicadas da inteligência não poderiam ser praticadas por todos, simultaneamente, nem do mesmo modo, ao passo que as mais simples podem sê-lo. Pode-se conseguir que um grande número de homens execute, ao mesmo tempo, o mesmo movimento, como, por exemplo, o de levantarem o braço, à voz de comando; mas se exigirmos deles uma série de movimentos muito complexos e com grande precisão, teremos que renunciar aos movimentos de conjunto e deixar que cada um os pratique, a seu tempo, que escolha seus meios e saia das dificuldades, como puder. Não se poderia exigir de uma centena de homens capazes de desfazer um nó górdio, que se desobrigassem, do mesmo modo. Ora, formar opinião sobre assuntos complexos, como problemas políticos e econômicos, financeiros e sociais, é, na verdade, desfazer um nó górdio, e não é possível conseguí-lo, a não ser por uma série de reflexões de natureza pessoal. Desse modo, nas massas, como nas

(4) André Joussain — “Psychologie des masses”, à pagina 14.

multidões, predominarão as noções mais sumárias e os instintos mais primitivos: o que há de mecânico ou instintivo em nossas funções mentais ou afetivas, prevalecerá, sobre o pensamento e a atividade, refletidos e voluntários. A associação das idéias desempenhará papel mais importante que o raciocínio; a imaginação espontânea, que a imaginação raciocinada e construtiva; a fé cega, que o espírito crítico; a emoção e a paixão, que o domínio próprio". (5)

As massas são nìmiamente sensíveis às impressões. Privadas de capacidade crítica, elas procedem mais pela sugestão das imagens que pelo discernimento. Sem independência psíquica, vivem pelas mãos dos escóis; porisso, são crédulas, em extremo, simplistas, emotivas e predispostas à adoção de mentalidades crônicas. Para que nelas se implante impressão tenaz, basta que lha apresentem com ilustrações objetivas.

Incapazes de grandes lucubrações, de raciocínios extensos, são, particularmente, suscetíveis aos apoftégmas, às parábolas, aos ditos sentenciosos. Diz-lhes mais um aforismo ou u'a máxima, que a análise circunstanciada, a crítica desenvolvida, a exposição minudente. O espírito simplista da massa predispõem-na a acolher, sem maior exame, os conceitos unilaterais, os juízos incompletos, as sínteses imperfeitas. Basta que se lhe faça ver uma saliência do fato para que, suggestionada pela realidade aparente do que percebe, prescindida dos aspectos múltiplos que lhe escapam e que, se entrassem na elaboração de seu juízo, teriam, forçosamente, alterado a noção formada. Acolhido o modo de ver, não admite a massa meias medidas, verdades relativas, juízos condicionados. Ser ou não ser, é seu dilema.

(5) André Joussain — obr. cit., à pagina 15.

“A incapacidade para considerar mais de uma idéia, de cada vez”, diz Joussain — “já se revela no gênero de teatro e de romance que agrada às massas. Para o maior numero, o herói deve ser sem fraquezas. Sua generosidade, sua bondade, sua grandeza d’alma, seu devotamento não comportam as limitações que o instinto egoístico de conservação lhe impõe na vida real. Pelas mesmas razões, o traidor deve ser tão negro quanto possível. O retrato do jesuíta Rodin, no *Judeu Errante*, de Eugênio Süe é, sob este aspecto, um triunfo, entre muitos outros. Os romances que gosam do favor popular, se conformam, em geral, a esta regra. Os tipos devem ser, de uma peça única. O prestígio durável dos romances de Alexandre Dumas, é um bom testemunho disso. Vitor Hugo que, por tantos traços de seu gênio, é tão profundamente popular, pratica, também, voluntariamente, êste idealismo simplificador. O bispo Myriel, Jean Valjean, Javert, nos *Miseráveis*; Gauvain, Cimourdain, o Marquês de Lautenac, no *Noventa e Três*, assim como Torquemada, o drama que traz seu nome, são tipos idealizados em que o que há de original em cada uma das personagens, é concebido em toda a perfeição de que é suscetível, como se uma idéia platônica se individualizasse e se incarnasse nele. O próprio público letrado, ainda que mais culto, permanece simplista, sob muitos aspectos. Êle se parece com esses espíritos medíocres, que, consagrando-se a uma ordem única de estudos, fazem os maiores esforços já não digo para neles brilharem, mas para fazerem figura, e que não podem conceber possa um homem ser eminente em várias especialidades. Para êles, revelar várias formas de talento, é prova de não ter talento para cousa alguma” (6).

(6) André Joussain, ob cit., às paginas 28 e 29.

Uma outra prova da incapacidade das massas para encarar várias idéias, simultâneamente, revela-se na tendência freqüente em se atribuir aos acontecimentos complexos não um conjunto de causas, mas uma causa única. Dir-se-á, por exemplo, que a revolução francesa de 1789 teve como causa, o déficit financeiro ou a miséria do povo. Também por isso é que, em uma crise econômica o consumidor imputa, de bom grado, a carestia da vida e as crises às manobras dos assambarcadores ou à ganancia dos varejistas" (7).

A incapacidade das massas para levarem em linha de conta, em suas decisões, pormenores dos fatos; sua repulsa a condições que estabeleceriam modalidades intermediárias — tornam-nas, particularmente, sugestionáveis aos juízos incisivos que, com uma frase, qualificam situações complexas, consagram individualidades ou as votam à abjeção. A uniformização dos modos de encarar os problemas comuns que preocupam um povo, revela o prestígio dos raciocínios simplificadores. A propósito de qualquer questão nacional, qualquer cidadão de poucas letras, sente-se habilitado a opinar de modo peremptório, e o juízo de um, é o juízo de todos. Em vão, tentará a crítica judiciosa pôr a limpo os vícios de raciocínio que conduzem a certos conceitos difundidos entre a massa. Ela não arredará pé, por mais persuasivos que sejam os argumentos em contrário.

"Na formação das lendas, ao mesmo tempo que a falta de espírito crítico, a tendência para simplificar as cousas, própria da mentalidade das multidões, se faz sentir: os acontecimentos se reduzem a alguns fatos salientes e os móveis dos que deles participaram, a sentimentos simples. A revolução francesa se reduz a dois traços: o povo padeceu, durante séculos, na escravidão e a revolução o libertou. A imaginação do presente ou

(7) André Joussain, ob. cit., às pags. 38 e 39.

do futuro apresenta os mesmos caracteres. Nos primeiros séculos do império romano, os cristãos eram acusados de incesto porque se osculavam, chamando-se *irmãos*; viam-se neles incendiários porque anunciavam que o fim do mundo estava próximo e que o mundo pereceria pelo fogo. Na idade média, o rumor público acusava os judeus de Paris de sacrificarem todos os anos, na quinta-feira santa, uma criança cristã, transposição para o presente, da versão de que o povo judeu crucificara Jesus Cristo. Por esta maneira de simplificar as coisas, conformando-as com seus sentimentos e as aspirações do momento, as massas e as multidões tendem a viver num sonho. Elas transportam, como o poeta, suas emoções e imagens, mas crêem, do mesmo passo, na realidade do que imaginam” (8).

2. Com insinuações simples e, aparentemente verossímeis, é que o pessimismo estéril, desde os albores de nossa independência, vem insuflando na alma cândida do povo os peores conceitos sobre sua capacidade e o futuro de nossa Terra. A confusão étnica, cuja verificação está ao alcance de todo o mundo; o relativo atraso industrial do País, que o simplismo conclue de seu confronto com malungos seus; a debilidade orgânica do homem, presumida, em geral, de nossa pequena estatura, e muitas outras jaças que a crítica parcial rastreia, à força de repetidas, vêm calando, profundamente, no espírito do brasileiro, predispondo-o ao desalento, à incredulidade e ao ceticismo. Nosso atraso material e cívico, os achaques incuráveis de nosso povo, sua decomposição moral, a indolência crônica do brasileiro são o *memento* com que o suspeito patriotismo dessa gente insiste em nos despertar do êxtase de nossa fé no Brasil. Não houve, até hoje, desvão de nosso território, recesso de sua história, faceta de nosso caráter que escapasse

(8) André Joussain: — As páginas 70 e 71.

ao estigma de sua maldição. Prêsa de complexo de inferioridade que ajudaram a propagar, acabaram êles próprios por acreditar no que difundiram e, meros espectadores do Brasil, desfigurado por sua vesânia — patciam-no para que ninguém os tome pela claque ignára que o aplaude. Fornecedores de clientela requintada, a que apraz o escatológico, a seu faro apurado não escapa o pútrido, onde quer que se oculte. Se a história depõe, sem reservas, em favor do Brasil, haverá sempre um recanto velado onde deparem o estercorário o pestífero, o nauseabundo.

Por mais minucioso que seja o conhecimento do espírito humano sôbre qualquer fato, não se dá o homem por satisfeito, enquanto não o qualifica sob o ponto de vista da utilidade que lhe presta ou de sua conformidade com o sistema de vida que adotou. O bom e o mau são o critério último, na apreciação dos fatos e das cousas. Não existindo fatos simples, mas constituídos de elementos múltiplos de índole vária, a visão sintética deles, sob o critério apontado, terá que ser dada de acôrdo com os caracteres preponderantes, por seu número ou importância deles, pois muitos acidentes não valem uma qualidade relevante, para a qualificação. O julgamento dos fatos envolve, pois, necessariamente, a abstração dos caracteres subalternos. Daí serem sempre, relativos os juízos humanos. Quando então, se trata de fatos históricos, as dificuldades de julgamento assumem proporções quasi insuperáveis, pois que, sendo êles os mais complexos de todos, a síntese que precede a seu julgamento, corre o grande risco de desprezar circunstâncias que, se fossem consideradas, poderiam contribuir para conceito diferente do formado. Por outro lado, o crítico histórico jamais poderá fiar-se na fidelidade da tradição, que lhe depõe sob os olhos, o material sôbre

que deverá opinar. A tradição histórica está exposta, como qualquer testemunho humano, a infidelidades na percepção dos fatos, como a vícios de transmissão. Quem, no passado, registou o fato, poderia haver sido vítima de erro de percepção. Ao transmiti-lo, poderia haver, igualmente, errado. Para isso, além do erro, de todo involuntário, não é impossível a insinuação de pendores ou de prevenções que concorram para a desfiguração da verdade. E' sobre esse material suspeito que trabalha o crítico histórico. Se não o socorrer senso lógico; se não fôr prudente na seleção dos fatos; se lhe faltar imparcialidade — ajuntará novos erros às inexatidões dos antecessores. A história é uma seara de inverdades. Não será por outro motivo que a linguagem popular chama *história* à versão mendaz dos fatos.

No Brasil é infinito o número dos que traem sua convicção por motivos pessoais, entre os quais avulta a preocupação da originalidade. A opinião corrente está orientada em determinado sentido. Ninguém dissente da versão comum. O excêntrico, entretanto, não quer participar da opinião em vóga. Para ser *diferente*, monta em um incidente secundário e, como se cavalgasse o Pégaso mitológico, dá asas à imaginação, descortinando aos olhos de seus leitores uma visão inédita das coisas. Ninguém duvida da existência de Napoleão. O século 18 está cheio de suas façanhas; o mundo ainda conserva as cicatrizes de suas batalhas. O original, porém, faz *tabula rasa* de tudo e sustenta, por a + b, que Napoleão é um mito.

Ha quase dois mil anos, celebra a humanidade as glórias de Jesus Cristo. Ninguém pensou, jamais, em negar sua existência. Razão ponderosa para que suscite sua dúvida o homem da caixinha de surpresas.

Uma nuga insignificante, um pormenor desprezível do qual ninguém, jamais, cogitou extrair conseqüências sérias, para o ilusionista histórico constitue manancial

inesgotável. Da cartola de Pedro I; das mangas rendadas de José Bonifácio; do colo da Marquiza de Santos seu passe de mágica retira aos olhos atônitos da platéia, um punhado de conseqüências que, se fossem reais, inverteriam os polos do mundo.

O original, o extraordinário, o fantasmagórico, o absurdo fazem jus a melhor acolhimento das massas que o normal, o plausível, o verosímil. E então, se a nova estupefaciente satisfaz ansêio recôndito do subconciente, sua aceitação é segura. Foi assim que vimos, há pouco, propalada a versão de que Hitler teria sucumbido a um atentado e que o sobrevivente era um sósia seu. Não obstante o alvoroço com que receberam a nova os milhões de inimigos do execrado caudilho teve ela pouco tempo de vida, porque os fatos posteriores se encarregaram de desmentí-la. Essa revisão do fato, que foi possível com desmentido coevo, será sempre imperfeita, em relação a sucessos antigos de que foram comparsas personagens desaparecidos. Daí, ter a imaginação mãos livres para urdir as mais fantásticas versões dos fatos históricos. Para isso lhe ministra a tradição a matéria prima: o fio dourado com que se tecem as consagrações; e o negro com que se amortalam reputações.

Com pormenores de cuja exação histórica ninguém se pode fiar, por sua insignificância, foi que a história de sensação arrastou pela rua da amargura o pundonor, a honra e a dignidade de Pedro I e com êle o decôro do Brasil, no acidentado lance histórico que lhe coube por azar, na vida do Império. Surpreendido pelas crônicas do tempo, nos braços de uma cortesã, os rasgos mais impressionantes da vida do primeiro imperador; suas atitudes mais explícitas foram interpretadas à luz mortífera das alcovas palacianas.

A independência do Brasil, que culminou no brado com que Pedro I desafiou, intímorato, a ira das Côrtes,

a molequeira histórica averbou nos anais de nossa vida, como méro incidente de aventura amorosa, que o teria levado aos braços de Domitília de Castro. E para que, na trama do ultraje, não faltasse o fecal, o episódio culminante da libertação foi capitulado entre a aventura galante do príncipe e uma descarga abdominal, que a pituitária sensível dos noveleiros, um século após, conseguiu ainda fariscar, nos campos do Ipiranga.

A bisbilhotice frívola, escutando às portas da vida íntima do grande Bragança, colheu aí incidente corriqueiro na crônica das mais austeras monarquias do mundo para com êle encher o primeiro império e votar à abjeção uma existência consagrada, integralmente, às grandes causas de nossa Pátria. Os jograis que metem a riso a figura, sob todos os títulos, venerável de Pedro I, absorvidos pelas intrigas íntimas, não tiveram olhos para contemplá-lo, na majestade de sua gloriosa vida pública. Se, ao envés de estudarem a história da Regência, em função das relações de seu principal protagonista com Domitília de Castro, o houvessem acompanhado na vida ostensiva, teriam fixado do ínelito Bragança, o mesmo perfil que lhe traçou Heitor Moniz: “A história de Pedro I” — diz — “é a história de um herói. Morto aos 36 anos, deixa uma biografia que vale uma epopéia. Existência tumultuosa, incerta, irregular, está repleta de grandes rasgos de bravura, de generosidade, de abnegação, que avultam o seu perfil e agigantam a sua personalidade.

À côroa da sua glória nada faltou. Foi negado. Foi caluniado. Sofreu a injustiça e a ingratitude dos homens. Viu insurgir-se contra êle dois povos a que déra a liberdade, duas nações por quem afrontara os perigos, desafiando a morte, dois países que arrancara do regime absoluto para garantí-los com duas constituições liberais.

Com os seus defeitos e as suas falhas, dom Pedro era nobre e era grande. Aceitou os revéses com o estoicismo dos fortes. Habituará-se a receber as agressões com “a mesma desdenhosa indiferença” com que acolhia os aplausos. O seu idealismo levava-o à convicção da superioridade. Que mais queria êle que uma consciência sã a dizer-lhe que estava cumprindo o seu dever e que, mais tarde ou mais cedo, acima das paixões do momento, viria a reparação da justiça e a sua memória seria abençoada?

O seu temperamento pode-se classificar de impulsivo. Teria sido, mesmo, como dizem, um nevrótico. Mas em que isso o desabona? Impulsivo para correr aos campos das lutas, animando, em pessoa, as suas tropas, com o exemplo da bravura individual. Impulsivo para chamar o povo, que o aclamara seu defensor perpétuo, à independência ou à morte, porque sem uma, seria preferível a outra. Impulsivo para desembainhar a espada e ir, êle mesmo, defender o trono dos seus maiores contra a usurpação da ilegalidade posta a serviço da tirania. E em mistura com tantos gestos de impulsivo, quantos rasgos de desprendimento, de magnanimidade e de elevação de caráter! A sinceridade, o cavalheirismo, a elegância moral das atitudes gritavam em cada ato desse moço de sentimentos tão dignos, a quem a natureza, na frase de Lafaiete, destinara “a ser num e noutra hemisfério o herói da libertação de dois povos” (9).

D. Pedro é o campeão de nossa independência. O “fico” não foi, como supõe muita gente, um gesto espectacular do Regente, ávido de popularidade, mas o desfecho público de intensa preparação. Inteirado pelo insolente “ditador” das Côrtes do que lhe poderia custar a desobediência às suas ordens, entre a imposição e o desejo ardente de alforriar o Brasil, debateram-se suas preo-

(9) O Brasil de Ontem e de Hoje — Heitor Moniz, às paginas 35 e 36.

cupações. Antecipando de um século métodos políticos, que estão hoje consagrados, na arte de governar — manobrou com habilidade sem par, a vontade do Rei, e quem manifestava os mais decididos propósitos de acatar a resolução das Côrtes, do mesmo passo que deixava transparecer o receio de esbarrar com a opposição popular. Tudo lhe servia de pretêxto para procrastinar a determinação do Reino. O parto iminente da princesa foi sua última evasiva. Sentindo, porém, que se esgotavam as justificativas que lhe permitiram contemporarizar, passou a insinuar a seus familiares a necessidade de fomentarem a sedição popular. Quando sentiu que a opinião pública do Brasil o dispensava da humilhante condição de moço de recados do pai — anunciou, então, sua heróica resolução de resistir-lhe, antes que se consumasse a ameaça da expedição militar que já se apresentava contra os pruridos de independência da Colônia.

O impecável desprendimento do Príncipe, que a maledicência, a cada passo, põe em quarentena, afirmou-se inequívoco em todas suas atitudes. Ao prestar juramento de Imperador, no ambiente eletrizado que o cercava, onde a mínima reserva sua na ratificação incondicional da independência poderia ferir-lhe de morte, o prestígio — sua altivez não se rendeu, ainda assim, de olhos vendados, à discrição da Constituinte: “Juro” — disse — “defender a Constituição que está para ser feita, *se fôr digna do Brasil e de mim*”. E porque entendesse, mais tarde, que a assembléa fôra perjura, não trepidou em dissolvê-la. Despedindo o gabinete que incorrera em sua desconfiança e emprazado pelo povo a reconduzirá-lo, resistiu: “Dígam ao povo que recebi a representação; que o ministério não merecia a minha confiança e que do atual farei o que entender; que sou constitucional e marcharei com a Constituição; e que

hei de defender os meus direitos garantidos pela Constituição, ainda a custa de todos os meus bens e do sacrifício da minha pessoa” (10).

Insistindo o povo, não arredou pé: “O mesmo ministério, de forma alguma; isto seria contra a Constituição e contra a minha honra. Antes abdicar..., antes a morte!...” (11).

É na trajetória retilínea de uma vida assim, que a malignidade sinuosa lobrigou manejos de oportunismo pessoal, duplicidade e traição. E o de admirar é que à turba dos lapidadores de Pedro I, aderissem historiadores sérios, como Manoel Bomfim. Assombra o desabrimento com que, em sua celebrada obra, “O Brasil”, desanca a dinastia bragantina, arrastando em sua degradação, a honra do Brasil e as mais legítimas glórias do ciclo imperial. A guerra do Paraguai é, em seu entender, “o crime contra o Paraguai”. Ao grande Pedro II êle argúe a culpa de se haver servido da corrupção “para reinar como poder incontrastável”; de haver sistematizado “os processos corrosivos dos caracteres”; e de ter presidido e conduzido “toda a subsequente degradação da vida pública, em liberalismo vasio e insincera legalidade” (12).

O desassombrado desprendimento do primeiro Imperador, sacrificando, em holocáusto a convicções pessoais, uma a uma, todas as vantagens que lhe adviriam da popularidade, até o supremo sacrifício do trono, não arrefeceu a campanha de seus detratores. A resistência às Côrtes constituía, nos primeiros momentos, uma temeridade. Assediado pelo povo que, aos brados de independência, lhe pedia assumisse o comando da grande

(10) e (11) Heitor Moniz, ob. cit., às páginas 43 e 44.

(12) Manoel Bomfim, à página 255.

peleja, José Bonifácio declinou da honra pelos riscos que acarretava.

Ao par das disposições do Pai e de seu poderio, prevendo a que extremos iria o Reino para reter a mais preciosa gema de seu diadema, a pique de escapar-lhe — foi que Pedro I se prestou ao papel dúplice, em que seus inexoráveis inimigos indigitam manobras da traição à causa do Brasil. É, entretanto, curial que, se êle pretendesse custodiar o Brasil para a Côroa, poderia contemporizar; mas não insuflaria, ao mesmo tempo, os partidários da independência para que advogassem junto às representações das províncias sua permanência, pois açulando o movimento, só poderia criar obstáculos aos desígnios ocultos, que porventura, afagasse. De sua dubiedade transparece, ao contrário do que a maledicência lobrigha, a prudência do estadista arguto, que procurava dissipar as suspeitas das Côrtes sobre sua lealdade, para proporcionar aos libertadores indígenas a trégua com que puderam se organizar, eficientemente, contra o escravagismo reinol. A atitude do Príncipe inspirou, entretanto, à vesânia anti-bragantina de Manoel Bomfim, estas palavras mordentes:

“Com a partida de D. João VI, fechou-se o primeiro ato da farsa, que veio ser a Independência do Brasil, registrando, o mais interessado no embuste, um excelente resultado: achou-se senhor do país, livre para arranjar uma independência em que se garantisse. Recoahçamos, porém, que a situação ainda lhe era muito difícil, porque, agora, tudo dependia de embair os brasileiros, captando-lhes a confiança, para que o aceitassem e lhe dessem o Brasil. Desde o começo êle appareceu ligado à soldadesca, ao mesmo tempo, constitucionalista, votada às Côrtes, inimigas do Brasil, e turbulenta. Ora, bastava isto para indispor-lo com os patriotas brasileiros,

e confundí-lo com os peores adversários da causa nacional" (13).

E em outro tópico: "Pedro I é julgado e conhecido, em geral, pelo que facilmente aparecia dos seus gestos; ora, nessa criatura, a exterioridade era justamente o oposto das efetivas qualidades de caráter. Não há dúvida de que, em toda esta aventura êle se portou como aventureiro — no sentido pejorativo da expressão, pois, que no fundo, êle não era, nem a natureza românticamente aventureira, a buscar o imprevisto pelo amor dos riscos, nem o fidalgo cavalheiresco, aceitando as aventuras pelo prazer da empresa. Pelo contrário, era o político calculista, se bem que curto, pois que Bragança; o trameiro aliviado de toda sinceridade, e, com isto, desleal, insidioso, corruptor... Mentindo, cavando, traindo... sempre que tanto lhe convinha aos planos, Mesmo sem tomar em consideração o como êle tangeu daqui o lorpa do pai — soltando-lhe em cima a tropa comprada para o constitucionalismo — só o aprumo com que êle se houve nos dez primeiros mêses, de poder, entre o ostensivo anti-brasileirismo da soldadesca, e as aspirações independentistas dos brasileiros; só isto o eleva, com destaque, na galeria do que Maquiavél consagra — mestres em "ingannos" (14).

Não podendo negar atos inequívocos de seu pendor libertário, a conjura armada contra sua glória, atribuiu-os a desígnios mesquinhos: o ódio às Côrtes e o propósito de agradar os brasileiros para que lhe "dessem o Brasil".

"Chegamos assim, ao termo do segundo ato da farça" — articula o capcioso libelo de Bomfim, contra o Príncipe — "cujo final é o próprio "fico", estendido

(13) Manoel Bomfim — ob. cit., à página 161.

(14) Manoel Bomfim, ob. cit., às páginas 161 e 162.

até o afastamento da divisão auxiliadora que, na sua fanfarronice brutal e soez, irritava e amesquinhava os nacionais. Eram êstes soldados os representantes directos e ostensivos das pretensões das Côrtes, que tão estupidamente ameaçavam o Brasil de redomínio. Isto, mais do que tudo, tornava a soldadesca lusitana insuportável aos brasileiros. O Príncipe bem o comprehendeu, e não hesitou em optar contra ela, isto é, contra as Côrtes. O verdadeiro e concreto inimigo das Côrtes eram os Braganças, principalmente, D. Pedro, cuja mocidade se traduzia forçosamente em rebeldia contra quem vinha podar-lhe os poderes. Por isso mesmo, a sua roda, desde o tempo do conde dos Arcos, forçava a nota, apontando as Côrtes como intransigentes inimigos do Brasil, empenhadas em recolonizá-lo. Nada mais natural, por conseguinte, do que a confiança com que o ingênuo Brasil se entregava a um defensor graduado" (15).

Quanto veneno em tão curto espaço!

Afastando a divisão auxiliadora, "que, na sua fanfarronice brutal e soez, irritava e amesquinhava os nacionais" — não praticou D. Pedro ato de leal solidariedade aos agravados, mas de hostilidade às Côrtes... Convencendo os brasileiros de que as Côrtes "que tão estupidamente ameaçavam o Brasil de redomínio", eram seus "intransigentes inimigos", não visava d. Pedro servir à causa do Brasil, proclamando verdade que seu próprio acusador reconhece, mas aqular os nacionais contra elas, porque ameaçavam "podar-lhe os poderes"!...

A constituinte não representava qualquer perigo para D. Pedro. "Vindos de todas as correntes políticas — desde Silva Lisboa até Martiniano de Alencar e Custódio Dias — diz Bomfim — "os deputados tim-

(15) Manoel Bomfim, ob. cit., à página 164.

braram sempre em mostrar-se adesos da monarquia com a dinastia adotada, e intransigentes propugnadores da ordem" (16). Não havia por que temê-los Pedro I. De conclave solidário com a política do trono, não era de se esperar obra que lhe contrariasse os propósitos. E, de fato, não saiu. O projeto de constituição que os deputados elaboraram, era idêntico, na substância, ao que, em substituição, saiu das mãos dos delegados de Pedro I. Do cotejo entre um e outro, para estabelecer essa paridade, Manoel Bomfim rastreia apenas, diferenças secundárias; nenhuma disposição de que se pudesse vislumbrar o propósito de amarrar o Brasil ao Reino. A conclusão forçosa que da dissolução se deveria extrair, seria pois, que o Imperador consumou o golpe por amor a princípios — a posição da Cisplatina na União, a soma de poderes do trono e a faculdade de cingir com a do Brasil, a corôa de Portugal. Mas a prevenção vislumbrou nesse ato, plano de sujeição do Brasil ao Reino, não obstante a independência proclamada sem restrições.

Antes de receber o golpe mortal do Príncipe, a constituinte era, no entender dos Bomfins, uma senzala do *bragantismo*; José Bonifácio, moço de recados do Reino, em cujo "regaço" se criara (16). Quando, porém, tiveram que apurar a responsabilidade do Imperador, seus membros foram sagrados como mártires da prepotência imperial. José Bonifácio, o execrado louvaminheiro de Maria I, "após o esquartejamento de Tiradentes", foi exaltado à posição de "única figura a impor-se ao respeito dos brasileiros" (17). Por processos semelhantes foi que transformaram nossa epopéia máxima, em inominável "crime contra o Paraguai".

(16) e (17) Manoel Bomfim — ob. cit., às páginas 169, 170 e 172.

A volúpia com que Manoel Bomfim profliga a atitude do Brasil, na conjura de que o acusa, contra nosso ótimo vizinho de hoje, dá u'a mostra do desembaraço com que se permitem historiadores nossos ventilar questões que, quando tivessem o caráter que lhes atribuem, deveriam ser dissimuladas, pelo menos, em respeito ao decôro nacional.

“Toda essa história, lóbrega...coxeante, desinteressante” — diz êle, referindo-se à política do Império, nas preliminares da Guerra — “só é lembrada porque nos dá o espelho mesmo da estúpida derreada e sinistra política imperial do Prata. As antigas colônias de Castela traziam a trágica herança das fações caudilhescas, e o Brasil, *explorando ignominiosamente*, essa triste condição, foi uma terrível agravante nas lutas internas do Prata, sobretudo, no Uruguai, por intermédio dos Colorados. Já vimos que era dos Blancos a maioria da opinião nacional; mas, unidos os seus adversários com o Governo Imperial, não podia haver paz interna. Por si mesma, a Nação Uruguaia elegia um representante do partido guerreado pelo Brasil, e não tardava que Flores, assistido, já agora, por Argentinos e Brasileiros (governo), viesse dar com o presidente eleito por terra. Foi assim até 1863 quando o Governo Imperial entendeu abater definitivamente os Blancos. O momento pareceu propício pois que dominavam agora, na Argentina, os mitristas, antigos aliados do governo de S. Cristóvão, na guerra contra Rosas. Governava Montevideú, Aguirre, blanco, que sucedera normalmente a Gabriel Pereira, e era tido com o adversário, não só pelo Governo Imperial, como pelos mitristas, que haviam combatido contra os Blancos de Oribe. Sem gente e sem dinheiro, lá estava em Buenos Aires Venâncio Flores, tão desprevenido para o caso, quando o atiraram a per-

turbar a paz da sua terra, que só encontrou para a aventura quatro soldados. Nesse mesmo tempo, em grande aparato, é mandado ao Uruguai o já respeitado liberal Saraiva, incumbido pelo Governo Imperial de pedir contas das antiquíssimas reclamações (1842-45) dos estancieiros ex-brasileiros, partidários dos Colorados. Era, pois, uma alegação caduca, mas não havia outro motivo utilizável, e o grande liberal lá vai com ela e um *ultimatum* formal, tendo-às ordens, para demonstrar as razões do Império, uma esquadra sob os bordados de Tamandaré e um exército com Mena Barreto, Ozório e o que havia de mais aguerrido nas cochilhas rio-grandenses, Paisandú, Montevidéu... são os passos dessa campanha. Saraiva, Paranhos, Otaviano Rosa... foram as habilidades diplomáticas para a obra, em que, finalmente, abateram os Blancos. Nominalmente vencêra-os Flores, que entrou em campanha com os seus quatro soldados, logo depois de entregue o *ultimatum* de Saraiva; e venceu prontamente, porque o Governo Imperial já não sentia necessidade de mascarar a sua política. E foi nesse momento impropício, que Solano Lopez ousou encetar o imperial poder, e o afrontou, oferecendo-se como mediano, entre o Brasil e o governo legal do Uruguai.

Nada mais justo e mais legítimo, em face de todos os direitos; mas o Imperial poder não pôde suportar tal atitude, e decidiu castigar inexoravelmente a quem parecia querer pedir-lhe contas da sua política platina.

Para alcançar toda a extensão do crime contra o Paraguai, é indispensável buscar a história dessa República, desde os seus primeiros dias, porque é a história de uma constante aproximação do Brasil, através de confessada amizade e que foi até à aliança.

Dadas as suas condições de formação — Jesuitas, Missões, e com o radicado facciosismo dos platinos, e as

suas tendências particularistas, o Paraguai decidiu, desde logo (1812), ficar independente da Republica Argentina. Governava-o, já, o ditador Frância, de origem brasileira e que, em vista das pretensões dos Platinos se isolou completamente deles, isolando-se, quase, do mundo, visto que o Prata é a saída possível para os paraguaios. E foi assim que o dr. Frância se aproximou diplomaticamente do Brasil. Era como uma aliança implícita: militares brasileiros iam instruir as tropas do Supremo senhor do Paraguai, traçar as fortalezas, até que com o sucessor de Frância foi uma aliança explícita, se bem que de caráter defensivo. O Govêrno do Brasil aceitou a amizade do Paraguai, e correspondeu a ela, prestando os já assinalados serviços; o Paraguai valia como uma fortaleza no flanco da Argentina, com quem o Govêrno Imperial teve de lutar. Nestas condições, a amizade de toda uma vida continuou, mesmo depois de desaparecido Frância. Mas aconteceu que Lopez não tinha sangue brasileiro, e o Paraguai de 1860, próspero, organizado rigidamente, bem disciplinado, fora das cogitações do caudilhismo, era uma potência. Foi justamente quando o Govêrno Imperial, já desembaraçado de Rosas, e confiante nos mitristas, entendeu ser senhor ostensivo nas águas do Paraguai, ao ponto de querer do Govêrno de Lopes (o velho) aquilo mesmo que, no Amazonas, êle negava aos ribeirinhos superiores. Sem mais hesitações, o Govêrno do Rio de Janeiro fez aplicar ao Paraguai os processos correntes de intriga politica, usados por êle nos outros países platinos, e Lopez teve de dar os passaportes ao ministro brasileiro, censurando-o em nota official — de fazer intrigas contra o seu govêrno. Nesse tempo, já o imperialismo brasileiro fazia questão de obter a livre navegação no baixo Paraguai. Dado o caso dos passaportes, foi mandado a Assunção o pleni-

potenciário Ferreira, comandando uma esquadra, a pedir satisfação da ofensa" (18).

E por aí vai Manoel Bomfim, em sua afamada obra histórica, a esvurmar as insídias de nossa trama contra a soberania do Paraguai.

Batista Pereira, em memorável conferência que proferiu em 1928, na Faculdade de Direito de São Paulo, deu o brado de protesto contra essa tendência perfilhada por Bomfim. Topando, a cada passo, com a versão caluniosa da Guerra do Paraguai, segundo a qual nos caberiam todas as culpas do lamentável embate, compulsou os autores mais severos, perquiriu documentos, não lóbrigando em todo o material de que se serviu, vislumbre de fundamento na pérfida acusação.

Afonso Celso escreveu para a juventude, "O Porque me ufano do meu País" — um poema sôbre os encantos de nossa Terra. Não lhe perdoaram a candura. Com o título do seu livro compuseram um móte escarninho — *o porque me ufanismo* para zombar dos ardores do patriotismo indígena.

4. Estamos ainda por ver escritor brasileiro dos a quem, com maior propriedade, possa caber o título, que não se tenha de penitenciar de maus juízos sôbre o Brasil.

Características que constituem modos de ser de nossa gente; hábitos, tendências, atitudes, que exteriorizam particularidades apreciáveis de nosso caráter; sentimentos que refletem a resistência da têmpera brasileira a inovações que lhe violentam a índole — não são apreciados como expressões locais, como peculiaridades nossas. O patriotismo *sui generis* reduz tudo ao denominador comum do estalão europeu ou americano, para conferir ao que é nosso, valor nulo. Nos cotejos de

(18) Manoel Bomfim — ob. cit., às páginas 255, 256 e seguintes.

que abusam os inquisidores do Brasil, a lógica é pros-erita; o bom senso, refugado.

Eles não se dão ao trabalho de escolher termos homólogos para suas comparações. Os dons mais heterogêneos são conferidos. As diferenças de índole, de idade, de condições mesológicas, não são levadas em linha de conta. Do século e pouco de vida livre do Brasil, exigem o mesmo saldo de realizações com que se encerram os balanços milenares das nações, mais pro-pectas em anos. Nossa índole compassiva contras-tam-na com a severidade de outros povos, como graus diversos do mesmo atributo; a credulidade do brasileiro, sua boa fé, a despreocupação — indícios de atrazo. Nossa música, a arte brasileira, os hábitos de nosso povo — sobrevivências da senzala. Se vivemos como bra-sileiros, somos infensos ao progresso; se nos inspiramos no estrangeiro — *macaqueamos*. As mazélas, os males, os vícios que impregnam nosso caráter não têm simi-lares em parte alguma. O que medra alhures, no Bra-sil está fadado ao malôgro, pois se além cai em terra feraz, aquí, fenece entre abrolhos. O que acolá é cuida-do por mãos diligentes, se estiola aquí, entre cabindas, chavantes e degredados reinóis. Para essa gente, a infe-rioridade do brasileiro é mal sem remédio. Suas coimas, seus vícios, seus achaques são hereditários. A falta de instrução de nossas massas, o ínfimo padrão de vida dos trabalhadores, as árduas contingências do meio em que labutam não são levadas em linha de conta, no valor negativo que lhes conferem. A indolência do brasi-leiro, sua inutilidade não estão na dependência de fato-res ocasionais, a que a instrução, a higiene, o amparo técnico consigam obviar. São males mortais. Com a enxadinha de palmo e meio, a terra indócil ou agressiva, o tempo inconstante e mau, a voracidade infernal do

cupim, da saúva, do curuquerê; as insídias do mercado, a rapacidade dos intermediários; não dispondo de outros conselhos para sua faina agrícola, além dos que a experiência pessoal lhe ministrou, à custa de decepções, malogros e penúria; escorchado nas doenças periódicas da prole múltipla pelo médico, pelo armazém, pela farmácia — com todas essas adversidades mobilizadas contra seu esforço, não compreendem os críticos bem nutridos por que não possa o caboclo se ombrear com os camponeses de outras plagas, amparados que são pela assistência onímoda das organizações públicas e privadas; congregados em associações eficientes de assistência, que lhes fornecem a semente selecionada, proporcionam-lhe crédito, vendem-lhe, a prazo, os instrumentos mecânicos multiplicadores do trabalho, orientam-no sobre o tempo, provêem-no de recursos contra as pragas, assistem-no nas doenças, nos acidentes, no infortúnio...

As massas são incapazes de juízos próprios sôbre idéias abstratas, como são as de pátria, raça, nação e outras que demandam reflexão. Seus conceitos a propósito, procedem sempre, do que ouvem e vêem. Daí, a ação decisiva dos escóis em sua formação mental. Elas assimilam noções completas. Não descem à análise dos conceitos que acolhem. Uma explicação verossímil aventada para a solução de problema complexo, tem todas as probabilidades de se impôr à massa, como verdade inconeussa, desde que consiga pôr em funcionamento o mecanismo mental de sua predileção. Um raciocínio simples e diréto, fundado em aparência tangível, é, incondicionalmente, acolhido, sejam quais forem os vícios lógicos do processo mental que a tome por tema.

A crença justificada na opulência do subsólo do Brasil, impõe a certeza de grandes mananciais petrolíferos em nosso território. Todos os países que convizinhos com o nosso, têm o ouro negro. Desta verificação

ao corolário de que o Brasil não poderá constituir exceção, é um passo. O Governo anunciou aos quatro ventos, haver encetado a pesquisa do petróleo e, em ocasiões várias, deu notícias promissoras do empreendimento. Aquí e acolá o líquido precioso irrompeu. Os indícios descortinaram um mundo de esperanças. Mas sobre a animadora promessa desabou, de novo, o silêncio. Por isso, a suspeita de que o petróleo não aparece porque o Governo o sonega. Nesta altura do raciocínio interfere um *desses papões* internacionais, que completa a conclusão: o monopólio americano, empenhado em vedar o acesso ao mercado de um concorrente de sua produção. Está completo o processo mental. Não haverá, desde então, crítica que logre insinuar-se através das muralhas de aço de seus termos. Em torno dele girarão, de futuro, todos os argumentos atinentes à questão. Embalde replicará o bom senso que seria uma inépcia política emprender o Governo, com grande publicidade, as pesquisas do petróleo, se era intuito seu fazer o jôgo das companhias americanas. Mais sensato seria não dar passo, ou não fazer vaticínios animadores, que, malogrados, fariam recrudescer as suspeitas da manobra. Em vão, redargüiu a experiência que as jazidas encontradas têm produção mínima; que para a meia dúzia de sondas, que nossos recursos permitem manter aquí — milhares delas funcionaram na América do Norte, sem grandes resultados iniciais. Será inútil retorquir à suspeita que não há aparelhos de absoluta segurança, para a prospecção e que, muito antes que a pesquisa dê com o manancial, estouram as magras verbas consignadas à exploração. Não adianta mostrar que, antes do Governo, particulares encetaram com capitais levantados por subscrição pública, trabalhos de pesquisa. Diretamente, interessados no resultado final; a salvo, — é de supôr-se — da influência dos abantesmas que fariam

euca ao Govêrno, não nos consta que hajam sido mais felizes que êle. Mas o argumento não abalará a conjectura popular — o Govêrno não acha o petrôleo porque não quer.

Pedro I deixou-se perder de amores por Domitília de Castro. Fascinado pela formosura da amada, dispensou-lhe honras, conferiu-lhe e a seus protegidos dignidades que davam a entender não ser pequeno seu prestígio junto ao Príncipe. Esta verificação porém, não implicava em que D. Pedro abdicasse de suas prerrogativas de imperador em favor de sua amada. Amor sim, mas negócios à parte... O raciocínio simplista, entretanto, não esteve por isso. Transformou a fascinação em submissão. D. Pedro era um bonifrate nas mãos caprichosas da beldade paulista. Ela e o *Chalaca* orientavam o Império.

O Paraguai é um país infinitamente menor em superfície e em população, que o Brasil. A versão de que êle haja sido vítima imbele do imperialismo brasileiro, encontra nesse cotejo seu ponto de apoio. Contra essa aparência não vale replicar que o exército do Paraguai era muito superior ao nosso; que nossa paciência transbordou com as sucessivas provocações. As massas continuarão a pensar que a culpa total do lamentável embate recai sobre o Brasil.

O que se passa com nosso povo, é o que se passa com os demais povos civilizados. As massas humanas poderão diferenciar-se em seus processos mentais, mas apenas quantitativamente. Seu mecanismo mental percorre os mesmos trâmites. É precisamente essa uniformidade de comportamento que permite o isolamento da massa, como entidade diversa dos indivíduos. É claro que, quando falamos de massas, temos em vista os agrupamentos numerosos, sujeitos às mesmas influências,

ligados pela contigüidade territorial, pela afinidade de sentimentos, de lingua, de costumes, de objetivos como são, por exemplo, os indivíduos constituídos em nação. Essas coletividades comportam subgrupos vários que se discriminam pelas atividades profissionais, políticas, culturais, religiosas, etc. Nestas categorias os indivíduos se compreendem e comunicam por princípios e regras peculiares a cada uma delas e que não são as mesmas que regem as massas, na accepção em que as tomamos. As variedades de classes e grupos que, em sua totalidade, compõem as massas, não escapam à mentalidade nelas dominantes, pois, já dissemos que, como elementos integrantes delas, os indivíduos e grupos sofrem uma *diminutio capitis* em suas mentalidades para se poderem acomodar ao nível mental comum, muito inferior ao dos indivíduos tomados *de per si*. Em face das mesmas circunstâncias, sob injunções de contingências análogas, as massas reagem da mesma forma. Daí ser possível prever o comportamento delas e reconhecer nas atitudes das que nos são contemporâneas, semelhanças com as reações de outras que, no passado, estiveram sob o domínio de influências da mesma natureza.

Nas massas — diz Joussain — o instinto prevalece sôbre a reflexão; o mecanismo mental, sôbre a inteligência. Se elas são incapazes de raciocínios complexos, assimilam, fâcilmente, argumentações simples, baseadas em associações de idéias. “Tais associações são, muitas vezes, irracionais: procedem menos da comparação objetiva das cousas, que da identidade dos sentimentos que estas sugerem. Durante o império romano, os cristãos eram considerados ateus porque se recusavam a admitir os deuses do paganismo e empregavam contra êles, seus oráculos e prodígios, os argumentos dos ateus livres pensadores.

Acoimávam-nos de cínicos por causa de sua austeridade, dos elogios que faziam do celibato, de suas declamações contra o século e do desprezo pela morte. Em compensação, não eram confundidos com os estóicos, apesar das analogias profundas das duas doutrinas porque os estóicos respeitavam a religião popular. As idéias são associadas por semelhança, apenas enquanto despertam as paixões. Semelhantemente, durante a revolução, a maior parte dos camponeses tinha prevenções contra a república, porque a palavra se tornara sinônima de perseguição religiosa. O anseio de liberdade de culto inclinava à saudade da monarquia: desejava-se o rei para se recuperarem os padres, as procissões e os sinos e pelo horror à religião republicana. Assim, as idéias de república e perseguição, de monarquia e de liberdade se associam por contigüidade, mas sempre, sob a influência do desejo.

A associação das idéias opera de modo tão pouco racional, que produz, por vezes, com ajuda da má fé, singulares absurdos.

Ela pode ir até a completa inversão dos fatos. Um ano depois da manifestação de 6 de fevereiro de 1934 que explodiu na praça da Concórdia, ao grito de “abaixo os ladrões!” em protesto à gigantesca rapinagem de Stavisky, favorecida pelos poderes públicos, e contra a impunidade dos culpados, assegurada pelos ministros radical-socialistas e franco-maçons, interessados em salvar os membros de seus partidos comprometidos no negócio, — pôde-se lêr em cartazes ou em jornais muito avançados que apoiavam as ligas patrióticas e os partidos nacionais, a curiosa expressão: “os ladrões de 6 de fevereiro”, aplicada àqueles partidos e ligas, o que redundava em se imputar o crime aos próprios que exigiam sua punição. É raro que o embuste da associação

de idéias vá tão longe; mas a tática de inverter os papéis, sob a influência da paixão e da má fé, é de uso corrente. Foi assim que, nas jornadas de outubro de 1789, um dos assaltadores do castelo de Versalhes, havendo sido morto pela imprudência de um de seus cúmplices, por um tiro de fusil, êstes se apoderaram de seu corpo e o exhibiram à multidão, gritando que êle havia sido assassinado por um soldado do corpo da guarda de Luiz XVI. Dizer-se ameaçado, quando se persegue, clamar contra os conspiradores, quando se faz parte do grupo deles, chamar assassinos, os que são assassinados ou cuja perdição se deseja, foram processos correntemente empregados na Revolução e ainda hoje em voga" (19).

(19) André Joussain — ob. cit., às páginas 89 e seguintes.

II

NOSSO PATRIOTISMO, COMO EMOÇÃO

1. A influência perniciosa das críticas depreciativas. O patriotismo brasileiro, em suas formas *estática* e *radiante* — segundo Batista Pereira. Os desembaraços da crítica indígena. 2. A extrema suscetibilidade do brasileiro, na opinião de um estrangeiro. Porque somos nativistas. Nosso amor à Terra. 3. A condição de brasileiro não foi para nós um “dom dos céus” mas obra de desmedidos esforços. Entradas e bandeiras. Quem nasce no Brasil, é brasileiro. 4. O sentimento de patriotismo sobre novas bases. Da fé cega ao patriotismo conciente. O exemplo dos *soviets*. 5. Revelação do Brasil. A obra dos detratores. Nossos males crônicos.

1. Em vista da suscetibilidade das massas aos raciocínios simples, ainda que viciosos, não poderíamos esperar que o brasileiro se mantivesse imune às influências da crítica histórica dominante, de longa data, entre nós.

“O brasileiro não conhece o orgulho de o ser” — diz Batista Pereira. “Nasceu ouvindo desdenhar dos antepassados. Herdou, sem examinar-lhe a prescrição imemorial, a prevenção com que o brasileiro colonial olhava a metrópole: a hostilidade do íncola contra o *pé de chumbo*, o *mascate*, o *marinheiro*. Saindo do terreno da vida para o da ciência, aceitou sem verificação,

axiomas firmados em doutrinas ainda conjecturais. Maldisse o malôgro de Mauricio de Nassau: "ah! se tivéssemos sido colonizados pelos holandezes"! Convenceu-se, sincera e fundamente, de que é inferior o tipo brasileiro. E dêsse princípio tirou a dedução de que o Brasil é um país perdido" (1).

Os conceitos que o brasileiro forma de sua Pátria e de sua gente são inspirados nas versões correntes, propagadas pelos escóis. Êle admira ou condena, ama ou detesta, acolhe ou repudia segundo o que lhe ciciam os que o dirigem mentalmente.

Ouvindo, a cada passo, referências depreciativas de seu País, alusões que o diminuem, não era possível esperar-se grande firmeza em suas convicções patrióticas.

Não é preciso grande esforço para que se rastreie na influência da literatura pessimista, a causa fundamental, senão única, da insegurança com que o brasileiro, nas épocas normais, custa a acolher as sugestões tendentes a lhe demonstrarem a razão do orgulho de o ser.

São ainda do grande estilista Batista Pereira, estas palavras:

"O Brasil é dos brasileiros. Mas, para que o seja sempre, é preciso, antes, que os brasileiros sejam do Brasil. Porquê essas palavras?"

Porque quem observa com atenção o nosso país, nota que lhe falta espírito nacional. Não o espírito nacional capaz de todos os sacrifícios na hora do perigo. Mas o espírito nacional numa forma mais enérgica e menos estática: o espírito nacional no estado radiante.

Um méro confronto com a Argentina, mostra que os seus estadistas e pensadores conseguiram eriar um estado psíquico, feito de orgulho e ânsia de aperfeiçoa-

(1) Batista Pereira — A formação espiritual do Brasil, à pág. 5.

mento, que se traduz numa simples palavra: *la argentinidad*.

Esse grande princípio, que inspira a imprensa, o magistério, e a política, leva a todos os corações argentinos a sua formidável luminescência. A esse claro aprendem as crianças a história, e os homens o dever militar, que ali é uma consequência da cidadania.

Ali, na vizinha República, seriam impossíveis mestres que praticassem a detração da Pátria, e militares que fornecessem argumentos a possíveis reivindicações ou desfôrras estrangeiras, obrigando os paisanos a dar-lhes lições, quando não de história, de civismo.

Como a Argentina nos ensina a escrever a história dentro das finalidades nacionais! Piedosos eufemismos dissimulam, nos seus livros didáticos, os erros e faltas dos antepassados. Os compendistas elementares, quando tratam de um Rosas ou de um Gomez deixam de lado os seus defeitos para só destacarem, das suas existências, o lado nobre, o momento feliz em que encarnaram a reação contra o estrangeiro. O aluno argentino nunca regressaria da escola para o lar, sentindo nas faces o rubor de pertencer a um país que praticou a covardia de esmagar, sem motivo, um vizinho fraco.

Aquí no Brasil, dá-se exatamente o contrário. Estabelecimentos de ensino há, em capitais dos mais cultos Estados, onde professores de História do Brasil omitem a Guerra do Paraguai, para não falar dessa "vergonha nacional". Outros, de tradição quase secular, adotam compêndios onde se vilipendia o Imperador, apontado como autor da Guerra do Paraguai, e onde entre os fundadores da República, se omite o nome de Rui Barbosa, seu organizador. Com este, o desplante chega ao ponto de se escrever que a lei de separação da Igreja do Estado é da autoria de Benjamin Constant. O caso aquí se complica de insensibilidade moral. Tra-

ta-se de um fato material, dum decreto cujo autógrafa tem sido, várias vezes, reproduzido em *clichés* pela imprensa. Como explicaria esse mestre aos alunos o estelionato histórico?" (2).

Com a exatidão analítica que o caracteriza, ressaltou o sr. Batista Pereira a capacidade de reação de nossa Pátria nos instantes cruciais da vida nacional. Ao brasileiro não falta "o espírito nacional capaz de todos os sacrifícios na hora do perigo. Mas o espírito nacional numa forma mais enérgica e menos estática: o espírito nacional no estado radiante".

Estão aí encarados dois momentos psíquicos bem nítidos da consciência cívica do brasileiro. Na paz, em que as idéias de pátria, de nação e outras de natureza abstrata, são meros conceitos morais — seu patriotismo se ressentido da falta de entusiasmo porque se inspira nos juízos mesquinhos que a crítica histórica corrente emite sobre a capacidade do homem e as possibilidades da Terra. Nos momentos críticos de sua existência, porém, o sentimento emerge à tona da consciência e ardente, flâmivomo e entusiasta, afirma-se em proezas que desapontam nos vaticínios desalentadores dos que costumam calcular o potencial da alma brasileira pelos desmaios de sua consciência pessoal.

Enquanto se mantém em estado de repouso, o pendor patriótico do brasileiro vacila, muitas vezes. Enquanto adstrito às insinuações desmoralizadoras dos que lhe pintam o Brasil como um "país perdido"; seu povo, como ajuntamento híbrido da peor espécie — o brasileiro se revela tímido e sem convicção. Se porém, um sucesso qualquer lhe exacerba o sentimento, a emoção desencadeada, rompe sua subordinação ao complexo de inferioridade, que o deprimia, explodindo em manifestações vi-

(2) Batista Pereira — "O Brasil e a Raça" — páginas 5 e 6.

gorosas e altivas, que o observador superficial estava longe de suspeitar pudessem coexistir com a apatia que êle deixava transparecer. Essa suscetibilidade é o que mais surpreende o estrangeiro.

2. Por volta de 1930, esteve, entre nós, o intelectual francês Louis Mouralis, que escreveu sôbre o Brasil e sua gente um livro que, se não constitue modêlo de fidelidade, merece referido pela compostura relativa com que encara vários problemas nossos. Descrevendo nosso temperamento, estranha o exagero com que o brasileiro celebra as maravilhas de sua Terra, resumindo: "Seja como fôr, o patriotismo brasileiro excitado pelo rápido progresso econômico, traduz-se por um nacionalismo violento que, não estando, intimamente, seguro de sua legitimidade, se exterioriza por uma suscetibilidade, realmente doentia, que um nada basta para ferir" (3).

Em outra passagem de seu trabalho, insiste: "Daí, naturalmente, um amor próprio, sobremodo sensível, que o estrangeiro, com a maior boa vontade do mundo, não deixa de provocar dez vezes por dia" (4).

Na insegurança da *legitimidade* das razões de seu nacionalismo é que reside, precisamente, o complexo de inferioridade do brasileiro. A suscetibilidade "doentia", que tanto estranha o sr. Mouralis, em nosso povo, é a atitude de dignidade que, muitas vezes, ferida, mantém-se em guarda permanente contra o motêjo, a ironia, o desdém. Com u'a noção inexata de seu valor, tem o brasileiro em grande apreço, a opinião do estrangeiro sôbre sua pátria e seu futuro. Porisso, é, nìmiamente, sensível ao desengano. Onde, muitas vezes, não haverá sombra de menosprezo, sua prevenção o lobriga. A menor alusão, soergue-se, exaspera-se, deblatera, investiva. É o *complexo* que, surpreendido, protesta contra

(3) e (4) Louis Mouralis — "Un séjour aux États Unis du Brésil — às págs. 97 e 114.

a violação de seu segrêdo. Dessa anomalia psíquica não se podem queixar os estrangeiros, que a agravam, a cada passo, com a malévola falta de medida com que nos apreciam; nem nós, que lhes subministramos elementos para suas insídias.

Porisso, a irritação com que o brasileiro suporta o debate. Não só o homem vulgar se subleva nessas justas para que, a cada momento, o estrangeiro nos arrasta. Por mais compenetrado que esteja o brasileiro de sua capacidade e do que pode esperar de seu país, raro consegue sair airosamente do embate, pois, quando falha o expediente dos argumentos ordinários, o estrangeiro, que porfia, quase sempre, em combalir nossa fé, recorre ao cavalo de tróia dos pensadores nacionais de cujo ventre, a salvo das antipatias que o ataque frontal poderia inspirar, despeja contra seu interlocutor um exército de argumentos com que arrefece as últimas resistências de seu pundonor.

Com diferenças secundárias, nossos biógrafos não variam, substancialmente, em seus processos de crítica.

O método predilêto é o confronto, e em seu emprêgo, preeinde-se por desnecessária, da equipolência dos termos contrastados. O estrangeiro quer compreender-nos com seu espírito, sem levar em consideração as particularidades de nosso caráter, que, se bem moldado nas vetustas civilizações do Velho Continente, recebeu em seu *habitat*, a influência de reagentes que lhe imprimiram feição peculiar. Como corolário desse vício inicial de apreciação, encaram as divergências que nossa evolução apresenta do padrão europeu, não como variedades locais, mas como incapacidade para a assimilação de princípios clássicos, que, segundo elles, deverão constituir estalão único para a vida de todos os povos.

É assim, por exemplo, que o sr. Mouralis, na ausência das razões que na Europa, alimentam o patriotismo,

atribue nosso sentimento nacionalista a uma deformação psíquica. “Ao brasileiro” — diz — não falta patriotismo. Esse sentimento será, talvez, o que mais choca o estrangeiro, quando penetra mais intimamente, na vida do país. Suas manifestações são inúmeras e, por vezes, ruidosas; mas à análise, êle se revela muito diferente daquilo a que, na Europa, se dá o mesmo nome.

Como apêgo ao solo pátrio, êle indica, sobretudo, em meu entender, imaginação, e em alguns, imitação das nações velhas cujo território é reputado uma coisa sagrada. O Brasil é um país vastíssimo e muito mal povoado. As partes que respeitam a outros Estados, muitas vezes, inhabitadas, jamais disputadas a não ser entre diplomatas e geógrafos, não poderiam gerar êste sentimento apaixonado, natural nas regiões fronteiriças da Europa” (5).

E linhas adiante: “Não se pensa que uma nacionalidade não é uma qualidade, um dom do céu, que existe para sempre e cresce, milagrosamente ao indivíduo, mas obra humana (a que, seja dito, devemos tres quartos do que somos), uma criação jamais terminada, sempre ameaçada e que requer trabalho para sua consolidação” (6). Deixando de parte o sarcasmo a que, na atual conjuntura da história da França, poderíamos revidar com grande vantagem — o vício da conclusão é patente. Porque nunca tivéssemos de disputar nosso solo às acometidas estrangeiras, não se segue que não o possamos ter, como coisa sagrada e intangível e que não o amemos, ciosamente, com a vontade inabalável de salvá-lo de qualquer perigo. A colhêr o argumento, o são não poderia ter apêgo a sua saúde, antes que a enfermidade a compromettesse.

(5) e (6) Ob. cit., às páginas 97 e 98.

A conclusão a extrair do pressuposto de que jamais sofremos contestação séria em nossos domínios, não seria a quella a que chegou o sr. Mouralis, de que essa posse pacífica não explica nosso profundo amor ao Brasil. Muito ao contrário. A dominação exercida pelo Brasil, dentro dos contornos geográficos com que o configuraram os que lhe pagearam a infância, e que vingou inalterada, quatro séculos e meio de vida soberana, infundiu na consciência das gerações que se sucederam, a convicção de propriedade irretratável sôbre construção definitiva e última, que nada poderá alterar.

Se é certo que a defesa do solo em luta cruenta ajunta à ocupação um novo título — o do sacrifício, não deixa de ser, por outro lado, curial que a contestação da posse acomode o espírito da nação à contingência da perda, como desfecho eventual da luta, o que torna o sentimento de apêgo à terra bem mais indeciso do que, quando, como entre nós, essa possibilidade jamais entrou nas previsões da Nação, pelo reconhecimento, *urbi et orbi* do domínio multissecular dentro das lindes em que, sem opposição, exerce sua soberania.

3. O caso da Alsácia é um exemplo eloquente da primeira hipótese. Bem se vê que o Sr. Mouralis discorreu sôbre nosso patriotismo, sem procurar informar-se de suas origens históricas.

A condição de brasileiro não acresceu a nosso nascimento como “um dom dos céus”, segundo sua inconsiderada insinuação. Se na geração atual, a soberania do Brasil não tem exigido sacrifícios de sangue de seus filhos — às que lhe precederam custou trabalhos desmedidos. A cruz que Cabral plantou em terras de Santa Cruz, não assinalou o epílogo de uma conquista, mas seu primeiro ato. Cravando em nosso solo o marco cristão, não exonerou o descobridor as gerações porvin-

douras do dever de tornarem efetiva a ocupação, que êle fazia em nome do Reino. Ao contrário, constituiu-as no dever de honrarem pela abnegação, a penosa façanha. E, se em seus desígnios de emissário do Rei, além do acatamento ao superior, entrou a preocupação pelo futuro da terra cuja descoberta tantos esforços lhe exigiu — poderemos afiançar, sem receio de perjúrio, que não mentimos a sua fé.

Cada um dos sucessos que pontilham, no passado, os feitos de nossa gente — e foram êles inúmeros — não regista uma efeméride pacífica, mas assinala uma epopéia. As entradas eram recontros com a morte pelas formas mais apavorantes que pudesse revestir, desde o exaurimento pela fome e pela sede, até o trucidamento por antropófagos.

“No futuro” — diz Rocha Pombo — “há de causar pasmo ao historiador êste fato, sem símile na história, de haver Portugal, nas condições em que se encontrou, conservado esta enorme extensão de território na América. A descoberta e a conquista ainda se compreendem, porque foram obra daquele mesmo espírito vigoroso que assombrou o mundo. Conservar, porém, durante tres séculos, esta metade do Continente, íntegra e unida, apesar de quase despovoada — eis o que é admirável, e que não se explicará sem reconhecer os atributos excepcionais da raça, só por si, desamparada de concurso e proteção” (7).

Dando-nos a visão do que foi a vida dos desbravadores de nossa Terra, relata o mesmo historiador: “O único meio de vida era a lavoura. Os mais abastados fuudavam engenhos, e faziam, em grande escala, a cultura de alguns produtos de mais valor. Êsse traba-

(7) Rocha Pombo — História do Brasil — I vol. — às págs 99 e 129.

lho do campo era feito à custa do braço indígena, e em seguida, também do braço africano, cuja introdução começou a fazer-se já no tempo das donatárias. As fazendas, por mais cuidado que se tivesse em evitar o afastamento e a dispersão, não podiam ficar muito próximas dos núcleos; e tinham necessidade, portanto, de prover à própria defesa, como faziam os povoados. Um engenho era um verdadeiro castelo ou uma praça forte. Os mesmos moradores que se lhe agregavam, incumbiam-se de guardá-lo e defendê-lo nos momentos de perigo. Para isso, deviam todos armar-se, apercebidos, dia e noite, para resistir a assaltos de índios bravios. Não se viajava entre um e outro povoado, não se ia para a roça, nem mesmo se trabalhava, senão de caravana, e todos armados. É simples fazer idéias das *virtudes novas* que semelhante genero de vida tiuba de criar. A tudo isso acrescenta-se ainda que, no meio daquela ordem, tão vaga e instável, em formação tão lenta e indecisa, cada qual tem que garantir a própria liberdade de defender os seus direitos, fazendo justiça por si mesmo — e que portanto, tudo isso depende de força e de coragem de cada um” (8).

“Em 1548” — refere em outro tópico — “era esta, pois, a situação do Brasil, no seu aspecto geral. Estava iniciado o povoamento nas capitancias de S. Vicente, da Paraíba do Sul, do Espírito Santo, de Porto Seguro, dos Ilheus, da Baía, de Pernambuco e de Itamaracá. Contavam-se já cêrea de quatorze ou quinze povoações nessas capitancias, de algumas das quais já se iam exportando para o Reino, vários produtos, como assucar, algodão, tabaco e infinidade de matérias primas e outros artigos do país. Começavam a estabelecer-se relações entre as diversas capitancias, principalmente entre

(8) Rocha Pombo — História do Brasil — I vol. — às págs. 99 e 129.

as mais vizinhas, amparando-se e protegendo-se com esforço e com desinteresse os respectivos donatários. Defendia-se resolutamente, a terra, expelindo-se de muitos pontos, os contrabandistas que, desde longos anos varejavam o litoral. Todas as povoações estavam mais ou menos bem protegidas, tendo cada qual sua forte e competente guarnição. Em quase todos os portos havia pequenas forjas e estaleiros onde se consertavam navios e onde se construíam embarcações para os diversos serviços da costa. As relações com a metrópole começavam a ser mais frequentes, por esforços dos próprios colonos, mediante contrato com armadas particulares. — Em suma, os donatários tinham revelado o Brasil, mostrando que êle não era mais o país inhóspito e tremendo dos primeiros dias; que, pelo contrário, era uma nova Canaan para todos os humildes e desconsolados da Europa. Daí por diante, não seria uma terra de exílio, só para precitos e celedados, nem mais inspiraria horror às gentes lá do Reino. E a prova tivemos, logo depois, quando com os primeiros Governadores Gerais vieram homens, como a legião dos missionários, como Gandavo, Gabriel Soares, e tantos e tantos, que se possuiram de admiração pela terra e foram preconizar-lhe as maravilhas lá na península, incitando os pobres a procurar no novo mundo, que se abria, um refúgio seguro contra a miséria. Os donatários haviam desfeito o mistério. Tinham aberto caminho aos obreiros futuros, tornando possível e eficaz a ação da autoridade oficial. Sem aquele trabalho heróico, é pouco provável que os Governadores tivessem a sorte que tiveram. Isolado num único ponto da costa, no meio de seiscentas leguas desertas, não seria Tomé de Sousa, com a sua pequena expedição, capaz de resistir aos selvagens estimulados e dirigidos pelos francêses. Eis aí tudo que devemos àqueles homens esforçados, a quem tocou aquí a obra menos gloriosa, a tarefa mais árdua,

sem a qual, no entanto, não se teria preparado o país para a organização administrativa que se vai seguir" (9).

A ocupação do Brasil não se operou por mera posse simbólica. Se os bandeirantes não houvessem varado os sertões, tomando, afoitamente, a dianteira aos prepostos de Castela, empenhados igualmente, em estender os domínios da corôa de Espanha — nós não seríamos o que somos. Pouco nos teríamos distanciado do litoral. Falando das dificuldades em se extremarem os limites das duas corôas, fixados no tratado de Tordesilhas, diz Rocha Pombo: "Por mais que se pretendesse, sob a forma de acôrdo diplomático, fixar as regras para delimitação dos dois domínios, na prática nada valeram os convênios antes que os próprios colonos tivessem, de uma e de outra parte, feito a sua obra de ocupação.

O que se vê, portanto, desde que se começou, efetivamente, o povoamento e se instalou a administração, até quase fins do período colonial, explica-se perfeitamente, como consequência da situação em que se viram aquí, espanhóis e portugueses, incitados a fazer, cada um por si, o mais que pudessem no empenho de ampliar o respectivo patrimônio. Por isso, em toda parte, estiveram como concorrentes, um diante do outro, adiantando-se, investindo-se, pondo-se em guerra quase contínua, durante perto de tres séculos. — Naturalmente deviam dar-se no sul os primeiros embaraços, pois, é por esta parte que penetram no interior os pioneiros da conquista na América oriental. Os colonos espanhóis que entram pelo Prata, é certo que pouco estenderam, distraídos com o Perú, a sua ação para o norte; de modo que mais tarde, quando intentaram salvar ao menos, uma grande parte da bacia platina, já se viram na contingência de enfrentar os paulistas, que em todo o interior os haviam

(9) Rocha Pombo — obra citada às páginas 129 e 130.

precedido. Mas em todo o litoral do sul e continente vizinho abaixo dos 25.º, e em geral, por toda a bacia do Prata, até a altura de 20.º, primeiro, é mais tarde, até muito além, tiveram os castelhanos que entrar em tremenda competição com os seus competidores” (10).

Tal foi a tenacidade com que nossos maiores disputaram a seus rivais, os terrenos que talarão, que estes renunciaram à reivindicação para a Espanha de extensões de terra que, pelo tratado que confinava as pretensões entre as duas corôas, estavam de direito, no domínio espanhol. Disso se convenceu a Corôa portuguesa, que, entretanto, não abriu mão das áreas invadidas, fiada na galhardia e no desassombro com que os brasileiros mantinham as posses arrebatadas a seus competidores.

Argue-se aos bandeirantes terem como objetivos, se não únicos, pelo menos, dominantes de suas façanhas, a preia do índola e a cobiça do ouro. A verdade, porém, é que, na temeridade com que se abalançavam, sabidamente, a perigos de toda sorte; no desprendimento com que deixavam para trás, famílias, haveres, posições; no desassombro com que dominavam os sertões, resistiam aos acometimentos dos selvagens e dos batedores de Castéla, empenhados, como êles, em dilatarem seus domínios; na disciplina inquebrantável com que mantinham a coesão de suas caravanas — revelavam desígnios que não poderão ser explicados por mera avidez. Nem havia pausas, nas correrias de suas incursões, que lhes permitissem desviar os olhos dos caminhos em que a morte os espreitava, sob todas as formas, para cravá-los na terra, em busca do ouro. Colhesse, porém, a acusação... “Nada valeria, como agravante contra a tarefa a emprender” — obtempera Rocha Pombo — “a alegação dos motivos imediatos a que cediam tais ho-

(10) Rocha Pombo — obra citada, II vol., às páginas 174.

mens, quando deixavam os lares para invadirem as florestas de loeste. Na história (nunca é demais repeti-lo) temos que ver, antes de tudo, os feitos capitais, os grandes lances que interessam à civilização do mundo, ou das nações, sem muito inquirir do impulso que agita os atores, sem preocupação de controverter os processos mediante os quais triunfaram, e que é preciso supor sempre os únicos possíveis, consentâneos com a índole do homem no seu tempo, e com a natureza da obra a realizar. Sem aquela segunda classe de indivíduos — a dos aventureiros — não se teria feito certamente aquela obra de conquista do interior, que foi na história da América um ciclo admirável, que não teve símile em ponto algum outro do continente. Para aquela função excecional, só mesmo homens que fossem de têmpera ainda mais dura, resistente e tremenda do que a daqueles que, primeiro, haviam posto pé nas novas terras” (11).

Os desenganos de uma expedição não arrefeciam o entusiasmo dos que se aprestavam para rendê-la. E os que logravam regressar, sem baixas, nunca recolhiam proveitos que compensassem o abandono da segurança e do conforto da terra firme. Iam para a aventura, prevendo, de antemão, os azares da empresa. Porisso, como nos cruzeiros de seus antepassados dos mares, punham em dia os negócios, faziam recomendações aos que ficavam e encomendavam-se a Deus.

Sempre para a frente! — era seu lema. Não havia em seus roteiros previsões de retiradas. Êste, colhido pela penúria, ao envés de regressar, ordena à mulher distante, que disponha de seus bens para com o produto custear o prosseguimento da jornada; aquele, sufoca em sangue o desalento dos trânsfugas, não vacilando em sacrificar o próprio filho, implicado na conjura.

(11) Rocha Pombo — ob. cit., 1.º vol., à página 135.

E se não fossem assim, não se teria incorporado ao conhecimento dos pósteros a anatomia da Terra: os rios, vales, montanhas, e florestas. Por muito tempo ficaria inviolado o encanto do sertão desconhecido.

Quando não houvesse outro tema para a inspiração de nosso orgulho, as entradas e bandeiras bastariam para encher de glória os anais da vida brasileira.

Seria longo rememorar os fastos relevantes da vida nacional, que sobrevieram à ocupação da Terra, para indigitarmos em todos êles o brasileiro, presente com sua fé, sua vigília, seu entusiasmo. A guerra do Paraguai, as lutas da independência, a abolição, a República e todos os cimos de nossa peregrinação no passado, contaram sempre, com a presença inefectível do homem, velando pela salvação da Pátria, mantendo-se em suspense, nos lances perigosos, e exultando nos momentos do triunfo, que, Deus louvado, coroou sempre os mais árduos empreendimentos de nossa vida. Se o coração se aconselhasse sempre com o raciocínio, talvez houvessemos de lamentar muitos desfalecimentos do patriotismo, que, ciosamente, ha mais de quatrocentos anos, guarda, avaramente, nossa Terra. Felizmente o patriotismo que, entre nós tem sido mero sentimento, não espera da inteligência a palavra de ordem para se afirmar. O afêro de nossa afeição à Terra sempre prescindiu de razões para se justificar. Daí não lobrigá-las a lógica do sr. Mouralis. Graças à hegemonia do sentimento de nosso amor ao Brasil, foi que a influência solapadora da crítica nada pode contra o ardor de nossa Gente, nos transes críticos de sua história.

O nascimento, sem quaisquer outras condições, bastou sempre, para nos constituir em compromisso de lealdade com o Brasil.

Antes que a unidade da Terra pudesse refletir no espírito, a concepção de pátria, já o cariboca, o branco

e o índio se congraçavam na luta contra o intruso; e se o holandês, com esmagadora superioridade sobre os nativos, alcançou trégua mais longa com a ocupação precária e agitada que exerceu, não conseguiu resarcir-se dos pesados sacrifícios que lhe custou a conquista.

A Saint-Hilaire já causava espécie o nativismo dos brasileiros “Parecerá extraordinário” — dizia — “que os habitantes de Curitiba e dos Campos Gerais provindos na maioria de europeus sem nenhuma mistura de sangue indígena, apliquem aos portugueses europeus uma alcunha injuriosa, a de “embuavas”. Mas é preciso não esquecer” — ponderava — “que os filhos não são do país dos pais, mas daquele em que nasceram e se educaram. Os nascidos no Brasil, de português e portuguesa, são brasileiros; amam tão pouco os europeus, quanto os demais compatriotas, e têm contra êles os mesmos preconceitos” (12).

4. Até aqui o sentimento tem bastado para alimentar nosso fogo sagrado. Deus dá o frio, conforme a coberta, — diz velho refrão. Se bruxoleante tem sido, por vezes, a ehamá, em compensação neste último quartel, as rajadas não nos têm açoitado. De uns anos a esta parte, porém, as coisas mudaram. Até pouco, dominava a mentalidade da revolução francesa. Todo o esforço dos povos era no sentido de se acomodarem ao padrão social que o grande movimento forneceram ao mundo. O máximo a que almejavam os homens, era a garantia perante a lei e nesta fórmula se compreendia a liberdade econômica, sem entraves e sem acepção de pessoas.

A tão modestos objetivos não se limitaram os ideólogos da epopeia de 89; mas no prélio entre os sectários da emancipação econômica do homem, de que constituiu

(12) Pedro Calmon — História Social do Brasil, 1.º Tomo, às páginas 268 e 269.

lance expressivo a Comuna de Paris e a resistência burguesa, que estacou na liberdade formal, venceu esta porque era a mais forte e a mais oportuna. Os defeitos inerentes ao sistema, com o correr do tempo, não fizeram senão agravar-se. Nos países de indústria incipiente e que desfrutavam de relativa tranqüilidade — as reformas parciais têm bastado para obviar às dificuldades. Naqueles entretanto, em que a expansão industrial exacerbou os antagonismos, como a Alemanha; ou na Rússia, onde a intolerância reacionária preparou o terreno para a sementeira socialista, baldaram-se todas as contemporações.

Com o confisco da propriedade privada, a abolição dos frutos do capital, a proibição do salariado particular — implantou a Rússia os fundamentos de regime antípoda do vigente em todo o mundo. A Alemanha não foi tão longe. Dentro de suas fronteiras, limitou-se a retoques na economia capitalista. Mas na exposição de motivos com que procurou sustentar a oportunidade de suas inovações, esvurmou, sem complacências, os vícios do liberalismo econômico. As hostilidades contra uma e outra não se fizeram esperar. Urgia crear mentalidade internacional simpática. Daí a necessidade imperterível da propagação das ideologias. A propaganda revestiu as mais variadas formas de persuasão. Ao menos favorecidos se procurou requestar, infundindo-se-lhes a convicção de que eram párias em suas próprias pátrias. Excusava grandes explanações para grangear sua solidariedade. Cada um deles tinha consigo o melhor testemunho da preterição sofrida — a experiência pessoal. Despertada a animosidade contra o Estado, que consente em sua exclusão dos benefícios sociais, comprometido estará o amor da pátria. A distinção entre esta e aquele, para o homem do povo, constitue subtiliza imperceptível.

Para o intelectual e o idealista, empregou-se a análise motivada. Os ritos vistosos entusiasma os simplórios, multiplicando, dia a dia, a prole dos calabares.

Não importa o que possa haver de verdade nessa propaganda. Não interessa ao caso o mérito das doutrinas que ela procura difundir. O que pretendemos assinalar é que, para angariar adéptos, começa a evangelização por destruir na consciência dos visados os melindres patrióticos. Nem em pensamento, o brasileiro poderia admitir, até pouco, que o estrangeiro pudesse compartilhar de sua intimidade política. Sua intrusão nos negócios que respeitassem a nossa economia íntima, quando não repelida, era mal vista. Constituía falta de decôro, que os homens dignos não perdoavam. Hoje é comezinho que o natural do país receba, sem humilhação, dos forasteiros, ordens e punhais.

Episódios dessa natureza são muito recentes para que exijam exemplificação.

Fraqueza de caráter? Corrupção?...

Não. O número dos que vendem a alma ao diabo, em troca de retribuições imediatas, é irrisório. A maioria dos conversos arrosta sacrifícios, desafiam a cólera, expõem a liberdade, em holocausto à mística a que se consagram, sem advertirem para os propósitos da propaganda subreptícia que visa, insidiosamente, a afrouxar sua vigilância e abrir caminho para ambições desmedidas. Não falemos da conquista cruenta, mas da que se processa pela conversão; da que opera, instilando na alma do povo a descrença e o desalento, predispôndo-o à aceitação de princípios que, em última análise, redundam na apostasia da pátria. Contra êsse trabalho de decomposição, são impotentes os impulsos inconscientes, por mais robusta que seja sua tradição histórica. Cumpre-nos ministrar aos sentimentos patrióticos do povo

um fundamento racional, que não fique à mercê de vicissitudes. E' imprescindível que êle se persuada de que nenhuma doutrina ou ideologia vale o desaprêço à terra natal. Neste momento de crise universal, em que todos os países do mundo, ainda os de mais exíguo território, defendem a ferro e fôgo, a intangibilidade de suas fronteiras — sejam quais forem seus regimens — não há o que aconselhe o afrouxamento dos laços históricos que nos jungem à Pátria e que exigem de nós, dia a dia, mais desvelada dedicação. Não seria em meio do vendaval que açoita o mundo, que fossemos abandonar nossa Pátria ao sabor dos acontecimentos, enlevados pela vaga esperança de um mundo sem fronteiras que, por enquanto, só existe na cabeça dos sátrapas e filósofos. E' certo que o estágio econômico que vingamos, não é o primeiro nem o último da evolução universal. Os lineamentos de um mundo novo em que a vida deixará de constituir prerrogativa de alguns, já podem ser vislumbrados em meio do que aí está. Os confins nacionais, entretanto, só desaparecerão, como remate da abolição da competência entre os homens. Não serão as nações que franquearão o transito da humanidade para novas formas sociais, mas as batalhas nacionais entre os indivíduos é que lhes designarão a posição que lhes cabe no concôrto universal futuro. A abolição das fronteiras não é o prelúdio da metamorfose, mas sua apoteóse. Até lá, velemos por elas. A prégação universalista com que a Rússia Soviética anunciou o advento de uma nova era em que as limitações territoriais estariam condenadas à morte não se fez acompanhar do exemplo que, como precursora, lhe competia dar. Nunca se viu povo que defendesse mais ciosamente seu nacionalismo, nenhum que recebesse mais prevenido, o estrangeiro. Nem os professos mais qualificados do credo, que lá foram

buscar inspirações para seu apostolado puderam jamais partilhar da intimidade dos *soviês*. Intransigentemente, anticapitalista em sua economia interna, não teve ela escrúpulos de dar as mãos ao capitalismo internacional para a defesa de seus domínios. Com a Alemanha imperialista fez causa comum, para assentar a muitas milhas de sua orla continental, em território alheio, o posto avançado de sua defesa. E não foi aos acentos da internacional que conclamou suas legiões, e que manteve a agressividade, na luta contra o invasor, mas pela exaltação dos sentimentos nativistas, de nítido cunho reacionário dos ominosos tempos do Tsár.

5. O patriotismo não é méro conceito mental, mas pendor, tendência e porisso, de conteúdo, eminentemente, sentimental. Não é bastante que saiba nosso povo ser a preservação do território condição básica para tudo que possa empreender. E' necessário ademais, que essa convicção desperte sua simpatia. O conceito é, em si, inerte. O que o transforma em ideal, é a emoção. Compreender de que a liberdade é o maior dos bens, não basta para conclamar os convictos da verdade, a sua defesa. E' indispensável, ademais, que essa convicção consiga interessar a vontade a pelear por ela. E isso é obra de sentimento. A questão de saber-se se existem ou não estados intelectuais indiferentes, é acadêmica. O que a experiência pessoal nos informa é que, entre a mórna emoção inerente a qualquer estado de consciência e que nos permite qualificá-lo — e o impulso candente que o transforma em energia, vai uma grande diferença na intensidade do sentimento. A consagração das massas à pátria está na dependência da maior ou menor simpatia que ela lhes inspire. Quanto mais mercedora da dedicação de seus filhos ela se revelar, tanto mais jus a sua abnegação fará. A muito poucos é dado co-

nhecer o Brasil, tal qual é, quando tão densas são as cortinas de fumo com que a crítica histórica empana a visão. O que o povo sabe do Brasil e de sua gente é o que seus guias mentais lhe inculcam, e isso, dissemos, não é de natureza a entusiasmá-lo. Muito ao contrário, o que lhe referem de nossa Terra e de seu povo é que as memoradas glórias em que êle se embala são simples expressões poéticas. O Brasil é um país perdido... Pa-gearam-lhe a infância criminosos, mulheres de má vida, índios e africanos boçais. O ambiente doméstico em que êle cresceu foi o da ambição e da luxúria. Nesse cadinho de sujidades, talhou-se sua estrutura. Das taras congênitas não há o que consiga redimí-lo. Produto híbrido de componentes inferiores, já faz muito em caminhar, trôpegamente, à retaguarda da civilização. Essas e quejandas invectivas implantaram na consciência do brasileiro complexo de inferioridade que, se não conseguiu fazer dele o espéctro de homem que era de se esperar, o predispôs, no entanto, a um fatalismo que poderia haver-nos perdido se a adversidade houvesse posto à prova nosso patriotismo, nas crises mais agudas de seus delíquios. Se procedermos à catarse desse complexo, isto é, se o arrancarmos da penumbra subconciente em que atúa, para o campo da consciência, veremos que êle não passa de um amontoado de impressões incoerentes e vãs, sem a mínima comprovação histórica ou científica.

Nunca se conformaram nossos antropologistas e historiadores a circunscrever o esforço para a fixação do caráter e da capacidade do brasileiro à descrição dos tipos atuais. Tiveram sempre, êsse trabalho como pro-saico demais, para que absorvesse as preocupações de pesquisadores votados a altos estudos.

Para dizer quem é o brasileiro, qual seu caráter, quais suas virtudes e seus vícios atuais, bastam o repórter e o cronista de poucas letras. Não lhes satisfazia ficarem à superfície dos fatos. Tinham que remontar aos antecedentes originários do que hoje existe, para determinarem no passado, suas causas; a gênese ancestral dos hábitos, dos costumes, da índole do povo. Foi sempre essa sua preocupação dominante. Nenhum traço de nosso caráter de povo escapou a essa filiação histórica. Se, em princípio, a curiosidade que induziu os estudiosos à recomposição histórica de nossa psicologia social, merece encômios, a licença com que a maior parte dos que empreenderam essa tarefa, tiraram conclusões desabonadoras; a temeridade com que generalizaram côimas isoladas; seu pendor para o mórbido, o anormal, o disforme — concorreram de modo notável para a formação do complexo de que vimos falando, uma vez que, filiando aquilo que, no presente, nos desdoura as origens ancestrais, eliminaram a hipótese de que tudo isso pudesse constituir expressão transitória do momento histórico que atravessamos. A imperfeição atual poderia ser levada à conta de influências externas que uma vez removidas, nos convalesceriam do mal. Mas a tara que mergulha raízes profundas num passado secular; que perseverou gerações e gerações, revela tal caráter de cronicidade que inclina o paciente a se resignar a seu infortúnio. Dizer-se, por exemplo, que o brasileiro é débil — o que em rigor, não é exato — não causaria grande mal a sua emulação, do momento em que essa incapacidade pudesse ser erguida a contingências ocasionais, suscetíveis de ser beneficiadas: alimentação deficiente; más condições higiênicas do meio em que desenvolve sua atividade; padrão ínfimo de vida a que se resigna sua sobriedade. Se porém, faz o historiador

tabula rasa dessas contingências, que poderiam explicar, satisfatòriamente, a aprègoada fraqueza de nosso povo, como mal remediável, e vai desentulhar do passado causas profundas, como a constituição racial, a influênciã ancestral, estígmas indelêveis — a deficiênciã corrigível, reveste então, o caráter da balda incurável, que mata o estímulo, pela convicção que infunde no espírito do povo da inutilidade de qualquer esforço para dela se libertar. É, justamente, a crença na irreparabilidade dos males que achacam as massas, que as predispõe ao fatalismo, à inércia, à esterilidade. E essa convicção dimanã, necessariamente, da subordinação dos erros contemporâneos a influências remotas, entranhadas, profundamente, em sua índole.

III

ATAVISMOS — REGRESSÕES — ESTÍGMAS

1. O vêzo da filiação de nossos males a causas remotas. Gilberto Freire, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha.
2. A sucessão biológica. A personalidade social. *Comportamento* e mentalidade. Influência do meio na conformação da personalidade.
3. A distinção entre o *hereditário* e o *adquirido* na formação da personalidade, apresenta, em muitos casos, dificuldades insuperáveis. O exemplo dos gêmeos idênticos. Uma definição de atavismo.
4. *Leviandades* de Gilberto Freire, Azevedo Amaral e Paulo Prado.

1. O *atavismo*, as *regressões*, os *estígmata*, e outras vacuidades linguísticas, tão do gosto dos cavouqueiros históricos, dão-lhes carta branca para toda sorte de devanêios... Sem conteúdo determinado, tudo assenta a essas abstrações, como conceito. Assim, o hábito que persevera em várias fases históricas pela persistência das condições sociais que o geraram, como o atributo hereditário, que se transmite geneticamente, de ascendentes a descendentes — tudo o que se afigura análogo à exegese histórica, em mais de um momento social, por mais remotas que sejam as afinidades, êles reúnem por uma daquelas expressões genéricas que nada explicam. Não lhes preocupa saber como um caráter, uma tendência,

uma tara teria transitado de uma geração a outra: se por via biológica, se pela tradição, ou como resultado do esforço continuado para adaptação coletiva a condições semelhantes. Um desses termos ambíguos diz tudo.

Rastreia o exageta na índole contemporânea do brasileiro pronunciados pendores sexuais? Obra da filiação atávica à luxúria dos antepassados. A devassidão do europeu aventureiro e a nudez completa do índio deitam luz sobre o estigma ancestral que nos domina.

O brasileiro é místico, supersticioso, crédulo em excesso?

Expressão atávica de sua subordinação antropológica ao africano em quem dominavam essas baldas.

Somos dispersivos, volúveis, versáteis? O nomadismo do selvagem caçador, que se afirma em defeitos afins.

Exemplos desse vêzo histórico encontram-se em barda, nos escritores de maior crédito.

Gilberto Freire, o consagrado antropologista patriótico, dos que mais campam de parcimoniosos em tirar conclusões dos fatos históricos, apresenta-nos farta messe deles.

E' de "Casa Grande e Senzala" este pedacinho de ouro:

"A colonização por indivíduos-soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos novos fugidos à perseguição religiosa, naufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeiras, quase que não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à tôa, não chegou a definir-se em sistema colonizador.

O seu aspéto puramente *genético* (grifamos) "não deve entretanto ser perdido de vista pelo historiador

da sociedade brasileira. Sob esse aspécto há mesmo quem o considere “tara étnica inicial” e surpreenda entre traços da fisionomia coletiva do povo brasileiro, inequívocos vestígios dos estígmias hereditários, impressos por aqueles patriarcas pouco recomendáveis da nacionalidade” (1).

E’ evidente aí o propósito de filiar, hereditariamente, manifestações coetâneas do caráter de nosso povo, a influências ancestrais. Se Azevedo Amaral, menos afôito, estabelece como traço de união entre a geração pretérita e a atual, “taras iniciais”, que repontam em vestígios dos estígmias hereditários impressos por aqueles patriarcas pouco recomendáveis” — Gilberto Freire não vacila em atribuir a processo genético a pretensa sucessão das duas fases históricas. Algumas vezes, o sr. Gilberto Freire atribue à tradição, a reprodução de certas manifestações preponderantes em gerações sucessivas, mas, de tal forma subordina os fatos contemporâneos a antecedentes remotos, que se vê, desde logo, não aludir êle, no caso, a fenómeno explicável pela mera apropriação por um estádio social, de cabedal de experiências amealhado pelo que lhe precedeu. E’ quando, por exemplo, reporta a precocidade sexual da criança brasileira ao sistema de criação das “casas grandes”, caracterizado por “excesso de mimo da mulher, na criação dos meninos e até dos mulatinhos, como o extremo oposto — a liberdade para os meninos brancos, cedo, vadiarem com os moleques safados nas bagaceiras, deflorem negrinhas, emprenharem escravas, abusarem dos animais” (2).

Não cabe nos moldes deste trabalho a restauração de todas as passagens da afamada obra de Gilberto

(1) Casa Grande e Senzala, página 19 e Azevedo Amaral — Ensaio Brasileiro, cit., por Gilberto Freire.

(2) Ob. cit., página 282.

Freire em que extrai de aspéctos esparsos de nossa vida pretérita, ilações semelhantes. A cada passo, nas pitorescas descrições que faz de nosso passado distante, êle se detém para indigitar um incidente da vida doméstica, uma prática social, um aspécto das relações entre senhores e escravos, como a origem provavel de peculiaridades de nosso caráter. E como o sr. Gilberto Freire, são todos os outros que se dedicaram ao estudo retrospectivo de nossa índole. Entre uma legião, destacamos o sr. Oliveira Vianna, dos contemporâneos, e como mais antigo, o inimitável Euclides da Cunha. Todos, na interpretação dos elementos humanos que estruturam nossa vida de povo, acodem, liberalmente, ao "atavismo", a "regressões", a "estígmias", para explicarem a reincidência, em fases diversas de nosso desenvolvimento de manifestações freqüentes na vida coletiva.

2. Com o emprego dêsses vocábulos genéricos visam a exprimir duas características dos fenômenos: sua sucessão e a generalidade com que se apresentam. Quando êles reportam uma dada manifestação de vida coletiva a antecedentes históricos, que teriam constituido seu germe — claro que não poderão ter em vista outro processo de perpetuação humana que o biológico, uma vez que não existe sucessão humana em série. A transmissão de caracteres se faz de indivíduo para indivíduo. O sucessor único do homem, sob o ponto de vista biológico, é aquele que é engendrado pela conjunção fecunda dos genitores — o descendente. Assim o "atavismo", como subordinação hereditária do indivíduo a seus ancestrais, só é concebível dentro da mesma linha biológica.

Os caracteres humanos, quer sejam físicos, quer morais, são transmitidos de uns a outros homens através da hierarquia que subordina, biologicamente, os procriados aos procriadores. Mas é sabido que os homens não

são iguais. Diferem uns dos outros de modo sensível. Logo, os caracteres de qualquer natureza, que os distinguem, como expressões dessas desigualdades, serão, necessariamente, desiguais. É, entretanto, indesejável que a diversidade pessoal não impede que os homens se entendam, que se comuniquem, se ajudem e cooperem, em massa, na vida social. Isso seria, totalmente, impossível, se cada qual tivesse seu meio de ação confinado à personalidade hereditária. A vida coletiva — e fóra dela não se concebe haja o homem vivido — ajunta à personalidade herdada uma grande soma de conhecimentos, de regras, de costumes, de hábitos, de limitações, que accedem àquela, como seu prolongamento. Nenhum de nós herda processos, funções, hábitos mas predisposições, causas funcionais, aptidões, possibilidades orgânicas, que constituem a base da evolução psíquica, que a vida desenvolve, multiplica, especializa, dentro dos lineamentos traçados pela herança biológica. Ninguém será mais ou menos do que aquilo que sua constituição hereditária comporta. Nos limites em que o meio opera, cabe-lhe, sem dúvida, grande parte na formação da personalidade. A constituição hereditária não é tudo. Das combinações cromosômicas de que resulta a personalidade hereditária, não sai o indivíduo em sua expressão última e definitiva. A hereditariedade traça as linhas mestras. À vida cabe rematar a obra, em seu esforço ininterrupto para promover a adaptação do indivíduo ao meio. O modo por que o homem reage aos estímulos e se adapta, é o que chamamos seu *comportamento*. “Esse modo, considerado, por assim dizer, do ponto de vista interno, chama-se mentalidade. A natureza das reações depende, naturalmente, dos estímulos e das condições encontradas. Não há dúvida que o ambiente tem uma grande importância no *comportamento* e na mentalidade. Não haverá quem sustente que a maneira de nos *comportarmos* não esteja

em relação com as condições encontradas na vida. O indivíduo se *comporta*, diversamente, em presença do alimento e na ausência dele; e assim, em número infinito de casos, seu comportamento depende das condições que se lhe apresentam, no momento da reação. Por outro lado, indivíduos diferentes reagem diversamente, às mesmas condições" (3).

3. A concorrência, na constituição da personalidade, de dons hereditários com subsídios externos que lhes accendem, torna impossível, pelo menos, nesta altura dos conhecimentos científicos extremarmos o que devemos a nossos genitores daquilo com que a vida teria contribuído. Afora caracteres físicos muito simples, suscetíveis de ser acompanhados desde sua gênese, e que se mantêm inalteráveis, sejam quais forem as vicissitudes por que passem, como por exemplo, a côr dos olhos — é irrealizável, notadamente no que diz respeito ao psiquismo, a diferenciação entre o *inato* e o *adquirido*. A prova mais decisiva dessa confusão obtiveram-na os genetistas com o confronto dos seres mais semelhantes que a natureza nos possa apresentar: os gêmeos *idênticos*, ou seja, provindos da mesma célula germinal. São êles providos da mesma série de fatores genéticos, portanto, de constituição hereditária idêntica. Separados os casais de gêmeos dêsse tipo, nos primeiros tempos da vida extra-uterina, e criados em meios diversos, sob o influxo de condições diferentes, é evidente que as divergências que apresentem ao cabo da prova, deverão ser levadas à conta de influências de origem externa, do momento em que empreenderam a caminhada em condições hereditárias perfeitamente iguais.

(3) H. S. Jennings — "Ereditá biologica e natura umana", às páginas 168 e 169.

Os genetistas Müller e Newman procederam a confrontos de gêmeos dessa espécie, separados nos primeiros tempos de vida e sujeitos a condições mesológicas diferentes. As conclusões a que chegaram confirmaram, plenamente, a grande influência do meio, na configuração das duas personalidades, do mesmo passo que ressaltaram a impossibilidade em se distinguirem os resultados dos dois fatores: o hereditário e o meio. Embora quase idênticos nos atributos físicos, na predisposição às molestias e em outros aspectos, verificaram aqueles cientistas que as disparidades entre os elementos dos pares examinados, eram enormes, principalmente, no tocante aos caracteres psíquicos. Se o *comportamento* dos pares examinados, coincidissem nos aspectos sobre que as diferenças recaíam, isto é, se os gêmeos observados por Müller denunciasses diferenças da mesma natureza das apresentadas pelos pares estudados por Newman, as conclusões poderiam autorizar uma discriminação, ainda que provisória, entre os caracteres passíveis da ação do meio e os que lhe resistiram. Tal porém, não se deu. Jennings, que nos relata observações dos dois cientistas diz: “O referido par de gêmeos” — alude aos espécimens de Newman — “contrariamente ao que era de se esperar, revelou diferenças” (entre os membros) “justamente, naqueles traços em que o par de Müller havia demonstrado semelhanças e semelhanças, nos traços em que o par de Müller demonstrara diferenças” (4).

Por aí se poderá aquilatar as dificuldades insuperáveis com que esbarrará quem se proponha a extremar, entre pessoas sem parentesco biológico, o que possuem de inato daquilo com o que o meio teria concorrido para sua formação. Se a distinção depara com tais e tão grandes empecilhos, quando empreendida em relação a indivíduos tomados em pequeno número, que poderemos

(4) Jennings — ob. cit., página 176.

esperar dos cotejos de massas? Como poderá o antropologista, no confronto das gerações passadas com a atual, distinguir entre o que persevera por força da tradição, e o que denuncia reversão ao tipo ancestral? Porque a distinção — não haja dúvida — é condição *prévia* e *fundamental* para a filiação “atávica” de que tanto se abusa, de comportamentos coletivos atuais a outros da mesma índole revelados por gerações passadas. O *atavismo*, em linguagem científica, é segundo os léxicos especializados “a reversão ao tipo ancestral, de estrutura ou de função” (5).

A teoria hereditária em vóga, baseada nas combinações dos cromosomas, que são os portadores dos caracteres que se transmitem de ascendentes a descendentes — considera eventualidade genética em que o defeito aparente nos ancestrais remotos, poderá passar despercebido pelos descendentes próximos e explodir em descendente distanciado. Os dois ancestrais remotos poderiam apresentar anomalia do mesmo atributo e, entretanto, nas combinações imediatas dos fatores hereditários poderão ocorrer combinações em que o defeito não apareça porque um dos genitores supre com fator normal, a deficiência com que o outro contribue. Mas a coincidência dos fatores defeituosos, que não se verificou na primeira ou na segunda geração, poderá ocorrer na terceira ou na quarta. Daí a irrupção no descendente remoto, de defeito de que se não ressentiam os que se interpuseram entre êle e o distante ancestral. A filiação da anomalia apresentada pelo descendente considerado, ao que, em grau longinquo, igualmente, a apresentava, corresponde ao que os antropologistas no-

(5) Gold's Pocket — Prononuncial Medical Dictionary.

meiam por *atavismo*, *regressão atávica* e por expressões semelhantes.

4. Mas, como dizíamos, a distinção entre o *hereditário* e o *adquirido*, na integração da personalidade, é indeclinável para que possamos atribuir a atavismo as manifestações de comportamento da mesma natureza, em gerações sucessivas.

Assim, por exemplo, para que o sr. Gilberto Freire pudesse, concientemente, inerepar a práticas eróticas dos “moleques” das “*casas grandes*”, a precocidade sexual do menino brasileiro, *em massa*, era impreterível que pudesse êle rastrear na prematura iniciação sexual daqueles antepassados nossos, o sinal diacrítico de *taras hereditárias*, inconfundíveis com hábitos adquiridos nos meios em que viviam. Para que Azevedo Amaral, cuja opinião o sr. Gilberto Freire perfilha, estivesse habilitado a surpreender na “fisionomia coletiva” de nossa geração, “inequívocos vestígios dos estígmias hereditários” vislumbrados nos pioneiros da colonização — cumpria, antes de mais nada, que estivesse certo de que as manifestações contemporâneas que observou, constituíam “taras hereditárias” e não hábitos contraídos na vida. A não ser que pudesse o sr. Paulo Prado fazer a mesma distinção, não estava habilitado a buscar inspirações nas pretensas influências ancestrais da luxúria e da cobiça de nossos avós, para pintar o “Retrato do Brasil”.

OS CARACTERES ADQUIRIDOS NÃO SE TRANSMITEM, HEREDITARIAMENTE

1. Os fatores hereditários são impermeáveis às aquisições do *soma*. O homem pode melhorar ou piorar, sob a influência das impressões que o afetam, durante a vida, mas essas accessões se extinguem com êle, não se transmitem aos descendentes — sejam elas boas ou más. 2. As teorias de Lamarck estão desacreditadas e a transmissibilidade dos caracteres adquiridos constitue uma tentativa para sua reabilitação científica. O sr. Gilberto Freire continua, apesar disso, *lamarquista*... As experiências de Pavlov e Mac Dougall são o falso ponto de apóio de sua fé. 3. Conclusões precipitadas. A reiteração do *comportamento* humano em estádios sucessivos explica-se pelo aproveitamento da tradição no esforço de adaptação a condições similares. A influência do meio. A função do meio na criação de hábitos sexuais. O sr. Gilberto Freire continua na berlinda... 4. A personalidade social do homem. Os males do brasileiro são transitórios e remediáveis. "O Brasil está nos cueiros". Dentro de cada um de nós o homem da cidade convive com o sertanejo.

1. A premissa que assentamos, como único ponto de partida para as conclusões a que, com tanta temeridade, se abalançaram os historiadores, não se baseia em méras presunções mas pelo contrário tem por si o testemunho irrefragável de verificações reiteradas e múltiplas. Em linguagem científica, sua expressão clássica

é a seguinte: *Os caracteres adquiridos não se transmitem hereditariamente.*

Demos início ao inquerito com uma das mais abalizadas opiniões, a do grande biologista Jean Rostand: “Cumpre-me responder agora” — diz êle — “a uma pergunta, que alguns leitores terão formulado a si próprios, provavelmente. Estes *gênes*, que nos acondicionam, que nos dirigem, que fazem de nós, em grande parte, o que somos, não se poderão modificar, alterar, para melhor ou para peor?”

Eis aquí um homem, que não foi contemplado na loteria do nascimento, a não ser com *gênes* medíocres, no que concerne ao vigor físico. Não poderá êle corrigí-los pelo regime, pelo esporte, pela hygiene, de maneira que possa legar à sua prole patrimônio hereditário um pouco melhor? Quando jornalistas entusiastas proclamam que o esporte deverá melhorar a raça, é porque crêem, implicitamente, na ação benéfica do exercício, do treinamento sobre os cromosomas humanos. A tal respeito, as lições da biologia são formalmente negativas. Nada se consegue sobre os *gênes*; teremos que nos resignar ao que a sorte nos deu. Um indivíduo, genéticamente débil, poderá certamente, por adestramento metódico e racional, obter o melhor rendimento de seu sistema muscular; poderá, até, tornar-se campeão de tenis. Um outro, genéticamente tolo, poderá por uma cultura inteligente alcançar o maior resultado de seu cérebro: talvez, tornar-se ministro ou acadêmico... Mas, tanto um como o outro, conservarão seus pobres *gênes* nativos e serão êles que deixarão, como patrimônio, a sua prole, se a lograrem.

Inúmeras experiências feitas sôbre o animal demonstraram a intransmissibilidade do *adquirido*. Se, pois, as aquisições do indivíduo permanecem pessoais;

se elas, jamais, se inscreverão nos gênes para passar à descendência, é preciso que, uma vez por todas, se renuncie ao ingênuo otimismo sociológico que se jácta de emendar as qualidades inatas do homem, por êsses meios externos, que são a cultura e a tradição. A ilusão é tão grosseira, como seria a que consiste em se acreditar que se obteriam filhos brancos de pais negros, pintando-se êstes de branco!

Esta noção da ineducabilidade dos cromosomas não deixa de ser, à primeira vista, desconcertante e desalentadora. Conheço muitos pais que não se podem conformar à idéia de que sua experiência pessoal seja perdida para os filhos. E, no entanto, há nisso igualmente, alguma coisa de confortador, e é que, se os cromosomas humanos não registam o bem, não registrarão, também o mal. Os progressos sociais não se implantam no homem, mas, em compensação, não se implantarão as regressões, os erros, os preconceitos. Todo ser humano, onde quer que esteja e a qualquer momento que seja, traz consigo, ao nascer, um fundo de humanidade intácta. Poder-se-ão nazificar os cérebros, mas não assim os cromosomas..." (1).

Uma infinidade de fatos persuasivos e perfeitamente accessíveis ao discernimento vulgar, demonstram, de modo cabal e definitivo, que tudo aquilo que o homem, por qualquer modo, adquire na vida — por sua iniciativa, como as modificações, de qualquer natureza, que o meio, mau grado seu, imprime em sua individualidade; os variados trajetos nervosos que as penosas acomodações ao ambiente, estabelecem em seu organismo; os hábitos, os dados da experiência, da instrução, do exercício, da tradição, assim como os vícios, os desvios, as

(1) Jean Rostand — "Hérédité et Racisme" — col. "nr1" — nas páginas 43 a 46.

perversões que contrai — tudo enfim, que accede à *personalidade inata*, tem sua duração limitada à existência individual; com o indivíduo se sepulta, não passa aos descendentes. Ao escrínio em que se encerra o legado paterno e em que, através das gerações, se transmitem de pais a filhos, os dados hereditários, não têm acesso as aquisições individuais.

Na “Aventura humana”, outra joia do fino lavôr de Jean Rostand, confirmando o princípio da intransmissibilidade dos caracteres adquiridos, diz “A concepção *weissmaniana* da continuidade do plasma germinativo, está hoje em dia, bastante alterada. Contudo, em suas linhas gerais, a teoria de Weissmann é bastante exata. Todo germe é a continuação, em sua substância, de um germe precedente. A cadeia germinal estende-se de uma geração à seguinte.

O germe produz um corpo — o soma — que fatalmente, perece, ao cabo de um certo tempo; produz também um novo germe, o qual, sendo favorecido pelas circunstâncias, também dará, mais tarde, um novo soma transitório e um novo germe ápto a lhe sobreviver. Ao soma, irrevogavelmente mortal, opõe-se sempre o germe, potencialmente, imortal.

Este germe imortal *parasita* o efêmero soma que o abriga e nutre. O adventício encerra o fundamental; o caduco protege o perene. Aquí uma questão se propõe. Pode o germe sofrer a influência das modificações sofridas pelo soma que o alimenta? Será o parasita influenciado pelo hospedeiro?

A resposta é terminantemente negativa. O germe não é influenciável pelo soma. Os cromosomas germinais nunca se alteram e uada refletem daquilo que sofre o organismo que os encerra.

Ora, se os gênes despresam a aventura somática, nada do que o indivíduo adquire, física ou psíquica-

mente, na vida, pode passar a sua descendência. Esta é, realmente, a conclusão da biologia que não deixa de ser um tanto desanimadora. Devem os sociólogos renunciar à idéia tão sedutora, da possibilidade de um melhoramento biológico pela sucessão das gerações.

Certamente, pela transmissão dos conhecimentos, pela palavra e pelas obras, cada geração se aproveita dos progressos de suas predecessoras. Jamais, porém, essa "hereditariedade social" se converterá em hereditariedade natural. Substancial e cromosômicamente, os homens do século XX, vestidos, educados, argutos, são iguais aos lascadores de pedra do pleistoceno. Sua carne, verdadeiro anacronismo vivo, é contemporânea das idades pré-históricas. Nada da civilização se lhes incorporou, nada do passado humano penetrou em suas medulas. Podem, é inegável, satisfazer às mais complexas exigências da sociedade moderna, instaurada por seres idênticos a êles. Não têm porém, maior propensão a serem justos, a serem inteligentes, pacíficos e altruístas do que seus avós da era das cavernas.

"O genero humano", escrevia Bonald "renasce a cada geração. O pequeno homem que, no momento atual, abre seus olhos à luz do mundo civilizado, nasce exatamente igual ao que proveiu, ha 50.000 anos, dum agrupamento cromosômico inteiramente idêntico ao seu. O ser que, hoje em dia, emite seus vagidos dentro de um berço civilizado, é um verdadeiro remanescente de Cro-Magon" (2).

2. Wells e seus colaboradores d'"A Ciência da Vida", encaram a questão, sob o ponto de vista histórico. Remontam sua gênese a Lamarck, segundo o qual, "as transformações de uma espécie resultavam da herança

(2) Jean Rostand — "A Aventura Humana" — Edic. Cultura Brasileira, páginas 167 a 169.

acumulada dos esforços feitos pelos indivíduos que a constituem". As modificações impressas no organismo pelo meio ou pelo esforço individual, e repetidas em gerações sucessivas, acabavam, segundo Lamarck, por se inscrever no plasma germinativo e por se tornarem hereditárias. É clássico o exemplo da girafa que, obrigada pelo esforço de adaptação a distender o pescoço para buscar o alimento nas elevações inacessíveis, teria obtido o alongamento dele e essa alteração, ao cabo de muitas gerações, ter-se-ia transformado em atributo hereditário de sua ordem zoológica. Assim como o exercício intensivo do órgão concorreria para seu desenvolvimento na espécie, seu desuso devia determinar a atrofia dele. Seria essa a história dos órgãos inúteis dos animais, como as "pernas traseiras da balêia, que foram reduzidas a meros vestígios, quando esses mamíferos aquáticos abandonaram a terra firme, para viver nadando nos mares" (3). A teoria de Lamarck caiu em descrédito, tal o número e a importância dos desmentidos que sofreu. Pretendem revivê-la os *não-lamarckistas* com a afirmação de que os caracteres adquiridos são transmissíveis por herança. Entendiam os sectários de Lamarck que não somente as células germinais, mas o soma inteiro contribua para engendrar o novo ser. O embrião era uma continuação protoplásmica dos pais. Darwin foi, de certo modo, partidário da contribuição dos caracteres adquiridos, como causas da evolução. O corpo, segundo êle, por todas suas partes, emprestava ao embrião as *gêmulas*, que eram os artífices do ovo, "indo cada *gêmula* para a parte homóloga à parte do corpo paterno ou materno de onde teria ela provindo — isto é, para a cabeça, para o estômago, para

(3) H. G. Wells — Julian Huxley — G. P. Wells — "A Ciência da Vida" III — Evolução dos Sêres vivos. Ed. Bras. José Olímpio, à página 214.

os ouvidos, para os pés — de maneira que a criança, ao formar-se, adquiria todos os caracteres de seus pais. E' fácil compreender" — comentam nossos expositores — "desde logo, de que modo se explicaria, dentro dessa hipótese, a herança dos caracteres adquiridos. Se o pai ou a mãe sofriam, por exemplo, uma lesão num braço, capaz de afetar as *gêmulas* que partiam dos braços para as células germinativas, a criança poderia nascer com a mesma lesão no mesmo braço. Era essa a opinião que prevalecia, com ligeiras variações, antes do descobrimento dos cromosomas" (4).

Hoje não se admite isso. O plasma germinativo não sofre as influências do corpo, de que está, desde sua formação, separado.

As modificações que o corpo sofre não se refletem nas células germinais. Weismann cortou, durante gerações e gerações, a cauda de ratos e, não obstante, continuaram os descendentes a nascer com cauda. Os judeus e os muçulmanos praticam, ha centenas de anos, a circuncisão dos neófitos e não se sabe, até hoje, de semita ou muçulmano que haja nascido com o prepúcio cortado. Os selvagens impõem-se mutilações voluntárias dos lábios, da cabeça, das orelhas, do nariz, mas seus pósteros não apresentam vestígios das modificações praticadas pelos ancestrais. "O mais familiar dos exemplos, é todavia, a ausência de qualquer efeito hereditário em matéria de linguagem. Não somente as crianças inglesas precisam aprender sua propria lingua, como não a aprendem sequer mais depressa do que aprenderiam o francês ou o português, se fossem criadas num lar onde se falassem essas linguas. A lingua é um hábito de todos os dias e de todas as horas; entretanto, nada que lhe diga respeito passou para a constituição here-

(4) "A Ciência da Vida", páginas 214 e seguintes.

ditária — nem as palavras, nem as idéias, nem a gramática, nem os acentos” (5).

O sr. Gilberto Freire é partidário confesso da transmissibilidade dos “caracteres adquiridos”. Com isso se mostra coerente, pois, de outra forma, não se justificaria da prodigalidade com que increpa manifestações contemporâneas de nosso caráter a estíguas hereditários. A experiência em que se apoia o antropologista para sustentar sua opinião insulada, é a dos “reflexos condicionados”, relatada por Pavlov e por Mac Dougall.

Referindo-se aos trabalhos deste último, diz o insigne Jennings: “Vindos depois daquela série de precedentes malogrados, os estudos de Mac Dougall foram acolhidos com o mesmo ceticismo. A opinião que, de longa data, prevalece entre os biólogos, é que a hereditariiedade dos caracteres adquiridos em organismos superiores aos Protozoários, não está, por ora, demonstrada. E cresce sempre, a convicção de que não há o que explique tal hereditariiedade nos organismos superiores. É certo que se pôde demonstrar, como vimos, que a ação direta de certos agentes ambientais sobre os gênes engendra, geralmente, mutações prejudiciais. Mas supor que as teclas germinais têm disposição a reproduzir hábitos ou outros caracteres, adquiridos pelos genitores, em determinadas condições é cousa muito diferente” (6).

3. Sòmente por abstracção, poderemos emprestar à coletividade caracteres, hábitos ou tendências, uma vez que, na realidade, constituem êles dons *individuais*, de origem hereditária, ou adquiridos em vida. A frequência de dados atributos nos indivíduos que compõem as massas,

(5) H. G. Wells — ob. cit., página 220.

(6) Jennings — ob. cit., página 306.

é que nos permite reportá-los a estas. Sua preponderância porém, só poderá ser verificada por métodos estatísticos. Agora é que se esboçam as primeiras tentativas desse gênero. Disso não se tinha a menor idéia no passado. As generalizações a que se abalançam nossos historiadores são por isso, fundadas em observações esparsas, colhidas em fontes que não oferecem a menor garantia de exatidão: cartas de clérigos, atos públicos obscuros e ambíguos, referências vagas de viajantes apressados que, nos primeiros séculos de nossa existência, nos visitaram. É evidente que com tais subsídios, não estão habilitados os linhagistas de nosso caráter a desencantar na mentalidade longinqua dos primeiros habitantes da Terra, a gênese atávica do que hoje somos.

A vida só é possível para quem consegue adantar-se às suas contingências. No trabalho de adaptação, defronta inúmeras vezes, a coletividade com vicissitudes semelhantes às por que passaram as gerações precedentes; daí, recorrer à experiência dos predecessores, que a tradição lhe põe nas mãos. Por outro lado, por mais diferentes que sejam os indivíduos, seu comportamento é, em linhas gerais, semelhante. Essa uniformidade de comportamento, em presença das mesmas contingências, é que permite a previsão dos atos humanos. O complexo de relações que se estabelecem entre os indivíduos e o meio suscita atitudes, engendra mentalidades, cria hábitos, tendências e inúmeros outros estados psíquicos da mesma índole dos que apresentaram antepassados seus, sob a injunção de circunstâncias objetivas análogas.

Nossos pensadores, freqüentemente, ao envê de atribuírem essa reprodução de comportamento a contingências objetivas, que provocariam em gerações várias as mesmas reações, imputam-nas, de preferência, a fatores subjetivos. A reincidência de mentalidade não seria,

dess'arte, uma conseqüência de estímulos externos da mesma natureza, determinando em sôres, em linhas gerais, semelhantes, reações da mesma tonalidade, mas se explicaria pelas peculiaridades individuais, mantidas através dos tempos, graças ao "atavismo" e a outras abstrações, que responderiam pela filiação, umas às outras, de coletividades que se sucedem.

Pensamos que não há por que apelarmos para razões sutis e obscuras na explicação de fatos, do momento em que comportem uma explicação simples e curial. Para nós, por exemplo, os hábitos sexuais dos "meninos das bagaceiras", em que o sr. Gilberto Freire indigita o germe da precocidade erótica do brasileiro, não exprimem outra coisa que uma forma de exercício de funções próprias a órgãos áptos a executá-las, na medida das possibilidades que o meio lhes proporcionava. Sob a sugestão onipresente do coito animal, os meninos das *casas grandes* saciavam os pruridos da carne, como podiam: nos animais domésticos, que prestavam a mesma serventia aos machos de suas espécies; ou nas pretinhas escravas, que tinham ao alcance das mãos. Não procederiam de outro modo, menores normais de qualquer outra estirpe, com o mesmo nível mental e sob a injunção das mesmas circunstâncias.

Dessas práticas triviais entre camponeses, (7) entretanto, não poderia resultar a "precocidade sexual do brasileiro", como *temperamento adquirido* e transmissível por herança. Dizer-se que, nos hábitos sexuais daqueles antepassados, reside a gênese da lascívia prematura do brasileiro, é um dislate, como tantos outros, que passam entre nós por concepções geniais...

A única via de transmissão de caracteres hereditários é, como já o dissemos, a biológica. A conjunção

(7) "A vida sexual" — Egas Montz — à pagina 284.

sexual fecunda é que assegura a continuidade genética, pela qual os indivíduos de uma progênie recebem de seus ancestrais, em sucessão infinita — pressuposta a fecundidade indefectível dos sucessores — os caracteres diferenciais de família. Não ha transmissão de outra natureza, nem em maior extensão. A ligação biológica humana se processa de indivíduo para indivíduo, sempre em linha réta. Como os indivíduos se caracterizam pela extrema variabilidade de atributos, de forma a não ser possível que se encontrem dois com idêntica composição hereditária — segue-se que a investigação da hereditariedade progressa, por unidade, desfecharia em tal dispersão, que não poderia interessar aos objetivos dos sociólogos, consistentes na perquirição daquilo que é uniforme nos membros do agregado; do que os indivíduos têm de comum.

Por outro lado, a pesquisa individual, em tão avultado número, seria inexequível. Restaria o expediente da determinação estatística dos atributos raciais. Nenhum agregado humano, entretanto, apresenta composição racial da mesma natureza. Povo algum é homogêneo em sua composição étnica.

Dentro de uma nação, de um estado, de uma cidade são sempre, múltiplas as combinações raciais. Assim sendo, o estudo das coletividades pelos contingentes raciais que hajam contribuído para a formação delas, não satisfaria, tal como não satisfaz o dos indivíduos.

4. Onde então, iremos encontrar aquela parte da personalidade em que os indivíduos se assemelham, como membros do agregado? A esfera de ação comum, que nos permite, pelo que fariamos, prever o que fariam nossos semelhantes? Reside naquilo que a sociedade ajunta ao indivíduo. Essa área de compreensão é for-

mada pela tradição, pelas conveniências sociais, pelas injunções naturais e pelas artificiais, criadas pelo homem. A experiência dos predecessores, acolhida como orientadora da vida contemporânea; a unidade de circunstâncias naturais, que provocam nos indivíduos congregados, as mesmas reações; as normas legais, os costumes, a imitação são, entre inúmeros outros, fatores que contribuem para emprestar ao indivíduo personalidade social e que permitem a investigação e o conhecimento aproximado do comportamento dos conjuntos humanos estáveis. É esse o único campo de investigação que poderá interessar, pois é o que se representa no mundo, por entidades reais: as nações, os estados, as cidades e todas as demais modalidades coletivas em que a humanidade se reparte. Sendo esse fundo comum constituído de aquisições dos indivíduos, em vida, acrescidas pelo meio ao substrato hereditário e, portanto, de elementos intransmissíveis, como demonstramos — é conclusivo que, por ora, pelo menos, não dispomos de recursos para determinar, nas sociedades híbridas que conhecemos as origens genéticas do comportamento humano, com caráter de generalidade. Temos que nos limitar ao estudo do que existe, como realidade transitória. O passado pesará, apenas, como fonte de tradição para a uniformidade atual. Sob esse aspecto é imenso o papel que cabe ao meio, na configuração coletiva. Se não consegue o homem “nazificar” os cromosomas, como pitorescamente, diz Jean Rostand, entretanto, “poder-se-ão nazificar os cérebros”. E isto constitui um meio consólo para os que confiam na reforma da humanidade. Em cada geração terá o homem que retomar a educação da massa, mas enquanto velar por ela, poderá alcançar alguma coisa.

De outra forma, como se explicaria que a Alemanha e a Itália ultra-liberais se convertessem ao ultramon-

tanismo *fascista*? E que a Rússia *tzarista* e capitalista se transformasse na pátria do proletariado?...

Todas as baldas que a crítica histórica vislumbra no caráter do brasileiro são devidas a causas transitórias. Muitas delas são males da infância. É tão difícil prever a fisionomia do Brasil futuro pelos traços que hoje, exhibe, como seria prefigurar o adulto, que se entremostra na criança que engatinha. Todos os povos do mundo passaram pelas mesmas emergências por que hoje, passamos. O Brasil está nos cueiros. A relativa facilidade com que incorporou a sua vida hábitos, costumes, instituições de povos adultos, não inculca sua maioridade. Com a mesma naturalidade com que maneja o canhão, não admira que o deixe, para empinar o papagaio. Não é difícil reconhecer em inúmeras atitudes nossas, mentalidade primitiva, não porém, por obra de influências atávicas, mas pela persistência de condições que favorecem sua sobrevivência. As conquistas mais avançadas da civilização e muitas tradições coloniais vivem, lado a lado, no Brasil.

Essa incongruência não escapa à observação dos estrangeiros. Louis Mouralis, a quem já nos referimos, diz: "Ora, esta oposição entre a praia e o sertão encontra-se, de algum modo, na alma dos brasileiros. Parece que duas forças a produzem. De certa forma, domina-os a civilização ocidental; êles se adaptaram às vezes, com grande habilidade, a seus usos, a seus ideais; a sua cultura; participam de suas paixões, de seus gostos, de suas modas. Entretanto, uma parte de cada um deles se subtrai, irredutivelmente, a essas influências; e esta parte cuja importância êles não reconhecem, de boa vontade, é orientada pelos ideais, as paixões, os gostos de um sangue, que nada tem de europeu. Ela forma uma região obscura, mas presente em quase todos, mesmo nos mais civilizados, nos mais "parisienses".

Poderá ela escapar à observação superficial; é difícil reconhecê-la, não é fácil que a gente se oriente no seu conhecimento. Entretanto, somente a este preço é que se poderá compreendê-los, mais ou menos; que se explicará o procedimento deles, muito diferente, às vezes, de suas palavras; seus sentimentos contraditórios, suas mudanças bruscas de idéias e de atitudes que, por momentos, surpreendem o estrangeiro.

O sertão, por outro lado, contribuiu em grande escala, para plasmar a alma brasileira. Ele ocupou um lugar de primeira ordem, na formação histórica do país, constitue uma parte, muitas vezes inconsciente, mas sempre presente na alma dos nacionais" (8).

Inúmeras expressões de nossa mentalidade de povo em que os linhagistas indigitam a traça de estrutura definitiva, não passam de sobrevivências primitivas, que ainda não tiveram tempo de sofrer a influência modeladora das culturas superficiais que lhes sobrevieram. Ao envês de aprimorá-las, as condições que acompanharam essas tradições pelo tempo em fóra, conservaram sua feição originária. Até um certo ponto, fenômenos análogos ocorrem em todos os agregados humanos, onde quer que se encontrem. A imprevidência, a impulsividade, a sugestionabilidade constituem características das massas humanas; mas nas nações adultas, as culturas que se superpuseram à mentalidade originária, agiram por tempo bastante, para deixarem sedimentos de sua influência, para impregnarem os costumes, os hábitos, o comportamento do povo, de impressões e móveis novos; para inibirem, em certo grau, impulsos virgens, para dar-lhes orientação consentânea com o nível mental do povo. Não é necessário que emprestemos a essas sobrevivências, entre nós, o caráter

(8) Louis Muralis — ob. cit. As páginas 47 e 48.

de atavismos, para explicar sua perseverança. Um século, se tanto, de vida mediocrementemente, civilizada, constitue muito pouco para imprimir num povo sua índole definitiva, mórmente, diante da descontinuidade das influências modernas, do momento em que se podem contar no Brasil, os oasis de civilização, em meio de desertos de vida quase primitiva. Agora é que começam os sertões a se embeber das influências litorâneas. Ainda assim, porém, não é difícil que se surpreendam, nas cercanias dos grandes centros, exemplares autênticos do Brasil colonial. Todos nós, graças à ação propícia de condições múltiplas, guardamos, ao lado dos dons da cultura moderna, reminiscência boas e más desse passado que a tradição nos trouxe. Com matizes vários, não é difícil reconhecer em estádios sucessivos de nossa vida, os mesmos hábitos, os mesmos sentimentos, os mesmos impulsos, os mesmos pendores que presidiram a nosso nascimento, conservados por toda sorte de condições que propiciaram sua sobrevivência.

A corrente que nos liga ao passado mais remoto não sofreu remissões; não se enfurnou aqui, para repontar inesperada, em geração posterior, depois de haver deixado imune as gerações intermédias — caso em que poderíamos atribuir à regressão seu reaparecimento. Ao contrário: poderemos acompanhar todas nossas tradições, desde sua nascente até hoje, fluindo, ininterruptamente, à superfície e ladeadas em toda sua extensão, por circunstâncias que velaram por elas. Tudo o que, de longa data, conservamos, é consequência de causas objetivas, afins, que perduraram. Alterações na aparência destas, faz crer na existência de estados diversos, mas à análise, a analogia se revelará.

NOSSOS MALES SÃO HUMANOS

1. Nosso temperamento sexual. O exclusivismo amoroso, o ciúme, a subalternidade da mulher são consequências, no passado, da escassez da fêmea. 2. Se no passado, os impulsos sexuais se exaltavam pela falta da mulher, hoje, mantém sua tensão, como reação dos imperativos orgânicos à intolerância da moral. 3. Fatores do sexualismo: o *cromosômico* e o *endócrino*. A lição de Gregório Maraion. 4. O caciquismo, o nepotismo, o filhotismo, o cabotinismo, que já existiam, ao tempo de Saint-Hilaire, perduram, ainda hoje, por força de condições propícias. Nitidos fenômenos de massa. 5. As massas são egoístas; não têm impulsos superiores, espontâneos. O comportamento delas está em função direta das injunções exteriores. O *homem-massa* e o *homem seléto*, segundo Ortega y Gasset.

1. O exclusivismo amoroso do brasileiro, seu ciúme vesânico e agressivo e a indisfarçável subalternidade da mulher no casal, encontram em nosso passado mais pro-vectos antecedentes que dão que pensar sobre sua natureza hereditária. Entretanto, em todas as disposições dessa índole, através dos quatrocentos anos que nos separam de sua primeira aparição, encontraremos, indefectivelmente, estímulos externos que explicam sua perseverança, sem necessidade de as atribuirmos a nossa *estrutura* moral. Esse comportamento sexual exclusivista surdiu de contingências tão evidentes, que seria

ocioso escutar-lhe outras causas. Na escassez de mulheres, teve sua origem. Tão aguda foi, a certo tempo, a carência do sexo fraco, que os próprios jesuítas não tiveram pejo de apelar para el-rei, pedindo-lhe que mandasse para cá, “mulheres brancas, mesmo erradas, que casariam” (1).

“Todos se me escusam” — referia Nobrega — “que não têm mulheres com quem casem, e conheço eu que casariam, se achassem com quem em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sobre ela e a quem a haveria por mulher, e uma escrava do Governador lhe pediam por mulher, e diziam que lha queriam forrar” (2).

E Pedro Calmon comenta: “Quantas chegassem, casavam-se, prosperavam e ainda os esposos tinham de vigiá-las, com seu feroz ciúme mouro, tão raras, tão espiadas, tão comentadas eram na pequena cidade, na sociedade misturada. No começo da colonização litorânea, como no da exploração mineira, a nostalgia da mulher européia oprime o *clan* pobre”: “... Porque — escreveu ainda em 1731 o capitão general D. Lourenço de Almeida — em todas estas minas não há mulheres que hajam de casar, e quando há alguma (que são raras) são tantos casamentos que lhes saem, que se vê o pai da noiva em grande embaraço sôbre a escolha que há de fazer do genro...” (3).

Saint-Hilaire registra, a cada passo, em seu diário de viagem, a reclusão das mulheres, por onde passou. Poucas foram as que lhe deram, o ar de sua graça e, ainda assim, às furtadelas.

(1) Pedro Calmon — História Social do Brasil — I Tomo, página 95. No mesmo sentido, Gilberto Freire — “Sobrados e Mucambos”.

(2) e (3) Pedro Calmon — obra e lugares citados.

Quem conquistava a fêmea branca, defendia a ferro e fogo, sua posse. Senhores de barão e cutelo, desde cedo, nossos arrogantes antepassados acostumaram a enfeixar, sob o mesmo título de propriedade, tudo o que, porteiras a dentro, se encontrasse em seus domínios: a terra, o engenho, o escravo, a rês e a mulher. Sobre sua fazenda, gozavam de poderes incontrastáveis. A mulher, por sua parte, conformava-se com a ascendência do *senhor seu marido*, por amor, umas vezes; por força da tradição, outras e, em última análise, para não incidir nas iras de sua justiça inexorável.

Da Colônia para cá, a mentalidade conjugal não apresentou alterações sensíveis. A tradição foi, avaramente, conservada, pelos que lhe desfrutavam os benefícios, à custa do falseamento de dogmas cristãos e a pretêxto de resguardarem a dignidade do lar. U'a moral a rede codimenta essas tradições. Os adultérios mais descarados do marido capitulam-se de peccadilhos desprezíveis, do mesmo passo que se dá carta branca aos celerados da peor espécie para os *desagravos* da honra. As abstratas e equívocas disposições legais não conseguem realizar a equiparação dos cônjuges, uma vez que da generosidade do gêrente da economia doméstica depende a subsistência da consorte. A que ousa rebelar-se, quando consegue escapar à pistola justicadora — terá que enfrentar cá fóra, a turba dos lapidadores, sempre de guarda à honra da família... Caixa da família e guarda cioso do decôro conjugal, por consenso unânime da tradição, da moral, da igreja e da sociedade, nada deve o marido de hoje a seu homólogo truculento da era vicentina.

2. Manifestação da mesma índole, que podemos acompanhar em toda nossa vida de povo, e que já vimos capitulada como herança atávica, é a absorvente pro-

cupação sexual do brasileiro, que Gilberto Freire, imprópriamente, chama sua precocidade erótica.

O comportamento sexual dos primeiros povoadores, em que os antropologistas indígenas lobrigam a gênese da lascívia que, a seu ver, constitue traço de nossa estrutura constitucional — nada tinha de singular, que se não possa explicar pela natureza dos estímulos a que estava condicionado. Circunstâncias, perfeitamente, inteligíveis explicam a incontinência sexual de nossa prehistória. De pecados semelhantes — se como tal devem ser capitulados — nenhum povo dos que mais ascenderam no mundo, poderá dizer-se imune. A mais que provável exuberância orgânica dos que, nos primeiros tempos, arrostaram as dificuldades de nossa natureza virgem, não seria natural que escapasse ilesa a provocante nudez da índia brasileira. Nem mesmo os religiosos, abastecidos com os mandamentos severos da doutrina cristã e com os hábitos da vida civilizada de além-mar, conseguiram resistir-lhe sempre. Aliás, o conhecimento que temos desses episódios da vida precolonial brasileira foi formado através do testemunho menos equânime com que se poderia contar, no tocante a assuntos sexuais — o do jesuíta.

A falta de recato, muito natural na época, entre os que, então, se acasalavam, havia de, necessariamente, escandalizar os que aqui vinham com o propósito de salvar os colonos das penas do inferno.

Não obstante, porém, a visão humana do jesuíta teve misericórdia para compreender que à contingência inevitável, mais que à perversão, cabia a responsabilidade do mal. "Todos se me escusam que não têm

mulheres com que casem e conheço eu que casariam, si achassem com quem...”, dizia Nobrega em uma de suas cartas a el-rei. Não era na extensão, mas na natureza do amor, que estava o pecado. O amor ilícito, exercido sem a benção da igreja, é que inquietava os jesuítas. A mancebia é que não toleravam. E como êles próprios não estavam isentos dos preconceitos raciais da época, que não perdoavam as uniões híbridas, apelavam para o rei para que mandassem para cá, “mulheres brancas”, “mesmo erradas”, que todas se casariam.

Para se explicar a perseverança do propalado erotismo do brasileiro excusa recorrermos a magias atávicas.

Em nenhuma parte revestiam a severidade que aquí se nota, as inibições a libido. As disposições legais; os costumes sociais; as normas religiosas que, no Brasil, visam a regular as relações dos sexos, pelo rigor com que procuram resguardar a virgindade física e moral da mulher, não têm correspondente em parte alguma do mundo.

A contrariedade que se opõe à satisfação sexual, determina reação da mesma fôrça, pois, como diz Marañon, “é típico do amor” crescer e fortificar-se, diante dos obstáculos” (4). Por outro lado, a sombra de mistério que acompanha no Brasil, tudo o que concerne ao sexo, e que véla o interesse mental do adolescente por essa cortina de fumaça contida na locução “coisa feia” — atíça, precocemente, sua curiosidade, o que não se daria se a ignorância dos responsáveis pela criança lhe não fornecesse esse estímulo. O que se passa, entre nós, é impossível de acontecer nos países em que a união dos sexos é encarada de modo mais natural. Expli-

(4) Gregório Marañon — “Estudios de Endocrinologia” — Espasa-Calpe — Argentina S/A — à página 100.

ca-se assim, a origem da versão segundo a qual os povos se distribuem, no tocante aos impulsos sexuais, em apáticos e ardentes, quando a verdade é que tudo corre por conta das influências precoces e das sugestões do meio, com os limites, já se vê, das particularidades individuais.

Além desses fatores de ordem geral, que contribuem para a conformação sexual dos indivíduos sujeitos a sua influência — há os de ordem pessoal, variáveis de indivíduo, para indivíduo, quaisquer que sejam as latitudes em que se encontrem, e que não podem ser tomados como critério para determinação do temperamento sexual predominante nos agregados humanos, porisso que são pessoais. Em cada indivíduo operam de certa forma, realizando com o concurso daqueles fatores, tipos sexuais diversos.

3. Contribuem para o sexualismo dois fatores: o cromossômico, de fundo hereditário e o endócrino, a cargo das glândulas de secreção interna. Às secreções das glândulas internas cabe papel protetor da função.

“Agora, bem” — diz Marañon — “esta categoria “protetora” não se deve inferir que seja secundária, pois é tão enérgico seu poder de proteção, que pode chegar a mudar o sentido sexual do organismo, transformando, a favor da base bissexual, uma fêmea em macho ou um macho em fêmea, tanto no que respeita à morfologia, como ao instinto e à psicologia” (5).

Falando da importância do fator endócrino para dar o tipo sexual do indivíduo, ensina Marañon: “Estas glândulas extragonadais de ação sexual, são,

(5) Gregório Marañon — op. cit., às páginas 73 e 78.

principalmente, a tiroide (6). as suprarrenais e a hipófise. Seu modo de atuar é dúplice. Por um lado, favorecem em um sentido geral, o auge do sexo, qualquer que seja êste. Se o equilíbrio interno se rompe, por uma ou outra das referidas glândulas, vemos aparecer, invariavelmente, um transtorno do sexualismo; e assim, limitando-se à clínica, vemos que não há uma só enfermidade endócrina que não apresente entre seus sintomas os da *hiper* ou *hipofunção* genital" (7).

Está ao alcance geral o fato de verificação corrente de que a energia sexual está na dependência directa do funcionamento dos testículos e dos ovários — partes do organismo que rendem mais ou menos, segundo sua normalidade funcional e as particularidades constitucionais dos indivíduos.

As circunstâncias de ordem geral — leis, costumes, religião e outras — únicas capazes de influir, uniformemente, sobre a massa da população em que incidem, não são de molde a criar tipos sexuais, mas, quando muito, a favorecer disposições orgânicas, e como estas são, eminentemente, pessoais porque condicionadas a fatores hereditários e glandulares — segue-se que as primeiras a que nossos antropologistas emprestam comumente a responsabilidade da hiperfunção sexual que atribuem *ao brasileiro*, jamais poderiam produzir tais conseqüências, *com caráter geral*, senão operar, simplesmente, como estímulos, em indivíduos cuja conformação comportasse reações daquela índole.

Quando porém, contra tudo o que se pode, cientificamente, prever, tivessem tão funda repercussão no

(6) Entende o Prof. Pedro Pinto (Dic. de termos médicos, a página 305) que a forma *tiróide* está proscriita da terminologia médica, por errônea. *Tiróide* é o certo. Mantemos, não obstante, a primeira, amparados por Muraión.

(7) V. nota 5, na página anterior.

comportamento sexual, não haveria porque condenarmos os pacientes ao estigma de tara perpétua e indelével, uma vez que, consistindo em circunstâncias criadas pelo meio, a alteração deste, acarretaria modificação correlata na mentalidade sexual freqüente.

4. Um dos complexos mais vetustos e tenazes de nossa cultura de povo e que teve, sempre, logar destacado nas crônicas dos biógrafos nacionais e estrangeiros é o que relata Saint-Hilaire nestas passagens da descrição de sua "Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais":

"As capitánias" — diz — "tiuham à frente de seu govêrno *capitães generais*, cuja autoridade, quase ilimitada, era, ao mesmo tempo, civil e militar. Escolhiam-se sempre, grandes senhores que se queria favorecer, ou, às vezes, talvez, afastar do país. Livres de qualquer vigilância, saudosos dos prazeres de uma grande capital, cheios de desprêso pela região que governavam, devorados de tédio, não tendo mais iguais com quem tratar, rodeados de adúladores e de escravos, esses *capitães generais* entregavam-se bastante freqüentemente, a todos os caprichos do despotismo, e a voz do povo oprimido não podia chegar até os ouvidos do soberano, que residia além dos mares. Se alguém, sensível às injustiças, fazia, para queixar-se, uma viagem a Lisboa encontrava o trono cercado de amigos e parentes de seu perseguidor, e após despender somas consideráveis, voltava à patria acabrunhado de desgostos".

É sempre oportuno acompanhar o arguto cronista, através dos episódios que, com tanta fidelidade, sintetizou. "Alguns fatos que se passaram em Vila Rica" — exemplifica — "darão uma idéia apróximada dos atos de tirania a que se entregavam, às vezes, os capitães generais. Um governador exigira que se usassem os

cabelos cortados. Das janelas de seu palácio avistou um mulato que os trazia longos; mandou buscá-lo por soldados, e embora se tratasse de um homem livre, mandou amarrá-lo ao pelourinho” (8).

“Um capitão e um de seus soldados” — prossegue — “pretendiam ambos adquirir uma casa que se devia levar à praça. O soldado, tendo inútilmente, suplicado a seu chefe que não lhe fizesse concorrência, foi rogar ao capitão general que intercedesse em seu favor. Êste mandou convidar o capitão a renunciar à casa; êste último, porém, retorquiu que o negócio não era em absoluto, da alçada do general, que a casa lhe convinha, e que a arremataria. Por essa resposta, o general mandou prender o official, e o conservou recluso por vários mêses” (9).

Outra peça de convicção:

“Estava-se para executar um criminoso que fôra condenado à morte. O general mete-se em cabeça salvá-lo. Envia ao juiz um sargento e alguns soldados com ordem de reclamar o culpado, e de passar a fio de espada, todos os servidores da justiça, no caso em que se recusassem a atender à requisição feita. O juiz, a princípio, não queria deixar ir o criminoso; tornou-se mais tratável, porém, quando o sargento lhe deu a conhecer a ordem completa do general.

“Eu próprio” — depõe o expositor — “tive por assim dizer, sob os olhos, tristes exemplos da maneira tirânica com que certos capitães generais procediam, em relação a seus inferiores. Viajei, durante algum tempo, sôbre as pègadas de um homem que, tendo sido nomeado capitão general, acabava de se dirigir a seu posto. Antes da partida do Rio de Janeiro tinha arranjado uma comitiva de vis aventureiros, e essa tropa, avançando como

(8) e (9) Saint Hilaire — Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais — Tomo I — Ed. Brasileira, pág. 301.

que em terra conquistada, se tinha entregue aos mais monstruosos excessos, e espalhara, por toda a parte, o terror. O despotismo parecia tão natural aos administradores, que um capitão general, aliás notável por sua brandura e moderação, sustentou perante mim que, para serem respeitados, os capitães generais deviam manter-se a grande distância de seus administrados, e não ter com êles outras relações além das exigidas pelas necessidades administrativas.

Eis, mais ou menos, como êle se exprimia: “Os primitivos habitantes do Brasil foram, na maioria, homens de baixa condição, acostumados a extrema sujeição; comunicaram a seus descendentes êsse espírito de servilismo que é ainda reforçado pelos que constantemente, chegam de Portugal, e não pertencem a classe superior a de seus antecessores. Em um superior que desce até êles, julgam ver um homem que se considera de seu próprio nível, e tratam-no com pouca consideração”.

E Saint-Hilaire concordou:

“Há, sem dúvida, algo de verdadeiro nessas observações. Um povo degradado por longa escravidão não pode, sem inconvenientes, se de um momento para outro, tratado como se tivesse a nobre tradição de um govêrno livre” (10).

E a *kirie* de despotismos continúa:

“Se os capitães generais usaram, muitas vezes, de poder despótico, os *juizes de fóra* e os ouvidores não exerciam, em sua esfera, autoridade menos absoluta. O fato que vou relatar fornecerá um exemplo: Um *juiz de fóra* encarregara a um de seus meirinhos de me servir de guia. Êste cedeu à tentação de ir assistir a uma festa, e deixou-me. De volta a sua casa, foi con-

(10) Ob. cit., página 302.

denado a ficar preso até minha volta. Estive ausente mais de um mês, e à minha chegada, encontrei o pobre meirinho ocupado no calçamento de uma rua, em companhia de criminosos.

Póde-se, como já disse, apelar das sentenças do juiz de fóra para o *ouvidor da comarca*, e dêste, para a *côrte suprema do Rio de Janeiro*; mas, quanta gente existe que, na esperança certa de fazer reformar na capital uma sentença iníqua, se decide viajar, durante dois ou tres mêses, por um país deserto, e aumentar, com novas despesas e longa ausência, os prejuízos já sofridos? As próprias sedes de termos são, muitas vezes, distantes vários dias de viagem, das capitais de *comarca*. O pobre fica no lugar e sofre a injustiça. A tal ponto chega o imenso inconveniente da dispersão de um povo tão pouco numeroso, por extensões tão grandes de terras. Embora o poder real seja absoluto, as autoridades subalternas se sentem, por tal forma, fortalecidas pela distância, que podem opor mil entraves à execução das ordens do soberano, quando estas contrariam alguns de seus interesses. Dêsse modo, até o indivíduo que se foi lançar aos pés do príncipe e dele obteve uma decisão favorável a seus direitos, está longe de ter triunfado de todos os obstáculos. Antes de obter justiça, ainda é necessário lutar, por muito tempo, contra as autoridades subalternas que lhe são hostis" (11).

Essas práticas que, nos prístinos tempos da vida colonial já escandalizavam o senso europeu de Saint-Hilaire, não desapareceram. Em todos os passos de nossa trajetória de povo, poderemos lobrigar, através das expressões mais diversas, mentalidade consanguínea da do capitão general, quando — acudindo às instâncias do inferior, quis impedir ao capitão a prática de

(11) Saint-Hilaire — ob. cit., páginas 308 e 309.

ato lícito e como não fosse satisfeito — o prendeu; e daquele outro que, sob ameaça de morte, salvou o criminoso em caminho para a execução.

Todas as florações de *caciquismo* que, ha quatro séculos e meio, pompêiam os espécimes mais variados, entroncam-se em uma causa única que, à falta de melhor, designaremos por uma locução genérica — *impontualidade legal*. A lei ou não acóde às situações que reciam sua presença, ou o faz, serôdiamente, ou capitula à prepotência. O que primeiro deu causa a essa anomalia foi a incapacidade espacial do poder, que Saint-Hilaire enfoca em termos tão eloquentes, nas passagens que reproduzimos.

No, a nosso ver, melhor livro de sua lavra — “Pequenos estudos de psicologia social” — Oliveira Vianna aponta a mesma causa, como geradora do caudilhismo. “O poder colonial” — diz — “com efeito instalado em alguns pontos disseminados do litoral, não podia acompanhar, no mesmo compasso, essa marcha vertiginosa das ondas emigratórias para os sertões. Era-lhe impossível dar aos melindrosos e complexos aparelhos do govêrno e administração uma penetração e uma mobilidade iguais às dos grupos bandeirantes. De modo que a sociedade colonial se adiantava e expandia, sem que suas vanguardas e seus núcleos periféricos tivessem para defendê-los a cobertura tutelar de um poder público organizado. Os aparelhos governamentais eram obrigados a permanecer em retardo, na orla dos litorais, incapazes de seguir o ritmo amplissimo do desenvolvimento colonizador, prodigiosamente, acelerado com a descoberta dos campos metalíferos de Minas e das zonas pastoris dos planaltos do sul.

O govêrno da metrópole prócurou, é certo, vencer esta anomalia e cobrir a sociedade colonial, à medida que ela se ampliava, com a blindagem de sua tutela

legal: o desmembramento crescente das capitânicas não teve outro fim. Mas, apesar disto, à medida que se distanciavam da costa, as autoridades coloniais sentiam que seu poder, sua eficiência, sua temibilidade se iam progressivamente enfraquecendo, diante de um outro poder mais forte, mais prestigioso, mais incontrastável: o poder dos caudilhos do "sertão", cuja audácia reerudescia a cada nova investida para o interior" (12).

E em outra altura: "O caudilho nascia da ausência ou do retardo do poder: logo, o meio de suprimi-lo era aproximar dele o poder. O caudilho era, mais do que hoje, audacioso e temível; logo, tudo consistia em dar à autoridade legal meios materiais capazes de contrabate-lo" (13).

Quando a distância da autoridade deixou de existir, como causa dos abusos de poder, nem por isso, o fenómeno desapareceu. A mentalidade estava criada. Ao capitão general sucederam então, os potentados das casas-grandes, os sobas políticos, os familiares dos poderosos; quem quer, enfim, que, por direito próprio, ou por concessão, pudesse encher as bochechas com o baço-lissimo "eu mando um pedaço!".

Desde o capitão-general até o último soba da aldeia sertaneja, o mesmo entrosamento.

Ao alto, o cabecilha, conceio de seu prestígio, pavoneando a importância de sua figura de prol. A seus pés, o válido, o capanga, o sabujo, o compadre, o assecla, o cabo eleitoral. Suas relações, as de favorito para senhor e vice-versa. Da parte dêste o compadrio, o nepotismo, a tolerância, a cumplicidade. Daquele, a submissão, o *engrossamento*, a dedicação, a propaganda.

Quanto mais o sujeito ascende na famulagem dos que lhe ficam acima, tanto mais cresce no conceito dos

(12) e (13) Oliveira Vianna — Pequenos estudos de psicologia social — às páginas, respectivamente: 154 e 160.

que o incensam, de baixo. Valor pessoal, cultura, inteligência, hombridade, senso de responsabilidade?... títulos negativos. A questão é de *cartaz*. O que não consegue por suas qualidades pessoais alcançar o tipo, pela fama que os apaniguados lhe granjeiam — tanto mais retumbante, quanto mais numerosa a claqué que sua munificência consegue empandilhar.

Foi essa mentalidade que introduziu em nossas práticas, o pistolão político — tábua de salvação da incompetência audaz; foi ela que contaminou de cegueira voluntária aqueles a quem incumbia a repressão dos desmandos, do relaxamento, das inexactões funcionais; que instituiu a propina, a gratificação, a recompensa — eufemismos com que se designa a corrupção serviçal e prestante.

Os séculos de vida que nos distanciam do capitão-general não bastaram para nos emancipar de suas praças. Ele sobrevive, metido na pele dos tiranetes caricatos, que topamos, a cada passo, por aí além.

Se existe alguém que os não haja reconhecido, que repare em suas características: Pretensão, na razão inversa do horizonte mental. Quanto menos enxerga, tanto mais arrogante. O que lhe falta em valor, sobralhe em insolência. Tradição, leis, costumes, boas maneiras..., que nada! Sua importância não se embaraça em teias de aranha com que a ronha bacharelesca confunde os timoratos e débeis...

Poderemos dizer que essas expressões correntes em nossa vida sejam obra de atavismo ou de estigma de nosso caráter?

Só quem — impressionado com a persistência e generalidade do fenômeno — atenda, exclusivamente, para seu aspecto subjetivo e perca de vista a continuidade das condições exteriores que lhe permitiram a perpetuação, é que poderá atribuí-lo a uma daquelas

causas. O fato que vimos acompanhando, desde sua gênese, através de algumas das milhares de conseqüências em que se desdobra, não constitue singularidade nossa, nem de povo algum. É fenómeno, nitidamente, de *massa*. Responde à tendência dos aglomerados humanos em se desenvolverem de acôrdo com suas conveniências, com seus apetites, com seus impulsos. As massas estão muito abaixo do indivíduo médio, não só mental, como moralmente.

Como os indivíduos que as compõem, elas são, essencialmente, egoistas. “As preocupações egoistas, a luta pelo pão quotidiano, pela fortuna, pelo poder e as honrarias” — diz André Joussain — “sobrepuzam sempre, entre o maior número, as preocupações altruistas, o esforço desinteressado para a verdade ou a virtude, o devotamento ao bem público, o impulso de caridade: o querer-viver egoista domina a massa. Os grandes impulsos dela não são, em regra, mais que manifestações temporárias dêsse querer viver coletivo. Seja a massa um grupo corporativo, um corpo constituido, uma classe social ou um povo; compreenda ela a maioria dos habitantes de um país ou se reduza às classes inferiores da sociedade — verificar-se-á que a energia do egoismo coletivo superará, inúmeras vezes, a dos egoismos particulares, mas, por outro lado, se verificará, igualmente, que aquela energia será sempre mais poderosa do que as aspirações das personalidades mais elevadas e do que as sugestões de um escól representado por indivíduos superiores que falem e procedam como tais.

Esta preponderância das inclinações egoistas traduz-se, em tempos normais, pelo jôgo das leis economicas, que não são, em última análise, senão leis psicológicas pois procedem do desejo que têm os homens de conseguir as cousas necessárias à vida, de explorar em proveito próprio, as riquezas naturais do solo e do

sub-solo, de ganhar dinheiro para assegurar sua subsistência ou para aumentar seu bem estar, de tirar o melhor resultado possível do que possuem, de comprar a preço vil e vender o mais caro possível. E assim por diante. Não falta, sem dúvida, indivíduos que, por negligência, despreocupação, generosidade natural, sentimento de equidade ou impulso de caridade, renunciaram accidental ou habitualmente, a granjear o maximo de proveito, ou a sofrer o mínimo de perda, mas eles são muito poucos para que possam impedir o funcionamento da oferta e da procura, cujos efeitos constantes provam a preponderância ordinária dos egoísmos humanos.

A hegemonia do egoismo nas massas, traduz-se ainda pelo funcionamento das leis sociológicas, que se reduzem em última análise, às leis da psicologia coletiva: o desejo das classes superiores de conservarem sua supremacia ou seus privilégios e o das classes inferiores de obter vantagens pecuniárias ou políticas..." (14).

5. Regidas por sentimentos e impulsos egoísticos, é ingênuo esperar-se das massas que, por iniciativa própria, imponham limitações a seus apetites e interesses. "O homem massa" — diz Ortega y Gasset — "se sente satisfeito tal como é. Ingenuamente, sem necessidade de ser vão, com a maior naturalidade deste mundo, ele tenderá a confirmar e dar por bom, tudo quanto se ache em si: opiniões, apetites, preferências e gostos. E porque não, se, segundo o que vimos, nada nem ninguém o constrange a se compenetrar de que é um homem de segunda classe, limitadíssimo, incapaz de criar ou de conservar a própria organização que dá a sua vida essa amplitude e satisfação em que funda o conceito de sua pessoa?

(14) André Joussain — ob. cit., às páginas 155 e 156.

O homem-massa jámais apelaria de si para coisa alguma, se as *circunstâncias* não o forçassem, violentamente, a fazê-lo" (15).

Daí estar o comportamento altruista das massas em dependência diréta das influências exteriores: do exemplo, da exortação dos que as orientam; da reprovação do mal pelo conselho, pela admoestação, pelo castigo. E' essa vigilância indefectível da lei, dos costumes, da tradição, da opinião, que introduz no espírito coletivo, estímulos salutaes, móveis altruistas, inibições profícuas. Pela convicção gerada na experiência diuturna de que os atos benéficos ao agregado poderão contar com sua aprovação; de que os desregramentos, o vício, a corrupção não ficarão impunes — é que o homem-massa se anima a melhorar seu padrão moral, como condição impreferível para que a sociedade o tolere.

Mas se acontece que os escóis não aproveitam as oportunidades que se lhes ensejam, para salvar o nível moral do povo. Se o mal escarnece do bem; se a complacência, o favoritismo, a camaradagem fazem vistas grossas para a dissídia, a incapacidade, a prepotência, a corrupção, não será a massa que tome a iniciativa de sua reforma moral. O estilo de vida referendado ou tolerado pelos orientadores da opinião, acaba por se impor a todos. Não se poderá, então, esperar do homem-massa que incarne o herói para remar contra a maré e contra seus próprios interesses. Seria exigir muito dele pretender que, entre a conveniência privada que o induz a servir ao bem estar próprio, e o abstrato interesse da coletividade, que só se lhe revela como inimiga — abjurasse às injunções egoistas; em holocausto a seus deveres com os outros. Já é grande a homenagem que êle

(15) Ortega y Gasset — La rebelión de las massas — página 94.

presta à coletividade, subterfugiando as suas exigências, com acudir aos mil modos e maneiras em que é mestre, para não arrostar, de frente, o interesse coletivo. Convenhamos em que a humanidade já fez muito em conseguir que a massa aparente certo respeito a seus ditames. Contornar a norma coletiva, ao envêr de transpô-la; desfigurar a verdade para não negá-la, formalmente; simular a defesa de interesse público, quando quebra lanças pelo próprio, já são expressões mais humanas da rebeldia dos homens, pois, não é provável que os animais de pêlo denso ou de epiderme coriácea perdessem tempo com essas contemplações, se o apetite os aqulasse.

São tão versáteis as normas da moral humana, que ninguém poderá estar seguro das circunstâncias em que o bem é um mal e o mal um bem. Com esse afrouxar e retesar, a cada passo, dos cordões sociais, não é justo verberar o homem-massa, por não poder sempre acompanhar as variações da música, sem desafinar. Tantas são as indulgências com que a inconstante moral humana transige na prática que só mesmo os que conseguem superá-la, pautando seus atos por código próprio, estarão prevenidos contra as insídias dessas freqüentes dispensas do dever.

O homem seletto ou excelente, como o chama Ortega y Gasset, "constitue-se por uma íntima necessidade de apelar de si para u'a norma que lhe fica além, superior a êle, a cujo serviço, livremente, se põe. Recorde-se que, a princípio, distinguíamos o homem excelente do vulgar, dizendo que aquele é o que exige muito de si mesmo; êste o que nada exige de si, mas contenta-se com o que é, e vive encantado consigo. Contra o que soe acreditar-se, é a criatura de eleição e não a massa, que vive em essencial servidão. A vida não lhe sabe se não a faz consistir em serviço ou em alguma coisa transcendente.

Por isso, não considera a necessidade de servir, uma opressão. Quando, por acaso, esta lhe falta, fica desassossegado e inventa novas normas mais difíceis, mais exigentes que o oprimiam. Isto é a vida como disciplina — a vida nobre. A nobrêsa se define pelas exigências, pelas obrigações, não pelos direitos” (16).

Quantos serão êles?

Haverá um em mil homens, ou talvez menos, que incorpore a sua vida obrigações para com a sociedade, pelo respeito que devem a si próprios; que não se permitam o que a consciência condena; que exprobrem a sociedade não pelo que tem de exigente, mas pelo que consente, pelo que dispensa, pelo que tolera.

(16) Ortega y Gasset — ob. cit., página 95.

VI

NÃO HÁ NO BRASIL MALES INCURÁVEIS

1. Maus hábitos da infância ainda nos perseguem. 2. Nossas decantadas inferioridades organicas são todas elas suscetíveis de cura. "Os males de cruzamento são males da fome e da miséria". 3. No âmago do complexo de inferioridade do brasileiro. As babosciras raciais. A responsabilidade de nossos intelectuais na formação desse complexo. Os *fans* de Gobineau. Também o sr. Oliveira Viana acredita na superioridade racial do *ariano*... 4. A mestiçagem com as raças de côr é mal remoto da Europa mediterrânea; e atual, de todos os países americanos, a America do Norte inclusive.

1. Se a freqüência de tipos da mentalidade que descrevemos, linhas atrás, deverá preocupar-nos, conforta-nos a certeza de que são êles o produto de causas exteriores, suscetíveis de ser modificadas, pela perseverança, pela tenacidade, pelo esforço dos responsáveis pelos destinos do povo. Maus hábitos da infância ainda nos perseguem. Os desenganos que, tantas vezes, nos colhem, nos momentos de maiores esperanças, não são devidos a inferioridades irremediáveis, mas a incapacidades, a precipitações, a inadvertências. Muito já temos feito. Muito teremos que fazer, antes que possa ser proscrita de nossos hábitos a mentalidade de campanário. Não é com duas razões, que os retardados morais se darão

por vencidos. Eles têm também, sua tática. Sabem que não é pela oposição aberta que levarão a melhor. A luta ostensiva expõem-nos aos golpes dos adversários e exacerba-lhes a combatividade. Porisso, simulando acatar — solapam. Preferem a contumácia subreptícia, que sabe recuar, contornar, negacear, contemporizar, para acometer, segura quando o inimigo, despreocupado, perde a agressividade inicial.

2. Pelas inferioridades orgânicas que constituem o tema obrigatório de nossos sociólogos, respondem: a falta de assistência eficaz e perseverante à maternidade, à infância, ao homem dos campos e das cidades; as endemias crônicas, devidas a condições higiênicas precárias e à falta de debelação sistemática dos focos de contaminação; mas, sobretudo, a alimentação deficiente e imprópria. Se ao envês de perquirirem taras e atavismos ancestrais, advertissem os antropologistas para as condições *atuais* de vida do brasileiro médio; se, em lugar de buscarem um “bode expiatório” racial ou atávico, fossem indagar como se gera, como cresce, vive e se alimenta o brasileiro; se verificassem as condições materiais em que êle trabalha — outras seriam as conclusões a que chegariam sôbre o que somos e o que poderemos ser. Muito mais do que as pretenciosas conjecturas, com ranço *gobinista*, com que se propõem resolver o problema do homem brasileiro, vale esta sentença candente de Roquete Pinto, que a impostura desdenha: “os males do cruzamento são males da fome e da miséria”.

O brasileiro não come! E’ o grande milagre de sua subsistência. “O organismo humano” — diz o especialista Dr. Josué de Castro — “é uma verdadeira máquina, sendo a vida a expressão integral de seu complicado e maravilhoso funcionamento. Mas, como todo

ser vivo, é uma máquina de organização especial com características que a distinguem dos maquinismos fabricados com a matéria inerte. Enquanto os aparelhos fabricados com a mão do homem vão, pelo uso, gastando as peças, de maneira irremediável, necessitando assim, de sua substituição por peças novas, a máquina humana vai automaticamente e por seu próprio trabalho, recompondo seus estragos, refazendo os materiais usados e equilibrando seu funcionamento. É o aparente milagre da matéria viva, executado à custa dos alimentos. São eles que fornecem os meios de manutenção, de trabalho e de conservação do motor humano.

Para executar qualquer trabalho, o organismo necessita de energia e essa energia é a retira dos alimentos. Onde provém a energia alimentar? O alimento é um verdadeiro combustível. O carvão de pedra, colocado numa caldeira e queimado, desprende a energia potencial, que não é senão a mesma energia solar que, há milhares de anos, as plantas absorveram, em seus processos de síntese química; plantas que morreram, tombaram e estratificaram, formando os grandes depósitos de hulha. A máquina utiliza o carvão, retira essa energia latente e a transforma em trabalho, em luz e calor. Muitas vezes, a lâmpada elétrica que nos ilumina, é um pouco, uma parcela mínima da mesma luz que o sol espalhou sobre a terra, há milhares de anos. Do mesmo modo, a máquina humana retira do alimento a energia latente, contida nas moléculas de albuminas, gorduras e açúcares, transformando-a em energia vital — trabalho fisiológico e calor. É este o chamado papel energético do alimento.

Fornecendo ao organismo os elementos básicos para a construção e reconstrução permanente dos tecidos que formam o arcabouço humano, executa o alimento seu papel plástico. Ainda há uma função importante exe-

cutada por determinadas espécies de alimentos: a função de auxiliar o organismo na utilização alimentar e de regular as trocas de nutrição. E' o papel regulador dos alimentos, desempenhado pelas vitaminas" (1).

3. Mas era só o que faltava..., deixassem nossos intelectuais a companhia de Gobineau, Chamberlain, Rosenberg e sumidades que tais, para viverem entre cosinheiros!...

Nem só de pão vive o homem. Melhor do que o leite, a carne, os ovos ingeridos, fornece o índice da vitalidade de um povo o contingente de sangue ariano que haja contribuído para sua constituição étnica. Na Alemanha, na Inglaterra — as campeãs do racismo — pede-se à manteiga, à carne e às batatas o de que carece o homem para melhorar seu rendimento. No Brasil, se esquadrinham os estados...

O europeu produz mais não é porque coma mais e melhor do que o *jéca* esquelético — que tem como um dos maiores regalos de sua cuia o feijão sem gordura e a farinha de mandioca — mas porque é de melhor cêpa — sentenciam os nossos libagistas...

E aqui, afloramos o ponto mais sensível da ferida aberta no orgulho do brasileiro. Vêm de tão longe as insinuações de que somos de raça inferior, ou melhor, sem raça, que é quase uma temeridade propor-se a gente a provar o contrário. Pois foi esse trabalho de Hércules a miragem que, acenando a nosso sentimento de decôro humano, nos decidiu a este ensaio. Jamais nos quisemos render como réu confesso, à vexatoria versão de que, apenas, pela silhueta, nos assemelhamos ao *super-homem* de outras estirpes. Por pouco não renunciemos

(1) Josué de Castro — "Alimentação e raça" — ed. Civ. Brasileira às páginas 21 a 23.

ao intento. Foi o caso que, relanceando a vista pelo campo em que deveríamos pelejar, reconhecemos, do outro lado, os mais consagrados especialistas pátrios. Poderíamos dizer mesmo, sem exagero, que, afora os poucos enamorados de nossa gente que, como diletantes, enaltecem suas virtudes — não há quem se mostre disposto a tomar seu partido racial. Os peores adversários de nosso empreendimento não são assim, os dignificados pela progênie fadada, mas os aviltados pelo confronto. Historiadores, sociólogos e antropologistas dos mais eminentes, fazem côro a Gobineau, sem o menor constrangimento. A placidez com que nossos antropologistas discorrem sobre as teorias de Gobineau, não obstante as viltas infamantes com que o filaeuioso francês escarnece dos dons, assim físicos como morais, de todos aqueles que não podem exhibir, como êle, em sua mestiçagem, a linfa nobilitante — dá-nos o que pensar. Se, ao menos, ao compor a personalidade dos de estirpe *ariana* houvesse permitido a liberalidade de seus biógrafos que alguma coisa se destinasse às castas depreciadas... , ainda vá. O caso, porém, é que Gobineau e seus sequazes não admitem que qualquer das prerrogativas da famosa progênie possa dignificar as sub-raças que empestam o mundo. A beleza física, a robustez, a galhardia, o caráter, a inteligência, a honra, a dignidade só esporadicamente, repontam entre os povos inferiores, e tão avaramente, os quinhou a natureza, que as raras virtudes que sobraram do monopólio concedido aos titãs, nunca surgem nos contemplados, aos pares. Se o superhomem, na conjunção infamante com o homúnculo, comunica, porventura, virtudes à cria inunda de seu pecado — são elas, sempre, ímpares. O mestiço poderá apresentar alentada estrutura, mas não terá qualidades mentais, nem poderá apresentar padrão moral proporcionado a sua desconformidade física. Se pela inteligên-

cia consegue exceder a bitola de seus infortunados irmãos de sangue, será, orgânicamente, um mostrengo... O puro sangue humano que se deu à pratica da bestialidade com castas inferiores, pagou caro, sua perversão: “renunciou à pureza de seu sangue e com isto ao direito de permanecer no eden que criara para si mesmo” (2).

Muitos são os que dobram a cerviz ao inelutável. Que fazer?

Que culpa temos que fossemos os últimos de criação?

Na gestação dos deuses, consumiu-se o melhor material. Do que sobrou não poderia sair senão obra atamancada...

Há porém os que não se rendem. Duvidar da realidade do *Genesis* ariano, isso não! Seria um ultrage. Mas o diabo não é tão feio como se pinta. Em nossa genealogia não faltou de todo, o contingente nórdico. Não só de tapuias, coroados e minas nos constituímos.

“Entre nós, por toda a área da dispersão do tipo vicentista” — exulta o sr. Oliveira Vianna — “a seleção da classe superior se faz para nossa felicidade, num sentido ariano. São os melhores exemplares da raça lusa, da nobreza nacional e da massa mestiça que entram na sua composição. Mesmo nas minas são os emboabas que tomam a dianteira à plebe rural e ocupam o lugar, que a legislação da metrópole abre de súbito, no seio da aristocracia paulista. Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos tres primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente, pela nobreza territorial, se cons-

(2) Mi lucha — Adolf Hitler — pág. 86 — tradução espanhola de Alberto Saldívar.

titue entre nós, no que poderíamos chamar o “sensorium” do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais” (3). E o sr. Oliveira Vianna nos acena com a promessa alentadora de que já tem bastante adiantado trabalho de sua especialidade, tendente a demonstrar a origem *ariana* de nosso povo...

Que não se faça esperar muito a sensacional revelação, pois, por ora, o que a todo brasileiro preocupa é nossa mestiçagem inferior e inextricável.

O que até hoje temos ouvido é o contrário do que nos anuncia o sr. Oliveira Vianna.

“Garante-se que o Brasil sofre de uma lesão medular, pelos sangues contaminados que se lhe reuniram nas veias” — testifica o sr. Batista Pereira. “Vaticina-se a sua incapacidade para a civilização. Afirma-se que não passa de um gigante tabético, incapaz de movimentos coordenados. Por que? Primeiro, por que desce de português. Segundo, porque se encontra na sua estrutura racial, uma grande contribuição africana e indígena” (4).

4. O problema da mestiçagem com raças de côr. é de todos os países da Europa mediterrânea, em eras passadas, e da América contemporânea. Não ha país dêste continente que se possa jactar de berço, nitidamente, branco. Em todos êles se cruzaram o branco, o europeu, o ameríndio, o negro, em maiores ou menores proporções. A América do Norte era, entre todos, o que se poderia jactar de pureza branca, se as circunstâncias não houvessem vencido a repugnância do colonizador pelo índio.

(3) Populações meridionais do Brasil — 4.^a ed. fls. 141 e 142.

(4) O Brasil e a Raça — página 34.

E' conhecida a aversão do britânico pelo ameríndio. "A consciência racial e o senso de superioridade dominavam os colonos" — diz-nos James Truslow Adams — "e para tal mentalidade era a mão de Deus que se abatia sobre os índios. Falando da doença, que dizimou os selvagens dos arredores de Plymouth, antes do desembarque dos peregrinos, um puritano observou que "Cristo havia limpado o terreno, antes que eles se localizassem" (5).

Mas a América do Norte não escapou à sina continental. Lá também, embora em menor grau, que nos outros países, os cruzamentos com as raças malsinadas se operaram. O mulato e o curiboca são tipos que sua população acusa. A população negra raia por dose milhões de almas.

Mas cousa interessante: enquanto se proclama que os Estados Unidos são um país de raça branca, enquanto se fala o mesmo de quase todos os outros países do continente, que atravessaram vicissitudes análogas à do Brasil, só de nosso povo se diz que é um produto do cruzamento do branco, do negro e do índio. Quer dizer que allures, embora existam as três pigmentações oriundas dos cruzamentos, ninguém se lembrou de resumir as genealogias nacionais em um tipo compósito para com êle dar o padrão étnico. Mas aqui no Brasil, a generalidade dos que perquiriram nossas matrizes raciais, não se contentaram em assinalar a tríade existente: o branco, o índio, o negro com suas diversificações. O Brasil é um país de mestiços. No Brasil quem escapou do mato, caiu na senzala...

Seria preciso comprovar a afirmação? Não nos parece. Nossa literatura está referta de afirmações dessa

(5) A epopéia americana — trad. de Monteiro Lobato — Comp. Editora Nacional — 1940 — página 33.

natureza. Desde que se inicia nas primeiras letras, não ouve o brasileiro outra cousa. Nossas falhas e imperfeições não se justificam de outra forma, e como o corolário da incapacidade acompanha o estigma de mestiçagem, não é raro que o brasileiro, em sua auto-confrontação com outros povos, se resigne a um papel subalterno, único compatível com seu baixo padrão racial.

Entre todos os elementos que confluíram para o *complexo* de inferioridade de que padecemos, é o racial o mais tenaz, o mais profundo e o mais impressionante e pois, o que demanda maior esforço para sua extirpação. Cumpre, porém que o liquiemos, custe o que custar!

“Que o preconceito étnico desapareça. Que a idéia do Brasil simbolizado num “Navio Negreiro”, em cujos porões, nós os brasileiros nos amontoamos, como os pobres africanos, “sem luz, sem ar, sem razão” se dissipe e desapareça completamente dos nossos horizontes como o “*brigade em chamas*” de Castro Alves nos abismos de violeta e púrpura dos crepúsculos.

Não. O Brasil não vai para o futuro com a carga do Corsário Sinistro. A sua tripulação guarda traços talvez de muitas raças. Mas a sua bússola, orientada pelo pólo latino, ha de levá-lo depressa, às regiões do porvir, que desconhecem preconceitos de raça” (6).

(6) Battista Pereira — O Brasil e a Raça — página 151.

VII

AS DIVERSIDADES HUMANAS E A RAÇA

1. As possibilidades genéticas da concepção são infinitas. Os indivíduos são todos diferentes entre eles. 2. A raça existe. Os contrastes entre os tipos raciais extremos. O reconhecimento do *mestiço*. 3. Origem histórica presumível das raças. A concepção corrente, exposta por Vidal de la Blache. *Símile* contemporâneo da gênese das raças, que apresentam as famílias em que se repetem os casamentos consanguíneos. A dispersão das raças. As circunstâncias que presidiram à formação primitiva das raças não se reproduziram. Além dos obstáculos geográficos, os escrúpulos religiosos favoreceram as diferenciações. 4. Os cruzamentos em grande escala e as confusões raciais. Não existe raça pura. Raça e nação são conceitos diversos. O povo britânico não constitui uma raça. A heterogeneidade racial alemã confessada por seus próprios apóstolos: Hitler, em "Minha Luta"; Walter Darré, na "Raça — Nova nobreza do sangue e do sólo".

1. Quando a gente empreende o confronto dos homens, a conclusão a que chega é de sua irreduzível variedade. Não há dois tipos humanos iguais. Produto de componentes com que as células germinativas dos genitores contribuem para a concepção, um indivíduo é, sempre, física e psiquicamente, diferente de outro. Para que se possa ter uma idéia aproximada das variedades dos tipos humanos, basta que se considere o número incontável de possibilidades, que concorrem à gestação. Duzentos milhões de espermatozoides, aproximadamente, liberta o homem em uma cópula. Cada um deles, em condições favoráveis, seria o artífice de um embrião. E' porém, um, somente, que, vencendo os obstáculos semea-

dos pela natureza em seu trajeto, consegue entrar em conjunção com a célula feminina, e que irá emprestar ao ovo fecundado vinte e quatro cromosomas que, em combinação com outros tantos homólogos do óvulo, irão modelar o tipo orgânico do novo ser.

E' a competência entre milhões de óvulos, de um lado, e de espermatozóides de outro, todos dispostos a entrarem em conjunção prolífica. Vêm a seguir combinações, que se contam por milhões, suscetíveis de se verificarem, entre os fatores hereditários paternos e os de proveniência materna, projetando, cada uma delas, a geração de um indivíduo, diferente de todos os outros que poderiam surgir dos milhões de combinações malogradas. Dessa infinidade de fatores que entram na lica, desde o coito até a concepção, resulta que o indivíduo concebido corre um enorme risco de ser preterido, em seu nascimento, por trilhões de competidores eventuais.

“Cada um de nós” diz Jean Rostand — “representava um fenômeno altamente improvável: antes que êle ocorresse, tudo estaria a apostar contra nossa existência.

Duas vezes vinte e quatro intervenções da sorte, na origem do ser humano! O ato da geração põe em presença, de um lado, um só óvulo; do outro, milhões de espermatozóides. A seguir, a combinação cromosômica materna é feita pelo acaso; quanto à paterna, somente será fixada, no instante preciso em que o acaso terá decidido qual será, dentre os espermatozóides concorrentes, o que penetrará no óvulo.

Custa a figurar a insignificância das causas que poderão influir no resultado final. Na “*Viagem Sentimental*”, o famoso herói de Stern, Tristão Sandy, queixa-se de que sua mãe, no momento em que êle ia ser concebido, teria perturbado o jogo dos espíritos animais,

perguntando inopinadamente, ao marido: — não se teria V. esquecido de dar corda ao relógio? Na verdade, muito menos será suficiente para influir na gênese do filho. Um movimento, um gesto, um suspiro, e é um outro espermatozóide que atravessa o óvulo e, pois, um outro homem que, nove meses mais tarde, virá à luz" (1).

Cada concepção que se consuma, é o embrião de um espécime sem similar. Uma circunstância qualquer que intervenha na conjunção dos sexos, e será um outro indivíduo que transporá o limiar da vida, sacrificando uma infinidade de rivais menos felizes.

A curiosidade científica não logrou ainda, violar o segredo dessas preferências e preterições que atribuímos ao acaso — eufemismo com que o homem dissimula sua perplexidade, diante da destreza com que as forças naturais escamoteiam a causa íntima dos fenômenos.

O certo é que assombra a imensidão de seres humanos que poderão surgir dos biliões de possibilidades que a conjunção sexual proporciona à concepção. "Um cálculo elementar" — pondera Rostand — "mostraria que o número das combinações cromosômicas nas células geratrizes dum indivíduo atinge a vários milhões; e como há duas células com essa capacidade, vê-se que o número provável de filhos que um casal pode gerar, é infinito. O homem poderia ter trilhões de irmãos eventuais" (2).

E' compreensível que em número tão fantástico de combinações possíveis não seja provável a repetição de combinações antes realizadas; que não se verifiquem duplicatas humanas. Daí as diferenças entre os indivíduos procedentes dos mesmos genitores; dos gêmeos ge-

(1) Jean Rostand — *Hérédité et racisme* — páginas 17 e 18

(2) Jean Rostand — *ob. e log. cit.*

rados no mesmo ato sexual e, até certo ponto, segundo verificações recentes, dos próprios univitelinos, engendrados por uma única célula mãe. Quanto mais divergem os indivíduos, da origem comum, pela interferência de fatores estranhos, maior será a diversidade, ou melhor, menos prováveis serão as analogias individuais. E' assim que há maior probabilidade em que se pareçam dois gêmeos, que dois irmãos oriundos de conjunções diversas; dois irmãos bilaterais, que dois outros provindos de consórcios diferentes, embora não estejam excluídos casos de maior semelhança entre estranhos, que entre irmãos. A hipótese não exigiria explicação diversa das outras; a confluência de fatores genéticos análogos na formação dos confrontados estranhos, pois se, em face do número incontável de composições que se poderão realizar na gênese do ovo, não se torna provável a reprodução de tipos anteriores, dentro de certos limites, não é menos certo que, nas infinitas combinações que, na humanidade, se realizam, hão-de, forçosamente, surgir exemplares humanos, muito parecidos embora sem qualquer parentesco. Quanto maior o número de provas, tanto maiores serão as probabilidades de combinações hereditárias semelhantes. Tais fatos constituem, porém, acontecimentos que, por sua raridade, não fazem regra.

Ora, se como vimos, ainda entre os indivíduos do mesmo *sangue*, (3) a regra é a diversidade, que diremos, então, dos estranhos, para os quais não é possível encontrar-se uma origem biológica comum?

A parecença entre os homens, sempre se explica pela semelhança das composições hereditárias de que hajam resultado. A ciência não aventa outra explicação.

(3) O termo é tomado aqui, em accepção figurada.

2. Diante do pressuposto indiscutível das desigualdades individuais, ainda entre os homens com origem comum, será plausível que a antropologia alimente esperanças fundadas de rastrear, entre as coletividades humanas, *grupos* que se denunciem por peculiaridades diferenciais permanentes, distintas das que assinalam outros grupos? Em outras palavras: disporá a ciência de elementos para a diferenciação de raças?

Não trepidamos em responder afirmativamente.

Antes que a ciência formule, com precisão, as relações entre os fatos, um como que pressentimento orienta a investigação. Ainda a ciência não se pronunciou e já a intuição conjectura que os fenômenos se passarão de certo modo. Se o investigador não pudesse planejar suas pesquisas, o espírito seria inerte. A verdade se denuncia por saliências, mais ou menos nítidas. Guiado pela parte dela que se entremostra, avança o especialista no encaicho do resto.

Como não haveriam os pensadores de suspeitar a existência de raças humanas, quando elas se traem por atributos indistigáveis? Haverá quem confunda o negro, o branco, o amarelo?

Mas não é nos extremos, somente, que as diferenças raciais se revelam. O olho experimentado lobruga, nas variedades dos tipos raciais extremos, a linhagem mais dissimulada. O indivíduo que haja recebido o menor contingente de sangue negro, por exemplo, não escapa à diagnose de quem esteja habilitado a reconhecer o *mulato*. Os cabelos corridos, a conformação craniana, as proporções dos membros e outros traços que extremam o branco do mestiço, não conseguem iludir o olho experimentado. Perdurarão, sempre, um quê comprometedor, por muito remoto que esteja o tributário camítico, por maior que seja a diferenciação, por obra dos cruzamentos superpostos.

A experiência de que dispomos, adquirida na observação dos exemplares mais dissimulados, confere-nos o dom de vislumbrar o estigma da côr, em casos em que seria duvidoso não se baldassem os métodos preconizados pelos raciologistas. (4).

Não se vislumbra traço de *sangue negro*: feições, tez, cabelos, côr, estatura, nariz, malares, lábios, que não envergonhariam a qualquer *ariano*. Entretanto perdura qualquer cousa de indefinível que, talvez iludisse as mais exatas medidas antropológicas, mas que não escapa a quem tenha o dom de reconhecer o *cabra*.

Onde estará a diferença? Não o sabemos.

O certo é que a gente consegue restreá-la por uma espécie de tato visual, semelhante ao que nos permite distinguir, a ôlho, as variedades de animais, de frutos de legumes...

Intuição, vocação, habilidade ou o que seja, que a linguagem mais exata não consegue definir.

O mesmo que se dá com os descendentes do negro passa-se *mutatis mutandis*, com as variedades de outras raças.

3. Escapa ao alcance da história a localização da origem das castas humanas. As teorias que tentam apresentar a solução do problema, não se baseiam no testemunho da tradição mas em afinidades lingüísticas, que não autorizam conclusões aceitáveis para quem tenha o espírito imune de preconceitos.

A verificação da existência de nítidas características étnicas, transporta, entretanto, a imaginação para épocas prehistóricas em que, provávelmente, coletividades

(4) Não encontramos a neologia nos léxicos. Parece-nos, entretanto, que é justificada e necessária, uma vez que *antropologista* por ser muito *extensa*, não satisfaz.

humanas teriam conseguido manter-se isoladas, por milhares de anos. E' a versão perfilhada por todos os estudiosos acatáveis, que cuidaram do assunto. Em épocas muito afastadas, para cuja localização cronológica não dispomos de dados, ter-se-iam formado em regiões inacessíveis e distantes umas das outras, núdulos de populações, que, sem meios de comunicações, sitiadas por obstáculos insuperáveis para a ocasião, teriam crescido, interiormente, a salvo de vagas humanas, capazes por seu volume e freqüência, de alterar a feição etnológica dominante. Ainda que fossem, inicialmente, miscigenadas, essas populações ter-se-iam desenvolvido por obra dos cruzamentos realizados entre os mesmos elementos. Todas as composições genéticas ter-se-iam verificado e, ao cabo de tempo considerável, estaria esgotada a capacidade de combinações inéditas, do momento em que o grupo tenha percorrido toda a gama das variações possíveis. Daí por diante repetiram-se os tipos dominantes, o bastante para que se generalizassem os traços diferenciais do grupo e, com tal tenacidade, que adquiriu ele fisionomia, relativamente, uniforme e inalterável.

Só assim se explica a perseverança e generalidade de certos caracteres raciais.

Entre os que partilham dessa concepção, está Vidal de La Blache, que coloca a questão nestes termos:

“Nenhuma experiência autoriza a que se suponha que o negro, o amarelo, o branco possam, com o correr do tempo, perder os caracteres típicos, transplantando-se de seu *habitat* originário.

A formação dessas raças deve remontar aos períodos mais recuados da história da humanidade, e teria sido presidida por condições de que, difficilmente, poderemos, hoje, fazer idéia. O povoamento humano não se operou como um lençol de óleo, que invadissem regularmente, os domínios terrestres. Se ele partiu de um

centro, impossível, aliás, de ser determinado, não espraçou uniformemente, para a periferia. Na impossibilidade em que nos achamos para descrever as fases dessa evolução, não poderemos deixar de reconhecer que, atualmente, o povoamento humano é distribuído por grupos: entre um pequeno número de domicílios de acumulação, se interpõem extensões deshabitadas, ou, ao menos, escassamente, povoadas. As causas que concorreram para a formação desses grupos, favoreceram a criação de individualidades. Algumas tornaram-se fracas; outras cresceram, a ponto de abarcar grandes coletividades. É impossível conceber-se, sem a ação mil vezes secular de causas separadoras, as divisões que ainda apresenta a humanidade atual.

As condições naturais que suspenderam ou inibiram a expansão dos grupos humanos, subsistem, ainda e influem, em certa medida: os mares, os pântanos, as florestas, as montanhas. Por outro lado, há regiões melhor dotadas que outras, que proporcionam às necessidades dos homens recursos mais fáceis e abundantes; a distribuição das plantas e dos animais úteis deveria haver exercido uma influência decisiva sobre a formação dos grupos humanos.

Todas essas condições variaram, naturalmente, desde o momento em que se formaram as raças atuais (5).

Procurando apresentar um símile da formação pre-histórica das raças, Jean Friedel oferece-nos o exemplo das famílias em que se repetem os casamentos consanguíneos. "Parece que nas sociedades contemporâneas" — diz — "se vê, às vezes, o esboço do que na humanidade primitiva pôde acarretar a aparição das raças. Suponha-se uma família numerosa em que os casamentos entre

(5) Vidal de La Blache — *Principes de Géographie humaine* — 2.^a ed., página 278.

primos se prolongam por várias gerações. Suponhamos ainda, que essa família apresente certo tipo familiar bem caracterizado e fácil de ser reconhecido. Os filhos nascidos de um pai e de u'a mãe que tenham algum parentesco, entre êles, reproduzirão comumente, o tipo de família. Este tipo se acentuará, desde que haja novos casamentos entre primos. Tem-se assim a impressão de assistir à aurora de uma nova raça" (6).

Procurando explicar como, raças primitivas, assimiladas por caracteres inconfundíveis, sem conhecimentos náuticos e sem recursos que permitissem seu transporte, seriam encontradas em sítios distantes uns dos outros, de dezenas de milhares de quilómetros, aventa Vidal de La Blache a hipótese de transformações ocorridas nos continentes.

"Assim" — diz — "a hipótese de transformações consideráveis na configuração dos continentes parece indispensável para explicar a formação das raças negras. Um estado, sem dúvida, menos antigo, mas muito afastado do atual, parece ter presidido à formação das raças análogas, existentes ao sul da Europa e ao norte da África. Poder-se-ia acrescentar que, entre as hipóteses sobre a formação da raça dolicocefala loura, chamada nórdica, a mais plausível parece a que liga sua origem às regiões do norte da Europa, libertadas pelo recuo das geleiras quaternárias. Uma prova, relativamente, recente da versão, pode ser tirada do caráter de pureza que ela ainda conserva em certas partes da Escandinávia, como igualmente, da força de expansão de que deu provas em todos os tempos históricos". (7).

Em outro tópico afirma: "O problema da formação e da consolidação de alguns tipos gerais nos quais

(6) *Personnalité biologique de l'homme* — página 236.

(7) Vidal de La Blache — ob. cit., páginas 279 e 280.

se absorve e se resume uma grande quantidade de subraças, pouco, para não dizer nenhum esclarecimento recebe das condições atuais. A distinção das raças remonta em realidade, a uma época em que o sistema de povoamento differia profundamente do de hoje. Deveremos considerá-la como uma herança do passado” (8).

Além dos obstaculos geográficos que teriam favorecido o isolamento dos povos, acrecia uma circunstância cuja sobrevivência em períodos históricos, induz a crer que teria influido, em eras remotas, com muito mais severidade: os escrúpulos religiosos. O estrangeiro era encarado como inimigo; estava fóra da lei. Não se lhe reconheciam direitos. Seu contacto era considerado um ultrage. Fustel de Coulanges, caraterizando essa situação, depõe: “A religião não dizia a um homem, apontando-lhe um outro: “Eis teu irmão”. Dizia-lhe: “Eis um estrangeiro. Êle não pode partilhar dos atos religiosos de teu lar. Êle não se pode aproximar do túmulo de tua família, êle tem deuses diversos dos teus e não pode unir-se a ti em uma prece comum; teus deuses repelem sua adoração e o encaram como inimigo; êle é teu inimigo tambem” (9).

A proscricção do estrangeiro que, em épocas remotas, perdurava, deveria ter constituído antes daí impedimento insuperável às ligações sexuais do indígena com o estrangeiro, o que, de certa forma, teria favorecido a differenciação racial, mesmo depois das comunicações ordinárias entre os homens. A predileção sexual permanente do indivíduo pelo par de sua casta, pelo menos, no que diz respeito às etnias extremas, ainda hoje se nota.

“O professor Keith” — diz Hankins — “insiste nos efeitos do sentido da coesão do grupo ou do “instinto

(8) Vidal de La Blache — ob. cit., páginas 279 e 280.

(9) La cité antique — 2.^a ed., página 104.

racial”, na produção e na manutenção do isolamento ou da segregação dos grupos étnicos, resultado inevitável da diferenciação e da fixação dos tipos. Reside aí uma forma muito importante da consciência da espécie, que prescreve que não se contraíam casamentos senão entre membros da mesma raça ou da mesma cultura” (10).

4. Mas a estabilização dos caracteres raciais, que teria sido possível nas circunstâncias citadas, foi rompida por causa das relações, cada vez mais intensas e frequentes entre os povos.

Desde que se incrementou a navegação, as relações amistosas estabelecidas pelo tráfego normal; as migrações, as guerras, e todos os demais sucessos que a história nos refere, teriam facilitado os cruzamentos em todos os sentidos, notadamente, na Europa, cuja conformação geográfica, favorece o intercâmbio e onde, primeiro, surgiram as doutrinas políticas e igualitárias e o humanismo cristão, que se esforçaram por eliminar as interdições inspiradas na desconfiança e no ódio ao estrangeiro.

Até os tempos atuais essa miscigenação racial não sofreu pausas. De tal maneira se fundiram, cruzaram, misturaram os tipos étnicos das mais variadas origens, que as designações *latinos*, *celtas*, *germânicos*, *alpinos*, etc., com que se nomeavam as castas, não têm mais conteúdo e só perduram, graças ao fenômeno, tantas vezes verificado, de sobreviverem os nomes às condições que teriam justificado seu aparecimento.

As condições geográficas e sociais, que teriam presidido à formação das raças em épocas pré-históricas, não se mantiveram nem se reproduziram. Não só os povos insulados em regiões quase inacessíveis, delas emigraram

(10) Frank H. Hankins — La race dans la civilisation — página 236.

para outras terras, como os constituídos em nação, não se preservaram dos cruzamentos com os que, por causas diversas, transpuseram suas lindes. Daí não se encontrar raça extrema, notadamente, na Europa, e não coincidir o conceito de raça com o de nação.

A Inglaterra, que se tem pela nação mais homogênea da Europa, durante vários séculos, foi talada por invasões dos povos mais diversos: *íberos, alpinos, celtas, saxões, anglos, noruegueses, dinamarqueses* e outros.

Não obstante, poudera Hankins, essa mistura não impediu a sir Artur Keith afirmar que “os habitantes das Ilhas Britânicas constituem a população mais uniforme de todas as grandes nacionalidades da Europa, declaração que dá, naturalmente, a entender que todas as nacionalidades européias são extremamente, heterogêneas, sob o ponto de vista de sua composição racial” (11).

Citando o professor Hadlieka, dá Hankins uma idéia do grau de mistura dos povos britânicos, dizendo que se eles “pudessem ser isolados, durante um outro milhar de anos ou mais, seria, então possível talvez, falar-se de raça britânica; mas hoje, eles devem ser considerados como um povo, e segundo todas as probabilidades, êsse povo jamais atingirá o grau de homogeneidade que permita atribuir-se-lhe designação racial” (12).

Os pontífices do *racismo* não ocultam a mistura étnica dos povos conhecidos como *germânicos*. Walter Darré, um dos mais reputados teóricos da questão racial na Alemanha, onde ocupava, até pouco, o destacado posto de ministro da agricultura e do abastecimento, e de *führer* dos camponeses do Reich, no seu livro “A Raça” (13),

(11) e (12) Hankins — ob. cit., páginas 223 e 227.

(13) “A Raça” — “nova nobreza do sangue e do solo” — trad. francesa de Pierre Melon e A. Pfannstel.

formulou um plano para a reconstituição da nobreza alemã, sob o critério do sangue e do solo. Apesar da cautela com que palmilha o terreno, tão erigido de suscetibilidades, atribue, indisfarçadamente, aos cruzamentos inconsiderados do povo, todas as provações por que tem êle passado, e preconiza, como meio para sua regeneração, a seleção racial.

“A Nova Nobreza Alemã” — sugere — “deve tornar-se uma fonte viva de chefes, severamente, escolhidos. Cumpre que se lhe facultem os meios de conservar pela hereditariedade, o sangue que haja provado melhor, e de eliminar o sangue de qualidade inferior; que se lhe permita incorporar, a cada momento, em caso de necessidade, as novas expressões de valor que repontam do povo” (14).

Apesar da inextricável miscegenação do povo britânico, exproubra êle a Wildhagen haver subestimado o fator racial, na estabilidade de suas instituições, pois “foi graças a isso”, assevera, “que esse povo conseguiu, em parte, até nossos dias, uma originalidade surpreendente, e que os ingleses sempre, reagiram, uniformemente diante dos problemas propostos por forças exteriores a seu povo” (15).

Hitler o sumo pontífice racista, em sua famosa encíclica “Minha Luta” atribue aos cruzamentos de seu povo a perda da preponderância que êle havia conquistado — “O ária” — diz, em evidente alusão ao povo alemão — “renunciou à pureza de seu sangue e com isto ao direito de permanecer nio éden que havia criado para si mesmo. Submergiu-se na confusão das raças e foi perdendo, paulatinamente, sua capacidade civilizadora,

(14) e (15) Walter Darré — ob. cit. páginas 60 e 171.

muito mais que seus antepassados da raça aborígene subjugada" (16).

Não existe homogeneidade racial em nenhuma parte do mundo civilizado. As designações raciais com que se nomeiam os povos constituídos em nações, não correspondem às condições objetivas a que se reportam. Há na Grã-Bretanha regiões em que prepondera o tipo alpino; na França, lugares em que é mais freqüente o teutônico, que em outros da Alemanha.

"Toda a região ocupada atualmente, pela França e pela Alemanha" — pondera Hankins — "foi um vasto campo de batalha onde, no correr dos últimos vinte e cinco anos, as tribus e raças disputaram a supremacia. Essa região foi, continuamente, invadida por novos conquistadores, assim como por aventureiros militares, que, temporária ou permanentemente, misturaram seu sangue ao da população indígena" (17).

Escusa estarmos aqui, a desfiar o rosário das opiniões que sustentam fato de tão grande evidência histórica e que não tem contra si nenhum pensador de polpa.

Essas verificações, porém, não implicam na negação da existência das raças.

(16) "Mi lucha" — pág. 86.

(17) Hankins — ob. cit., página 288.

VIII

O PROBLEMA DAS CLASSIFICAÇÕES RACIAIS

1. Opiniões extremas: os que negam formalmente, a existência da *raça*, como entidade, e os que ligam sua existência à classificação dos homens em superiores e inferiores. Escolhos com que defrontam as classificações. 2. As espécies animais e os critérios de classificação delas. Não existe critério algum absoluto para a diferenciação das espécies. Os critérios preconizados para a classificação das espécies não se aplicam às raças humanas. A prova do cruzamento. Valor eugênico do *mestiço*. 3. Definição de *raça*. O critério racial tem que ser *estatístico*. Para as classificações raciais os caracteres devem ser tomados em conjunto e não, isoladamente. A frequência dos caracteres no grupo é que autoriza sua classificação.

1. Se não se justificam as seitas nacionalistas que, mau grado tantas e tão ponderosas provas em contrário, insistem na existência de raças puras, menos se explicam os que a esse exagero opõem o da inexistência de raças. Umos e outros lisonjeiam a vaidade à custa da verdade. Só o charlatanismo poderia inspirar ao decantado conde Artur de Gobineau a teoria das linhagens puras, detentoras de atributos raciais exclusivos e indelévels. Compreende-se o interesse desses modeladores de super-homens em destacarem do gênero humano uma casta de eleitos, monopolizadores, sem partilha, de

todas as virtudes de que se pode vangloriar o *homo sapiens*. Para que a propriedade dessas prerrogativas fosse assegurada a seus portadores presuntivos, de modo inconfundível, era necessário que elas não se comunicassem. Foi o que ciciou aos *gobinôs* a criação de uma raça primordial, doadora de todas as superioridades humanas aos contemplados pela munificência divina, de tal modo que, nenhum dos homúnculos que pululam entre as chancas do gigante, pudesse jamais, alimentar a veleidade de se ombrear com êle. Essa atitude — era de se esperar — despertou a hostilidade dos excluídos do olimpo. Daí lhe oporem a negativa formal, que cortaria cerce, os confrontos aviltantes. Ajuda-os a dificuldade, quase insuperável, de se estabelecer critério seguro para as diferenciações raciais.

Quando a gente vê que se baldaram todos os métodos aventados para a classificação das espécies, que durante tantos anos, eram tidos por inabaláveis, é que pode avaliar quanto será difícil classificar as raças humanas. Cuvier “acreditava que as espécies se extremavam, como diferentes pares de sapatos saídos da mesma fábrica”.

O rigor dos postulados assentes por Linneu não admitia contraditas. As indecisões dos sistematizadores foram sempre levadas à conta de ignorância deles, jamais justificadas pela imperfeição do sistema.

“A unidade da classificação zoológica é a *espécie*. Se encontrarmos certo número de animais que se pareçam uns com os outros e que sejam diferentes de todos os outros animais; que se possam cruzar e ter filhos entre êles e que se reconheçam uns aos outros, como parentes — então, esses animais constituem uma espécie” (1).

(1) H. G. Wells, Julian Huxley, G. Wells — A ciência da vida — Evolução dos seres vivos — trad. port., página 116.

A receita é clara. Sua aplicação é que está inçada de dificuldades.

2. “Há todas as graduações imagináveis na diferenciação dos organismos. Há animais tão semelhantes que constituem, evidentemente, membros de uma mesma espécie; outros há, tão diferentes que, manifestamente, não são membros da mesma espécie. Há outros contudo, cuja diferença dá lugar a dúvidas sobre se devem ou não classificar-se em diferentes espécies — e é aí que surge o problema delicado. As autoridades divergem na maior ou menor liberdade com que erigem novas espécies: uns, conservam os animais reunidos no mesmo grupo, enquanto haja dúvida possível sobre a sua diversidade, enquanto outros, à menor dúvida que se levante, logo os separam em espécies distintas. Na classificação das plantas há um exemplo extremado: enquanto uma autoridade classifica os espinheiros e as roseiras ingleses em duas espécies, apenas, outra não menos eminentemente, a sub-divide em sessenta e duas espécies!

A verdade é que não há critério absoluto para a discriminação das espécies, nenhum característico por onde se possa determinar definitivamente, se tais ou quais seres vivos são iguais ou diferentes” (2).

Por longo tempo, teve-se por decisiva a prova dos cruzamentos; os animais que se cruzassem e procriassem, eram da mesma espécie; os que não consumassem conjugação fecunda, de espécie diferentes.

Nada de mais pronta verificação e de mais persuasivo, parecia. Mas a regra ruiu, como todas as outras. Demonstrou a prática sua insuficiência. Não abrangia todas as variedades de *comportamentos* dos animais, nesse particular, pois, além dos animais que se uniam e

(2) Wells e Huxley — ob. cit., páginas 121 e 131.

procriavam, verificou-se existirem os que praticam o coito infecundo; os que geram filhos estéreis; os que convivem, acasalam-se, mas não se recebem para a cópula. O critério revelou-se assim, incompleto por não convir a todas as modalidades. Além disso, verificou-se que havia animais dispostos em espécies diferentes, que, não obstante, coincidiam no comportamento genésico o que, por esse critério, os obrigaria a uma única espécie.

Foi assim que malograram todas as classificações; todos os critérios claudicaram. Chegou a tal ponto o descrédito das classificações, que o dr. Tate Regan, em reunião da British Association, propôs a seguinte definição para as espécie, e que Wells e Huxley reputam a única "inatacável". "Uma espécie é um grupo de animais definidos como espécie, por um sistematizador competente" (3). Só por ironia poderiam os eminentes naturalistas apadrinhar a definição que, em última análise, subordina a classificação em espécies, ao arbítrio do classificador. Redunda isso em afirmar-se que não existe nenhum critério objetivo para a classificação. Ora, são infinitamente maiores as diferenças entre os animais separados em espécies, que entre os homens mais diversos. Não se conhecem homens caudatos, anfíbios ou alados. O critério genésico aventado para a diversificação dos animais, por mais falível que seja, não deixa de ser um critério; mas em sua aplicação aos homens, êle falha integralmente, uma vez que não se conhecem seres humanos que, por incompatibilidades biológicas, não se recebam para a cópula; ou que estejam, em tésé, indefectivelmente, condenados à esterilidade em suas uniões. O mais requintado *ariano* cruza com o cafre ou o tapuia. Além das aversões e repugnâncias, que os preconceitos suscitam e que a natureza

(3) Wells e Huxley — op. cit., páginas 121 e 131.

não endossa, não se sabe de incompatibilidade dêsse genero.

Mesmo quanto ao valor biologico do híbrido (4), resultante dos cruzamentos mais extremos, nada de positivo se sabe. Se uns verberam as confusões dos ramos divergentes da humanidade pelas degenerescências que daí poderiam surdir, outros as enaltecem pela combinação em um indivíduo, de fatores hereditários que nenhum dos genitores reunia.

Até hoje em nenhum dos pratos da balança, pesaram argumentos que conferissem, sem contestação, a palma a qualquer dos dissidentes. Tudo paira ainda, no terreno das conjecturas, inspiradas em escrúpulos, predileções e preconceitos. Os sectários da igualdade humana integral, preconizam a extinção das aversões raciais, nos consórcios humanos. Os do outro lado, esconjuram, com horror, a mestiçagem.

Aparte porém, a atoarda que a discussão desencadeia, não há por onde possamos, com segurança, proferir.

3. O que nos permite reconhecer a raça, é o complexo dos caracteres somáticos e psíquicos que assinalam os indivíduos, distinguindo-os de outros, portadores de caracteres diversos.

Propositadamente, na definição de raça, empregamos o vocábulo *indivíduos*, de preferência a grupos, ou termos equípolentes, designativos de coletividades, o que poderia inculcar a falsa idéia de que os atributos raciais são encontráveis em agrupamentos humanos mais

(4) A expressão *híbrido* applicada às raças humanas não é rigorosa e sim *mestiço*. O *híbrido* é o produto do cruzamento de duas *espécies*.

ou menos numerosos, quando a verdade é que a humanidade não nos oferece agrupamentos homogêneos.

Embora seja a raça um conceito coletivo, uma vez que o critério para sua determinação é *estatístico*, preferimos atribuir o complexo de caracteres que constituem as insígnias das castas, a indivíduos, prescindindo do grupamento deles. Todos os tipos raciais se acham dispersos na terra. O nórdico, o mongol, o negro, o alpino, embora medrem, de preferência, em seus *habitats* originários, não constituem exclusividade de nenhuma região do globo.

Complexo de caracteres, dissemos, porque as raças são reconhecíveis não por traços diferentes, tomados isoladamente, mas por conjuntos de caracteres. Embora seja plausível, como acentuamos, que, em eras remotas, tenha sido possível o isolamento de coletividades humanas, por milhares de anos, permitindo-lhes que acentuassem traços comuns a seus membros — os cruzamentos que se teriam superposto a essa diferenciação, comunicaram a indivíduos estranhos aos grupos isolados, caracteres que constituíam peculiaridades deles. Tomando-se atributos isolados para a diferenciação das castas corremos sempre o risco de filiar em uma estirpe indivíduo a ela estranho, que poderia haver adquirido, por via de cruzamento, particularidade de outra casta.

Com os cruzamentos que se seguiram à suposta castidade racial, operaram-se invasões de tal forma que:

“... com referência a qualquer sinal particular, os tipos de homens podem ser ordenados em uma série em que figurarão profundas invasões, de modo que seria impossível determinar o ponto em que uma raça termina e em que começa a outra” — diz Hanks (5).

(5) Hanks — ob. cit., páginas 210 e 211.

Se se adotar, por exemplo, para a classificação, a cor dos olhos, ou a dos cabelos, será certo que se encontrarão esses caracteres nas raças mais diversas, o que quer dizer que, isoladamente, perderia qualquer deles sua função de critério diferenciador.

Já o mesmo não acontecerá se, ao invés de tomarmos caracteres isolados, adotarmos um *complexo*, mais ou menos rico, pois será improvável que indivíduos estranhos ao grupo em que tais caracteres são frequentes, reúnam vários deles. Um apóstegma genial de Rippley, citado por Oliveira Vianna, exprime à maravilha, a improbabilidade de coincidências reiteradas ou em massa, e é que “o acaso não procede por atacado” (6).

Se a adoção de vários caracteres torna menos provável que indivíduos estranhos ao grupo em que eles são frequentes, os apresentem — por outro lado, será raro que se encontrem no próprio grupo em que constituem peculiaridades, elementos que preencham a totalidade deles.

“A palavra *raça*” — diz Hankins — “é um termo zoológico, e os limites que ela exprime, conquanto, frequentemente, arbitrários, de fato, são fixados sempre, por traços físicos distintivos; não obstante, a experiência demonstra de há muito, que, no que concerne às raças européias, toda tentativa de determinar uma dentre elas *combinando vários traços*, como a estatura, a cor dos olhos e dos cabelos, a forma da cabeça, desfecha na construção de um tipo tão ilusório, quanto o do famoso “homem ordinário” de Quetelet” (7).

Em outra passagem, diz o mesmo escritor: “É assim que Rippley se convenceu de que os povos europeus

(6) Oliveira Vianna — “Raça e Assimilação” — à página 49.

(7) Hankins — ob. cit., às páginas 24 e 25.

eram, de tal forma, misturados que qualquer combinação da cor dos olhos e dos cabelos, excluiria os dois terços da população em quase qualquer região. Se se juntasse a esses caracteres, o da forma cefálica, não se acharia mais que uma pequena fração da população de uma região qualquer da Europa em que esses caracteres específicos se encontrariam combinados. Suponhamos um quarto atributo, a estatura, por exemplo; e um quinto, como o índice nasal. A proporção dos tipos puros torna-se logo, quase infinitesimal" (8). "Porisso" — continúa — "quando Rippley pediu a Amon a fotografia de um indivíduo de tipo alpino puro, êste autor, embora houvesse medido milhares de recrutas renanos, respondeu que não tinha ainda achado espécime de tipo alpino que fosse perfeito em todos seus pormenores. Todos os braquicéfalos eram ou louros, ou grandes, ou tinham um nariz fino ou outro traço que não deveriam possuir" (9).

Abstraindo-se das particularidades que denunciam as dissemelhanças individuais e atendo-se aos caracteres gerais, encontradiços nos grupos de composição hereditária análoga, é que se pode qualificar o conjunto. E' claro que o conceito de raça é abstrato, como abstrato é o de floresta, sob o aspecto da natureza e qualidade, pois o que, de fato, existem são árvores e não florestas. Assim porém, como a diversidade dos elementos que compõem a floresta não impedem que a classifiquemos pelas formas vegetais predominantes; assim como a variedade das unidades que compõem um rebanho, não obsta a que se lhe emprestem qualidades gerais — assim também, as diferenças individuais de um grupo racial não constituem obstáculo a que se atribua ao

(8) Hankins — ob. cit., As páginas 24 e 25.

(9) Idem, ob. cit., páginas 214 e 215.

conjunto os caracteres freqüentes nos elementos que o formam. Se a gente tomar *um attributo isolado*, comum em determinada raça, e pretender identificar por êle, indivíduo da mesma progênie, evidentemente, malogrará, pois os caracteres mais freqüentes falham, muitas vezes, em indivíduos que nela se entroncam e podem surgir em indivíduos de outras raças. Nem a côr dos olhos, nem a estatura, nem a conformação craniana, nem qualquer das qualidades adotadas para a identificação racial, é, indefectivelmente, acusada por todos os espécimens da raça.

Notando que certos caracteres surgem com frequênciam, nos indivíduos de dada linhagem e que, só esporadicamente, são apresentados por outras estirpes raciais — sente-se o antropologista autorizado a atribuí-los ao grupo racial em que são comuns, como sua diferença específica. Não é de outra maneira que procede o naturalista para a classificação das espécies. As analogias anatômicas entre certos animais; a atitude amistosa de uns para com os outros e outras afinidades constituem a base das classificações zoológicas. Entretanto, uma grande diferença medeia entre o critério do classificador das espécies animais e o que o raciologista emprega. E' que, ao passo que o primeiro, para levar a cabo seu trabalho, não necessita sair das observações dos espécimens ao seu alcance. — o antropologista recorre, habitualmente, nos seus confrontos, a padrões raciais que a vida não lhe fornece, resultantes que são, de meras abstrações.

IX

O CRITÉRIO DOS PADRÕES CLÁSSICOS RACIAIS NÃO LEVA A CONCLUSÃO

1. O critério corrente dos padrões raciais clássicos incorre no vício lógico da petição de princípio. Sugestão inaceitável do snr. Oliveira Vianna. 2. A única solução é a da determinação das raças, abstraindo-se de padrões. 3. Como funciona a lei dos grandes números.

1. Como não chegassem até nós os representantes genuínos dos troncos raciais primitivos, uma vez que os cruzamentos sobrevividos à hipotética fixação de seus caracteres diferenciais, teriam produzido confusões de tal ordem, que é hoje, impossível separar-se o jôio do trigo — insistem vários antropologistas em restaurar, idealmente, os tipos puros desaparecidos. E como procedem? Colhendo em populações que pressupõem filiar-se às progênies em questão, os traços nelas dominantes e compondo com estas, o padrão extinto — figura lendária provida de caracteres que ninguém jamais, encontrou reunidos num só indivíduo. Ora, com esse processo, quando segregamos dos complexos humanos considerados, os indivíduos visados por nossa observação, damos, de antemão, como sabido, *aquilo* que, justamente, nos propúnhamos investigar: sua filiação racial. Tomando

os traços neles dominantes para emprestá-los a seus antepassados, como suas insígnias raciais, não saímos de um círculo vicioso, eis que determinamos o padrão racial por meio de sua suposta geração e esta pelo padrão racial.

Eis aqui um testemunho eloqüente desse vício irreparável de raciocínio, nesta prescrição de Coteville e Giraudet que, lamentavelmente, o sr. Oliveira Vianna perfilha: "Quando se quer estudar uma população qualquer, isto é, um conjunto de raças mais ou menos numerosas" — aconselham — "o que se deve fazer, em primeiro lugar, é identificar estas raças. O método a seguir para obter êste diagnóstico, de uma maneira interessante e útil, é inteiramente contrário ao método das médias. O que se deve fazer, antes de tudo, é observar; observar longamente, afim de se orientar pouco a pouco, discernir os diversos elementos da população considerada, dissociá-los, classificá-los, por categorias. E' necessário que cheguemos a um ponto de poder dizer: êste indivíduo é de tal raça; aquele, de tal outra; aquele outro é um mestiço de tal raça com tal outra. E' somente depois de ter observado e determinado a raça pelo exame de todas as particularidades dos indivíduos, que se tomará do compasso para experimentar, isto é, para precisar e, se fôr necessário, controlar. O compasso, por si só, é cego; exprime a dimensão, mas deixa de lado o essencial: a forma. E' muito grosseiro quando se trata de estudar populações atuais cujas mestiçagens constituíram grupos diferenciados ao extremo. Não conceber o estudo de uma população senão com o compasso na mão, é matar a antropologia, da qual se pode

dizer que não é somente uma ciência de precisão, mas também uma ciência de observação" (1)

Transparece dêsse tópico que o processo proposto não prescinde dos padrões clássicos ou dos outros que os autores *prefiguram* para os cotejos posteriores; doutra forma seria incompreensível a reiteração do demonstrativo *tal*, adjunto a raça: "É necessário que cheguemos a um ponto de poder dizer: este indivíduo é de *tal* raça; aquele, de *tal* outra; aquele outro é um mestiço de *tal* raça com *tal* outra" (2).

Recomendam que *comece* por onde deveríamos terminar, isto é, pelo que deveríamos demonstrar.

Onde disporiam os classificadores de exemplares geminos das raças paradíguas, para cotejar com êles os tipos a classificar, se o que a humanidade nos oferece são populações heterogêneas, resultantes dos mais variados cruzamentos por que os povos têm passado?

2. Aí está porque devemos repudiar os padrões universais, para convolarmos a outros métodos. A restauração dessas entidades fictícias pelo grupamento em modelos ideais de atributos frequentes entre indivíduos que se presume entroncarem-se nelas, é arbitrária, pois ninguém poderá assegurar-nos que os tipos originais — quando houvessem existido — reunissem, de fato, os traços que hoje só encontramos dispersos e que, tanto poderiam provir de supostos tipos puros, desaparecidos, como representar o produto de cruzamento entre indivíduos de várias linhagens.

Ora, diante da impossibilidade de termos por norma, na reconstituição racial, padrões genuínos que, só ideal-

(1) e (2) Oliveira Vianna — Raça e Assimilação, às páginas 84 e 85.

mente, poderíamos figurar, não nos resta outro alvitre que o de identificarmos nos agrupamentos atuais todas as modalidades de que se ressintam os tipos dominantes, sem nos preocuparmos com paradigmas.

Só assim poderemos aspirar a resultado útil, pois, ao evêns de jogarmos com duendes, trabalharemos com formas humanas vivas.

Pouco importa que os povos não possam ser designados pelos epítetos de *celtas*, *latinos*, *alpinos* e outros. Dentro das misturas raciais confinadas pelos territórios dos varios países, há sempre uma relativa homogeneidade, assegurada pela constância, em certo grau, dos elementos múltiplos que teriam concorrido para a composição dos tipos predominantes. Os componentes que concorreram para a formação racial de dada região, não são os mesmos que entraram na composição de uma outra (3). Em cada aglomeração humana permanente, poderemos rastrear a freqüência de tipos análogos; dos que nela mais comumente, medram, em virtude da tendência que a população revela para revestir determinados atributos e para não apresentar outros, peculiares a outros povos.

Como as nações não são redutos impermeáveis às influências estranhas, e como de todas elas emigraram levas humanas que se localizaram em outras regiões, onde teriam mantido certa predileção sexual para os cruzamentos com os de sua casta, é claro que, fóra dos confins nacionais, são encontrados espécimens raciais filiados ao grupo dominante em cada uma delas. E' assim que, como refere Hankins, citando Leon Dominiau, por êle reputado "uma das maiores autoridades nas questões de raças e de nacionalidades na Europa" — "... a França setentrional é talvez, mais teutônica que

(3) Hankins —, ob. cit., páginas 27 e 221.

o sudoeste da Alemanha e, por outro lado, a Alemanha é, em numerosas regiões, mais eslava que a Rússia" (4).

Seria muito mais razoável que procedessemos ao trabalho autónomo da determinação do tipo dominante em cada região, qualquer que fosse o resultado a que chegassemos — a que insistamos em respigar nos aglomerados humanos as analogias da população com modelos imaginários que, se existiram em eras remotas, não vieram até nós. Em lugar de tomarmos padrões nórdicos, iberos, alpinos para subordinarmos a essas entidades hipotéticas sôbre cujos tipos não há acôrdo completo, — o trabalho de investigação racial — tentariamos dispor em grupos, as variedades observadas, livremente, segundo as analogias que apresentassem, com abstração das particularidades pessoais. Os tipos dominantes, assim obtidos, tal fossem as suas semelhanças com os tipos afins encontrados em outras regiões, constituiriam com eles categorias maiores. O confronto das classificações levadas a termo em uma região, com as realizadas em outras, permitiriam sínteses mais compreensivas, de modo que, por um trabalho de generalização crescente, pudessemos chegar aos *tipos universais contemporâneos*.

Começemos de novo! Ou bem que fazemos *tabula rasa* dos padrões raciais clássicos, cuja realidade ninguém poderia afiançar, e iniciamos os trabalhos de pesquisas com o material atual, tal como existe, para generalizarmos os tipos dominantes e com êles construirmos categorias que sirvam de paradigmas para as classificações ulteriores — ou bem que continuamos atados eternamente, a categorias irreais, não conseguindo superar o circulo vicioso, que dá por provado o *quod demonstrandum*.

(4) Hankins — ob. cit., a página 24.

3. O trabalho de generalização crescente dos tipos regionais dominantes, até culminar nos padrões universais, se possível, não impedirá que se apertem, do mesmo passo, as verificações casuísticas, até chegar-se ao máximo possível de exatidão, sem entretanto, perdermos de vista que o método das ciências naturais é o estatístico, baseado na lei dos grandes números, o que quer dizer que as generalizações somente são possíveis, quando a massa dos fatos observados atinge proporções elevadas. A verificação contínua dos fatos de que partimos, para formular as leis, é o critério científico geral. A fixação dos princípios nem é absoluta nem é definitiva em ciência alguma. Simultaneamente com as deduções que elas permitem, deveremos rever e retificar, freqüentemente, os degraus que nos levaram ao tópo das generalizações estabelecidas. A vida não se detem. Nossa inteligência é que, não conseguindo acompanhá-la, em seu ininterrupto evoluir, generaliza as relações observadas entre os fatos, para dirimir, à luz delas, outras que lhe sobrevenham.

A generalização, entretanto, não imobiliza os fatos, que continuam a fluir, como a água dos rios. Do mesmo passo que os sintetiza na lei, não pode o observador perder de vista as alterações das unidades, sob pena de ruirem os princípios, que refogem das modificações ulteriores, como ruiaria o pontilhão que não fosse reajustado às flutuações da corrente a que se superpõe. Nas classificações raciais teremos que inevitavelmente nos submeter à *lei dos grandes números*. As observações dos indivíduos para a determinação de suas particularidades raciais, por mais exatas que sejam, por maior número de exemplares que reunam, não nos poderão levar a generalizações *absolutas*, mas *aproximadas*. A *prepon-*

derância de certas particularidades e não sua *indefectibilidade*, e que nos permite dispôr seus portadores em determinados grupos raciais. Um dado grupo racial manifesta certa tendência para revestir caracteres que indivíduos de outras progênies, esporadicamente, exibem. No ramo em que tais caracteres são freqüentes, difícil será encontrarem-se indivíduos que os reünam todos. Entretanto, êles se distribuem, desigualmente entre os elementos do grupo. Esporadicamente, poderemos deparar indivíduos de dada casta racial providos de alguns caracteres peculiares a outras. Isto, entretanto, não é comum. Quando as generalizações estão sujeitas à lei dos grandes números, os princípios só podem ser assentes, dentro de *certa escala*. Abaixo dela, não há generalização possível. É um engano supor-se, em tais eventualidades, que a precisão das verificações aumente, quando se desça a minúcias. Há um *limite mínimo*, abaixo do qual a lei não pode ser discernida. As seguintes considerações de Lecomte de Noüy nos farão compreender a natureza dessa lei. “Somos incapazes de prever o futuro de uma partícula” — diz êle — “mas há um tão grande número delas, que o cálculo das probabilidades nos permite estabelecer, com grande aproximação, o resultado provável, estatístico, da soma de suas ações individuais” (5). “Uma companhia de seguros” — exemplifica — “não disporá jamais de meios para prever qual das casas seguradas se incendiará, ou aquele dos seus clientes que morrerá. A única coisa que lhe importa é a porcentagem anual de cada espécie de sinistros, porcentagem que ela calcula, de acôrdo com as estatísticas dos anos precedentes. Pode ela assim,

(5) Lecomte de Noüy — *Le temps et la vie*, páginas 49, 50 e 51.

pela aplicação de uma quantia modesta, cobrir os riscos que representam valor muito maior” (6).

Justificando a ineficácia das observações das unidades para maior exatidão da lei, diz o autor considerado, em relação às leis físico-químicas, o seguinte, que, com muito maior razão, se aplica às ciências naturais, do momento em que estas estão longe de adquirir o grau de certeza daquelas: “A fonte do erro fundamental que nos levou às generalizações apressadas, é fácil de descobrir: acreditávamos, em face das magníficas conquistas da ciência que, aumentando, indefinidamente, a precisão das medidas, acabaríamos por predizer os fenômenos com precisão, cada vez maior. Infelizmente, os fatos experimentais demonstraram que essa segurança era e será sempre vã, pois, recentemente, se verificou que, quando a precisão das medidas transpõe um certo ponto, e que se penetra no domínio das pequenas unidades — o *eletron* positivo e negativo, o *foton* — até aqui, inacessíveis, é tão caprichoso seu comportamento, que precisão alguma nos permitirá prever o movimento desses corpúsculos, determinados que são pela fantasia mais desordenada” (7).

A lei estatística, como acima dissemos, só prevalece em grandes escalas. Se seu objeto é estabelecer proporções, compreende-se que, reduzido o vulto dos fatos, a tal ponto que não comportem o critério das probabilidades, não há como aplicar-se a lei dos grandes números. Se, no exame das raças, descemos ao indivíduo, segregado das grandes coletividades em que se intégria, esbarcaremos com a multifária diversidade humana que, como a dos movimentos caprichosos dos elementos atômicos, deixará o antropologista perplexo.

(6) e (7) Lecomte de Nouÿ — Le temps et la vie, páginas 49, 50 e 51.

AS CONCEPÇÕES ESTÁTICA E DINÂMICA DA RAÇA

1. A semelhança entre o ascendente e o descendente. A teoria cromosômica e seus opositores. Os cromosomas são os portadores de quase todos os caracteres humanos. 2. A imutabilidade dos caracteres hereditários é relativa. Uma hipótese de T. H. Morgan. Os racistas são partidários da intangibilidade dos caracteres raciais. Não existe atributo humano algum, absoluta e definitivamente, inalterável. *Mutação*. Ações do meio. Hormônios e vitaminas. 3. A tendência moderna é a de se considerar a raça em seu caráter dinâmico. Uma definição de Hanks sob essa luz. No próprio racismo há prosélitos que procuram acomodar suas concepções ao conceito dinâmico da raça. 4. Os caracteres hereditários são, a um tempo, constantes e variáveis. Naquilo em que persistem, é que está o traço diferencial da raça.
5. Mas, onde residirá o *quid* diferenciador?

1. Na fixação do conceito de raça dois critérios disputam a primazia: o *estático* e o *dinâmico*. O primeiro considera a raça como realidade permanente, que resiste às influências do meio e persevera em sua unidade antropológica inquebrantável, através das gerações. O outro, a reputa mero estado de equilíbrio, no entrelaçochoque da hereditariedade com o ambiente.

Desde os tempos mais remotos, advertiu o homem para a continuidade antropológica dos ascendentes com

sua geração. Que o indivíduo herda caracteres de seus genitores, é fato de verificação vulgar, que não teria escapado à observação, nos primeiros aglomerados humanos; mas as causas e o processo da hereditariedade, há pouco, permanecia ainda, em completo mistério. A biologia moderna se aproximou da verdade, localizando na célula a séde da herança biológica. O problema continuou, entretanto, de pé, até o dia em que o microscópio surpreendeu no núcleo dela os *cromosomas*, assim chamados por sua afinidade eletiva por determinada coloração. A incredulidade, entretanto, persistiu nos meios científicos mais reputados, como a França.

“A obstinação dos antigenetistas tem alguma coisa de desconcertante” — diz Jean Rostand. “A gente vê os cromosomas ao microscópio, êles podem ser fotografados; poderemos certificar-nos por inúmeras experiências, em centenas de indivíduos, que o comportamento deles acompanha, rigorosamente, o dos caracteres hereditários; toda vez que surgem exceções às regras teóricas da hereditariedade, podemos atribuí-las a irregularidades ocorridas na distribuição dos cromosomas; verificam-se enfim, com abundância de provas, até o último pormenor, todas as conseqüências das hipóteses de trabalho”.

E, diante de revelações tão incontestáveis da existência dos cromosomas, coloca Rostand os incrédulos nesta ridícula conjuntura: “Que quererão mais? Que os próprios cromosomas tomem a palavra para proclamarem sua função?” (1).

“Perguntamos: que esperarão os adversários da Genética para abandonarem suas prevenções? Estarão, devidamente, informados da multidão de trabalhos que, por toda parte, corrobora a teoria cromosômica? Ou

(1) Jean Rostand — *La nouvelle biologie* — páginas 10 e 11.

terão simplesmente, decidido, uma vez por todas, tomar todos os pesquisadores por ingênuos?

Para que a teoria cromosômica fosse errônea, seria mister que, em todo o mundo, centenas de experimentadores fossem vítimas de uma ilusão. Será mais econômico supor que um punhado de professores, entre nós, seja vítima de sua teimosia" (2).

Linhas adiante, diz Rostand: "O resultado de tal desconfiança é que, a despeito dos Cuenot, dos Vendel e de alguns outros, a França se acha, mais ou menos, a um século de atrazo de outros países, no que se refere às mais altas questões da biologia. Ora, um terço de século em nossa época, já é alguma coisa... Enquanto que allures, as descobertas se precipitam; enquanto na Alemanha, na Inglaterra, na América, na Rússia, no Japão, porfiam os pesquisadores para inventariarem os patrimônios hereditários e levantar as cartas cromosômicas; enquanto que se manipulam e se dissecam os cromosomas, como se estivessem sob o escalpelo, enquanto se começa a penetrar na constituição íntima dos genes e que se diferenciam suas funções, segundo o lugar que ocupam nos cromosomas — aquí, ainda estamos a perguntar se os cromosomas existem e se têm qualquer relação com a hereditariedade" (3). A descoberta dos cromosomas no núcleo da célula, abriu novas perspectivas ao estudo da hereditariedade. Pelo que observações continuadas e inúmeras nos testemunham, respondem os cromosomas por quase todos os caracteres humanos.

Os cromosomas contêm o que Wells e Huxley chamam "átomos da hereditariedade" — unidades definidas de matéria viva, tendo cada qual, dentro do ovo, sua função particular na formação de um indivíduo nor-

(2) Jean Rostand — *La nouvelle biologie* — páginas 10 e 11.

(3) Jean Rostand — *ob. e lugar citados.*

mal. Essas unidades hereditárias, contidas nos cromosomas, chamam-se *genes*. São de tamanho demasiadamente infinitesimal para que o microscópio possa revelá-las, mas sabemos que elas se alinham, no interior dos cromosomas, como as contas de um rosário. Cada *genes* tem seu posto particular num determinado cromosoma" (4).

A esses átomos hereditários, que se diversificam uns dos outros, atribue a Genética, fundada em muitas experiências repetidas, a transmissão de quase todos, senão de todos os caracteres individuais, quer sejam anatómicos, quer fisiológicos, quer psíquicos. A côr e textura dos cabelos, dos olhos, da pele; a conformação do nariz, dos lábios, dos molares, das orelhas, do queixo, do crânio; o caráter, o temperamento, a inteligência, a predisposição para as moléstias ou a resistência especial a elas. — tudo é obra dos genes, que Rostand diz representarem "para o biologista, o que para o físico, representam os átomos" (5).

2. Esteve muito generalizada a crença de que os caracteres hereditários não se alteravam, espontâneamente, nem se ressentiam da ação do meio. Os sectários da concepção *estática* de raça agarraram-se a essa versão, que ministraria para sua doutrina, um fundamento de inestimável valor. Do momento em que os caracteres hereditários eram intangíveis, atravessariam incólumes todas as influências do meio, para se revelarem, através das gerações, como insígnias indeléveis de uma raça. A crença na imutabilidade dos caracteres hereditários, que já hailava no espírito dos cientistas, como uma hipótese, antes que a Genética a proclamasse, recebeu desta, por

(4) H. G. Wells — ob. cit., à página 201.

(5) Jean Rostand — ob. cit., à página 23.

intermédio do grande sábio americano Thomaz Hunt Morgan, um grande alento. E' que, impressionado com a grande regularidade com que funciona o sistema genético, admitiu êle, como mera hipótese, que os gênes eram imutáveis, sem deixar, contudo, de ressaltar o caráter provisório de sua assertiva. Mas seus continuadores, e os aproveitadores de suas verificações para pretensas superioridades raciais, não guardaram as mesmas reservas; passaram a afirmar, pura e simplesmente, a imutabilidade dos gênes, como dógma. Nessa deformação da verdade científica se instalaram os racistas, satisfeitos de haverem encontrado um arremêdo de base biológica para seus devaneios. De um dos próceres dêsse credo é a seguinte definição, que goza de grande prestígio na Alemanha: "Uma raça" — diz — "se apresenta como um grupo humano que se distingue de qualquer outro grupo compreendido da mesma maneira, por um conjunto de caracteres corporais e propriedades psíquicas que lhe é próprio, e que eugendra, indefinidamente, homens semelhantes àqueles que o compõem". Essa definição pressupõe a inalterabilidade dos fatores hereditários. Em tese, não afirma nada de estranho, uma vez que se limita a aplicar à raça, verificação biológica de alcance vulgar, qual seja a da semelhança entre os proprietários e sua prole. Mas, do mesmo passo que apurou essa verdade, registou a Genética a ocorrência de eventualidades em que, independente de cruzamentos, a raça originária se poderia alterar, como adiante veremos. Os racistas, porém, não tomaram o fenômeno com suas exceções. "Conseqüentemente" — pondera Walter Gross — "os valores dos homens, seja no bem, como no mal, não são conseqüência de um ambiente bom ou deletério, mas a expressão de qualidades herdadas, que têm sua séde no sangue humano e que lhes vêm dos pais e das mães.

Nós não podemos mudar tais qualidades, e nem despertar, de novo, arbitrariamente, as que se perderam. Segundo nossos atuais conhecimentos, devemos pensar, ao contrário, que, quando um povo apareceu na história com dadas qualidades, estas subsistem até que em um ponto qualquer, a corrente do sangue é rompida" (pelo cruzamento, já se vê) "com o que uma parte das qualidades originárias se perderá para sempre" (6).

A concepção, como se verifica, pressupõe a inalterabilidade dos fatores hereditários. O fato, entretanto, não é tão simples quanto parece aos que o empalmarão para fins raciais. Sem dúvida, entre os caracteres hereditários, é que se deparam os melhores diferenciadores das raças, por serem mais estáveis. Nenhum deles, porém, assegura a uniformidade da prole com a rigidez que a doutrina *estática* pressupõe. Não existe atributo algum intangível. Todos os caracteres são suscetíveis de alterações pela modificação espontânea dos gênes — sua sede orgânica; e estão ademais expostos à ação do meio que, *em fase embrionária* da existência do indivíduo, pode ser decisiva em sua formação.

Essas modificações poderão resultar de *mutação* dos gênes que consiste numa alteração de sua estrutura: ou de alteração do sistema genético, isto é, de seu funcionamento.

Se a mutação ocorrer em célula sexual ápta a engendrar um novo indivíduo, o genes mudado aparecerá em todas suas células. Seus caracteres divergirão dos do genitor e o gerado poderá passar a constituir o ponto de partida de uma linhagem nova, provida de atributos até então, desconhecidos. "Súbitamente, numa raça, animal ou vegetal, bem pura, bem controlada, no seio de u'a multidão normal, e sem que nada permitisse pre-

(6) J. Evola — "Il mito del sangue" — fl. 83.

vê-lo, sem que se possa ligar o acontecimento a qualquer circunstância exterior, nasce um indivíduo, apresentando caracteres anormais, aberrantes, monstruosos. É a *mutação*. Ela é, imediatamente, e totalmente, hereditária. A partir dêsse exemplar anormal, poder-se-á, pela aplicação das regras mendelianas sôbre os cruzamentos, obter uma linhagem inteira, uma raça de *mutantes*, (7) cuja estabilidade nova não cederá, em nada, à raça-tipo.

Que se teria passado?

Enquanto a coleção das unidades hereditárias, dos genes, passa inalterada dos ascendentes aos descendentes, há semelhança hereditária; o semelhante engendra o semelhante, a linhagem permanece conforme a si mesma. Mas, de tempos em tempos, de muito longe em muito longe, numa das inúmeras células geratrizes de um indivíduo, um dos milhares de genes sofre uma alteração, u'a mudança de estado: *muda* — é o termo consagrado. E se esta célula portadora dos genes novos é do pequeno número das eleitas, que preenchem todo seu destino de concorrer à formação de um novo sêr, então se produzirá um indivíduo alguma coisa diferente do procriador, um *mutante*" (8).

As alterações de caracteres, de toda ordem, determinadas pela mutação, poderão ser de índole e grau diversos. Desde as mais superficiais às mais profundas; de ordem anatômica, fisiológica ou mental. Nos infusórios, nos insetos, nos crustáceos, nos moluscos e nos vertebrados foram observadas inúmeras alterações determinadas por mutação genética, como sejam: mudança de porte, alongamento ou encurtamento dos membros, aparecimento de pêlos ou penas; simplificação ou orna-

(7) A palavra *mutante* quer-nos parecer seja uma francesia inevitável, pois não encontramos correspondente vernáculo e nem os léxicos franceses consignam o vocabulo "*mutant*".

(8) Jean Rostand — ob. cit., páginas 67 e 68.

mentação da forma anatômica; aumento ou diminuição da vitalidade, incremento ou restrição da fertilidade, modificações do comportamento psíquico, dos instintos, e outras. A mutação se opera, sem qualquer finalidade biológica. Existem as alterações que beneficiam o grupo e as que o prejudicam. Muitas vezes o indivíduo que surge da mutação, não reúne condições de vitalidade; não procria. Outras vezes é ele o primeiro elo de uma série nova. "Combinções insólitas de material" — diz Jennings — "entram em alguns dos novos indivíduos; êstes revelam, em consequência, um novo conjunto de caracteres, e a nova combinação funciona, de modo diverso, denunciando nos descendentes, novo modo de hereditariedade" (9).

Além dessas variações que se operam por mudança na estrutura dos genes, há as que devem seu aparecimento a mudanças no mecanismo genético. E' um cromosoma que se fragmenta, são outros que se soldam; cromosomas não homólogos, que trocam um segmento. São os casos de deficiência ou excesso na passagem do cromosoma ou do segmento para a célula.

E de todas essas aberrações que ocorrem no sistema genético, surgem indivíduos com caracteres diferentes dos que seus genitores apresentavam, que, conforme sua vitalidade e sua capacidade procriadora, poderão dar início a novas estirpes animais, mais ou menos diversas das precedentes.

Não é somente, porém, pelas alterações internas sofridas pelos fatores hereditários, quer em sua estrutura, quer no modo de funcionarem, que se verificam os desvios das linhagens. Um outro fator que não se pôde desprezar, é o meio.

(9) H. S. Jennings — *Ereditá biologica e natura humana* — pág. 269.

Depois de afirmar que o desenvolvimento da célula está na dependência imediata do "ambiente interno que a circunda" diz Jeunings: "Vejam agora, se o mesmo grupo de genes pode produzir diferentes tipos de indivíduos, de acôrdo com as condições internas em que o organismo se encontra.

A esta pergunta" — prossegue — "pode-se responder afirmativamente, como, aliás, já vimos, estudando os efeitos da mudança dos hormônios que respeitam aos indivíduos.

O princípio ativo da tiróide é produzido, sinteticamente. A substância assim obtida, pode ser empregada em lugar da produzida pelos genes, com o mesmo efeito sobre o desenvolvimento e seus caracteres. Do mesmo modo, foi produzido, artificialmente, um dos hormônios das cápsulas suprarrenais; grandes passos foram dados com a síntese da insulina, o hormônio produzido pelo pâncreas. E nesta direção estão sendo feitas muitas pesquisas. Poderão ocorrer, espontaneamente, ações semelhantes na natureza? Não há razão para que as excluamos. Muitos caracteres dependem dos hormônios produzidos pelos genes. A produção dos hormônios poderia estar sob a influência do sistema nervoso; portanto, sob a influência das condições externas; ou estas poderiam interessar, de outro modo, sua produção.

E' certo, de resto, que a produção de alguns hormônios é efetivamente influenciada pelo sistema nervoso; portanto, modificável pelas condições externas. É o caso particular de um dos hormônios produzidos pelas cápsulas suprarrenais, o qual interessa notavelmente, e profundamente, o comportamento do indivíduo" (10).

(10) Ob. cit., páginas 144 e 145 e seguintes.

Depois de relatar experiências eloqüentes sôbre alterações substanciais obtidas, artificialmente, na estrutura de animais, pela mudança hormonal, obtida através das mudanças do ambiente — acentua o grande biologista americano a ação decisiva das vitaminas na alteração profunda dos caracteres individuais (11).

Em outra passagem, na mesma ordem de idéias, encara Jennings a questão dos atributos humanos tidos por inalteráveis: “Mas que diremos” — pergunta — “dos caracteres como a cor dos olhos no homem ou no mosquito? Todas as diferenças da cor dos olhos são devidas a diversidades de genes, não a diversidade de ambientes. A mesma coisa pode-se dizer de muitos caracteres do homem e de outros organismos. Podemos dizer que tais caracteres são, por si mesmos, hereditários e não devidos ao ambiente? Na prática não seria errôneo o asêrto. Sabemos, positivamente, que a cor dos olhos resulta da ação cumulativa de muitas substâncias químicas produzidas pelos genes. Sabemos que, se uma dessas substâncias químicas se modifica pela mudança dos genes, a cor dos olhos, que daí resulta, modifica-se, igualmente. É perfeitamente concebível que se possa conseguir subministrar de fora, uma substância química que os genes não possuem, e produzir-se, assim, uma cor de olhos que os genes não podem produzir. Muitas dessas descobertas já estão feitas. Como vimos, no capítulo IV, já se conseguiu levar de fora, hormônios que os genes não podem fornecer. Já é possível a alteração de muitos dos caracteres orgânicos, que, há poucos anos, eram inalteráveis. A matéria está sendo estudada, de pouco tempo.

(11) Ob. cit., páginas 144 e 145 e seguintes.

mas, sem dúvida, os homens chegarão um dia a mudar muitos outros caracteres, tidos, até agora, por inalteráveis. O fato de ser hereditária a propriedade, isto é, alterável pela mutação dos genes, não quer dizer que não haja um meio de se conseguir sua alteração através do ambiente" (12).

Tudo conspira, como se vê, contra a teoria estática da raça. O próprio processo genético impõe a variabilidade humana. Da possibilidade das mais diversas combinações dos genes, nos próprios gametos do indivíduo e do ovo, engendrado pelos confluentes genéticos dos dois procriadores, decorre, como consequência, a eventualidade de variações da progênie. As alterações do aparelho genético, pela mudança dos genídios e de seu mecanismo; as influências do ambiente, e por fim, os cruzamentos em todos os sentidos, por que passaram os povos, são fatos incontestáveis, que excluem a concepção da raça, como grupo humano com caracteres imutáveis, tal como a vimos definida anteriormente.

Ninguém mais hoje, com dois gramos de conhecimento científico, ousará insistir em semelhantes toleimas.

3. O conceito estático da raça cedeu ao dinâmico. "Figuramos uma raça" — diz Hankins — "como um grupo suscetível de ser reconhecido por um conjunto de caracteres físicos, cada um dos quais mais ou menos variável. A totalidade desses caracteres com seus limites de variação, é herdada, como um complexo, suficientemente caracterizado, para permitir que seus portadores se distingam dos outros membros da espécie humana. Esta concepção é plástica e adaptável" — pondera. "Aplica-se a todos os tipos antropológicos, mas, admi-

(12) Jennings — ob. cit., páginas 151 e 152.

tida a tendência excessiva ao cruzamento das linhagens, é claro que com tal noção de raça, grupos históricos como os arianos, os gregos, os latinos, os alemães ou os ingleses, não podem ser havidos como representantes de raças puras, nem mesmo aproximadamente, puras. Termos como “eslavo”, “celta e teutão”, aplicados às tribus e aos povos que atravessaram a arena histórica da Europa, devem ser reservados a agrupamentos políticos e étnicos, de preferência a tipos antropológicos. Deveria ser, igualmente, evidente que, se nos servimos do termo “nórdico” para designar um dos tipos raciais que entram na composição dos povos europeus, não deveremos designar com êle um grupo histórico. Existiram e existem ainda, alguns grupos que contêm mais sangue nórdico que outros, mas não foi feita pesquisa que estabeleça a proporção entre os elementos nórdicos e outros elementos, na composição das nações. Isto não implica que as raças fundamentais da Europa, chamêmo-las nórdica, alpina ou mediterrânea, ou adotemos outra classificação, sejam iguais num sentido qualquer. Na medida em que se distinguem, como raças, elas diferem umas das outras; são pois designais, no único sentido do vocábulo. Segue-se que os povos, que são compostos de raças fundamentais, em proporções diferentes, são, necessariamente, diferentes e desiguais” (13).

No próprio racismo, que se agarrou às leis de Mendel, como a uma tábua de salvação, certo de que preservaria a hegemonia racial germânica, em contraposição às doutrinas igualitárias, que condicionavam os caracteres étnicos às influências precárias do ambiente — distinguem-se prosélitos graduados que já transigem com a concepção *dinâmica* da raça, pelo menos em teoria.

(13) Hankins — ob. e lugar citados.

já que constitue um dislate perseverar na afirmação da intangibilidade dos atributos humanos, em oposição a verificações científicas reiteradas, em sentido contrário.

J. Evola, em u'a magnífica síntese das teorias racistas contemporâneas, apresentando a versão oficial mais recente, perfilhada pelo consistório nazista, cita a opinião de Hermann Boehm, a de maior voga na Alemanha. Segundo êste, a herança não lega caracteres, propriedades, atributos, mas o modo de se comportar o indivíduo, em face das influências do meio. Estas não criam disposições; limitam-se a solicitar as tendências individuais congêntas, no sentido que a hereditariedade lhes imprimiu. O ambiente só poderá produzir variações externas — "*paravariações*" ou modificações de caráter transitório, intransmissíveis por herança. Partindo da aplicação das leis de Mendel, pelas quais se verificou que plantas e insetos da mesma origem, em suas variações determinadas por meios diversos a que são expostos, não ultrapassam os limites fixados pela hereditariedade — concluíram os racistas que a mesma cousa se dá com o homem. A raça humana — afirmam — não se caracteriza por "um tipo antropológico rígido, mas que oscila em tôrno de um valor médio, isto é, que sofre um máximo e um mínimo de modificações. A ação do ambiente se exerce "dentro dêsse intervalo". Sua influência, entretanto, não é de molde a conseguir que um dado tipo antropológico transponha, nas variações por que passa, o limite máximo imposto por sua natureza intrínseca e por sua capacidade de adaptação. E, ainda quando o ambiente mantenha gerações inteiras de uma dada raça, fora dos limites de variação próprios do tipo originário, essas alterações não se transmitem à descendência, que, transplantada para condições normais, torna

a produzir o tipo primitivo de que seus antepassados divergiram.

Evola resume assim, o pensamento dessa doutrina: “Em suma, com u’a imagem, poderemos dizer que se tem, no caso, o comportamento de uma substância elástica, que pode deformar-se, entre certos limites (além dos quais se rompe) sob a ação de agente externo, mas que, cessada esta, recupera a forma primitiva” (14).

Conquanto pareça que a teoria exposta confunde a questão da intransmissibilidade dos caracteres adquiridos durante a vida, com a da variação da prole por mutações ocorridas nos fatores hereditários — serve ela, entretanto, para demonstrar que, ainda os mais intransigentes sectários da rigidez racial absoluta, já concordam em que essa concepção estática da raça não se compadece mais com os princípios da biologia moderna; e que a raça, ao envêr de rígida, é útil, porisso que pode sofrer variações no complexo de seus caracteres, embora confinadas por limites que a hereditariedade impõe.

4. Para Hankins, como vimos, o indivíduo herda os caracteres “com seus limites de variação” e é êsse complexo que permite as identificações raciais. Ao lado da variabilidade, certa constância.

Foi êsse mesmo pensamento que o professor Marett exprimiu na seguinte passagem de sua “Antropologia”:

“Como a vida evolue — o que quer dizer, muda — por estar passando de certas formas a outras determinadas formas, uma rigidez parcial define o processo, simultaneamente, com uma parcial plasticidade. Há por assim dizer, uma rigidez que mantém a força vital em um ponto

(14) J. Evola — obra citada, à página 88.

fiel a sua antiga direção — ainda que, afastado esse limite, possa ela recuperar a liberdade de tomar um novo rumo. A raça representa, portanto, a rigidez no processo evolutivo” (15).

É essa parte, relativamente, inalterável, persistente, através das modificações, que assinala a raça e que, em suas saliências mais nítidas, permite que a divulguem os menos versados no assunto.

Vidal de la Blache, a propósito das variações que, sob a influência do clima dos Estados Unidos, teriam sofrido os anglo-saxões, diz:

“Por mais reais que sejam tais modificações, elas se processam em limites estreitos; não chegam a interessar os caracteres primordiais das raças. A resistência dos tipos é um dos fatos que os progressos dos estudos antropológicos pôs em evidência. Há caracteres constantes, ao lado de outros que podem variar. Se nós não estamos habilitados a dizer sôbre o que se funda essa distinção, sua realidade não tem sombra de dúvida. As modificações que se observam nas raças são devidas antes, às misturas que entre elas se operam, que às influências do solo e do clima sôbre o organismo” (16).

Existe, na verdade, um substrato constante no complexo dos caracteres humanos, que nos permite diferenciar as linhagens antropológicas, com relativa segurança. A biologia confirma essas opiniões. Eis aqui a palavra de Jean Rostand: “A biologia moderna — e é esta uma de suas aquisições mais essenciais — talvez a mais imprevisita, assentou, definitivamente, a estabilidade orgânica.

(15) Prof. R. R. Marett, da Univ. de Oxford — “Antropologia.” — ed. especial “Labor” — pág. 51.

(16) Vidal de la Blache — ob. cit., página 280.

A vida tem como regime normal, a constância; para ela, trocar é o extraordinário" (17).

Exprimindo essa aparente contradição que a vida encerra, de mutabilidade e constância, a um tempo, afirmou êle, em outra passagem de seu ótímo livro "*La nouvelle biologie*", esta verdade evidente: "A gente poderia, de boa vontade dizer, por paradoxal que possa parecer, que a biologia moderna acentuou, a um tempo, a constância da vida e seu poder de mudar" (18).

As alterações dos fatores hereditários, que passamos em revista, não são de tal ordem que tirem à vida a estabilidade que a caracteriza. Poderíamos chamá-las acidentes que, conquanto possíveis e até indefectíveis em todas as espécies, não prejudicam a índole predominante da vida orgânica, no sentido da estabilidade. Acresce, como já assinalamos, que, verificada a mutação, os seres que lhe sobrevêm, manterão, como antes dela, grande semelhança, e conservarão a tendência orgânica a engendrar tipos semelhantes aos primeiros exemplares saídos da mutação.

A mesma estabilidade que assegurava a perpetuação do tipo anterior à mutação preserva o tipo oriundo dela. É precisamente a inalterabilidade, em certa medida, dos caracteres antropológicos que permite reconhecer a raça. Se esses caracteres diferenciais não dispusessem do poder de resistência às influências do meio, de tal forma que se desvanecessem ou transmutassem, fâcilmente, claro que perderiam sua propriedade diferenciadora. A perseverança dos caracteres raciais é o que em antropologia se chama sua rigidez.

(17) Jean Rostand — ob. cit., página 84.

(18) Jean Rostand — ob. cit., página 11.

XI

CARACTERES DIFERENCIAIS DAS RAÇAS

1. O critério dos padrões raciais clássicos é falso. O índice cefálico, como sinal específico. As razões que lhe deram a preferência. Em que consiste esse critério.
2. As esperanças que o racismo depositava na *dolicocefalia* absoluta dos teutões. Mas o sonho durou pouco...
3. Insistindo no repúdio dos padrões raciais clássicos. O papel representado pela observação nas identificações raciais.
4. A preeminência dos caracteres anatômicos exteriores. Os caracteres fisiológicos e psíquicos. O critério dos grupos sanguíneos. Outra decepção dos deuses: não existem raças com o mesmo tipo sanguíneo, de modo absoluto.
5. Não é indiscutível que o critério biológico dos tipos sanguíneos tenha aplicações raciais.
6. O critério dos tipos constitucionais. Sua crítica.

1. A existência dum resíduo permanente na personalidade humana, é condição *sine qua* para as diferenciações raciais. Sem êsse substrato, seria inconcebível a raça. Mas onde residirá esse elemento? Não nos parece que a antropologia já o haja identificado. As classificações pululam, e não se sabe de nenhuma entre elas, que haja logrado confirmação satisfatória, na prática. Os complexos de caracteres adotados para as diferenciações raciais, já o dissemos foram tomados com referência a supostos grupos humanos desaparecidos, de cuja existência, no passado, não há testemunho fide-

digno. Nórdicos, alpinos, dináricos, íberos, celtas, leu-tões são o produto de abstrações de atributos, rastreados entre povos atuais, que se supõem filiados àquelas troncos, mas nem se encontram exemplares contemporâneos que reúnem o complexo de caracteres que a história racial empresta a seus antepassados presumidos, nem, ao menos, se poderá assegurar que hajam êles existido. Ao invés de procurar pesquisar nas povoações atuais, os caracteres entre elas dominantes, para generalizar, insiste a maioria dos especialistas em restaurar raças extremas, desaparecidas, para estabelecer o cotejo entre elas e suas indigitadas proles. Como entretanto, na inextricável confusão dos tipos contemporâneos, produzidos por cruzamentos desordenados, não encontraram os raciologistas confirmação para suas idealizações cerebri-nas, imputam à inexatidão dos critérios adotados o que é obra da miscogenação racial. Êles sentem que perderiam o pé, se dessem de mão à tábua de salvação dos padrões clássicos. Daí recorrerem a todos os expedientes, para lobrigar, na heterogeneidade humana de hoje, representantes daquelas cepas. Não houve traço somático desprezado nessas tentativas: a côr da pele, a dos cabelos e a dos olhos; a estatura, as proporções dos membros; a implantação e conformação do nariz, a disposição dentária; a conformação das mandíbulas, dos lá-bios, das orelhas; a pilosidade...

Dentre todos os critérios aventados o que mais crédito grangeou porém, foi o do índice cefálico, preconizado pelo anatomista Retzius, em 1845.

Varias razões concorriam para a prefereneia por esse critério.

A dureza do crânio não só é de molde a assegurar sua maior resistência às influências ambientes, preservando, assim, o índice cefálico da ação dos agentes de-

formadores, como proporeciona o estudo comparativo dos crânios atuais com os dos espécimes mais remotos, uma vez que dos despojos humanoides, é a parte que tem vingado séculos. O índice cefálico exprime-se pela relação entre o diâmetro transversal máximo da cabeça e seu diâmetro ântero-posterior. Quanto mais larga fôr a cabeça, no sentido ântero-posterior, tanto menor será o índice cefálico. Consoante a êsse critério, foram os indivíduos classificados em *dolicocéfalos*, os que apresentam um índice craniano inferior a 77; *braquicéfalos*, com índice superior a 82, e *mesocéfalos*, aqueles em que o índice craniano se situa entre os dois extremos. Posteriormente, o Congresso de Antropologia de Genebra, com critério similar, estabeleceu outros índices antropométricos, como o facial, o nasal, etc.

2. No critério do índice craniano, louvaram-se os prosélitos do racismo para atribuirem ao nórdico, indigitado antepassado dos povos germânicos, índice cefálico *dolicocéfalo*, como sua insígnia racial predominante. Acreditavam, ou, pelo menos, assoalhavam êles que tal peculiaridade constitue propriedade indelével e incomunicável da raça nórdica e de sua progênie. Pouco, entretanto, durou o sonho...

Refere Marcel Prénant, em sua ótima monografia "Race et racisme" que, na Alemanha, o imperador Guilherme II, antes da Grande Guerra, mandou levantar o mapa das raças de seu império e teve que expedir ordens contrárias, ao verificar que os resultados eram, integralmente, contrários à pretensa dolicocéfalia de seus súditos. Ao contrário, o que o critério punha em impressionante destaque, era a inextricável heterogeneidade do povo germânico (1). O professor Marett,

(1) Ob. cit., página 37.

da Universidade de Oxford, de tal forma se impressionou com a variabilidade das proporções cranianas, que procurou explicá-las pela influência do meio. “Pode acontecer” — diz êle — “que determinado povo propenda a apresentar fôrma de cabeça característica, não tanto porque seus indivíduos pertençam à mesma raça, quanto porque estejam sujeitos, desde o nascimento — ou, de qualquer forma, desde sua concepção — a um mesmo ambiente. É assim que, curiosas observações feitas recentemente, pelo professor Boas, sobre imigrantes americanos, procedentes de diversas partes da Europa, parece demonstrarem que o novo meio modifica, em notável medida e de modo inexplicável, a forma da cabeça. Entre os judens europeu-ocidentais, por exemplo, a cabeça do nascido na Europa, é mais larga do que a do nascido na América, sendo mais útila, ainda, a diferença na segunda geração dos nascidos na América. Ao mesmo tempo, outras nacionalidades européias apresentam modificações de outras sortes, convergindo todas elas para um mesmo tipo americano. Como explicaremos êstes fatos, supondo que sejam apurados por estudos mais profundos? Parece que, de qualquer modo, deveríamos admitir na forma da cabeça uma considerável plasticidade, graças à qual é capaz de sofrer uma alteração decisiva, sob a influência do meio ambiente. Claro está que não em qualquer período da vida, mas na primeira fase, em que o crescimento dela é particularmente rápido” (2).

Onde iremos encontrar padrões geminos das origens citadas, se não conhecemos seus antepassados por tradição, e se a observação dos grupos atuais miscigenados não ministra elementos para sua restauração?

(2) Ob. cit., páginas 61 e 62.

Que é que autoriza os contemporâneos a emprestarem ao nórdico ou ao celta certo lote de caracteres, quando aqueles grupos humanos que, com maioria de razões, deveriam acusá-los, refógem, abertamente, aos paradigmas? Aí está a razão por que, seja qual fôr o método adotado, falhará sempre, enquanto perseverarem os investigadores nessa direção. Não há critério que consiga transformar em homogeneidade, a desordenada heterogeneidade dos povos. Não é do maior ou menor rigor da medida que depende o resultado, mas da natureza dos grupos a que ela se aplica.

3. Porisso insistimos em que o único recurso é o da observação das nacionalidades, com abstração dos padrões de confronto, para estabelecermos entre seus componentes, as variedades tipológicas. Daí surdirá o critério objetivo de classificação.

Nenhum atributo humano poderá ser tomado, isoladamente, como característico racial, do momento em que todos êles, de per si, repontam entre as progênes mais diversas. Haverá, entretanto, um limite de variação, muito provavelmente, assente pela hereditariedade, que comede a variabilidade humana, contendo-a, dentro em certos limites. Não será êste ou aquele atributo que assinalará a raça, *mas a medida de variação a que estará subordinada.*

Não existem dois homens com a mesma conformação de nariz, com idêntica estrutura craniana, com a mesma côr de pele. Em meio de toda a orgia de pormenores, haverá, entretanto, uma ordem ainda não apreendida, mas que se trai à observação. Será plausivelmente ela que permite ao *olho* do observador, entre tipos aparentemente díspares, apontar a origem comum. E não é senão a esse instrumento primitivo, mas insubstituível,

no caso, que deve a antropologia as poucas conclusões a que chegou. É nele que os mais modernos antropologistas depositam suas esperanças. “O método de pesquisa para determinação dos tipos antropológicos brasileiros há de ser, pois, êste, aconselhado por Girandet” — “que talvez não tenha autoridade” — diz o sr. Oliveira Vianna — “e por Stolywho, que tem uma autoridade enorme. Os nossos tipos hão de surgir da observação *prévia* de nossa população ao norte, ao centro, ao sul, na região da costa e na região do sertão. Obtida a discriminação deles pelo processo preliminar da observação, só então, estes tipos deverão ser tratados antropométricamente, isto é, estudados nos seus característicos morfológicos e, depois, bio-tipologicamente, isto é, nas suas características funcionais de maneira a determinar “os tipos constitucionais” mais freqüentes em cada um deles e, portanto, as modalidades mais características da sua físiopsicologia” (2).

É fato de observação vulgar que qualquer pessoa, mais ou menos afeita a conviver com indivíduos de nacionalidades diversas, raramente erra na identificação deles, embora aberrem, em seus traços isolados, dos tipos mais freqüentes nas regiões consideradas. Há qualquer coisa que perdura, como traço indelével nas etnias; um *quid* que o observador lobriga, através da aparente divergência, que não reside nesta ou naquela particularidade, mas ressumbra do todo. Nesse aspécto que surpreendemos e que não foi, ainda, definido com precisão, é que estará, seguramente, o resíduo hereditário diferenciador. Ora, isso que é possível, em relação às *nacionalidades*, se-lo-á, com maioria de razões, em relação aos componentes raciais que, em proporções diversas, terão concorrido para as variedades nacionais.

(2) Raça e Assimilação — a página 86.

4. A observação terá que incidir sobre os caracteres exteriores, através dos quais se começou a advertir para as diferenças raciais. Neles é que forçosamente, residirá, senão o índice único, a saliência mais apreensível da raça.

Quando ainda não se cogitava de raças, foram os caracteres físicos aparentes que despertaram a atenção dos entendidos para as variedades dos grupos humanos. Sem êles, não se teria ainda, ventilado a questão. Os outros critérios preconizados para as classificações raciais — o fisiológico e o psíquico — não podem constituir sucedâneos do método clássico das diferenciações raciais pelos caracteres físicos aparentes. Êles serão chamados como subsidiários daquele método, para trabalharem sobre as especificações por êle feitas. Os trabalhos posteriores à identificação racial pela *observação*, terão por fim estabelecer as correlações da morfologia com a fisiologia e a psicologia humanas. Parece incontestável, até o momento, pelo menos, que, nos atributos somáticos aparentes, residem as peculiaridades étnicas. Várias razões estabelecem a preeminência dos atributos anatômicos, como critério diferenciador de raças, sobre quaisquer outras propriedades humanas. Em primeiro lugar, como assinalamos, milita em favor dêste critério o prestígio da idade. Por êle advertiram os precursores do problema racial, para a existência de raças humanas, quando a ciência ainda estava longe de suspeitar o fato, e até hoje, séculos passados, não pôde a antropologia prescindir de seu concurso. Por outro lado, se os caracteres físicos exteriores são facilmente apreensíveis, os demais escapam à vista desarmada, tornando as pesquisas quase impraticáveis, pela extensão do campo em que teriam que operar. Não se pôde, por fim, assegurar que as propriedades fisiológicas e psíquicas eleitas,

correspondam, rigorosamente (como parece certo, em relação aos caracteres anatómicos) às categorias raciais. Haja vista, por exemplo, o critério dos grupos sanguíneos, que se pretende aproveitar para as classificações raciais. “É sabido” — diz — Marcel Prénant — “que se se mistura o sôro sanguíneo de um indivíduo com os glóbulos vermelhos de outro, pôde o sôro, segundo os casos, aglutinar os glóbulos em u’a massa, ou não produzir qualquer efeito. Landsteiner demonstrou que, sob êste ponto de vista, os homens se distribuem em quatro grupos, chamados “grupos sanguíneos” e os quais se designam respectivamente, pelos símbolos *A*, *B*, *AB* e *O*. Em cada grupo, o sôro não aglutina os glóbulos do mesmo grupo. O sôro do grupo *A* aglutina os glóbulos do grupo *B* e reciprocamente. O grupo *AB* não aglutina com seu sôro os glóbulos de qualquer outro grupo, enquanto que o sôro do grupo *O* aglutina, ao contrário, os glóbulos dos demais grupos. Jamais, durante sua existência, um indivíduo sofre modificações tais que mude de grupo sanguíneo. Ademais, a propriedade de pertencer a um grupo sanguíneo se transmite por herança, segundo as leis de Mendel” (3).

Refere Marcel Prénant, a seguir, que, depois do advento do nazismo, preocupadas em demonstrarem a homogeneidade do povo alemão e seu caráter nórdico, promoveram as autoridades um inquérito para a investigação dos grupos sanguíneos da Alemanha, tendo sido os resultados, contrários, absolutamente, à expectativa.

Não sômente, se verificou que o povo germânico não pertencia ao mesmo grupo sanguíneo, como se chegou à conclusão de “que não existe um só povo em que todos

(3) Marcel Prénant — “Raza y racismo” — Mexico — páginas 41 e seguintes.

os indivíduos pertençam ao mesmo grupo sanguíneo" (4).

"Como este seria um dos melhores critérios, até agora conhecidos, da pureza de uma raça", — ajunta Prénaut — "o fato, antes assinalado, é mais uma prova de que, no momento atual, não existem povos homogêneos de raça pura, se é que os houve, alguma vez. Os povos que se aproximariam mais da pureza sanguínea, assim considerada, seriam os índios da América, os filipinos, os esquimans, isto é, justamente aqueles que os racistas alemães consideram inferiores e que nada têm em comum com os *áriais* nem com os nórdicos. Naqueles povos, com efeito, há muito poucos indivíduos dos grupos *A*, *B* e *AB*; quase todos pertencem ao grupo *O*.

O exemplo anterior demonstra que, se um povo dado, não se pode caracterizar por um grupo sanguíneo determinado, pode sê-lo, porém, por uma distribuição particular dos indivíduos que o formam, entre os diversos grupos sanguíneos. Isto já chegou a ser um fato geral. Assim, os europeus ocidentais compreendem muitos indivíduos do tipo *A* e poucos do tipo *B*. A povoação do Oriente Próximo (tureos, persas, armênios, árabes), assim como os russos e os checos, compreendem muitos indivíduos do tipo *A* e uma proporção média dos de tipo *B*. Os polacos, os ucranianos e os húngaros, assim como a maior parte das populações do Extremo-Oriente, têm uma proporção muito elevada de *A* e uma proporção notável de *B*. Isto confirma que os povos podem ser diferentes entre si, sob este ponto de vista, e estar caracterizados, pelo menos, pela proporção em que estão representados neles os diferentes grupos sanguíneos" (5).

(4) Idem — à página 44.

(5) Ob. e lugares citados.

5. É interessante que o sr. Marcel Prénant haja admitido ser o critério sanguíneo “um dos melhores critérios possíveis, da pureza de uma raça” (6), pretendendo com isso conferir aos grupos sanguíneos a função de diferenciadores raciais, por excelência. Não atinamos com a razão que o induz a essa conclusão. Sim, porque o fato de existirem populações dispostas em grupos sanguíneos dados, e de serem as nacionalidades, relativamente, homogêneas, no tocante a esse particular, não autoriza a ilação. É o próprio sr. Prénant quem adverte contra a precipitação com que se pretende equiparar as raças humanas, na aceção em que as tomamos, às raças biológicas: “Não se tem, pois, garantia alguma” — diz êle — “de que as raças humanas sejam equivalentes a verdadeiras raças biológicas” (7). E, em outro tópico: “Não se tem, pois, o direito de considerar as raças humanas, como raças biológicas, no sentido mendeliano” (8).

Para que se possa aquilatar da precariedade desse critério racial basta considerar-se o caso de que existem chimpanzés que pertencem ao mesmo grupo sanguíneo de certos homens.

É muito possível que as categorias encontradas nas populações examinadas, sob o ponto de vista de seus tipos sanguíneos, não correspondem a outras tantas variedades raciais.

Não quer isso dizer que devemos desprezar o critério do sangue para as diferenciações raciais. Ao contrário, as investigações, nesse sentido, deverão continuar, tendo-se porém, em vista, que não poderemos confiar ao critério do sangue a função autônoma de diferen-

(6) Idem, à página 46.

(7) e (8) Ob. cit., à página 68.

ciador racial. Terá êle a função de método subsidiário do método dos caracteres anatômicos. Depois de haver-mos, por meio dêstes, identificado as variedades étnicas, só então, é que a pesquisa poderá incidir sobre os grupos sanguíneos como contra-prova, para que se verifique se a classificação fundada naqueles caracteres tem como correlata a do grupo sanguíneo nas variedades raciais.

6. Consoante ao que entendem antropologistas dos mais eminentes, pensa o sr. Oliveira Vianna que, nos tipos constitucionais está a chave do problema da diferenciação racial. Seu raciocínio é que, distinguindo-se os tipos étnicos, por suas morfologias, necessariamente, se diferenciarão em suas mentalidades.

É assim que êle desenvolve seu argumento:

“Os tipos étnicos não são tipos antropológicos distintos? sim, são. O tipo do nórdico não é distinto do do Celta? sim, é. Êste não é diferente do tipo do nórdico e do ibérico? sim, é diferente. Por outro lado, estes tipos arianos não diferem dos tipos negros e ameríndios? Diferem, sem dúvida. Logo, se, para empregar a expressão de Drape, cada uma dessas raças apresenta um painel anatômico” distinto do das outras, porque não um painel psico-fisiológico”, também distinto? Em face das revelações da ciência contemporânea, porque continuar a contestar que haja diferença no ponto de vista da mentalidade e do caráter entre o Negro e o Índio, entre esses dois tipos e os tipos brancos, entre o Celta e o Germânico, entre estes, o Ibérico e o Dinárico, se estamos de acôrdo em aceitar o fato de que todas essas raças diferem anatômicamente entre si, cada uma delas representando um tipo somatológico distinto?” (9).

(9) Raça e Assimilação, à páginas 37.

Não nos parece que o raciocínio do sr. Oliveira Vianna seja muito consequente. Concordamos em que existem raças, consistentes em grupos humanos, assinalados por caracteres particulares, não só anatômicos, como fisiológicos e psíquicos, mas não nos parece que da *diversidade anatômica* das raças resulte, necessariamente, *como seu efeito*, a diversidade psicológica, como parece inculcar o sr. Oliveira Vianna. Os caracteres anatômicos adotados para as diferenciações raciais não impõem, necessariamente, *como suas consequências*, diferenças psicológicas e fisiológicas. Os atributos diferenciadores das raças são externos e compõem-se de tonalidades, conformações e disposições de traços físicos, sem repercussão na constituição íntima de seus portadores. Da cor dos olhos, dos cabelos, da pele, da conformação, dimensão e disposição das partes do rosto; das proporções dos membros, é claro que não poderá resultar, como consequência, dado temperamento ou certa inteligência.

Não é pois, conclusivo que o “Negro e o Índio”; o “Celta e o Germânico”; o “Ibérico e o Dinário” devam, forçosamente, diferenciar-se “no ponto de vista da mentalidade e do caráter” porque diferem anatômicamente, como pretende o sr. Oliveira Vianna. E não é conclusivo porque, como dissemos, as diferenças anatômicas que medeiam entre aqueles tipos, como entre quaisquer outros tipos raciais, consistem em caracteres externos, que não respondem pela “mentalidade”, nem pelo “caráter” dos indivíduos por êles assinalados. “Não se pode estabelecer a menor correlação entre a inteligência e a pigmentação ou a forma da cabeça”, diz Jean Rostand (10). Entre os caracteres, até agora, adotados para as classi-

(10) Hérédité et racisme — página 62, nota I.

ficações raciais e as particularidades fisiológicas e psíquicas, não é possível descobrir-se qualquer correlação. E' certo que existem diferenças fisiológicas e psíquicas entre as raças. As psíquicas, notadamente, são palpáveis. A quem passarão despercebidas as diferenças psíquicas que se interpõem, por exemplo, a um mongol e um indivíduo da raça ibérica? Entre um da raça branca e um negro africano?

A essas diversificações psíquicas corresponderão, provavelmente, *particularidades orgânicas*, até aqui desconhecidas, como diferenciadores raciais, que constituirão seu fundamento somático, mas não serão, evidentemente, da natureza dos caracteres étnicos conhecidos, insusceptíveis todos êles, de exercer influências sôbre o comportamento fisiológico ou psíquico do indivíduo.

Muito provavelmente, por não poderem estabelecer relação de causa e efeito entre os caracteres físicos raciais e as peculiaridades fisiológicas e psíquicas que denunciam as raças — foi que enveredaram os antropologistas pela medicina constitucionalista, na esperança de poderem distribuir os grupos raciais pelas categorias em que a biotipologia classifica os indivíduos.

E' assim que o professor Perrusi, da Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires explica o objeto da medicina constitucional. "Tal como acabamos de esboçar, a Biotipologia ou Medicina Constitucional estuda as formas e funções dos diversos tipos humanos. Seu objeto é determinar com precisão, o valor de vitalidade do examinando e poder logo orientar seu regime da vida, profissão, esportes, medicamentos, etc., para obter um nível de vitalidade maior". (11)

(11) Dr. Leonardo C. Perrusi — "Las Glandulas de secrecion interna" — 2.^a ed. — B. Aires — às páginas 259 e seguintes.

Quer-nos parecer que não se poderá esperar dos tipos constitucionais diferenciados pela biotipologia, os benefícios que, para o estudo das raças, lhes vaticinam, dentre muitos outros, o sr. Oliveira Vianua. Como mais de uma vez acentuamos, a relativa inalterabilidade dos caracteres é condição indeclinável para que desempenhem a função de diferenciadores raciais.

“Poderemos afirmar” — doutrina Rostaud — “que uma porção de caracteres de ordem física são, como a cor dos olhos, como o grupo sanguíneo, absolutamente, independentes do meio, sendo, irrevogavelmente, determinados, desde o ovo, pelos cromosomas que contem. Neste minúsculo globo hialino já está formalmente decidido que o ser futuro será homem ou mulher; que terá cabelos ruivos, escuros, ou castanhos; lábios finos ou grossos, pele fina ou aspera, crânio curto ou alongado, dentes sólidos ou frágeis, o segundo dedo do pé mais longo que o primeiro ou mais curto que êle; o lóbulo da orelha atrofiado ou volumoso; o queixo saliente ou reentrante; o nariz chato ou aquilino, a segunda falange glabra ou peluda, etc. Está formalmente decidido que êle terá boa vista ou que será míope; que conservará seus cabelos ou que os perderá; que resistirá bem ou mal à infecção tuberculosa; que será ou não sujeito às varizes... E quantas outras cousas!”... (12).

Não quer isso dizer que o meio não possa modificar o indivíduo. Um homem criado “num meio tropical não terá a mesma pigmentação cutânea que um outro de nossas regiões; um adolescente dado ao esporte não terá a mesma musculatura, a mesma capacidade torácica que outro, sempre inclinado sôbre os livros...” (13).

(12), (13) Héredité et racisme — páginas 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

A mesma cousa se dá com os caracteres de ordem psicológica.

“No que concerne à intelligência” — acrescenta em outro tópico, Rostand — “é certamente decidido no ovo, se o indivíduo pode ou não primar pelo espírito, mas as mais elevadas faculdades se baldarão se o meio lhe fôr adverso” (14).

Assim é com o caráter e o temperamento. “O indivíduo será, hereditariamente, mais ou menos sensível, emotivo; mais ou menos inclinado a se dominar; mais ou menos capaz de transformar suas tendências egoísticas em sociais, mas o caráter poderá ser profundamente influenciado pelos choques afetivos recebidos na primeira infância, como o demonstrou a escola de Freud” (15). A variação dos caracteres raciais é, porém, relativa. Há sempre uma garantia de que as influências do meio não operarão além de certos limites traçados pela hereditariedade. A mesma cousa não se pode dizer dos complexos tipos constitucionais da biotipologia, para cuja configuração contribuem não só atributos de origem hereditária, como inúmeros outros adquiridos e, porisso mesmo, eminentemente, instáveis.

Se os caracteres raciais não são intangíveis, poucos são, entretanto, os que se alteram, sob a influência do meio. O sol poderá modificar a pigmentação cutânea; influir mesmo sobre a tonalidade dos cabelos, mas não se sabe de influência exterior normal que altere a côr dos olhos; que transforme a conformação do crânio, do nariz, dos malares, das orelhas; a disposição dos pormenores faciais. Uma vez fixados no embrião, os caracteres raciais ficam, em regra, inalteráveis. As modifica-

(14) e (15) Hérédité et racisme — páginas 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

ções que o indivíduo pode sofrer durante a vida, são raras, superficiais e, como já vimos, intransmissíveis, hereditariamente. Os fatores hereditários mantem-se intáctos e invioláveis, transmitindo à descendência os caracteres de que são portadores. A pele do indivíduo claro, poderá bronzear-se, mas seus filhos receberão dele, ao nascer, a côr de pele originária, que os fatores hereditários, incólumes, lhe transmitiram. A continuidade hereditária de dados traços somáticos, permite que se estabeleça, através deles, a linhagem dos indivíduos, principalmente, por serem simples, inequívocos, definidos. Já a mesma coisa não se pode esperar dos tipos constitucionais. Produtos de fatores, eminentemente, volúveis, participam de sua sorte. Como caracteres adquiridos que, em sua maior parte, são, não se transmitem. Numa única prole, as maiores variedades pessoais poderão surgir.

Se é fácil rastrear-se no descendente, a traça racial do genitor — os olhos castanhos ou azuis; os cabelos pretos, ruivos ou louros; o nariz achatado ou aquilino; o queixo saliente ou reentrante... — e indigitar, com segurança, os caracteres denunciadores da linhagem, nada autoriza a que se filie o tipo constitucional apresentado pelo filho, no ascendente, tal sua complexidade e a dependência em que se acha dos fatores externos.

A biotipologia começou como *medicina constitucional*. Basta esta origem para que se aquilate da natureza variável dos tipos orgânicos que ela distinguiu. Eles não são fixos; ao contrário, pelo método alimentar, pela cultura física, o clima e, principalmente, a terapêutica glandular, é possível fazer-se um indivíduo de

dado tipo constitucional passar a outro e, pelos mesmos meios, fazê-lo regredir ao primeiro. (16)

A que ficaria reduzida a *rigidez*, que caracteriza os atributos raciais, se houvessemos de confiar as classificações raciais à biotipologia? Mas — acudirão — não são as raças que pretendemos identificar pelos tipos constitucionais e sim sua psicologia diferencial. A diferenciação racial continuará a cargo dos caracteres anatômicos. A questão não muda de aspécto.

Se, em regra, os caracteres físicos raciais, como vimos, não autorizam as diferenciações orgânicas e psicológicas, como conseqüências deles, por sua natureza superficial e exterior — para que se admitam variedades psicológicas, correspondentes aos tipos constitucionais, como *expressões de diversidades raciais*, é forçoso que se adote a *morfologia anatômica desses tipos*, segundo sua classificação. Ora, como a configuração dos *tipos constitucionais* não coincide com os atributos consagrados para diferenciação das raças, temos que, em proveito do critério da medicina constitucional, renunciar ao critério clássico. Em prejuizo de critério estável, como o dos caracteres anatômicos consagrados, iríamos perfilar um outro, o dos *tipos constitucionais* que, pelo fato de ser biológico, não se segue que seja também racial.

Compreenda-se bem: pelo fato de assinarmos aos caracteres físicos exteriores preeminência, não pretendemos refugar, *a priori*, métodos fisiológicos ou psicológicos tendentes ao mesmo fim; submetemo-nos, apenas,

(16) O prof. Tripoli Gaudenzi da Faculdade de Medicina da Bahia, relatando as últimas verificações da bioquímica, no tocante à medicina constitucional, manifesta esperanças na segura orientação próxima dos tipos orgânicos, principalmente, por se suspeitar "que as constituições seriam mais adquiridas, durante a vida intra-uterina e a infância, do que prôpriamente congênitas" (Na Revista Brasileira de Química — n.º 80, à página 117).

às contingências atuais, do momento em que não está provado que o método proposto sirva a fins raciais.

Acrescem outras razões para a preferência, que já aduzimos, mas não é de mais sejam repetidas. Em primeiro lugar, o prestígio de que gozam os caracteres anatômicos, desde que revelaram aos primeiros observadores as peculiaridades de grupos humanos denunciadores das raças. Afora pormenores em que se travam discussões entre os especialistas, ninguém, até hoje, pôde dispensar a contribuição dos caracteres físicos clássicos, em benefício de outro critério. Os caracteres físicos adotados são nítidos, simples, facilmente identificáveis, e são os menos variáveis, entre todos os alvi-trados para as classificações raciais. As mesmas razões não militam em prol dos atributos fisiológicos e psíquicos que, estando na dependência muito estreita dos fatores externos, são mais variáveis, mais complexos, mais velados e de origem sempre duvidosa. Na verdade, se a cor da pele, dos olhos, dos cabelos, a conformação do nariz, do crânio, dos malares são apreensíveis, à primeira vista, e, em regra, se filiam, sem grande esforço, a atributos análogos, aparentes nos genitores e frequentes nos grupos raciais a que pertencem — as funções orgânicas mais simples, as particularidades psíquicas mais explícitas, não somente não se revelam com a mesma precisão daquelas, por serem mais difusas e complexas, como não denunciam, com tanta segurança, sua origem, que tanto poderá ser hereditária, como resultar de circunstâncias exteriores e transitórias. Por outro lado, entretanto, na escala dos valores com que uns e outros caracteres contribuem para a apreciação do homem, como fator social, é incontestável o primado das manifestações orgânicas e psíquicas. São, pois, as investigações nesse sentido, que emprestarão à questão ra-

cial conteúdo prático, finalidade social. Os caracteres anatômicos, pelo que deles se conhece, não têm outro objetivo que o de denunciarem grupos humanos de linhagens variadas. A não ser que cada uma das castas que êles assinalam, se diferencie das outras, por propriedades suscetíveis de desempenharem função social peculiar, os caracteres externos, por si sós, representam tanto quanto cunhos diversos de moedas do mesmo valor. Dess'arte, a determinação das qualidades fisiológicas e psíquicas da raça deverá, em ultima análise, constituir a meta da etnologia, pois é nessas expressões da vida que reside o estalão para a apreciação da raça, como fator de progresso social; como, entretanto, o critério consagrado para as identificações raciais, é o das propriedades somáticas, a pesquisa de atributos daquela natureza deverá incidir sobre grupos raciais diferenciados por meio delas. Perfilhando outro método, como o dos grupos sanguíneos ou o das constituições biotipológicas, correríamos o risco de tomarmos como grupos raciais, categorias meramente biológicas, pois, como assinalamos, nem tudo que é biológico, é racial. A genética, como ramo que se vai destacando da biologia, considera a hereditariedade em suas relações individuais entre procriador e procriado. Trabalha sobre unidades biológicas, ao passo que a etnologia opera sobre grupos, coletividades. A biologia procura estabelecer as relações de indivíduo para indivíduo. A etnologia (17) só interessam as relações entre grupos raciais, baseadas na freqüência dos caracteres antropológicos que os assinalam. É claro — e já o dissemos, de acôrdo com a opinião dominante — que a hipótese verossímil da formação das

(17) Etnologia é empregada aqui com a accepção de estudo de raças.

raças, é a que a filia a grupos primitivos, vivendo em estado de isolamento, o que teria assegurado a constância dos fatores hereditários, que teriam concorrido para a configuração delas. Quer isso dizer que, em ultima análise, os caracteres raciais têm um cunho biológico. A raça não é, porém, uma família biológica reduzida, em que os membros se filiam a um ancestral único, conhecido, ou, pelo menos, suscetível de ser indigitado. O que é verdade para a biologia, poderá não o ser para a raciologia, pois aquela trabalha sobre dados concretos e individuais; esta é um estudo baseado na lei dos grandes números e não dispõe, ainda, do grau de certeza, que confere ao conhecimento o título de científico.

Se, entretanto, não podemos estender à *etnologia*, sem maior exame, as verificações da biologia, os fatos determinados sobre que esta opere, permitem que se acompanhem as sucessões hereditárias, de modo que se possa saber quais os atributos hereditários mais constantes na progênie; quais os que atravessam intangíveis, as várias gerações e se perpetuam, como legados indeléveis dos ancestrais. As pesquisas desses caracteres na raça poderão assegurar, com melhores resultados, sua diferenciação.

XII

SUPERIORIDADES RACIAIS

1. Superioridades raciais absolutas. A opinião do *Führer*. 2. Como desenvolvem os partidários da superioridade racial, o tema. Revelações nazistas: Garibaldi, Dante, Napoleão eram nórdicos. Jesús-Cristo não era filho de semitas, mas de colonos arianos. 3. O mito ariano. De afinidades linguísticas à concepção da raça. *Abyssus abyssum...* 4. Racismos de segunda plana: o *galicismo*, o *eslavismo*, o *anglo-saxonismo*. 5. O orgulho racial britânico

1. Com os limites que fixamos, é a raça uma entidade incontestável. Nos extremos, não haverá quem vacile na distinção entre raças diversas. O malaio e o branco, o ameríndio e o africano são inconfundíveis. Ainda entre espécimes das sub-raças, provindos de múltiplos cruzamentos, pode o especialista, com segurança, identificar os elementos que hajam confluido para os tipos observados. É quanto basta para que admitamos a existência de castas humanas. Os dissídios surgem, quando se estabelece confronto entre as raças, para a determinação dos valores humanos de seus elementos; melhor, quando se aflora a decantada questão das *superioridades raciais*. Aí é que as opiniões se extremam, entendendo uns que há raças intrinsecamente superiores a outras, enquanto os defensores da igualdade refutam tais diferenças coletivas, levando-as à conta de variedades

de meios e considerando-as meras particularidades pessoais, de fundo estritamente biológico. O racismo não se satisfaz em verificar a desigualdade atual das aglomerações humanas, como expressões de estádios diversos de cultura, nem se contenta com diferenças relativas. Para êle a desigualdade racial é “absoluta e incondicionada; uma raça é superior ou inferior a outras, tanto por sua constituição, como por sua natureza, sem dependência das condições físicas do meio e das circunstâncias” (1).

Tão longe levam os sequases da superioridade racial as diferenças entre as castas, que é corrente entre êles a afirmação de que entre a estirpe germânica e as demais não se interpõem diferenças simplesmente raciais, na acepção vulgar, mas de *espécies*.

Hans Günther, afamado professor de antropologia social da Universidade de Iena, afirma que a raça “é um conceito que pertence, sobretudo, à ciência natural, como outras noções classificadoras, tais, por exemplo: família, espécie e sub-espécie” (2).

O termo “raça” — diz Walter Darré, um dos pare-dros da mística racial alemã — “foi adotado para designar os agrupamentos que se mantêm semelhantes consigo mesmos em sua hereditariedade. Para nós alemães, a palavra *raça* não é, infelizmente, apropriada, pois, historicamente, seria o vocábulo *espécie* que nos conviria” (3).

Gauch, um outro teórico da *ordem*, “afirma que a diferença qualitativa que separa as estruturas anatômicas ou histológicas humanas das dos animais, no tocante

(1) Marcel Prénant — ob. cit., página 10.

(2) J. Evola — ob. cit., página 111.

(3) La race — à página 173.

os pêlos, aos ossos, aos dentes, aos tegumentos, etc., é menor que a que separa o nórdico de todas as outras raças da humanidade (4).

“Os não árias, segundo os racistas hitlerianos” — depõe Prénant — “quando muito têm direito ao nome de homens; são sub-homens, intermediários entre os homens e os animais” (5).

Aí está porque o Führer atribue á pieguice liberal a condenação da redução ao cativeiro das raças não nórdicas: “Não foi senão depois que as raças conquistadas foram convertidas à escravidão” — pontifica êle — “que o mundo animal teve sorte igual. Porque o primeiro a puxar o arado foi o escravo; depois dele foi que veio o cavalo. A não ser um néscio pacifista, ninguém poderia considerar êste fato como uma prova a mais da depravação humana... (6).

A atoarda é tanto mais tola, quanto é certo que os *criadores* nunca deixaram a besta humana sem razão. É certo que se lhe exigiam um trabalho árduo, “não sòmente lhe asseguravam a existência, como lhe proporcionavam, talvez, vida melhor que a que desfrutavam com sua intitulada liberdade” (7).

2. Entendem os adeptos da teoria da superioridade racial *absoluta* que todos os acontecimentos sociais se processam em função da raça. O progresso, a civilização, a adaptação humana e a decadência dos povos são para êles, corolários da posição que as raças mantêm na sociedade.

Gobineau — o papa do racismo — dizia: “De indução em indução deixei-me persuadir desta evidência: a questão étnica domina todos os problemas da história,

(4) Marcel Prénant — ob. cit., página 34.

(5) e (6) Adolfo Hitler — Minha luta — ed. esp. “Mas allá”, pág. 86.

(7) Minha Luta — à página 86.

constitue sua chave; a desigualdade das raças cujo curso forma u'a nação, basta para explicar o encadeamento do destino dos povos" (8).

"Acabei me convencendo" — diz em outra passagem de seu breviário — "de que tudo o que há de grande, de nobre, de fecundo na terra, em criações humanas, ciência, arte, civilização, dirige o observador para um ponto único, saem de um único germe, resultou de um mesmo pensamento, pertence a uma só família, cujos ramos reinaram em todas as regiões policiadas do Universo" (9).

Na consideração das causas que teriam contribuído para o progresso e a decadência dos povos, são despididos os fatores econômicos, políticos e quejandos. Os povos que, no passado, atingiram a grandes altitudes, devem-no ao *dolicocéfalo louro* — o remoto ancestral das raças germânicas atuais. Sua decadência sobreveio não por obra de maus governos, de crises econômicas ou de outros fatos, communmente apontados, mas pelos cruzamentos da raça superior com as sub-raças submetidas. A última causa não cede sua primazia nem mesmo aos desígnios da Providência, para Gobineau.

"Segundo o método adotado por Spinoza" — diz Hankins — "êle julga oportuno homenagear, de tempos em tempos, a ortodoxia religiosa. É assim que opina que as nações podem perecer pela vontade de Deus ou por causa de seus pecados; mas recobrando seu vigoroso scepticismo, ajunta que a irreligião, a intemperança, a corrupção dos costumes e um mau governo não determinam necessariamente, a decadência de uma civilização. Se aquelas declinam é em razão de um mal que a todas interessa, sem exceção. As nações e as sociedades de-

(8) Hankins — à página 54.

(9) Idem — à página 55.

caem por causa da degenerescência de suas qualidades hereditárias e esta é devida à mistura das raças" (10).

"Os povos percebem porque são degenerados e não por outra causa" assevera Gobineau. "O vocábulo *degenerado*" — explica — "aplicado a um povo, significa que êle não dispõe mais do valor intrínseco que antes possuía porque não corre mais o mesmo sangue em suas veias" (11).

Eis, como, há um século, instilava êle na alma prusiana, o germe da paranoia expansionista:

"A civilização se desenvolve sômente quando uma nação conquista outra. Mas a conquista faz com "que uma nação sem fôrça e sem poder, se ache, bruscamente, chamada à partilha de um novo e melhor destino, pelo fato de haver caído em mãos de donos vigorosos" (12).

Os benefícios da conquista, entretanto, não estão, como poderá parecer, na contribuição que o sangue predestinado possa prestar ao fruto dos cruzamentos com as sub-raças. Ao contrário: ao miscegenar-se, a raça superior se abastarda, e o produto do cruzamento não poderá jamais, atingir a magnitude do genitor nórdico. O complexo das qualidades superiores é apanágio do nórdico. O mestiço pode receber, esporadicamente, benefícios dos cruzamentos, mas jamais conseguirá ostentar o florão de todas as superioridades, que é condão do nórdico. "A raça branca" (a referência é ao mítico ancestral germânico e não às raças havidas como tais) "possuía, originariamente, o monopólio da beleza, da inteligência e da fôrça. Em consequência de suas uniões com as outras variedades, encontram-se mestiços belos, sem serem fortes, fortes sem serem inteligentes; inteligentes mas com muita fealdade e fraqueza; (13). Todos os

(10), (11), (12) e (13) — Hankins — às páginas 55 e 56.

grandes homens que se sobressairam nas ciências, nas artes, na guerra, são portadores da linfa privilegiada.

Chamberlain, um dos precursores das teorias da superioridade racial, não admite possa haver gênio ou herói, que não pertença à raça predestinada.

Dante Alighieri, Bocaccio, Garibaldi, Napoleão... de que se jactam as sub-raças alpinas, pelos nomes, traem a linhagem germânica. Alighieri corresponde a Aegler; Bocaccio a Buschatz; Garibaldi a Kerpolt. De tipo louro são Dante, Donatello, Cristovão Colombo e outros.

O próprio Jesús Cristo que, por sua ascendência semita e como protagonista de doutrina que prega a igualdade entre os homens, teve o acesso vedado às fileiras nórdicas, êle próprio não escapou ao recrutamento dos valores arianos. Chamberlain que, ao contrário dos que lhe precederam, era um professo do Cristianismo, não quis privar a heráldica nórdica dos fôros de nobreza imperecível do Filho do Homem. Foi assim que reivindicou para sua genealogia, a figura impressionante do Nazareno, não porém do moreno Rabino, filho do carpinteiro hebreu, que a tradição, há quase vinte séculos, transporta intemerato com seu evangelho, de geração em geração — mas do Cristo louro, nascido na Galiléia, de colonos louros, vindos do setentrião, quando a terra “já estava purificada dos últimos resíduos hebráicos” (14).

“Não há o mínimo motivo para se admitir que os genitores de Jesús hajam sido de raça hebráica” — obtempera Chamberlain — “mas de pura raça ariana. Sòmente a arianos poderia ser dirigida a proclamação de Cristo: “o Reino de Deus está entre vós” (15).

(14) e (15) J. Evola — ob. cit., respectivamente às páginas 66 e 68.

· E por essa via prossegue Chamberlain, respigando na doutrina e na história primitiva do Cristianismo a traça gloriosa da influência germânica...

3. A questão da superioridade racial de que se jactam certos povos, está intimamente, ligada à da existência, há trinta séculos, aproximadamente, da raça ária ou ariana, de que teriam descendido os germânicos, os celtas e outros bemaventurados beneficiários da gloriosa herança.

É de pasmar que pensadores do melhor quilate apadrinhem a versão dêsse tronco racial primévo e que contribuam para a propagação da lenda, que assenta em meras conjecturas, grosseiramente urdidas a nossos olhos. Por mais que os delfins da nobreza ária hajam esquadrihado inscrições, batido cavernas, auscultado o seio da terra, consultado a tradição, em busca das pègadas dos indigitados ancestrais nórdicos, não há, ao que se saiba, até hoje, vestígio convincente de sua existência. Os subsídios arqueológicos a respeito, são nulos. Os raríssimos exemplares de crânios em que os contadores de rodela rastreiam vestígios do gigante, são testemunhos mudos de vidas extintas, que nada de peculiar apresentam em abono da ficção. Nem a dolicocefalia, em que os biógrafos do super-homem assentam o mais lídimo braço de sua nobreza, lograram os arqueólogos verificar, indefectivelmente, entre os despojos encontrados. E que nos poderia contar uma carcassa escavada e oca, dos caracteres físicos e morais de seu extinto habitante?

Como teriam êles conseguido lobrigar nesses resíduos petrificados, o cerúleo dos olhos, o louro dos cabelos e o gigantesco das proporeções com que o egotismo dos fabuladores compôs a imagem do portento? Como, em milênios, durante os quais se sucederam gerações e ge-

rações e se revesaram os mais diversos níveis sociais; em cujo transcurso transitou a humanidade pelos mais diferentes estádios de cultura, poderiam os forjadores da ficção ariana identificar, na congêrie das mais variadas influências que concorreram para a vida universal, o cunho da raça predestinada?

Salomão Reinach que, apesar de semita, é de uma probidade exemplar no expôr as versões da epopéia ariana, aponta Leibnitz como o mais provecto precursor da concepção segundo a qual o estudo da língua constitue o mais seguro roteiro para a elucidação da prehistória dos povos.

As analogias notadas entre o sânscrito e as línguas européias, levaram os filólogos à conclusão de que existiu uma língua ariana de que se teriam diferenciado as demais da Europa.

Essas afinidades eram, particularmente, notadas entre o persa e o alemão, de onde a qualificação proposta de indo-germânicos para os idiomas europeus. Da hipótese dessa língua única, de que se teriam diferenciado as demais versadas na Europa, concluíram os arianistas que a língua originária teria constituído o idioma de uma raça primitiva que, pela imposição cruenta de suas superioridades, teria beneficiado o mundo e enobrecido os que lhe herdaram o sangue glorioso. Da hipótese da língua única, extinta, resultou a ilação de que a teria falado um povo primitivo de raça indo-européia ao qual, por sugestão de Frederico Max Müller, deu-se o nome de "*ária*" ou "*ariáuo*". A designação foi adrede. Desde o batismo, cumpria que se guardasse a compostura devida a gente de prol. "*Aria*", segundo Salomão Reinach, em sânscrito, que era a língua clássica da Índia antiga, significava *nobre*. Perlustrando-se todas as teorias aventadas para a prova da existência, em épocas prehistóricas,

do povo ariano, chega-se à conclusão de que afora as afinidades lingüísticas, não existe outra qualquer peça ponderável de convicção, pelo menos de uma raça provida dos atributos com que os arianistas a apresentam, como cepa originária dos povos germânicos. Exemplos da licença com que se permitiram conclusões históricas pelo método filológico, dá-nos Reinach, (16), quando cita o raciocínio pelo qual se conclue que dada cousa não teria existido por não figurar seu nome no vocabulário da língua, quando a expressão poderia ter-se perdido com o tempo.

Refere Reinach, ainda, como exemplo de quanto se abusou do método filológico, para a restauração pre-histórica dos árias, a versão de Schleicher sôbre o caminho por êles seguido: suas cisões e a derivação dos ramos para sendas diversas.

“Para Schleicher” — diz Reinach — “os árias, depois de haverem caminhado juntos, durante algum tempo, dividiram-se em dois grupos, um dos quais se encaminhou para leste e o outro para o ocidente. O grupo oriental só tardiamente, se dissolveu, seguindo os indús para um lado e os persas para outro. Na época, porém, em que o grupo era ainda homogêneo, um poderoso ramo destacado do tronco comum, dirigiu-se para o sul da Europa, separando-se depois, em três ramos: os gregos, os albanos e os ítalo-celtas. Estes, que caminhavam juntos na direção dos Alpes, foram os derradeiros que se cindiram, alcançando os celtas a Gália e os italianos a Itália. O grande grupo ocidental sofreu menos perturbações. Constituído pelos antigos germanos, lituanos, eslavos, análogos aos ítalo-celtas, se separaram dos outros, cami-

(16) Salomão Reinach — “Os árias” — edição brasileira “Cultura Moderna”, páginas 40 e 41.

nhando à parte e acabando por se dividirem também, em dois grupos: lituanos e eslavos” (17).

“Na verdade” — continua Reinach — “a árvore genealógica de Schleicher constitue só por si uma história primitiva completa dos povos que falaram e falam ainda as línguas arianas. Fácilmente reproduzimos a situação dêsses pastores, cujos descendentes haviam de ser os senhores do mundo, pondo-se a caminho com seus rebanhos, em demanda de novas moradias, dum clima mais doce e de pastagens mais ricas; depois, gradualmente, nesse povo em marcha, vão surgindo discórdias e divisões e a emigração, que primeiramente rasgara apenas um sulco, bem depressa divergiu, como um leque, do Ganges ao Danúbio e do Danúbio ao Loire.

Por muito grandiosa que possa ser, essa história assim resumida num traçado gráfico, tem o defeito de assentar em bases muito fracas. Qual é, na realidade, o critério adotado por Schleicher para estabelecer a cronologia das cisões, cuja série, em seu modo de ver, constitue a prehistória dos árias? É apenas a menor ou maior semelhança com o que êle pretende saber da língua mãe, ou ainda melhor, as maiores ou menores alterações de cada língua ariana. Assim, crente de que as línguas germânicas, lituanas e eslavas são mais afastadas do ária primitivo que o sânscrito e o grego, Schleicher admite que os antepassados dos *germanos*, lituanos e eslavos foram os primeiros a separar-se do tronco comum, a perderem o contáto dos irmãos. Ora, primeiro, não está provado, de maneira nenhuma, que o lituano, por exemplo, seja mais afastado da “língua mãe” que o sânscrito; depois, ainda que isso fosse verdade, a prova não seria concludente, por isso que não é verdade que uma língua

(17) Obra citada às páginas 47 e 48.

se altere mercê de uma imigração que a afasta do centro primitivo. Tem-se notado muitas vezes, que o francês dos franco-canadenses, é mais arcaico que o dos franceses da França, em vez de se haver corrompido, mais rapidamente, e de haver perdido suas características. O mesmo se dá com o espanhol e o português dos judeus de Salônica, que falam línguas semelhantes ao espanhol e português antigos. O grau de alteração de uma língua, que, de resto, é sempre difficilimo avaliar, nada nos esclarece, pois, acerca dos destinos dessa língua, nem dos daqueles que a propagaram" (18).

Foi por processos históricos dêsse gênero que os construtores da superioridade racial restauraram seus pretensos antepassados arianos.

A primeira objeção que acode a quem quer que encarar o problema com isenção, é que o idioma não mantém correspondência com a raça. Os povos de raças mais diversas, muitas vezes, dispõem da mesma língua, do mesmo passo que povos da mesma raça, falam línguas diferentes. O inglês é versado por africanos, indús e japoneses, que nada têm de comum com os chamados saxões. Os negros mais luzidios, sob influência francesa, empregam o mesmo idioma do refinado parisiense. Nos embates cruentos, a língua tanto poderia haver sido imposta pelos vencedores, como por êles adotada aos vencidos. Mas, além da conquista, as permutas filológicas se fizeram por todos os meios de contacto pacífico que entre os povos se estabeleceu, como foram as migrações, e as aproximações facilitadas pelo intercâmbio marítimo e terrestre. Porque se haverá de prescindir na história das línguas, dos empréstimos facilitados por todos êsses meios,

(18) ob. cit., às páginas 48, 49 e 50.

quando verificamos o que êle representa hoje, na evolução dos idiomas?

Max Müller, um dos mais festejados apóstolos do racismo, na Alemanha, não obstante haver colaborado na localização prehistórica da raça ariana e haver sido, até, quem, como vimos, lhe deu nome, não resistiu à evidência de objeções como essas. Penitenciando-se da deturpação para que teria concorrido, afirmou: “quando emprego o têrmo “ária” não entendo por êle nem o sangue, nem os ossos, nem o cérebro, nem o crânio; designo, simplesmente, os que falam a língua ariana. Dá-se a mesma coisa quando falo dos hindús, dos gregos, dos romanos, dos alemães, dos celtas e dos eslavos. Não faço alusão às suas particularidades anatômicas. Pode ser que os escandinavos de olhos azuis e cabelos louros tenham sido conquistadores ou vencidos; pouco importa que êles hajam adotado a língua dos conquistadores de epiderme morena, ou se, ao contrário... Em meu entender, o etnólogo que fala de raça ariana, de sangue ariano, de olhos e cabelos arianos comete tão grande peccado quanto o em que incorreria o lingüista, falando de um dicionário dolicocefalo, ou de uma gramática braquicefala” (19).

A capitulação é tanto mais significativa quanto é certo que Max Müller — como dissemos — foi o genitor da denominação “ária” ou “ariana” e propugnou, com afincio, a hipótese da origem asiática dos árias.

A tese da existência de uma raça ariana, deduzida de língua hipotética, que ela teria manejado, como seu idioma, não resiste à análise por onde quer que a tomemos. Da multiplicidade de línguas com afinidades, não se segue, necessariamente, a existência de tronco comum. Ao envês de uma língua que teria sido levada aos povos

(19) Hankins — as páginas 34 e 35.

conquistados, pode muito bem ser que a diferenciação se haja verificado no *habitat* originário de povos vizinhos os quais teriam imigrado com as variedades lingüísticas aí formadas.

Nada, por outro lado, nos afiança, admitida a hipótese de um povo ariano primitivo, falando idioma próprio, que êle haja sido de composição racial extreme, ou que haja constituído uma raça, na accepção em que tomam os etnologistas êste vocábulo. As analogias que os filólogos rastreiam nas línguas indo-européias, poderiam provir de empréstimos, facilitados pelo convívio dos povos que as falavam com outros.

O monumento histórico mais ponderável da raça ariana é a língua, que se lhe attribuia, como particularidade. Vê-se, examinando-o a fundo, a que mulambo êle se reduz. Mas não é sòmente por aí que se revela a inverossimilhança da fábula ariana. Até hoje, não conseguiram seus propagadores chegar a acôrdo na determinação do berço da famosa estirpe. Contra os que o situaram na Ásia, levantou-se uma saraivada de objecções. A história atesta que as conquistas duradouras foram as da Europa naquele continente, não se sabendo de nenhuma incursão definitiva na Europa, procedente da Ásia, a não ser a otomana. A Europa influiu na Ásia, mas não se apontam traços de influência desta na Europa (20). As afinidades lingüísticas das línguas européias com as asiáticas poderiam muito bem provir de empréstimos feitos pelos europeus a povos submetidos. É raro, por outro lado, que se encontre, na Ásia, o dolicocéfalo louro, de pele branca e olhos azuis. Estas e outras objecções pesaram na deliberação dos arianistas para que buscassem, fora da Ásia, um outro berço para

(20) Salomão Reinach — ob cit., páginas 68 e 100.

a raça ária. Talvez, porém, nenhuma objeção houvesse calado tão fundo, quanto os escrúpulos do escól branco em aceitar para seus ancestrais, berço comum com o negro. A afirmação de que o “mesmo sangue circulava nas veias do mais negro bengala e do soldado britânico, suscitou grandes dúvidas sôbre a validade do arianismo, no espírito dos bons imperialistas anglo-saxões — pondera Hanksins” (21).

Por essas e outras foi que os patronos da concepção ariana assentaram no Danúbio sua origem. Mas não ficou aí. Outros o situaram no centro da Alemanha e ainda outros, na Rússia. O certo é que os manes dos deuses não tiveram mais parada. Tanto perambularam os faiscadores da gema ariana, que foram cair entre os negregados judeus. Com efeito: entre o Oxus e o Iaxartes, em que muitos arianistas da melhor polpa assinalaram a origem da raça ária, coloca a maior parte dos entendidos o berço semita. A se dar crédito aos subsídios filológicos para a concepção da raça, as “formas idênticas da mesma significação nas línguas arianas e semitas” teriam como explicação única a “hipótese de um contacto prehistórico entre essas duas raças, afirma Hommel, citado por Salomão Reinach (22).

Aí está o que acontece aos que ousam colocar entre os homens, entes que só nos páramos celestes poderiam ter sua mansão...

4. Cometeríamos uma inexatidão injustificável, se afirmássemos que só os teutões ter-se-iam aproveitado das teorias que propugnaram as superioridades das vergônticas brotadas do caule ariano.

Ao lado do *teutonismo*, se desenvolveram o *celtismo*, o *anglo-saxonismo*, o *eslavismo*, e “todos os outros ismos

(21) Ob. cit., pág. 34.

(22) Salomão Reinach — ob. cit., páginas 68 e 100.

que, alimentados pela tradição popular, fazem furor nos diferentes países do mundo” (23).

O racismo teve seu surto na França. Duas correntes ali, encararam o problema: a que filiava a raça primordial no tronco celta e a que a entroncava no *galo romano*. A mesma celeuma que levantou o arianismo, suscitou o *galicismo* e o *celtismo*, expressões que, de designativas de idiomas, passaram a indicadoras de raças. As duas seitas raciais tiveram na França, seus adéptos. O completo desconhecimento desses troncos; a braquicefalia dominante na França, em completa antinomia com os traços dolicocefalos, que se emprestaram a seus indigitados ancestrais, não impediram que o racismo apresentasse, também, lá, períodos de exaltação e que se envolvessem nas disputas os mais acatados antropologistas. O racismo francês, entretanto, nada teve de peculiar. Foi uma expressão do sentimento nativista a que não é imune povo algum da terra. A “necessidade da lisonja do eu” — pondera Hankins — “é mais facilmente, compreendida que reprimida e é, particularmente, insaciável, quando se trata de questão de raça ou de nação. Uma e outra são, num sentido mais profundo, uma expansão do eu. Eu sou, virtualmente, minha raça; esta representa minhas próprias qualidades potenciais em uma gloriosa florescência. A mesma cousa é minha nação. Ora, há todas as probabilidades de que minha raça e minha nação sejam uma só e mesma cousa. Entre a maioria dos seres humanos, as reações recíprocas do orgulho pessoal e do orgulho nacional ou racial são, perfeitamente, acordes. Uma das principais necessidades psíquicas do indivíduo é o sentimento de harmonia, senão de identidade entre êle e

(23) Hankins — ob. cit., página 104.

o grupo social a que pertence. Esta necessidade constitue o fundamento da solidariedade ou da lealdade para com seu grupo sem a qual o homem não teria podido chegar a se tornar senhor do mundo. Durante muitos séculos, o Homem, antropopitéco — lobo inteligente, caçando em bandos, desenvolveu sua natureza íntima em uma luta sem tréguas pela vida, que lhe inculcou a lição de que “a força do lobo reside na matilha”. Daí ser, muitas vezes, o apêgo do ser humano por seu grupo, tão forte quanto o é pela vida; até parece declinar a vontade de viver do indivíduo, desde que se rompe a coesão do grupo. Por outro lado, não há como o sentimento de solidariedade com um grupo forte e independente para inspirar coragem e exaltar o ânimo. As reações emotivas dos indivíduos ao amor que lhe desperta seu grupo têm pois uma fonte profunda numa natureza que deve satisfazer seus instintos gregários para viver. Nada há, pois, de estranho que o patriotismo e o orgulho da raça se tornem uma espécie “de amor próprio coletivo”, que trai, astuciosamente, a realidade científica na interpretação da história. Nada é de mais que êsse amor próprio coletivo se transforme em um sentimento de superioridade coletiva. Haverá poucos grupos políticos de certa importância histórica, se é que os há, que não se considerem poderosamente dotados de qualidades superiores às de seus vizinhos. O mito de “povo eleito” teria florescido, sem a menor dúvida, antes dos mais antigos escritos dos hebreus e sobreviverá, com toda a probabilidade, num povo que domine por muito tempo, ainda depois que todos os crentes na “superioridade anglo-saxônica” ou no “destino do branco”, hajam volvido para sempre, ao pó” (24).

(24) Hankins — ob. cit., as páginas 18 e 19.

A América do Norte, apesar da extrema miscigenação de seu povo, foi também contaminada. Os norte-americanos, como assinala Hankins, se orgulhavam da acendência *anglo-saxônica*, embora nunca se houvesse definido o conceito desse gentílico. No grande país do Norte, medraram as teorias da superioridade racial, graças à obra de Burgess, que reeditou as mesmas teorias em vóga, na Alemanha, segundo as quais há povos que nasceram para senhores e outros com o sinistro fadário de escravos. Os povos anglo-saxônicos — pontificava Burgess — têm não o direito, mas o dever de desempenhar, no mundo, o papel de dominadores, sob pena de faltarem à missão que coube a sua raça. Segundo o testemunho insuspeito de Hankins, o imperialismo racista de Burgess teve na América do Norte seus professores de alto coturno. “Não é por acidente que Teodoro Roosevelt, depois de se haver impregnado da escola de Burgess, se apoderou do canal do Panamá, justificando seu feito com o argumento de que as nações retardatárias não têm o direito de entrar o desenvolvimento da civilização” (25).

5. Também a Inglaterra — afirma Hankins — cultiva a crença de que u’a “missão especial” teria sido confiada aos anglo-saxões no mundo” (26).

Ninguém ignora que é a crença na superioridade racial, que exacerba o sentimento de orgulho nacional dos britânicos. A que outra cousa se poderia atribuir a irredutível defesa da prole, que êles desenvolvem, sem tréguas, nos rincões mais afastados do Universo, onde têm sempre a postos, o consulado ou o navio para preservarem as súditas de sua Majestade do risco de des-

(25) Hankins — à página 195.

(26) Idem — à página 188.

pejarem entre mestiços, o fruto qualificado de suas entranhas?

A Inglaterra não abriu, porém, o precedente nos escrúpulos raciais. Distinguidos com a descoberta de que eram da melhor cepa ariana, os anglo-saxões não repudiaram a lisonja — é claro. O reconhecimento de suas superioridades pelos próprios que, pouco depois, se transformariam em seus mais irreconciliáveis inimigos, de certa forma, os justificaria perante êles e a própria consciência.

O caso é que, desde então, quando lhe irrogassem a culpa das misérias universais, poderia a Inglaterra remeter o queixoso a Deus, como responsável pela falta de equanimidade na partilha dos dons humanos. O racismo anglo-saxônico não é entretanto, ostensivo. Não teve aliás, necessidade de o ser. A Inglaterra representou, no mundo dos homens, o papel da pródiga formiga de La Fontaine. Enquanto os barbos de outros povos, despreocupados, cantavam, ao luar, os dotes de suas beldades, a loura Albion amealhava e, solertemente, assegurava a seu futuro, as rotas marítimas que lhe abriam caminho para os mais fartos celeiros do mundo.

Fez bem?... Fez mal?... Não importa. *Hic non est locus...*

Não nos parece que os que lhe assacam, como peccados mortais da juventude, o que ela fez, há um século, não fizessem, agora, o mesmo se a tanto os ajudassem “engenho e arte”...

O caso é que a Inglaterra pôde conseguir aquilo por que todo o mundo suspira — o senso da repleção. Entre os cinco ou seis opíparos repastos a que ela se pôde, até pouco, dar, não havia intervalo para mais. Daí não precisar de manejar a superioridade racial como ariete. Quando muito lhe tem servido de escudo,

para neutralizar as arremetidas da inveja faminta. Função meramente negativa. Estímulo algum, por mais febricitante, põe só por si, em riste, a lança, antes que a necessidade o obrigue. O ultimo cavaleiro andante succumbiu com d. Quixóte...

O que aos anglo-saxões sobrava, faltava à Alemanha. Nesta, a teoria da superioridade racial justifica a necessidade econômica da expansão e, do mesmo passo que serve de pretêsto moral para a conquista do "espaço vital", despertou no fundo primitivo do homem a disposição agressiva. A "Kultur" germânica empunhou o racismo como arma de ataque. Daí a exaltação a que chegou e o aspêcto grave que, para o mundo, revestiu a doutrina, fazendo jus a estudos acurados, por todos aqueles a quem não se dispensou a honra de figurarem na galeria da illustre pleiade.

Aí está porque, sem sacrificio da verdade, poderemos limitar-nos para a anamnêse do mal, a uma rápida recapitulação de suas manifestações às margens do Reno. E' nos acessos mais fortes que a gente surpreende melhor as características do fenômeno e foi na Alemanha que êle atigiu o paroxismo.

XIII

O RACISMÔ ALEMÃO E SEUS DOUTRINADORES

1. Chamberlain foi um dos precursores da superioridade teutônica. Gobineau fala pela bôca de Adolfo Hitler. Chamberlain, Merckenschlager, Vacher de Lapouge — repetidores de Gobineau. 2. Oportunismo doutrinário do racismo germânico. Na opinião de Alfredo Rosenberg, o racismo é o “mito do século XX”. Fora o Cristianismo! Abaixo a ciência!...

1. Aponta Hankins como precursor das doutrinas da superioridade racial teutônica, o inglês Chamberlain. Ou porque não se quisesse embarafustar na abstrusa genealogia do povo ariano, por achar impossível restaurá-la, desde os mais remotos ancestrais até sua prole presuntiva contemporânea, ou pela vaidade de não referir, expressamente, a fonte *gobiniana* em que se inspirou — Chamberlain se mostrava muito cético quanto à existência da raça ariana. E’ dele esta dúvida que Hankins reproduz: “Em suma, que espécie de homem é o ariano? Sômente quem nada sabe de etnografia, poderá dar uma resposta definitiva a esta questão”. E acrescenta que a filologia, a antropologia e a etnologia confirmam, todas elas, a impossibilidade em que nos achamos de fazer uma representação clara do povo ariano: “Quem sabe o que em 1850 se ensinará sôbre os

arianos?" (1). Hankins chama-o o grande evangelizador do *teutonismo*.

Relatando o que Chamberlain dizia do teutão, pinta-nos Hankins este retrato: "E' o teutão que criou o que há de mais precioso na civilização moderna." Cerca de quatrocentas páginas são consagradas a celebrar os triunfos dos teutões em todos os domínios do gênio humano. E' a narração da "criação de um mundo novo, de uma ordem absolutamente nova da sociedade, adaptada ao caráter, às necessidades e aos talentos naturais de uma nova espécie de homens". "Temos neste extrato" — prossegue Hankins — "a declaração mais nítida de Chamberlain sôbre a preeminência da raça, como fator de evolução da cultura. E' o sangue teutão e só o sangue teutão, que impele a força impulsiva e o princípio criador". "E' uma espécie determinada do gênero humano que constitue base física e moral de nossa cultura do norte da Europa. Quanto menor for um país provido de sangue teutão, tanto menos civilizado será". E êle não cessa de repetir que a civilização européia atual é "especificamente teutônica" (2).

Engana-se quem espera encontrar novidades, no racismo alemão de hoje. Os apóstolos mais em vóga na Alemanha, macéram, sem grande descortínio, o que, há quase um século e meio, bolsava Gobineau. E se, ao tempo em que este pontificou, a ciência não estava em condições de refutar suas asserções, sòmente por ignorância ou má fé se poderá insistir hoje em suas toleimas. De 1816 para cá, a biologia, a antropologia e a genética fizeram verificações que demonstram a puerilidade de certos conceitos que assentavam à pena de

(1) Hankins — ob. cit., à página 88.

(2) Hankins — ob. cit., à página 90.

Gobineau, mas que, hoje, soam como um escárneo. Todas as afirmações que, naquelas eras, passavam por concepções geniais, gozam hoje de tanta reputação quanto os trabalhos dos alquimistas da idade média. Pois bem, os que versaram o problema racial, na atualidade, como partidários do racismo germânico, apenas sobrepujaram a Gobineau, no calor com que reeditaram as infantilidades do conde francês, no intuito de demonstrarem a superioridade da linhagem predestinada sôbre todas as outras da terra.

Quem ler a “Minha Luta” de Adolfo Hitler, deparará com êste trecho em que Gobineau fala pela bôca do tenaz caudilho: “Tudo o que admiramos neste mundo — a ciência, a arte, a habilidade técnica, a invenção — é o produto criador de um número reduzido de nações unicamente, e em sua origem, talvez o de uma raça. A própria existência desta cultura depende daquela nação unicamente, e em sua origem, talvez o de uma só raça. A própria existência desta cultura depende daquelas nações. Se elas perecessem, levariam para o túmulo toda a beleza da terra. Se dividissemos a raça humana em três categorias — fundadores, conservadores e destruidores da cultura — só a estirpe ária poderia ser considerada representante da primeira categoria.

As raças árias atacaram, a meúdo, em número irrisoriamente pequeno, povos estranhos e, favorecidos pela quantidade de indivíduos de categoria inferior que tinham a sua disposição, para que as ajudassem, começaram a desenvolver de acôrdo com as condições especiais da vida, dominantes nos territórios conquistados — fertilidades, clima, etc. — as qualidades de inteligência e organização latentes neles. No transcurso de alguns séculos *criam* no país e entre os povos que *conquistaram*, culturas que *levaram* originariamente, o cunho de seu pró-

prio caráter. Mas à medida que o tempo passa, os conquistadores pecam contra o princípio da conservação da pureza do sangue (princípio a que professavam respeito religioso) e quando começam a se confundir com os habitantes primitivos aos quais haviam subjogado, acabam com sua existência como povo peculiar, porque ao pecado cometido no Paraíso, seguiu-se inevitavelmente, a expulsão.

Desde tempo imemorial, as nações criadoras foram tais por tudo e em tudo, ainda que os observadores superficiais não hajam advertido. Nada fora de proezas executadas, contribue para que se reconheça o valor de tais nações porque a maioria dos indivíduos dêste mundo é incapaz de perceber o gênio, a não ser por seus sinais exteriores, em forma de invenções, descobrimentos, arquitetura, pintura, etc. E, ainda assim, requer-se muito tempo para que êle seja compreendido. Assim como na vida de um homem o gênio, ou em realidade, qualquer característica extraordinária se esforça, estimulada por especiais excitantes, com o fim de se expressar de forma prática, assim na vida das nações, a verdadeira aplicação das forças criadoras que nelas existem não se produz senão em conformidade com as exigências de certas e definidas circunstâncias. Nisso advertimos com maior clareza na raça que foi e é o porta-estandarte do progresso cultural humano: a ária". (3)

Eis como, em oposição a essa superioridade, encara o Mahomet nazista a função social das outras raças: "Para que se desenvolvesse uma cultura superior, foi necessário que existissem indivíduos de civilização inferior, pois ninguém, senão estes, poderiam substituir o instrumento técnico sem o qual seria incompreensível

(3) "Mi Lucha" — a página 85.

o progresso. Em seus começos, a cultura humana dependeu menos, por certo, do animal doméstico, que do emprego do material humano de qualidade inferior.

Foi somente depois que as raças conquistadas foram reduzidas à escravidão, que o mundo animal passou por sorte igual; o contrário não se deu, como muitos poderiam desejar fazer crer. O primeiro a puxar o arado foi o escravo; foi depois que veio o cavalo. A não ser que seja néscio pacifista, ninguém poderia encarar este fato como prova de depravação humana. Os outros devem compreender claramente, que este processo teve lugar para que chegassemos a uma situação que permitiu a semelhantes apóstolos difundirem sua algaravia estúpida pelo mundo. O progresso humano é como a ascensão de uma escada interminável; ninguém conseguirá chegar ao tópo, sem antes, haver escalado o primeiro degrau. Dêste modo, o ária teve que seguir a senda que conduziria à realização e não a que existe no espírito de um pacifista moderno. Mas a senda que o ária teve que palmilhar, estava traçada com nitidez. Como conquistador, destronou os homens inferiores, que trabalharam, desde então, sob sua direção, submissos a sua vontade e para a satisfação de seus propósitos. E do mesmo passo que extraía de seus súditos um trabalho proveitoso, embora duro, êle não somente assegurava a existência deles, como lhes proporcionava, talvez, vida melhor que a que desfrutavam sob sua intitulada liberdade" (4).

O que afirmou Hitler, foi o que disse Günther, foi o que prègon Vacher de Lapouge, o que disseram Chamberlain, Merckenschlager e todos os que se sedentaram na fonte única do mito da superioridade: — *o conde*

(4) Ob. cit., à página 86.

Artur de Gobineau. Foi, sem a menor dúvida, fiada no poder mirífico das fórmulas, que a coorte nazista perseverou na propaganda da superioridade germânica, mau grado os reiterados desmentidos da história, da antropologia, da biologia e da genética. O índice cefálico, que se erigiu à altura de um dógma, na identificação das raças superiores, ruiu fragorosamente, em suas aplicações. Não só os indigitados sucessores do nórdico pre-histórico não acusaram a dolicocefalia, como insígnia racial, como as raças e sub-raças visadas com o estígma da inferioridade, está provado não serem, totalmente, braquicéfalas. (5).

Hankins chega a afirmar que o negro é o mais “dolicocefalo de todos os homens” (6). Por outro lado, tem-se notado uma grande preponderância dos morenos entre as classes superiores, ao contrário da previsão racista de que aos louros pertenceria o primado da inteligência. O mestiço é o tipo dominante nas classes superiores (7). Não está, de modo algum, provado que a forma do crânio corresponda, necessariamente, a dada capacidade mental. Poder-se-ia, quando muito, admitir que a capacidade intelectual fosse correlata ao volume e à configuração do encéfalo, que não é a mesma coisa que a caixa craniana, mas o conteúdo dela.

2. Que valem, entretanto, os escrúpulos ciêntíficos, em face da necessidade de se incorporarem os valores humanos do mundo à genealogia teutônica? Hitler, Goebbels e outros tantos como êles, não reúnem os requisitos do nórdico? Têm cabelos escuros, tez morena, estatura pequena? Que importa. “Uma alma nórdica pode estar ligada a um corpo não nórdico”. “Re-

(5) Hankins — As páginas 153 e 158.

(6) e (7) Ob. e lugares citados.

conhece-se o homem nórdico por seus atos, não pela longitude do nariz ou pela côr dos olhos" (8) — acudiram os maiores do nazismo.

Foi a palavra de ordem. Daí o caráter, eminentemente, oportunista da política racial alemã. Do momento em que reiteradas verificações científicas desmentiram, uma a uma, as veleidades raciais dos arquitetos da superioridade germânica, mandaram eles às favas a antropologia, a genética, a biologia e as demais baboseiras que ousaram insurgir-se contra o dógma nazista.

"A política não pode esperar que a teoria das raças haja sido elaborada pela ciência" — proclama o dr. Gross, um dos mais altos e qualificados dignitários do racismo. "A política deve saltar por cima da ciência, com a verdade fundamental intuitiva da diversidade sanguínea dos povos e com sua consequência lógica, o princípio da direção (*führung*) para os mais hábeis. Jamais a ciência poderá ser chamada a formar por si mesma, uma filosofia e a influir de maneira determinada sobre a atitude mental de um povo" (9).

Comentando o critério, diz Prénant: "Sem trabalho, seria possível reunir um grande número de textos do mesmo estilo, os quais, por outro lado, exprimem bem, neste caso particular, menosprezo da filosofia fascista pela ciência, o que constitui o único meio de defesa contra as retificações que ela impõe" (10).

Uma das pedras angulares do templo racista germânico é, sem a menor dúvida, Alfredo Rosenberg, que desenvolveu a concepção racial alemã, em seu livro — "O mito do século XX", a que Evola assina e precedên-

(8) Marcel Prénant — ob. cit., à página 85.

(9) e (10) Marcel Prénant — ob. cit., página 87.

cia sobre todos os que, na Alemanha, discorreram sobre o assunto; afora, é claro, o Alcorão do Führer.

Já pelo título de seu trabalho, vê-se que Rosenberg não procura dissimular o caráter, eminentemente, mítico da “nova fé”. Ele descobriu uma “alma racista”, invenção que, por sua importância, coloca, “ao lado da de Copérnico” (11)

“Hoje” — pontifica o mago nazista — “surge uma nova fé: o mito do sangue, a crença de que com o sangue é defendida, em gênero, a essência divina do homem. E é uma fé unida à mais clara consciência, que o sangue nórdico constitui um mistério, que substituiu e superou os antigos sacramentos” (12).

Não só a raça tem uma alma, como a alma tem uma raça — assevera Rosenberg. Como Gobineau, Chamberlain, Hitler e os demais tributários do mito, argúe Rosenberg à mistura do sangue, a responsabilidade pela decadência dos povos. A questão racial êle a empunha como clava, para arremeter contra o Cristianismo. A igreja romana, plageando as diatribes dos que lhe precederam, irroga a culpa de haver acoitado sob sua égide, a mestiçagem sírio-semita, e de haver concorrido para a difusão no mundo, de uma doutrina, que préga a humildade e outros impulsos inconciliáveis, como sejam o amor e a honra.

A índole agressiva, voluntariosa, dominadora da raça germânica não pode fazer causa comum com o evangelho cristão, que préga a igualdade entre os homens, a piedade, a resignação e a cordura. O catolicismo, o judaísmo, a democracia são para êle farinha do mesmo saco — “uma frente única contra os valores do sangue e a verdade, a cultura e a religião fundadas no sangue,

para o fim do nivelamento e da degredação internacionais" (13).

Com o emprêgo de expressões vagas, como "sangue", para designar a linhagem, "alma racial" e quejandas, dispensam-se os racistas de recorrer a verificações objetivas de sua "nova fé".

"Não deveis interrogar, nem investigar, nem trabalhar" — recomenda o dr. Gross às suas ovelhas. Deveis erer. Não deveis avançar a ciência. Tem-se que considerar a religião" (do *sangue* — já se vê), "como a mais alta lei" (14).

A fobia racista pela ciência não redundou, porém, em sua proscrição completa. Não há por que abjurá-la, desde que possa auxiliar a propaganda. "Os racistas" — diz Evola — "tomam da ciência o que lhes convém e entre os "fatos positivos", consideram somente os que concordam com suas idéias, mais ou menos preconcebidas, substituindo a palavra de ordem a tudo que possa sugerir a pendência científica" (15).

E' a prática do oportunismo mais descarado!

Ha exemplos típicos da desenvoltura com que laçaios do nazismo se serviram da carta branca que os maiores lhes passaram. Um médico francês, a soldo do nazismo — afirma Prénant — sabendo que, biològicamente, era condenada a transfusão de sangue de tipos diversos, applicou a proibiçãõ à *mistura de sangues*, com o sentido de cruzamento, afirmando que essa mistura, entre indivíduos de raças diversas, poderia acarretar até a morte dos que a praticassem. Günther asseverou que "o alpinol em quem as linhas horizontais predominam na silhueta", está fadado a ser "o proprietário deslumbrado de uma czinha rodeada de um pequeno

(13) e (15) J. Evola — ob. cit., às páginas 102 e 190.

(14) Marcel Prénant — página 88.

jardim”, ou se do sexo feminino, “uma mulherzinha que envelhece num mundo estreito e mau”... Gauch — um outro, da horda — afirmou que sòmente os nórdicos possuem a linguagem articulada; os não nórdicos, quando pretendem falar, não conseguem mais que emitir uma *algaravia* indistinta. “Isto se explica” — diz — “por causa da forma da bôca, ligada à do crânio pois, si considerarmos os pássaros, veremos que, entre êles, só falam os papagaios, e estes são os que têm o crânio dos dolicocefalos” (16).

Com argumentos dêsse estôfo é que o racismo intenta impingir aos povos a burla da superioridade racial germânica.

(16) Marcel Prénant — ob. cit., à página 36.

XIV

SUPERIORIDADES RACIAIS ABSOLUTAS

1. Para que houvesse raças superiores de modo absoluto, a outras, seria mister existissem raças puras. A mestiçagem teutônica confessada por todos os maiores do credo nazista. 2. A superioridade racial *absoluta*. Relatividade das qualidades humanas. O simplismo nos julgamentos é próprio dos ignorantes. 3. Correspondência entre a morfologia e a psicologia humana. "Gordos y flacos", de Gregório Marañon. A classificação biotipológica de Kretschmer. A subordinação do caráter à estrutura orgânica. Os atributos hereditários não são imutáveis. As ações harmônicas. O sexo. Os indivíduos não se forram às leis biológicas.

1. É curial que a superioridade racial absoluta, tal como a reivindica para seu povo o racismo germânico, somente poderia ser levada a sério, se os grupos raciais se diferenciassem, de modo absoluto, por caracteres nítidos e inconfundíveis, pois só assim seria possível o confronto de uns com os outros, como entidades distintas. Mas se não conhecemos hoje, exemplos de raça pura; se todas elas se cruzaram em séculos de vida, promíscua, comunicando umas às outras, os traços que poderiam constituir suas peculiaridades — já se vê, sem erro possível, que a reivindicação pelos teutões de qualidades que lhes confeririam o primado da espécie hu-

mana, não dispõe do menor apóio histórico, não passa de jaetância balôfa ou de expediente diabólico com que a ambição se mascara para agular a capacidade dos baudos contra os povos dêbeis, ao mesmo tempo que deprimir sua capacidade defensiva, instilando-lhes na alma a convieção de inferioridade irremediável.

São os próprios apóstolos do crédo racista que dão o testemunho da miscegenação dos alemães e do consequente abastardamento da linhagem privilegiada em que pretendem entroncar-se. Eis aquí a palavra do Profeta nazista, em seu evangelho: “Enquanto” — diz êle, aludindo aos ancestrais germânicos — “o vencedor continuou sentindo-se senhor, não só conseguiu manter seu domínio, como até foi o propulsor da cultura. Mas assim que os súditos” (as raças reputadas inferiores) “começaram a elevar-se e, provàvelmente, a assimilar a linguagem do conquistador, começou, igualmente, a ceder a barreira considerável que separava os senhores dos criados. O ária renunciou à pureza do sangue e com isso ao direito de permanecer no eden que criara para si mesmo. Afundou-se na confusão das raças e foi perdendo, paulatinamente, sua capacidade civilizadora, até que acabou por se parecer, tanto na mente, como no corpo, muito mais que seus antepassados, à raça aborígene, primitivamente, subjugada. Por algum tempo, pôde ainda, desfrutar os benefícios da civilização, mas afinal venceram-no, primeiro, a indiferença; mais tarde, o olvido. E’ assim que se destróem os impérios e as civilizações, dando lugar a novas criações.

A mistura do sangue e o menoscabo do nível racial que lhe é inerente, constituem a única e exclusiva razão do desmoronamento das antigas civilizações. Não é a perda de uma guerra que arruína a humanidade, mas

a perda da capacidade de resistência, que é peculiar à pureza do sangue, sòmente" (1). •

Extraindo de suas afirmações as conseqüências aplicáveis à Alemanha, conclue o Führer: "Assim, se passarmos em revista todas as causas do desastre alemão, advertiremos que a causa final e decisiva terá que se ver no fato de se haver desprezado o problema racial, e, em especial, a ameaça judaica. Os reveses sofridos no campo de batalha, em agosto de 1918, poderiam suportar-se com toda facilidade. Não foram êles que nos venceram; o que nos venceu foi a fôrça que preparou o terreno para êles, despojando a nação do instinto e da energia políticos e morais, graças a procedimentos postos em prática por espaço de muitas décadas; e só estes sentimentos tornam as nações capazes de existir e de justificar sua existência.

Negando importância ao problema da conservação da base racial de nossa nacionalidade, o antigo Império menosprezou a única lei que torna a vida possível neste planeta.

A perda da pureza racial frustra para sempre, o destino de uma raça, cujo retrocesso no concerto da humanidade se opera de forma cada vez mais alarmante, sem que se possam eliminar suas conseqüências, quer no corpo, quer na mente.

Assim, todo propósito de reforma e todo trabalho social empreendido em auxílio dela, todos os esforços políticos, todo o aumento da prosperidade econômica e toda adição aparente ao conhecimento científico serão vãos. A nação e o organismo que torna possível sua vida — ou seja, o Estado, não sairão fortalecidos, mas

(1) "MI Lucha" — à página 86.

resvalarão, ao contrário, por um declive de inevitável decadência" (2).

Quer-nos parecer que não será mister a exegese desses lanços do Gobineau austríaco para que se conclua que êle está persuadido de que o povo alemão, cruzando-se, desordenadamente, com povos inferiores, se abastardou tanto, que jamais conseguirá recuperar as qualidades viris de seus antepassados prehistóricos.

E' aliás, um fato acima de qualquer contestação, que tanto a Alemanha, como os demais países da Europa, é habitada por povos das mais diversas linhagens. A extrema miscigenação do povo germânico não surgiu agora, como objeção de última hora, à superioridade que êle propugna. Há quase um século, nas "Escrituras" que o anunciaram ao mundo — os "*Ensaíos*" de Gobineau — fonte perene de inspirações para todos os que cantaram suas superioridades — já se assinalava a nenhuma analogia entre o teutão da época e o lendário ariano em cuja progênie pretendia filiar-se. Entendia Gobineau, já àquele tempo, que a decadência da civilização era inevitável, do momento em que não havia mais raça pura e que o ária se havia entregado aos mais desordenados cruzamentos com as raças inferiores que submeteu. Para êle, o mundo do seu tempo caminhava, irremediavelmente, para a "suprema unidade" dos "mestiços sem raça" (3).

De Lapouge, um dos teóricos de maior prestígio na Alemanha, repete Gobineau, quando afirma que os povos da raça ariana caminham, a passos largos, para o desaparecimento, em virtude do hibridismo a que se lançaram e da seleção natural, que se opera às avéssas,

(2) "Mi Lucha" — a página 92.

(3) J. Evola — ob. cit., à página 30.

eliminando os elementos étnicos sociais superiores e elevando ao primeiro plano, os inferiores.

No desfile dos personagens que, sob o signo nazista, puxam o cordão da questão racial, pompeia, como baliza, o já citado Walter Darré, nascido em Belgrano, Argentina, de pais alemães. Suas obras, que ventilaram o assunto racial, à feição germânica, são várias, com grande repercussão na Alemanha, o que lhe valeu as boas graças do oficialismo. Assim que escalou o poder, agradeceu-o Hitler com a insínia de *Führer* dos camponeses. A essa dignidade ajuntou o presidente Hindenburgo a de ministro da agricultura e do abastecimento, de que foi, há não muito, despojado.

Para que se tenha uma idéia de seu prestígio na Alemanha, em matéria racial, basta que se leia este tópico com que os editores franceses apresentam ao público sua afamada obra "A Raça — Nova nobreza do sangue e do solo": "Depois da tomada do poder, em 1933, o chanceler Hitler" — dizem — "chama-o para o posto de *Führer* dos camponeses do Reich e o Presidente Hindenburgo o faz ministro da agricultura e do abastecimento. Desde então, êle legislará, como mestre, em todas as questões raciais, e transportará suas teorias ao domínio da prática" (4).

Darré, em seu livro, preconiza a seleção pelos cruzamentos predipostos, à semelhança do que se pratica entre os animais. Entende que tudo estará em se procurar a raça em que se manifestaram as características do povo nórdico primitivo para com seus elementos reconstituir-se a raça futura.

Esse fato já constitue, por si mesmo, uma confissão da mistura da nação alemã. Mas Darré não se limita

(4) "La race" — à página 11.

a lançar a premissa. Extraí dela as conclusões mais desalentadoras para os nazistas. Iniciou êle a campanha racial, antes do advento da "Nova Ordem". A senha do momento era o combate, sem treguas, contra o que, então, existia e que incorrera nas iras de Júpiter.

Daí não ter êle tido reservas na descrição da penúria antropológica de seus contemporâneos. Que êle falava a verdade, aí está a prova em sua ascensão ao poder, assim que Hitler surgiu.

"Ao envêz de uma *seleção* de homens" — diz êle — "é uma *multiplicação* que, hoje, nos limitamos a empreender. Admiramo-nos de ver a moral alemã desaparecer, cada vez mais, mas o grosso do povo alemão está muito acovardado — afinal de contas é o termo — para pesquisar as causas do fenômeno. Será que a inteligência de nosso povo está, de tal modo, aviltada que não será capaz de assimilar verdades elementares? A riqueza em crianças, por si só, não nos serve de nada. O que importa é o germe hereditário dessas crianças. Se pudessemos perguntar a nossos filhos o que êles pensam, não responderiam outra coisa que:

tornamo-nos, ininterruptamente, mais numerosos

e

não deixamos de nos tornar, cada dia, mais inferiores.

Aí está uma primeira braçada de madeira verde para a moral corrente: ela de nada vale! Eis a verdade! Tenha-se, afinal, a coragem de confessar que é a verdade e que frases belas como "cremos no futuro da Alemanha", e outras análogas, nada adiantam, ainda quando proclamadas oficialmente, em letra de fôrma. Consoladoras considerações sobre a maldade do mundo

atual e sobre a excelência da alma alemã, pura e nobre, adiantam, ainda menos.

Volvamos à moral de nossos maiores. Ela bastou para alimentar u'a moral alemã, durante mil e quinhentos anos. Começemos a educar nossas filhas na velha concepção do pudor alemã. Para nossos antepassados não era a filha que, estúpidamente, não tinha idéia alguma das cousas de seu sexo, que era pudica, mas a que concientemente aceitava a idéia de se tornar mãe, um dia, e de reinar, como mãe, sôbre um grande número de filhos. Para essas mulheres, a procriação não era o exercício do direito de livre disposição de si própria; impunha responsabilidades para a descendência. A sobrevivência da próle, representava, para elas, um fim precioso da vida. Sua tarefa residia na conservação, no cruzamento e na perpetuação da raça. Elas tinham o sentimento da seleção e se orgulhavam dele. Não se sentiam degradadas ao nível da "jumenta de seleção", segundo a rídícula reprovação contemporânea, formulada pelos que entendem, sem dúvida, por "liberdade individual" da mulher, a liberdade de se deitar com o primeiro que se lhe aproxime e de *aproveitar*, o mais possível. A dignidade dessas mulheres estava em se tornarem mães de toda uma família e de receberem, num filho nobre, a confirmação de seu próprio valor" (5).

Eis como se refere êle ao cadinho em que se elabora o povo alemão: "Refletâmos" — segundo Winekel — "*Frauenkunde*": entre cem mulheres alemãs, quatorze, segundo as estatísticas médicas, têm os órgãos reprodutores incontestavelmente sãos; oitenta e seis os têm defeituosos ou enfermos" (6).

(5) e (6) "La race" — às páginas, 181, 183, 210 e 211.

Depois de uma citação, conclue:

“O confronto dêsses dois textos esclarece, perfeitamente, a situação desesperadora em que se acha nosso povo, muito peor do que parece, à primeira vista. Estes 14% de mulheres fecundas podem procriar, é verdade, mas não são, necessariamente, as melhores da raça. Pode-se afirmar, com segurança, que êsses quatorze por cento têm sangue não alemão, sobretudo, polono-eslavo, sem valor para nós. Uma parte pode possuir sangue alemão, mas carregado de disposições hereditárias indesejáveis.

A saúde hereditária de nossa geração feminina está tão comprometida que o autor não pôde deixar de emitir uma proposição, que sabe, despertará desapontamento e antipatia em muitos meios, quer por motivos sentimentais, quer porque ela representa alguma coisa de inédito. *Mas a situação é tão grave nesse domínio, que são necessárias medidas sérias se não quisermos que nosso povo desapareça*” (7).

Esperamos ser compreendido: não queremos, de forma alguma, que se lobrigue na crítica que aquí desenvolvemos, o propósito mesquinho de menosprezar o povo alemão. Esforçamo-nos, apenas, em demonstrar que a superioridade *absoluta* de que êle se campã não corresponde, de nenhum modo, aos dados da biologia, da antropologia e da história. Fora dêsse objetivo não visamos a qualquer outro. Precavemo-nos sempre, com grande escrúpulo, de impregnar nossos juízos de indisposições, prevenções, preferências ou simpatias que os possam desvirtuar. Seria, clamorosamente, injusto que regateassemos à grande nação européica o reconhecimento do que,

(7) “La race” — às páginas, 181, 188, 210 e 211.

em prol da humanidade, já fez. • Os inestimáveis serviços que pelas mãos de seus filhos, ajuntou ao patrimônio universal, impõem o reconhecimento de que êles são dotados de extraordinária capacidade de trabalho, de notável poder criador, apreciável argúcia, de perseverança, tenacidade e desprendimento o que, em média, encarece seu valor humano. Isso, entretanto, não obriga o decôro dos alvejados pela egolatria nazista, a endossarem, sem reparo, o mito de sua *superioridade racial absoluta* sôbre os demais povos da terra.

2. Intentamos demonstrar que não existe raça germânica extreme de misturas e pois, que um povo que sofreu toda sorte de caldeamentos, não pode alimentar a veleidade de contrastar com os outros, como se se tratasse de conferência entre mineral precioso e escória. As afirmações de ordem geral, sôbre o valor de coletividades humanas, são desprovidas de sentido. Sentenças como: “o alemão é mais tenaz que o francês”; “o italiano mais inteligente que o inglês”, não dispõem da menor comprovação. Sob o ponto de vista científico, merecem tanto quanto as que fizessem asserções opostas. Contrastar povos, para se aquilatar de seus valores raciais, é empreendimento que esbarra em óbices inventíveis. Um deles, de verificação imediata, está em que as virtudes e as jaças humanas se distribuem em proporções várias entre os homens, sem acepção de linhagem. Em todas as raças — a voz do povo o proclama, a cada passo — há fortes e fracos; inteligentes e estúpidos; altivos e pusilânimes; resolutos e indecisos; nobres e vis. Por outro lado, os atributos humanos são de valor relativo não só para quem os observa, como em relação ao meic e à ocasião em que se manifestam.

Assim é, em relação a todas as propriedades humanas.

“As conseqüências e relações que se desdobram, ante nossa vista, são múltiplas” — diz Alfredo Adler.

“Referem-se, em primeiro lugar, ao próprio organismo, às características do homem, a sua compleição, suas vantagens e desvantagens. Estes conceitos são, porém, inteiramente relativos, uma vez que não se pode dizer se uma fôrça qualquer, se um órgão constitue uma vantagem ou um inconveniente, de modo absoluto. Tudo depende da situação em que se encontre o indivíduo. Como é sabido, o pé do homem é, em certo sentido, u'a mão imperfeita, que seria, por exemplo, grandemente inconveniente para um animal trepador, mas que em um homem que se tem que mover no chão, representa tal vantagem que ninguém preferiria u'a mão normal a um pé. Em geral, tanto na vida pessoal, como na dos povos, não se devem considerar as inferioridades, como portadoras de uma carga de inconvenientes, uma vez que tudo depende da situação em aprêço” (8).

O que é virtude para um povo, pode constituir vício para outro. A resignação, a cordura, a piedade, que os povos de cultura cristã exaltam, como virtudes morais — o racismo abomina, como emolientes do caráter e da vontade. O conhecimento positivo não nos ministra critério algum para a qualificação rigorosa dos atributos humanos. O homem é um ser complexo, que não cabe em conceitos. Alexis Carrel descerra o monumento que constitue seu incompreendido livro “O homem, êsse desconhecido” — com um cotejo entre as ciências da “matéria inerte” e a dos “seres vivos”, sob o prisma de sua complexidade. “A astronomia, a mecânica e a física têm, em sua base, conceitos que podem exprimir-se, com

(8) Alfredo Adler — ob. cit., as páginas 22 e 23.

elegância e concisão, em linguagem matemática. Estas ciências deram ao Universo linhas tão harmoniosas como as dos monumentos da Grécia antiga. Envolveram-na na rede brilhante de seus cálculos e de suas hipóteses; levaram o estudo da realidade para além das formas habituais do pensamento, até inexprimíveis abstrações que consistiam, apenas, em equações de símbolos. Não sucedeu assim com as ciências biológicas. Aqueles que estudam os fenômenos da vida, encontram-se como que perdidos numa selva inextricável, no meio de uma floresta mágica cujas árvores inumeráveis mudassem constantemente de lugar e forma. Vergam ao pêso de um amontoado de fatos, que chegam a descrever, mas que não conseguem definir por meio de fórmulas algébricas. Das cousas que se encontram no mundo material, sejam elas átomos ou estrêlas, rochedos ou núvens, aço ou água, foi possível abstrair certas qualidades, tais como o pêso e as dimensões especiais. Estas abstrações, e não os fatos concretos, é que são a matéria do raciocínio científico. A observação dos objetos é apenas uma forma inferior da ciência, a forma descritiva. A ciência descritiva classifica os fenômenos. Mas as relações constantes entre as quantidades variáveis, isto é, as leis naturais, só aparecem quando a ciência se torna mais abstrata. É por serem abstrata que a química e a física tiveram tão grande e tão rápido triunfo. Embora não pretendam informar-nos sôbre a natureza última das cousas, permitem-nos contudo predizer os fenômenos e reproduzí-los sempre que o quisermos. Revelando-nos o mistério da constituição e das propriedades da matéria, deram-nos o domínio de quase tudo o que se encontra à superfície da terra, com exceção de nós próprios.

A ciência dos seres vivos em geral, e do indivíduo humano em particular, não progrediu tanto. Encontra-

se ainda, no estado primitivo. O homem é um todo individual de extrema complexidade. É impossível ter uma concepção simples do que êle seja, nem há método capaz de o apreender simultâneamente, em seu conjunto, em suas partes e em suas relações com o mundo exterior. Em seu estudo têm de ser utilizadas as técnicas mais variadas, e diversas ciências" (9).

Em outra passagem de seu livro, diz:

"Nosso espírito, que ama a sóbria beleza das fórmulas matemáticas, fica atônito, perante a prodigiosa complexidade das células, de humores e de consciência, que constitue o indivíduo. Procura então, aplicar-lhe os conceitos pertencentes à física, à química e à mecânica, ou às disciplinas religiosas ou filológicas. Mas tais tentativas nunca são bem sucedidas porque tão pouco somos redutíveis a um sistema físico-químico, como a um princípio espiritual" (10).

Não só quanto ao psíquico, mas também em relação ao físico, não existe meio que nos garanta exaço em conferir graus aos valores humanos. O vigor físico, por exemplo, está em função de tão grande número de fatores orgânicos, alguns deles tão inescrutáveis, que não comporta classificação simplista, como se pretende. É muito problemático, por exemplo, que as avantajadas proporções anatômicas de que se jactam os racistas germânicos, sejam, na verdade, índice de vitalidade.

O sabio Carrel que divide sua existência entre "os laboratórios a estudar os seres vivos" e "o vasto mundo a observar os homens e a tentar compreendê-los", após lustros de penosas lucubrações, não conseguiu estabelecer correlação entre a estatura do homem e seu valor bioló-

(9) "O homem, esse desconhecido" — ed. portuguesa — Porto — 1936, páginas 15 a 17.

(10) Alexis Carrel — ob. cit., à página 24.

gico. É certo que qualquer *gauleiter* de aldeia não embaraça sua dialética para a prova da superioridade do alemão, em têias de aranha, como essa...

“No fim de contas” — confessa perplexo, o grande biologista — “ignoramos se o aumento da estatura em uma dada raça não será, em vez de progresso, como hoje supomos, uma degenerescência”. O que se dá com a estatura, dá-se com todas as demais expressões físicas, indiciativas, ao primeiro relance, de dado estado orgânico. Encaradas a fito, elas se desdobram em uma série tão grande de relações e dependências, que deixam o observador indeciso. Um outro exemplo: a correlação entre a vitalidade e a saúde. “É extranho o equívoco que a humanidade vem aceitando” — diz Gregório Maraño — “de identificar a vitalidade com a saúde. O êrro é, não obstante, tão grosseiro, como seria o de se indentificar o capital com o gasto. Quem possui uma saúde florescente e inalterável, gasta sua vitalidade com maior rapidez que o homem de saúde precária. É provável que a caudal de vitalidade seja praticamente, ante o panorama de toda a vida, muito semelhante entre os indivíduos e daí exgotar-se, com frequência, no indivíduo viçoso, antes que no doentio. A vantagem que milita em favor do primeiro assenta, desde logo, em um máximo aproveitamento de cada dia de sua vida, e na diminuição da probabilidade de adoecer nos dois primeiros terços da existência. Mas o que poderíamos chamar o “período de retirada” da vida é, quase, sem exceção, no forte, um plano inclinado muito mais rápido que no débil; às vezes, um corte brusco e súbito” (11).

(11) Gregório Maraño — “Gordos y flacos” — editorial cultura, Santiago do Chile — páginas 46 e 47.

Nesta alternativa para optar por um dos dois tipos, como melhor expressão da saúde orgânica, confessa o grande biologista sua vacilação:

“Outro problema” — prossegue — “estaria em se saber qual dos dois destinos é mais desejável: o do forte de vida curta e pletórica ou o do débil de vida longa, mas precária. Cada qual elegeria, segundo sua predileção. É, em suma, o mesmo problema que na ordem econômica, se propõe o homem, a cada passo: viver com esplendor, enquanto se tem dinheiro, ou viver com parcimônia e poupar para a velhice distante? As duas atitudes têm seu pró e seu contra. Tanto no aspecto monetário como no vital, a escolha estará, provavelmente, condicionada a circunstâncias biológicas, inacessíveis à vontade. Nosso dever, entretanto, é propugnar a economia. E, em fisiologia, adelgaçar é economizar” (12).

O simplismo nos julgamentos, é próprio dos ignorantes que, por deficiente apreciação dos fatos, ousam juízos sentenciosos, fundados em aspectos isolados, fruto da primeira impressão. As minúcias só se revelam aos que dispõem do dom da análise e que, tanto menos se abalançam a generalizações, quanto mais penetram na inextricável complexidade dos problemas que a vida nos propõe. A vida humana não cabe em esquemas, não se pode exprimir por símbolos. Avaliar o homem por uma frase, é o mesmo que figurar o labirinto por uma reta. A estimação da inteligência humana, a que os afoitos se julgam habilitados, como se se tratasse de cousas, materialmente, mensuráveis, escapa a qualquer medida.

Quem poderá, com segurança, dizer em que ela consiste? Quem será mais inteligente: o homem que de-

(12) Gregório Marañon — “Gordos y flacos” — editorial cultura, Santiago do Chile — páginas 46 e 47.

pressa aprende e logo olvida, ou o que só adquire conhecimentos com esforço, mas os retêm?

Qual será melhor auxiliar da inteligência: a memória pronta e infiel ou a lerda e tenaz?

Quem valerá mais, como expansão humana: o meditativo, que raciocina com clareza, mas vacila na realização, ou o que empreende com presteza, embora sem grande lastro de conhecimentos?

A cultura introduz, a cada passo, um dente a mais, nas engrenagens da ação humana. Quanto mais se aprofunda o homem que se ilustra, tanto mais vacilante, prudente e tímido se torna para decidir, porque de tais e tantos requisitos depende sua deliberação que, ou não toma decisão por não conseguir reunir os múltiplos imperativos para a ação; ou o faz, serôdiamente, pelo tempo que depende na consideração de todas as alternativas que a opulência mental lhe enseja.

3. A propósito das peculiaridades psíquicas que os racistas reivindicam para a casta germânica, como uma das múltiplas expressões de sua superioridade, ocorre-nos uma consideração, que mostra quão precária é a fisionomia moral que êles celebram, como prerrogativa do super-homem. E' hoje questão indiscutida a da íntima correlação entre a morfologia e a psicologia humanas. Essa dependência foi estabelecida pela medicina constitucional, que classificou os tipos humanos, de acôrdo com sua morfologia, atribuindo a cada um deles, um temperamento próprio.

"Os trabalhos de Kretschmer" — depõe Marañon — "fundados em centenas de observações antropométricas, dão uma estrutura científica à idéia de que o gordo e o magro se diferenciam, tanto por seu volume, como por saus características de espírito, tão invariavelmente

unidas ao conceito volumétrico, que, instintivamente nossa atitude, diante de um personagem desconhecido com quem pretendemos entrar em relações, é completamente diversa, conforme se trate de um obêso ou de um indivíduo enxuto. É inútil insistir neste ponto, acêrca do qual temos dobrada experiência. Na caricatura, na tradição popular, no teatro, o homem pacífico, sisudo, alegre e bom é sempre um gordo. “*Um homem*” — diz Béraud — “*que enche bem sua calça, é, raramente, um homem complicado.* O inquieto, nervoso e reconcentrado é, pelo contrário, delgado. Ninguém concebe um D. Quixote panguado, nem a Sancho esqualido, nem a Hamleto nem a Iago, pesando mais de cem quilos; nem a Falstaf ágil e fraco como uma lagartixa” (13).

Relatando a classificação tipológica de Kretschmer, continua:

“Kretschmer superpôs a estes conceitos exatos, mas vagos, uma noção e uma terminologia, rigorosamente científicas. Esse humor bonachão e otimista, essa psicologia aplicada aos problemas práticos dos gordos, corresponde ao caráter chamado *ciclotímico*, caracterizado pela alternativa e, às vezes, pela contigüidade entre estados de excitação otimista, de rapidez na ideologia, de segurança e confiança em si mesmo; e estados de depressão moral e intelectual, de falta de confiança em si e tendência à pusilanimidade. Quando êste caráter *ciclotímico* normal se exagera até limites patológicos, dá logar a loucuras chamadas *circulares* ou *maníaco* — *depressivas*, nomes que concordam, exatamente, com a breve descrição que acabamos de fazer. O caráter reconcentrado, inquieto e idealista dos fracos, é o caráter *esquizotímico*, que os médicos conhecem bem, e que encontra sua expressão patológica

(13) Marañon — ob. cit., páginas 50 e 51.

nas *psicóses esquizofrênicas*, que, com algumas exceções, correspondem às clássicas *demências precoces*.

Kretschmer deu ao tipo do gordo vulgar o nome de *tipo pícnico*; o fraco corresponde ao *tipo leptosômico* ou *astênico* e ao *tipo atlético*; ou em termos vulgares, ao *fraco débil* (leptosômico, astênico) e ao *fraco forte* (atlético). Assim, pois, em resumo, segundo estas idéias, ao tipo *obeso* ou *pícnico*, corresponderia a psicologia *ciclotímica*, e ao *tipo fraco* (leptosômico ou atlético) corresponderia a psicologia *esquizotímica*. Segundo o psiquiatra de Tubinga, os pínicos e ciclotímicos dariam o maior contingente de sábios, sobretudo, os que cultivam as ciências naturais (exemplos: Humboldt, Darwin, Pasteur, etc.). Em compensação, os matemáticos e os filósofos pertencem, rara vez, a êste grupo. Os leptosômicos — esquizotímicos, produzem o lírico puro, o escritor romântico e o trágico, os filósofos e muitos matemáticos e condutores de multidões (exemplos: Descartes, Calderón, Dante, Santo Inácio, etc.).

Não entramos aqui na discussão que suscitaram as idéias de Kretschmer. É evidente que seu esquema, como todo esquema, se adapta com dificuldade a certas zonas da humanidade. Há muitos tipos intermédios difíceis de classificar. E muitos nos quais, observando-se o tipo morfológico puro, o tipo psíquico não coincide com aquele. Mas, com todas estas restrições, não há dúvida que existe um grande fundo de verdade no esquema e uma coincidência feliz com as idéias empíricas sobre a figura e o temperamento" (14).

Êsses desvios da lei são próprios dos conhecimentos referentes às ciências naturais. Neles, como já tivemos ocasião de acentuar, as leis têm caráter meramente esta-

(14) Gregório Marañon — ob. cit., às páginas 51 e seguintes e 57.

tístico, são aproximadas. As exceções, porém, não infirmam a regra de que o temperamento individual é condicionado à estrutura anatômica.

Como conseqüência dessa correlação entre o físico e o moral, verifica-se que êste se altera, desde que o tipo orgânico sofre mudança.

“Há, porém, outro fato mais surpreendente” — adverte Marañon — “quando, por via artificial, em conseqüência de regime alimentar, um gordo emagrece ou um magro engrossa, muda, por sua vez, a psicologia, com maior ou menor intensidade, mas de um modo indubitável; e sempre obediente à correlação morfológico-psíquica que descrevemos. De certo modo, estas mudanças são uma repetição, permanente e estruturada, do câmbio momentâneo e inicial que todos observamos em nosso espírito, após uma refeição copiosa, que predispõe até as pessoas atrabiliárias. Em muitas pessoas, ao otimismo e à compreensão benévola das cousas a diferença de caráter, da hora que precede à refeição ao momento da digestão é verdadeiramente extraordinária, como se pode verificar na intimidade de muitos lares” (15).

Depois de referir casos de sua clínica, de mudanças súbitas de temperamentos, conseqüentes à mudança de “volume externo”, a ponto de causarem alarme nas pessoas da família, pondera Marañon: “Tudo isto deve entender-se, entretanto, com prudente reserva. Não quis dizer que um cidadão qualquer possa trocar de psicologia à vontade, variando de pêso, mas que existe uma relação indiscutível entre morfologia e psicologia, que se mantem, de certo modo, quando a morfologia é, artificialmente, alterada” (16).

(15) Gregório Marañon — ob. cit., às páginas 51 e seguintes e 57.

(16) Gregório Marañon — ob. cit., à página 58.

A dependência em que está o espírito da morfologia do indivíduo e as vicissitudes por que pode passar, acompanhando as metamorfoses desta, são circunstâncias que revelam a volubilidade dos caracteres psíquicos em que os racistas assentam a expressão mais ponderável de superioridade germânica. A alma do nórdico não se confunde com a de qualquer outro — blasonam.

Embora reconheçam que o tipo nórdico é raramente, encontrado, basta a possibilidade por êles admitida, de que possa existir, com maior freqüência, entre os povos germânicos, para que se justifique nossa tese de que êsses exemplares humanos *sui generis*, providos de caracteres privativos, a cavaleiro dos imperativos biológicos, que conformam a vida de todos os seres — são uma criação fantástica dos cabecilhas políticos. Os forjicadores do mito não conseguiram, ainda, demonstrar que, para os super-homens da casta dileta, não valham as leis que regem a vida humana.

O branco, o preto, o amarelo, o vermelho são entes humanos, sujeitos a todas as variações orgânicas a que nos referimos, e às mudanças correlatas do “painel” psíquico. Não há estirpes que assegurem para seus membros a posse exclusiva e inalterada de prerrogativas biológicas. Com indivíduo, o exemplar mais qualificado de qualquer casta, terá que pagar às contingências biológicas seu tributo de animal humano.

4. Forçados a se acomodarem às verificações científicas, os racistas germânicos da última fornada já transigem com as alterações que o indivíduo possa sofrer ao influxo do meio, mas “os fatores do ambiente” — dizem — “só podem influir no sentido de levarem para o ato uma ou outra das disposições latentes na essência; nada

podem sôbre esta, que é condicionada à hereditariedade" (17).

No substrato hereditário que comede a ação do meio, é que reside a garantia da perseverança dos caracteres.

Há um fundo de verdade nessa afirmação. Não há dúvida em que os caracteres mais persistentes, os que menos sofrem a influência do meio e os mais aptos, por sua relativa inalterabilidade, à identificação das raças, são os de origem hereditária. Nem êles, nem quaisquer outros são, entretanto, imutáveis.

Jennings inscreve entre os "erros biológicos correntes" a afirmação de que o que é hereditário não muda, quando a verdade é que inúmeros são os caracteres dessa origem que está verificado serem passíveis de alterações por influências externas (18).

Desde o embrião e durante toda a vida, está o indivíduo sujeito à interferência de fatores que podem introduzir, nas disposições hereditárias, alterações substanciais. Entre êsses fatores estão os hormônios secretados pelas glândulas endócrinas.

Assentando a parte que, na morfologia e no caráter do indivíduo, cabe a essas glândulas, diz Marañon, na monografia, por último, citada: "Eu não digo que, na elaboração do temperamento e do caráter do indivíduo sejam as glândulas de secreção interna os únicos artifices. Mas afirmo que não conhecemos, provàvelmente, outro critério para classificar êsses temperamentos" (dos tipos constitucionais) "que o baseado no estado funcional de tais glândulas, cujas secreções atuam, por

(17) J. Evola — ob. cit., à página 86.

(18) Jennings — ob. cit., página 209.

sua vez e de um modo direto e intenso, sôbre a morfologia e a vida psíquica” (19).

“Não há dúvida” — reconhece o insigne cientista — que “além das glândulas de secreção interna, todos os demais órgãos da economia e ainda os tecidos, atuam sôbre o temperamento”, mas, ao passo que essas influências são difusas e hipotéticas, a ação que exercem “as glândulas endócrinas, e muito particularmente, a tiróide, está, perfeitamente, demonstrada e pode ser, experimentalmente, reproduzida” (20).

Ao lado do complexo cromosômico que o ovo recebe, assim que se forma, recebe, igualmente, o sistema endócrino, que vela pelas funções dele. Há quem insista em afirmar que o primeiro, que responde pelos fatores hereditários, assegura, invariavelmente, a evolução do ovo, no sentido das disposições herdadas, o que constituiria uma garantia da imutabilidade dos atributos hereditários, dogma em que os racistas depositam sua esperança para restauração da raça primitiva. Os hormônios, entretanto, exercem sôbre o organismo as mais decisivas influências. Um exemplo. Entre todos os caracteres humanos, nenhum goza de importância igual aos que se referem ao sexo. Pois bem, é, em relação a êstes que se faz sentir a mais relevante ação dos hormônios. Haverá, na vida orgânica, alguma cousa de mais significativo que o sexo? Alguma função que se lhe equipare, na extensão, como na profundidade de sua influência? É o sexo que decide dos caracteres anatômicos mais salientes; que domina a fisiologia humana e que, sobretudo, preside à psicologia do indivíduo. Não se conhece na vida dos seres, propriedades que os extreme tanto, quanto as diferenças de sexo. Por muito que divirjam os indivi-

(19) e (20) G. Merañon — Gordos y flacos — páginas 53 e 54.

duos de progênes biológicas várias, as diferenças entre os do mesmo sexo são sempre menores que as que vão da fêmea ao macho, na mesma geração. É tal a distância que vai de um a outro, que a observação vulgar chega a opô-los, como cousas antinômicas.

O antípoda clássico do indivíduo não é seu homólogo de outra nação, côr ou linhagem, mas o do sexo *oposto*.

Nenhum atributo humano, em sua evolução cronológica, precede ao que assinala a diferença de sexos; nenhum mais eloqüente que êle. Ao passo que os demais caracteres requerem para sua filiação aos genitores exame acurado, o sexo se anuncia pelo número e conformação dos elementos — circunstância apreciável pela observação imediata.

Que outro atributo se anunciará tão precocemente, na vida humana? Quando ainda ninguém poderá prever o destino morfológico e psíquico do nascituro, qualquer um poderá, a olho nú, determinar se é um macho ou uma fêmea. Na cabeça glabra, onde a pilosidade mal se anuncia; na coloração, tantas vezes, equívoca dos olhos, onde o cerúleo se confunde com o castanho e êste com o negro; no arcabouço craniano, que poderá constituir o relicário de capacidade invulgar, ou a íncude em que se forjam anomalias irreparáveis, em nenhuma destas linhas que revelam o futuro adulto, poderá lóbrigar a acuidade mais penetrante, a visão futura do nascituro: se será um gigante ou um homúneulo; um apolo ou um quasímodo; um idiota ou um gênio. Entretanto, ao primeiro relance, poderá a gente dizer se se trata de um macho ou de uma fêmea e nessa primeira distinção, predizer, sem grande êrro, seu destino, seu temperamento, suas disposições, sua conformação orgânica e sua mentalidade, peculiares ao sexo.

Pois bem: os caracteres sexuais que têm uma precedência hereditária indiscutível; que, tão nitidamente, se apresentam, desde os alhores da vida; que tão grandes repercussões exercem sobre a vida psíquica, não são intangíveis. Ao contrário, acham-se na mais estreita dependência do sistema endócrino e até de impressões psíquicas. Está hoje, demonstrado que o “soma recém-engendrado pela união do óvulo e do espermatozóide não é assexuado, indiferente, mas que possui os caracteres dos dois sexos, embora os de um deles muito desenvolvidos, ao passo que os de outro, rudimentares” (21).

“A distinção entre um homem e uma mulher não depende de caracteres sexuais qualitativos, mas de simples diferenças quantitativas dos mesmos e únicos caracteres. Portanto, quando, modernamente, se fala de caracteres “unissexuais” e “ambi-sexuais” (Champy e sua escola), respondemos que todos os caracteres sexuais são ambi-sexuais; nem um, que seja, é exclusivo de um dos sexos” (22). “As duas sexualidades evoluem, sem dúvida, em cada organismo, mas com um ritmo sucessivo e não coincidentes. Este fato nos permite descobrir em todo indivíduo a passagem sucessiva do feminino ao masculino. A feminilidade precede sempre, em sua evolução, a masculinidade, como etapa menos diferenciada que é. E assim, o menino varão, ao sair da infância e ao sobrevir a puberdade, sofre, na realidade, de uma puberdade dupla: a primeira é a da passagem do período infantil ao feminino, e, imediatamente, depois, a da passagem do período feminino ao masculino, ao qual segue a longa fase da maturidade viril, que se extingue na velhice” (23).

(21), (22) e (23) “Estudios de Endocrinología” Espasa — Calpe. Argentina, às páginas 63, n.º 3; 66, n.º 5 e 67, n.º 6.

Qual a parte que cabe às glândulas endócrinas na diferenciação do sexualismo difuso da criança?

Responde Marañon: "Evidentemente, há no fenômeno da diferenciação sexual um fator inicial, genético, cromosômico, criado no momento preciso da formação do ovo, como qualquer dos outros caracteres determinados pela herança. Das duas sexualidades que o novo ser recebe, uma é *ab initio*, a principal; a outra, é secundária. Mas o novo ser recebe ademais, um sistema endócrino orientado também em um sentido determinado — o do sexo principal — que velará durante toda a vida, pela conservação e pelo progresso, pela evolução correta da legítima sexualidade. O que acabo de dizer implica dois conceitos importantes: 1.º, que o sexualismo depende da combinação de dois impulsos, um cromosômico e o outro, endócrino, e não, exclusivamente, cromosômico ou exclusivamente endócrino; e 2.º, que o fator endócrino não "cria" o sexualismo, mas somente protege o previamente estabelecido. Agora bem, esta categoria "protetora" não se deve inferir que seja secundária, pois seu poder protetor é tão enérgico QUE PODE CHEGAR A TROCAR O SENTIDO SEXUAL DO ORGANISMO, TRANSFORMANDO, A FAVOR DA BASE BISEXUAL, UMA FÊMEA EM MACHO OU UM MACHO EM FÊMEA, TANTO NO QUE RESPEITA A MORFOLOGIA, COMO AO INSTINTO E A PSICOLOGIA" (24).

Mas não é somente aos fatores endócrinos que Marañon atribue a responsabilidade por modificações substanciais na vida sexual. As influências de ordem psíquica, que sobrevêm à puberdade, são decisivas na determinação específica da inclinação sexual. Até a

(24) "Estudios de Endocrinologia" — às páginas 72, n.º 9 e 97.

puberdade existe na criança uma "inclinação sexual indiferenciada". "Esta indeterminação sexual faz que a libido procure, indiferentemente, sua satisfação em indivíduos de outro sexo, do próprio, ou no próprio indivíduo" (25).

A " fase sexualmente específica se inaugura, como sabemos, com a puberdade, e seu mecanismo já não é químico (como na em que domina a ação endócrina) "mas, principalmente, psicológico. Funda-se na "diferenciação sexual", que é o fenômeno típico da puberdade e não, como antes, se acreditava, "o despertar do sexo". O sexo está desperto desde muito antes da puberdade. O que acontece na puberdade é que, sob a ação dos hormônios sexuais, e, também, e muito principalmente, das outras hormonas morfogenéticas em relação com o sexualismo (hipófises, suprarrenais, tiroides), súbitamente, na mulher e no homem, à fase da intersexualidade puberal, sobrevem uma diferenciação morfológica e psíquica dos dois sexos. O menino ou a menina, sexualmente, ambiguos deixam de sê-lo e se convertem em homem ou mulher. É sobre esta diferenciação, que os sentidos percebem e avaliam, o cérebro faz sua eleição e dirige o impulso químico, tosco, até o objeto eleito e já inteiramente especificado. Agora se compreende toda a importância da educação para reforçar ou para retificar essa criação cerebral do objeto da libido. E se compreenderá também a pouca importância que, ao lado da pedagogia bem compreendida, têm os meios opoterápicos e cirúrgicos, não só atuais, ainda imperfeitos, mas todos os que o futuro nos proporcione, pois o problema químico ou hormonal da li-

bído é e será sempre secundário, diante do problema psicológico" (26).

Mas não é só aí que o sistema glandular pode introduzir modificações substanciais no soma hereditário, como reflexos profundos no temperamento, na inteligência e em toda a vida psíquica.

"Está hoje plenamente provado" — diz Marañon — "o antagonismo entre as hormonas que excitam o desenvolvimento e o funcionamento sexual e as hormonas que regulam o crescimento. Portanto, enquanto o crescimento não estiver terminado, deve prescindir-se de qualquer atividade sexual. Olvidar essa regra, é a causa de muitos malogros sexuais; e, provavelmente, quando se consegue uma atividade sexual prematura, esta pode, por sua vez, inibir o crescimento. Penso sempre que a razão da altura exigua média dos povos meridionais, com relação aos do norte, pode depender, entre outros motivos, da precocidade no exercício das funções sexuais" (27). Aí está um outro atributo de que os racistas se orgulham, como peculiaridade dos nórdicos, condicionado, como todo os demais, a contingências de adaptação, que o tornam precário.

E assim são todos os caracteres humanos adotados para as distinções raciais. Nenhum deles é inalterável. Todos podem ser modificados pela ação do meio orgânico e muitos pela ação do meio exterior. Nesse fato reside uma outra razão para que casta alguma possa reivindicar atributos rígidos, que lhe sejam privativos. A condição de serem hereditárias, não os premune contra as influências supervenientes. Os membros de uma

(26) G. Marañon — ob. cit., às páginas 100 e 101, n.º 11 e 104, n.º 13.

(27) G. Marañon — ob. cit., às páginas 100 e 101, n.º 11 e 104, n.º 13.

raça que se assinale por determinados caracteres, poderão, em muitos casos, investir caracteres opostos, de outras raças. Um indivíduo com predisposições hereditárias a porte atlético, poderá, em sua evolução, estacionar muito aquém da meta constituecional que os fatores hereditários lhe promettessem, do mesmo passo que o propenso à mediania, poderá atingir proporções avantajadas. A criança fadada hereditariamente, a masculinidade exuberante, tais sejam os desvios que sofra em sua evolução sexual, poderá descambar para a morfologia e caráter feminóides.

Tais metamorfoses, que constituem possibilidades orgânicas, são contingências a que as raças não se poderão ferrar, do momento em que, como coletividades humanas, não se poderão elas subtrair às imposições inelutáveis das leis biológicas, que regem a vida individual.

DIFERENÇAS RELATIVAS ENTRE AS RAÇAS

1. São perceptíveis as diferenças que separam as raças extremas, como o branco e o negro. Raça e Nação. 2. Critério estatístico na diferenciação das raças. As ações biológicas. 3. Dificuldades práticas de confrontos qualitativos entre as raças. E' impossível distinguir, nas coletividades, aquilo que o homem herda dos antepassados do que lhe cresce o meio. O ínfimo nível mental das massas. Seus impulso egoísticos. Desigualdades de condição.

1. As considerações precedentes não obrigam à conclusão de que as raças sejam *idênticas*, como valores humanos. Do momento em que as admitimos, como coletividades suscetíveis de serem reconhecidas pelas composições genéticas dominantes em cada uma, e pelas influências mesológicas que teriam contribuído para a diferenciação — teremos que concluir que elas não são iguais. Desde, entretanto, que elas se cruzaram, nos séculos que sobrevieram a sua formação, não restam mais coletividades étnicas homogêneas, capazes de serem contrastadas, como raças, absolutamente, diversas. Quando as diferenças são as que mediam entre as raças de côr, que pouco se cruzaram com as brancas, e estas — ainda será possível o cotejo. Por mais miscegenados que sejam os membros da equação, as antinomias ressal-

tam da comparação, e bastante para que sejam êles contrastados, como grupos raciais distintos. São tantos os contrastes físicos e psíquicos que separam, antropológicamente, raças, como os pigmeus africanos e os brancos puros, por exemplo, que variedades tão díspares seriam, segundo Darwin, dispostas, não em espécies, mas em gêneros diversos, se se tratasse de animais.

Desde porém que a gente passa a acareações entre povos considerados brancos, por mais diversas que sejam suas linhagens, o cotêjo se complica porque a humanidade não nos oferece, hoje, coletividades raciais homogêneas, mas povos apresentando todos os matizes raciais. Onde iremos encontrar uma raça *germânica* ou *nórdica* homogênea, em condições de ser coletivamente, conferida com outras?

O próprio Hitler, em seu famoso breviário para o povo alemão, ao debater a questão racial, deu ao capítulo em que a versou, a epígrafe — “Nação e Raça” — como conceitos diversos, perfilhando assim, a distinção, que qualquer antropologista conhece, entre uma e outra. *Raça* é uma coletividade humana, de conformação antropológica homogênea; *nação*, uma coletividade política, uniformizada por leis, hábitos, costumes, tradições, impostos pelo convívio de seus membros, em dado território. Indivíduos da mesma nacionalidade, poderão pertencer a raças diversíssimas.

Contrastar, portanto, a nação alemã ou a inglesa com outras, não equivale a um confronto de raças, mas de povos, de *etnias*, como hoje designa a antropologia êsses aglomerados humanos heterogêneos.

O caso, entretanto, é que, não obstante reconhecerem e confessarem a variedade das linhas que irrigam o povo alemão, insistem os corifeus do racismo germânico em falar em uma raça alemã e em celebrar suas superiori-

dades sôbre todos os demais povos da terra aos quais tacham de inferiores. E a crença da superioridade germânica não se gerou dos contrastes raciais indisfarçáveis, mas do cotêjo dos pretensos descendentes dos nórdicos prehistóricos com os povos que ostentam os mais lídimos brasões de cultura. Para os racistas germânicos, num polo está a prole prendada; no outro, a mestiçagem espúria com que confina o III Reich. As distâncias antropológicas que lobrigamos entre as raças européias e o cafre, o zulú, ou o boshimano, são as que a megalomania germânica opõe entre sua linhagem e a fauna híbrida que deu Pasteur, Voltaire, Vitor Hugo à França; Leonardo da Vinci, Dante, Garibaldi à Itália; Cervantes, Murilo, à Espanha; Camões a Portugal. De nós nêem é bom falar. O epíteto de “devoradores de bananas” (bananenfressern) com que seu sarcasmo, há pouco, nos brindou, designa a gradação que, na escala zoológica, nos reservam.

2. Coerente com o critério que expendeu, para justificar a existência das raças, admite Hankins que existam, entre umas e outras, diferenças relativas de grau, não só quanto ao número de indivíduos que em cada uma delas aparecem, providos de determinados caracteres, suscetíveis de avaliação, como quanto ao número e à natureza dêesses caracteres. Uma raça poderá superar outra pela maior frequência, nos tipos que apresenta, de dados caracteres, reputados superiores aos caracteres homólogos desta. A superioridade, entretanto, será, sempre, relativa, porque não militará em favor de todos os espécimens da raça e porque incidirá apenas sôbre algum ou alguns atributos, não sendo impossível que, sob outros aspéctos, a raça confrontada, a supere.

Talvez digam melhor as próprias palavras de Hankins:

“A argumentação relativa à igualdade das raças pode formular-se, como segue: 1.º) do momento em que todos os homens são humanos, e em que todas as raças possuem traços humanos, todas as comparações entre elas, deverão ser feitas, tomando-se por base as normas ou médias raciais e a escala de variações acima e abaixo dessas médias; 2.º) por conseguinte, as diferenças raciais são diferenças de freqüência quantitativa relativa, de valor *estatístico*, antes que diferenças de natureza. São, em outros termos, diferenças de grau somente; 3.º) segundo tal nação apresente tal traço com maior freqüência ou de modo mais desenvolvido, poder-se-á dizer que ela é superior às outras, quanto a êsse traço particular. Como já se fez notar alhures, “a inferioridade e a superioridade, no sentido em que os termos são aqui empregados, são conceitos essencialmente, estatísticos. Eles implicam, no que concerne aos traços hereditários, a *tendência* de um grupo em manifestar tal traço, sob uma forma de distribuição, que difere essencialmente, da de um outro grupo. Assim, os escoceses têm uma tendência hereditária a produzirem indivíduos de alta estatura, mais freqüentemente, que os italianos. Esta é uma diferença racial característica de natureza hereditária. Do mesmo modo, está demonstrado, ao que parece, que os americanos brancos produzem indivíduos mais bem dotados, mentalmente, com maior freqüência, que os americanos de côr. Isto também constitue uma tendência hereditária dos grupos, tendência que não poderá ser determinada senão por meio de métodos estatísticos exatos, e que não pode ser

expressa a não ser por uma terminologia estatística" (1). As superioridades de um grupo racial sôbre outro, assim compreendidas, pressupõem dois fatos: 1.º — o de que são quantitativas, isto é, os caracteres que as exornam re-aem sôbre um número, estatisticamente, maior de indivíduos que o número apresentado pelo grupo reputado inferior; 2.º — o de que, em outros aspéctos, o grupo racial inferior poderá sobrepujar o que o sobreleva, sob o índice apreciado. Daí poder haver indivíduos de grupo inferior, ainda que em menor quantidade, que invistam a mesma superioridade predominante no grupo superior. As estatísticas levantadas nos Estados Unidos, têm demonstrado, por exemplo, que existem diferenças substanciais entre os brancos e os negros americanos, no tocante à estrutura física e à conformação craniana. Do estudo em grande número de soldados negros e brancos alistados nas forças armadas americanas, concluiu-se que a maioria daqueles era de constituição inferior de torax, ao passo que sobrepujava os brancos, na parte inferior, da região pelviana para baixo (2). Isto vem em abono da tese de que as superioridades raciais, ainda quando apuradas no confronto dos grupos étnicos mais extremos, só incidem sôbre dados caracteres, não estando excluída a possibilidade de que em outros, a raça inferior supere a que haja levado a palma naquele particular. Por outro lado, dos exames a que se procederam em cérebros de mortos não reclamados, verificou-se o volume menor dos dos negros, em relação aos dos brancos, assim como estruturas profundamente, diversas entre uns e outros. Correlatamente, tem-se verificado que a essas diferenças anatômicas correspondem outras de ordem mental. É assim que, até

(1) e (2) Hankins — ob. cit., às páginas 245 e 250.

certa idade, não se nota grande diferença de aproveitamento nos estudos, entre a criança branca e a negra; mas a partir de certo ponto, parece que as funções mentais do negro se paralizam, de modo que não consegue êle praticar, com a desenvoltura do branco, operações mentais que exigem abstração (3). Isto, entretanto, não quer dizer que não haja negros que não possam atingir aos alcantis mais eminentes do saber humano, o que quer dizer que, no grupo inferior, sob certos aspectos, podem surgir indivíduos que se possam ombrear com os melhor colocados no grupo superior.

Sòmente com as restrições expostas poder-se-á falar de superioridades e inferioridades, no confronto das raças, uma vez que são de ordem biológica as forças que presidem à evolução do indivíduo. Em consequência de sua natureza, elas atuam, individualmente. Da índole dos fatores hereditários e das demais influências que condicionam a evolução do homem, tomado como indivíduo, é que depende seu tipo antropológico. Por obra desses fatores, pode dar-se que dado grupo racial reúna elementos humanos em maior número, melhor dotados do que outro; como, entretanto, a superioridade coletiva do grupo assenta na dos indivíduos que o compõem, é evidente que, no outro grupo, poderá haver indivíduos que satisfaçam as mesmas condições biológicas das superioridades predominantes no primeiro e até condições superiores.

3. Em tese, não há o que opôr à teoria das superioridades raciais relativas; na prática porém, as dificuldades com que esbarram os que se propõem levantar

(3) Hankins — ob. cit., à página 266.

o balanço estatístico dos dons raciais, são quase insuperáveis. Por um lado, não existe critério seguro algum que, na conferência dos atributos, nos autorize a dar a primazia a uns, em prejuízo de outros com êles cotejados; por outro, a complexidade humana não comporta o isolamento de caracteres, de tal sorte que se tenha segurança de que a confrontação recaia, somente, sobre dados aspéctos, com exclusão de outros que com êles se entrelaçam. Enquanto o confronto incide sobre qualidades, relativamente simples, como o peso, a forma, a dimensão, a côr, ainda haverá como julgá-las, mas quando versa sobre caracteres complexos, o observador ponderado, não conseguirá, sem grandes vacilações, decidir-se em sua classificação. E não são os atributos simples os que mais pensam nas classificações raciais, pois que, raramente, eles exteriorizam qualidade que exprimam superioridades ou inferioridades antropológicas; funcionam, como meros diferenciadores raciais, não porém, como índices. Como vimos, em relação a qualquer atributo, por mais eloqüente que se afigure, como expressão de dada capacidade, a dúvida poderá sempre, subsistir. Haja vista o que dissemos em relação à estatura elevada, que os apressados racistas erigem em postulado da superioridade orgânica e que todo mundo acredita ser índice de vigor físico. Até o momento, não se sabe se, de fato, ela inculca melhor conformação humana, ou se não será indício de inferioridade.

Quem poderá, em tese, afirmar que o gigantesco dinamarquês, por exemplo, seja mais robusto que o apoucado íbero ou alpino? E quem nos assegurará que a estrutura não esteja na dependência de fatores externos com ação uniforme sobre grandes massas humanas?

A dolicocefalia que, durante tanto tempo, se supôs constituir uma insígnia das raças que se presumem supe-

riores, não se apresenta nelas com a freqüência que se supunha, ao passo que se apresenta comumente, entre tipos reputados inferiores. Entre os negros, é traço muito comum. A dificuldade na classificação dos caracteres cresce, à medida que aumenta sua complexidade; atinge ao máximo, quando se trata de caracteres psíquicos.

De que critério disporemos para afirmar que dada raça é mais inteligente, mais capaz, mais progressista que outra? Em que expressões da vida psíquica coletiva poderíamos firmar-nos para proferir um veredito consciente sobre a inferioridade ou superioridade de qualquer raça?

As qualidades humanas não são propriedades físicas ou químicas suscetíveis de se designarem por etiquetas. O mais e o menos, o melhor e o pior são gradações que nenhum critério poderá diferenciar, no confronto dos homens. Medir a virtude, a inteligência, a memória, a imaginação, é empreendimento que desafia a perspicácia humana. E se tais cotejos fossem possíveis, onde iríamos encontrar grupos raciais a que aplicaríamos nossas medidas?

As manifestações humanas coletivas que conhecemos, são obra das mais várias linhagens, que vivem em um território. Nas contribuições desiguais com que milhares de seres humanos participam da evolução, do progresso e do engrandecimento de uma nação, não há por onde se quinhoaram dadas castas pelos benefícios prestados, ou de se responsabilizarem outras pelos males causados.

4. Assim como o homem entra para a formação da vida social com suas peculiaridades pessoais e raciais, dela recebe as influências que emanam da existência

coletiva. Se os caracteres físicos, relativamente simples, não podem ser filiados, com segurança, aos antecedentes hereditários, pela superveniência de fatores que completam ou desviam as disposições ingêntas, muito maior dificuldade haverá em se averbar a manifestação psíquica à herança biológica já por sua complexidade, muito maior, já pela dependência em que se acha de fatores contingentes externos à personalidade humana.

Como se poderá, em uma civilização qualquer, isolar as capacidades herdadas dos contingentes com que o meio contribue? Admitindo-se, por exemplo, a homogeneidade racial de dado povo, em que preponderam indivíduos de nível mental elevado, como poderá a gente rastrear, na congêrie cultural dominante, o fator hereditário de tal modo que se possa atribuir à capacidade congênita aquilo que poderia ser obra de recursos fartos postos à disposição da massa?

A harmonia relativa que assegura a vida social, é obtida à custa das particularidades de que os indivíduos se despojam, em proveito do conjunto. Em qualquer agrupamento humano, relativamente, raros são os indivíduos que se alteiam acima da média e esta se mantém muito abaixo do nível dos homens superiores.

“Na massa” — diz André Joussain — “é o homem ordinário que prevalece por seu número. O que vale êle, é o que vale a massa. Ora, a experiência mais comum, mostra que o nível intelectual e moral do homem ordinário é muito baixo. A maior parte dos homens, observa com razão o dr. Alexis Carrel, satisfaz seus appetites fisiológicos, cumpre a tarefa fácil que lhe assegura a subsistência, procura os prazeres dos sentidos, cerimônias públicas, espetáculos esportivos, fitas cinematográficas, etc., mas neles o senso estético e o senso religioso de nossos dias, sobretudo, permanecem fracos. Além

disso, numerosos entre êles, são os fracos de espírito, os débeis mentais, os homens desprovidos de senso moral, propensos a se converterem em criminosos. Os psicólogos, estudando as desordens de espírito, as diversas doenças mentais, as espécies e variedades de inteligência pelo emprêgo de técnicas apropriadas, nos revelaram quanto é fraca a inteligência, na maior parte dos indivíduos, do mesmo passo que nos fizeram conhecer as grandes desigualdades dos diversos espíritos e a diversidade das aptidões intelectuais. Nos Estados Unidos, onde se sentiu a necessidade de medir, por assim dizer, o nível mental dos recrutas, antes de se incorporarem ao exército, verificou-se que dezoito por cento dos soldados americanos, não tinham mentalidade superior à de escolares de onze anos. Por outro lado, uma revista americana, em novembro de 1932, considerava que o homem médio dos Estados Unidos tem a idade mental de treze anos" (4).

Com pequenas diferenças, é o que se passa nos centros mais cultos do mundo.

Que é que, na Alemanha, por exemplo, congrega essa unanimidade nacional nos dias de exaltação e mantém, nos dias difíceis, o tono de energia em que os racistas vislumbram o traço de superioridade da raça germânica? Será a compreensão raciocinada das necessidades coletivas? O espírito de solidariedade humana? O altruismo?

Muito longe disso, o que opera essa concentração é a sugestão de meia dúzia de axiomas com que uma elite astuta logra requestrar a solidariedade dos adéptos, tocando no ponto sensível do interesse pessoal de cada um. A palavra de ordem com que os dirigentes fomentam o

(4) "Psychologie des masses" às páginas 144 e 145.

movimento, para cada um dos comandados, traduz a promessa de uma aspiração pessoal subalterna. "A elevação de vistas, a largueza de espírito" — ainda é Joussain quem fala — "o desinteresse que nos permite julgar imparcialmente as cousas que nos respeitem, sem nos deixarmos influenciar por nossos interesses ou nossas paixões só podem ser o fruto de um longo enriquecimento de pensamento e de consciência e supõem além disso, qualidades morais muito raras. O amor da verdade será sempre o privilégio do pequeno número. É um fato que a maior parte dos homens não se empenha em esclarecer, mas em crêr" (5).

O segredo daquela coesão reside nas formulas simples e incisivas que respondem a todas as aspirações individuais. O espaço vital que a Alemanha propugna, como objetivo nacional, atende a todos os anseios do povo. Para o industrial, para o comerciante, para o capitalista êle descortina campo de ação mais vasto. Para o camponês é a dilatação de sua terra cultivável e, assim essa fórmula vaga desveuda um mundo de promessas afagadas pelas aspirações pessoais mais díspares.

Aí está como, açulando apetites coletivos, lisonjeando pendores individuais, amparando anseios, conseguem os caudilhos mobilizar os impulsos mais vários para a consecução de objetivo único. Se entretanto, fosse possível dissecar-se cada um dos componentes que teriam concorrido para o empreendimento coletivo, no fundo de cada ação individual ir-se-ia identificar um móvel egoístico. Essa sugestibilidade das massas às insinuações dos chefes não constitue uma deficiência das cabildas, das tribus ou das hordas. Delas não se forram as civilizações mais apuradas. Os cabecilhas dos bandos

(5) Ob. cit., a página 145.

humanos, mais ou menos numerosos, só conseguem manter sua fidelidade, enquanto se podem impor pela linguagem simples e persuasiva que fala a seus interesses. Os homens superiores, que conseguem libertar-se dessas influências e chegam a concepções próprias, quase sempre em antagonismo com a mentalidade dominante, são raríssimos.

A massa é orientada por um numero exíguo de indivíduos que excede da média. E' claro que, quanto maior o nível dos indivíduos que a compõem, tanto mais elevado o nível dela e tanto mais freqüente o número dos expoentes; como porém sua composição é sempre heterogênea, torna-se impossível filiar nesta ou naquela linhagem suas expressões humanas mais elevadas. Se fosse isso possível, não haveria ainda, como separar-se o que os indivíduos superiores devem a sua origem racial daquilo que teriam recebido do meio, para cuja textura confluem os tributários raciais mais diversos.

O que vimos de expor basta para demonstrar que constitue uma pretensão absurda a da superioridade racial absoluta de que se campam certos povos. A inextricável confusão de estirpes, que existe no mundo e, particularmente, nas nações que, por sua elevada cultura mais expostas estiveram aos cruzamentos mais vários; a impossibilidade de se firmar um critério seguro para se aquilatarem aos atributos humanos, notadamente, os psíquicos, que são os mais áptos a assinalar as superioridades e, sobretudo, a dificuldade em se isolar no homem, o que lhe adveiu da herança daquilo que o meio lhe deu, — são, entre inúmeros outros, obstáculos insuperáveis às veleidades racistas. Ainda as distinções que a estatística antropológica se sente habilitada a estabelecer entre raças brancas e de côr, talvez sofressem revisão, do momento em que se asse-

gurassem às raças tidas por inferiores, as mesmas condições de vida que desfrutam as outras. A igualdade perante a lei, que as nações onde tais povos se defrontam, asseguram a todos, sem acceção de origem, não consegue anular preconceitos tradicionais.

Que inporta que, entre nós, por exemplo, o espírito romântico proclame a extinção dos preconceitos de côr, se a condição servil do negro criou entre êle e os descendentes de seus senhores, incompatibilidades indeléveis; se a degradação social dos antepassados do negro fôrro perdura, como estigma irreparável que o inibe de se ombrear com a geração dos escravistas?

O que isso significa em desequilíbrio, na competição do negro com o branco, só os marcados pelo ferrete indelével poderão aquilatar.

Não se pode dizer, pois, que concorram em igualdade de condições brancos e homens de côr, só porque convivam em meio que coloca ao alcance de uns e outros os mesmos recursos, pois, ao passo que o branco pode, livremente, empregá-los, antes de alcançá-los, o negro terá que superar uma infinidade de obstáculos com que preconceitos inveterados lhe remoram o passo.

Quando o confronto de tipos humanos de configurações tão diversas, como o branco e o negro, ainda arma tão grandes celeumas, que se poderá esperar da pretensão racista em distinguir, entre povos brancos dos mais elevados padrões, superioridades absolutas?

NOSSO LUGAR NO MUNDO

1. Somos, racialmente, miscegenados como todos os povos do mundo. Em parte alguma e, notadamente, na América, se encontram raças puras. Nenhum país americano reuniu condições para formar raça extrema. Entre todos os povos, somos ainda dos menos misturados. 2. O "bode expiatório" na ciência médica e na terapêutica. O bode expiatório nas ciências sociais. Um répto. Não temos porque renegar nossos antepassados. 3. O critério corrente para o julgamento dos povos é o tirado do volume de suas realizações. Nós e a América do Norte. Não poderiam chegar aos mesmos resultados povos que estiveram sujeitos a influências diversas. A vocação industrial do colono americano. A natureza de suas culturas prediletas. O *farmer* sulista e o patriarca da "casa grande" no Brasil. A antítese do sulista americano — o homem do Norte. Mentalidades diferentes ditadas por condições diferentes. Fatores que, no desenvolvimento americano, decidiram de seu destino industrial: a natureza da cultura agrícola preponderante; o pendor industrial dos emigrados; os mercados; a acumulação de capitais; as grandes imigrações; as vias de comunicações naturais. Enquanto que, na América, tudo facilitava a vocação industrial do colono, Portugal mandava arrasar nossas fábricas para não perder a prêsá. Enquanto a Inglaterra facilitava a instrução, nossos avós lusitanos destruíam as bibliotecas e encarceravam os literatos. Afinidades entre o *farmer* sulista e nosso fazendeiro. 4. O homem do Norte americano. Condições que propiciaram seu aparecimento. O "ganhador de dinheiro" "sem escrúpulos". A caça ao dinheiro. Exploração impiedosa do trabalho humano. 5. O capitalismo não faz boa aliança com a terra. Sua aliada — a indústria. A for-

mação das grandes fortunas. O poder do ouro. O crescimento assombroso da população americana. O critério do *dólar* para estimação de todos os empreendimentos humanos. 6. O liberalismo inglês e a tirania portuguesa. Nossa capacidade cívica começou com a independência; a dos Estados Unidos, quase dois séculos antes. Os entraves do capitalismo a nossa iniciação industrial. Métodos do capitalismo. Q capitalista e o capitalismo. Nossa méta.

1. A etnologia do brasileiro não requer estudo à parte. Somos, como todos os outros povos, o produto de cruzamentos de linhagens várias. Ao contrário, porém, dos povos europeus, que perderam na caligem do tempo a memória dos elementos que confluíram para suas composições raciais — nós podemos ainda divulgar, no hibridismo de nossa gente, os componentes simples que a constituem. Os fios são perceptíveis na trama etnológica do brasileiro. A não ser um ou outro espécime que se desgarrar das fisionomias comuns; um ou outro tipo que deixa perplexo o perscrutador, na identificação entre o *cafús*, o raro *cariboca* e o *mulato* — todos os mais denunciam, ao primeiro relance, sua composição — tão pouco faz que saímos da vida primitiva. São tão diferentes os três ramos étnicos preponderantes — o índio, o europeu e o negro — que não há confusão possível para os linhagistas atentos. E não poucas vezes será possível controlar o exame antropológico pela contra-prova genalógica. Quem de nós não estará à distância de grito de seus antepassados mais remotos? Afóra a imigração africana, as outras, nos tempos primitivos, não passaram do milhar. As correntes mais caudalosas conservam ainda, vivos de corpo, ou na memória eterna da tradição, o testemunho de suas origens. Constitue quase um luxo o recurso a hipóteses, na res-

tauração de nossas procedências raciais, tal o cabedal de testemunhos diretos que temos à mão. É claro que, indo dar nos tributários mais assinalados que alimentaram nossa formação, não teremos chegado a elementos simples. A não ser o ameríndio que poderemos tomar como primitivo, tal a treva inescrutável que o separa de sua gênese — o africano e o europeu são de extrema diversidade. Mas ao aflorarmos esses tributários alienígenas, o problema racial deixa de ser nosso para se tornar universal, não interessando, pois, diretamente ao objetivo colimado, que não é outro que o de se demonstrar que o Brasil, em sua contextura étnica, se enquadra na condição humana universal. Miscigenado como os demais, partilha dos males e benefícios que dessa situação possam resultar. O corolário brasileiro que deriva, espontaneamente, do problema racial humano, não precisaria ser deduzido, explicitamente, se não ouvíssemos, a cada passo, referência dos especialistas, ao caso racial *sui generis* de nosso país, em que o indigitam como exceção pela mistura singular de suas populações. No Brasil não ha *raça*, mas *raças* e *sub-raças*, correspondentes aos variados contingentes que contribuíram para a formação do povo. Não chegou a se formar ainda, aquí, um *tipo brasileiro*, padrão — é comum ouvir-se. Nada teríamos que opôr à verificação, se visasse, unicamente, a enquadrar-nos no caso universal, ou, quando não, americano, pois o que aquí se passa é, mesmíssimamente o mesmo que ocorre, sem exceção, no Novo Mundo. Nenhum país da América pôde reunir condições que lhe assegurassem lugar à parte, na conformação racial do Continente. Em nenhum deles houve correntes imigratórias homogêneas; em nenhum se deu isolamento que assegurasse a homogeneidade de imigrações heterogêneas; nenhum, por fim, conta idade suficiente para

haver produzido tipo padrão. As diferenças que medeiam entre êles são de quantidade e proporcionadas aos volumes das respectivas populações. Nos de populações mais densas, maiores foram os cruzamentos; nos menos povoados, menores as combinações raciais. Mas em todos, o mistifório racial. Como ponta de fila está, justamente o país que se invoca, a cada momento, entre nós, como paradigma indefectível de nossas humilhações — a América do Norte!

No grande país do Norte as variedades raciais são de causar vertigem. Por volta de 1700, New York já abrigava dezoito raças (1)! Há nos Estados Unidos, americanos côr de ébano; americanos de olhos amendoados; americanos de marcada cepa mediterrânea e até de origem saxônica... Se os negros, os mulatos e os amarelos dos Estados Unidos podem ser excluídos da população, para só se verem nela saxões, não vemos porque não pudéssemos fazer a mesma abstração da coletividade brasileira, dos africanos e descendentes que a pontilham, para filiarmos nosso povo ao peninsular que, primeiro, pôs o pé em nossa Terra (2). Deixando de parte, porém, as banalidades com que antropologistas de rodapé liquidam as questões mais intrincadas — o certo é que, pelo que sabemos de positivo, nem nós, nem nossos simpáticos aliados do Setentrião, nem povo algum das duas Américas, poderá falar em raça, como expressão dominante de sua população, pois, por toda parte, o que existe são *etnias* provindas dos mais desordenados

(1) "A Epopéia Americana" — James Truslow Adams — trad. de Monteiro Lobato — C. Edit. Nac., página 52.

(2) O professor Schweitzer diz que a fusão crescente de brancos e negros nos Estados Unidos, faz acreditar "que a população negra do país não contenha, hoje em dia, mais de 5% de negros puros, completamente isentos de sangue branco" (No livro "Você e a Hereditariedade" — tradug. port. — Editora Nacional, à página 93).

cruzamentos. O que dá certa impressão de unidade é a vida comum. Nem somos um povo de mestiços, nem é a América do Norte ou outro qualquer país do mundo, de raça extreme. Em certo sentido, estamos entre os povos menos misturados, pois aqui é ainda possível contar pelos dedos os contingentes forasteiros que contribuíram para nossa formação. As imigrações volumosas foram poucas e espaçadas. Até 1875 não atingiu a meio milhão o número de imigrantes que entraram no Brasil. Em 1877 foi que começou o grande afluxo de colonos italianos. Além destes tivemos, em proporções consideráveis, espanhóis e alemães, deixando-se de parte os portugueses, que constituíram o tronco primordial. As demais correntes imigratórias ou não foram apreciáveis, ou são muito recentes para que repercutissem, sensivelmente, na configuração do povo. E' fenômeno universal, que já tivemos ensejo de assinalar, o escrúpulo do natural do país em se cruzar, desde logo, com indivíduos de raças com as quais se não haja familiarizado, maiormente, quando a disparidade de linguas e de costumes constitue entrave à mútua compreensão. Em consequência, os cruzamentos entre nós, se fizeram, em grande escala com os súditos de países que hospedamos há várias décadas. Se abstrairmos dessas contribuições, muito pouco restará de nossas populações primitivas. Ao passo, porém, que nos países europeus, não se interrompeu o ritmo dos cruzamentos em todos os sentidos, graças às facilidades de comunicações entre regiões populosas e das mais diversas etnias — as imigrações para o Brasil foram circunscritas e espaçadas. Entre uma e outra vagas, se interpolaram pausas bem perceptíveis. Por outro lado, as etnias que afluíram em proporções consideráveis, foram quase sempre da mesma natureza. Os grupos heteróclitos que, esporadicamente, e nos últi-

mos tempos, aportaram aqui, já pela inacessibilidade de seus idiomas, já pela diversidade de seus costumes, ainda não se familiarizaram o bastante com a massa mais antiga do povo para com êle se cruzar, em quantidade apreciável. Daí haverem conservado, bem nítidas, suas características, de modo a não se confundirem com os tipos predominantes em cada uma das zonas do país em que se instalaram. Sob este aspécto, somos bem menos misturados que os povos do Velho Continente. Não apresentamos um tipo homogêneo. Nisto, entretanto, não constituímos exceção.

Não no apresentam os demais povos da América e, tão pouco, os da Europa.

Não há, pois, cabida para a inquietação com que os guardiões de nossa prosápia, se referem, a cada passo, ao emaranhado hibridismo do brasileiro.

2. É vezo incurável de todos os que se dedicam às investigações sôbre a vida humana, fazerem vista grossa às causas circunjacentes dos fatos, para irem buscar sua explicação em influências remotas ou nebulosas. Parece até, que há um entendimento tácito entre os que se ocupam com estudos sôbre o homem, para conservar seu caráter hermético, a salvo do discernimento dos profanos. Os conhecimentos do homem para fazerem jus à dignidade científica devem ser abstrusos, intrincados, inacessíveis à compreensão vulgar. A ciência do homem, quando se torna acessível, se degrada... Dessa tendência temos exemplos em barda, na medicina, onde todas as tentativas para a simplificação da terapêutica são apodadas de charlatanismo. O dr. Paulo Carton, eminente médico francês, adquiriu sua grande experiência, como interno dos hospitais de Paris. Num livro precioso que, ha um lustro, escreveu sôbre a

medicina naturista, acentuou essa mentalidade da arte clássica de curar. Diz êle que o sistema consagrado na medicina, é o do *bode expiatório* — “*du bouc émissaire*”.

“O sistema do bode expiatório” — explica — “é um processo fácil de desencargo das responsabilidades em que incorremos e das sanções que nos ameaçam, quando erramos. Consiste êle em imputar a uma pessoa ou a uma cousa culpas que não lhe cabem. Foi o sistema perfilhado por todas as religiões da Antiguidade segundo o qual, em holocausto à Divindade, se sacrificavam ou degolavam animais, vítimas inocentes. Foi, igualmente, a prática dos israelitas, que sobrecarregavam um bode “das maldições do povo e o soltavam no deserto, para desviarem o mal que sôbre êles pudesse recair por seus pecados.

Em nossos dias é, sobretudo, em medicina, que impera o sistema do bode expiatório. A doentes e médicos não preocupa outra cousa que a procura do bode expiatório, ao qual se atribua a responsabilidade exclusiva das perturbações da saúde e que será combatido, cegamente, como responsável único pelas moléstias” (3).

A seguir, descreve o dr. Carton, o processo de caça ao bode expiatório: “*Mas afinal, que terci eu?*” — indaga o enfermo. Procura o médico, que ouve suas lamúrias e que, por sua vez, formula a famosa questão: “*más que é que êle terá?*”. A ciência médica clássica lhe dará a resposta. Freqüentemente, um exame clínico resolverá a dúvida: revelará uma infecção microbiana, ou uma lesão orgânica do fígado, do coração, do pulmão. Imediatamente, o micróbio ou o órgão é responsabilizado pelos padecimentos do doente. Não resta outra cousa que atacá-los com todos aos recursos da arte, isto é, da

(3) Dr. Paul Carton — “Enseignements et traitements naturistes pratiques — 4.ª edição (1935, págs. 8 e 9).

seringa, do bisturi, das vacinas, dos produtos farmacêuticos. Se o exame clínico nada revela, o laboratório o conseguirá; não será difícil descobrir-se um agente responsável pelos desgastes: micróbio ou reação humoral. Que importa o que, até agora, teria feito o paciente. Como teria vivido. Quais seus hábitos de regime e de higiene. Sua resistência orgânica, seu estado de espírito. A ciência materialista, biológica e bacteriológica não tem que fazer senão considerações patogênicas. A única coisa que lhe importa é a descoberta do "bode expiatório" (4).

E, enquanto procura o médico escutar as causas impalpáveis do mal, formulando as mais problemáticas conjecturas sobre o paradeiro do "bode expiatório" — perde de vista, por indignas de suas elevadas lucubrações profissionais, as causas diretas dele: a alimentação deficiente, excessiva ou viciosa; o tópor de vida do paciente: condições higiênicas da habitação, natureza de trabalho a que se entrega, repouso, etc., todas essas inumeráveis relações da vida humana com o meio em que se desenvolve. Em uma palavra: o modo de adaptação do indivíduo ao ambiente. Escusa dizer que, na maioria dos casos, o pesquisador malogra e o enfermo se desilude, a não ser que, por inspiração própria ou tomando a sério, recomendação displicente do médico sobre seu regime, tenha a sorte de remover das adjacências de sua vida, a verdadeira causa insuspeita de seus males. Custa crer, mas é essa a norma geral de todos os que se consagram ao estudo do homem. Da regra não escapam os sociólogos e antropológicos. Na medicina, o bode expiatório é o micróbio, são os distúrbios glandulares, é o vago simpático. No estudo das coletividades humanas

(4) Dr. Paul Carton — "Enseignements et traitements naturalistes pratiques — 4.^a edição (1935, págs. 8 e 9.

— os regimes políticos, a raça. O Brasil não ascendeu ao plano industrial e moral dos Estados Unidos, apesar de ter sua idade? Deve-o ao teor ínfimo de sua composição racial. O homem do campo vegeta a vida toda em condição miserável, em contraste com o camponês de outras regiões? Obra de sua raça inferior. Nossas riquezas jazem no seio da terra, enquanto que as dos Estados Unidos forjaram, há muito, a armadura de aço e ferro de seu potencial econômico; blindaram a couraça de seu poderio militar, sem paralelo; construíram os cascos dos navios, as cidades de aço que disputam o espaço aos céus? Sinas diversas de povos de raças diferentes — afirmam. Se nem todos chegaram a conclusões raciais explícitas sobre o que pensam da inferioridade da massa brasileira, em confronto com outras — do desenvolvimento de seus raciocínios, se infere, inequivocamente, que a tachas dessa índole imputam, sempre, o que julgam constituir inferioridades nossas.

Os que surpreendem o jéca à margem da vida, contemplando, extático, todas as fases marcantes de nossa evolução, como se nada lhe dissesse respeito; os que lhe emprestam a viola para espáreecer sua mandriíce incurável; os que zombam de seu obscurantismo, de suas abusões, de sua penúria física; os que assinalam nos matizes de nossa formação, a luxúria e a ambição; os que reduzem nossa gente à mestiçagem indeslindável do negro, do índio e do branco; os que, a qualquer propósito, invocam o correspondente estrangeiro para aca-reá-lo com o que é nosso — todos, inconscientemente, ou de caso pensado, aplicam ao julgamento da nação o critério racial. Procurando causas remotas ou nebulosas para a explicação de nossa vida, desdenham as relações do homem com o meio. Contrastam coletividades, antes de verificarem a equípolência das condições em que vivem

suas unidades. Da mandioca e da jacuba exigem o mesmo rendimento orgânico que da carne e da manteiga. Pretendem que a força física, desamparada, apresente o resultado dos milhões invertidos na produção. A enxada terá que correr parêlhas com o trator; a oficina do artesão com as indústrias Ford...

Só no dia em que nos demonstrassem que, em igualdade de condições econômicas, sociais, culturais, sanitárias e climatéricas o homem de outras plagas faria mais que o nosso, só então nos renderíamos aos prêgoeiros de nossa inferioridade.

Antes disso, não!

Quando nos provarem que os filhos de outras raças afrontam com mais galhardia que nosso caboclo, as deficiências da alimentação, o primitivismo da habitação, as endemias locais e as trevas da ignorância; que o louro colono nórdico ou rebento de sua cepa, nas mesmas condições de clima e com os mesmos recursos materiais, apresenta rendimento superior ao vaqueiro do nordeste, ao gaúcho dos pampas, ao piraquara das praias, aí então daremos a mão à palmatória.

Estejamos certos porém, que a luva não será levantada.

Se nosso destino estivesse na dependência da sistemática racista, então, estaríamos, irremediavelmente, perdidos, uma vez que os povos europeus que confluíram para nossa conformação de povo, em que pese ao ilustre sr. Oliveira Vianna — estão longe de se aparentar com a progênie prendada dos dolicocefalos louros, que enobrecem a linhagem germânica.

As etnias européias que para cá acorreram, na antemã de nossa existência e as que lhes seguiram os passos, nos afluxos colonizadores, entroncavam-se, sem a menor dúvida, “na multidão dispersa com o triunfo

dos Cesares por todos os países submetidos a Roma -- a maior parte manchada de sangue negro..." (5).

Elas não eram outras que as Günther, Deniker, Sergi e vários teóricos do racismo filiam à "espécie "ibérica-insular" ou atlântico-mediterrânea e que Sergi chama variedade mediterrânea da espécie *euro-africana*. Essa espécie se encontra na zona costeira do Mediterrâneo e hoje, predomina na Espanha, em Portugal, na Itália e nas ilhas mediterrâneas" (6).

Que outras senão essas raças opõem os doutrinadores racistas à germânica, como *espécies animais* diferentes?

Que outras senão essas são por êles acusadas de haverem infamado a linfa nórdica, dando lugar a que os árias fossem expulsos do "éden que haviam criado para si próprios"?

Convenhamos em que não são conseqüentes os que reconhecem a hegemonia do fator racial, no destino dos povos, acatam as teorias de Gobineau, Chamberlain, Laponge e Günther e afagam, do mesmo passo, a esperança da transfiguração das sub-raças condenadas que para cá vieram. Felizmente, para nós, as cousas não se passaram segundo os vaticínios dos *gobinôs*. Quando a raça fosse elemento decisivo na sina dos povos, não teríamos, ainda assim, de que nos lamentar. Não porque partilhemos da fé com que outros esperam chegar ao *adão ariano*, ascendendo na cadêia de nossos remotos antepassados. Não nos expomos a essa ridicularia. Mas porque não temos por que renegar nossos avós pelo que deles recebemos. A invulgar capacidade de adaptação dos povos que nos colonizaram; a eivilização de

(5) J. Evola — ob. citada, à página 28.

(6) Idem — à página 120.

enho, marcadamente, latino, que nos propiciaram; o sentimento de pundonor, de independência, de hombridade a que nos afeiçoaram o português, com seus melindres de civilizado e o índio, com seu senso indomável de liberdade; o critério romano de justiça que nos infundiram os colonizadores e que nos impele, invariavelmente, a formar na vanguarda das grandes causas universais, com desprezo dos riscos a que nos exponham; o sentimento de solidariedade humana, de hospitalidade, de tolerância e renúncia, de desinteresse, tão de nosso temperamento — constituem herança que nos enobrece e aos que nô-la legaram.

Salientando algumas das inúmeras características do caráter brasileiro, não pretendemos reivindicá-las, como prerrogativas exclusivas de nossa gente, mas proclamar que, com toda a mestiçagem que nos irrogam, como inferioridade, nunca nos revelamos infensos à pratica de virtudes humanas que constituem apanágio das civilizações mais apuradas. Se em alguma coisa pecamos nesse tocante, não será por havermos manifestado incompatibilidades irreconciliáveis com impulsos generosos e altruístas, senão pela candura com que quebramos lanças por princípios que o utilitarismo internacional, há muito, relegou ao passado.

3. O critério consagrado para se aquilatar do valor dos povos é o do volume de suas realizações. Um povo que pouco pode ostentar é, necessariamente, colocado em gradação inferior a outro que pode exhibir criações significativas por seu número e importância. Se o observador é um *racista*, então, tudo aquilo que comportasse explicação pela diversidade de condições ocasionais que teriam presidido às evoluções respectivas, êle atribue a diferenças raciais. Um povo que, no mesmo lapso de

tempo, realizou mais que outro, é-lhe, forçosamente, superior. Daí as conclusões tão desfavoráveis à capacidade do brasileiro, tiradas da acareação dele com nossos amigos do Norte. Ninguém se lembra de que é indeclinável para a justeza da conclusão, a rigorosa exactidão das premissas e que fatos complexos não podem ser reduzidos a expressão algébrica, sem grande sacrifício da verdade. Abstrair de nossa história as contingências que presidiram a nossa evolução; a índole, as tendências económicas, o grau de cultura do povo que nos aleitou e pageou; as vicissitudes com que deparamos em nossa vida de povo; as injunções que nos orientaram em determinado sentido, e de fatores homólogos que contribuíram para a formação *americana* — para, do cotejo de idades e realizações, extrair conclusão humilhante para nossa gente — é, positivamente, um grosseiro sofisma.

Com essa simplificação, tudo o que poderia fornecer explicação plausível para os destinos diferentes de culturas diferentes, e que tornaria incomparáveis cousas, nitidamente, heterogêneas, é, sumariamente, eliminado para que se torne possível o contraste. A América do Norte conta a mesma idade do Brasil e é quanto basta para que nos chamem a contas pelo pouco que fizemos.

Já dissemos, inúmeras vezes, que é muito difícil, no conjunto de fatores que teriam concorrido para dada civilização, isolar os responsáveis por determinadas consequências sociais. Já não é, entretanto, impossível na diversidade de destinos de dois povos salientar as diferenças de fatores que possam explicar os rumos diferentes que tomaram.

Uma nação que haja praticado, como atividade preponderante, a agricultura, não apresentará, ao cabo de um ou dois séculos, resultado igual a outra que se haja

especializado na indústria. Um país, densamente, povoado não terá os mesmos problemas que outro de escassa população. O clima, a configuração topográfica, a natureza do solo e uma infinidade de outros fatores respondem pelas maiores diferenciações dos povos.

Basta que confrontemos algumas peculiaridades das histórias dos *Estados Unidos* e do Brasil para que nos cõmpenremos de que dois povos, sob influências tão diversas, não poderiam, ao cabo de dois séculos de expansão, apresentar idênticos resultados.

Os Estados Unidos tiveram como guia de seus primeiros passos na vida, a Inglaterra — nação antípoda em índole, língua, tradições, costumes e grau de evolução, do Portugal que nos encaminhou. A Inglaterra — país de nítida vocação industrial. Portugal — visceralmente, agrícola. Os pioneiros americanos, à feição da mãe pátria, semearam o algodão. Portugal, a cana de assúcar. Esta não poderia passar do engenho. Aquele criou a indústria da tecelagem. A natureza da cultura se prestava ao beneficiamento industrial; a vocação inglesa induziu o emigrado à imitação. “Simultâneamente, com a súbita eriação do Reino do Algodão no Sul”, — diz James Truslow Adams — “Samuel Slater, um tecelão de New England, foi a Rhode Island examinar os teares lá existentes, visto que a Inglaterra proibira a exportação de máquinas, para evitar que a indústria téxtil se desenvolvesse fora de seu território. Slater foi bem sucedido; conseguiu teares e assim lançou os fundamentos da indústria téxtil de New England”. (7).

Todas facilidades se abriam ao pendor industrial dos emigrados e seus descendentes americanos. A natureza

(7) Ob. cit., às páginas 106 e 151.

da cultura agrícola principal do país — o algodão; os mercados, sempre ávidos do ouro branco; o grande acúmulo de capitais; o crescimento assombroso da imigração e as vias de comunicação natural.

Ao mercado interno, já com respeitável capacidade de consumo, ajuntavam-se os da Inglaterra e França, que absorviam quatro quintos do algodão *americana*. Daí a sedução que esse gênero de cultura exercia sobre todos. “No Sul” — diz James Adams — todos se voltavam para o algodão. “O advogado, ou o médico, ou o mestre-escola, assim que reúnem um pouco de dinheiro, compram terras e negros e viram agricultores. O sacerdote que casa com mulher arranjada, compra logo, fazenda. O negociante, farto da vida comercial..., volta-se para a cultura do algodão”. (8).

Quando ainda, não passamos da indústria do açúcar e da aguardente, já os Estados Unidos enveredavam pelo caminho da industrialização. Essa antecipação, porém, como veremos, não apresentava conquista obtida por especial capacidade do povo, senão pela ocorrência de circunstâncias, que decidiram de sua orientação, no sentido da máquina. Exemplo edificante de quanto influem fatores não procurados, no destino das coletividades, dá-nos Adams, no episódio seguinte, falando da influência de Whitney, o criador do descaroçador de algodão na indústria *americana*. “Embora os historiadores dêem tanta atenuação aos estadistas e políticos de seu tempo” — diz — “é difícil encontrar político ou estadista que tenha exercido mais ampla e duradoura influência sobre seu país do que êste inventor ianque. Whitney recebeu ordem de fabricar mosquetes para o governo, durante a guerra. Até aquela data o mosquete,

(8) Ob. cit. às páginas 106 e 151.

como tudo mais, era feito manualmente por um operário que o começava e ia até o fim. A falta de gente fez que Whitney concebesse a idéia de cada homem fabricar uma parte, o que muito facilitava a aprendizagem dos operários novos; e também concebeu a idéia das partes intercambiáveis. Dois anos levou a aperfeiçoar o sistema — mas ao cabo, tinha lançado as bases de uma grande cousa futura — a produção em massa e a baixo custo. A notícia da façanha correu mundo, mas a Europa preferiu ficar no sistema antigo, porque lá não faltavam operários hábeis. Ora, foi exatamente a ausência disto, isto é, a falta de operários hábeis, que determinou muitas mudanças ocorridas na América” (9).

E aí está como uma deficiência, sugeriu ao inventor americano inovação que constitue hoje, a insubstituível forma de produção em série. A Inglaterra, porém, a que não escasseava mão de obra especializada, não adotou a invenção. “A necessidade põe a lebre em caminho”, mas enquanto aquela não a obriga, esta não deixa sua toca...

Enquanto que alemães, ingleses, irlandeses e gauleses, seguindo a vocação industrial de seus países de origem, já no século XVII, difundiram na Pensilvânia e Nova York, fundições de ferro — nossos antepassados peninsulares mandavam arrasar as que, man grado seu, havíamos levantado, uma vez que não poderíamos, no entender deles, passar da cana de açúcar e da mandioca...

“Quanto às fábricas de manufaturas” — ponderava Martinho de Melo aos delegados coloniais — “é indubitavelmente, certo que, sendo o Brasil o país mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo seus habitantes, *vassallos desta Corôa*, por meio da la-

(9) Ob. cit., à página 118.

voura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para sustento da vida, mas muitos artigos importantísimos, para fazerem, como fazem, um extenso e lucrativo comércio e navegação” (lucrativo para o Reino — já se vê) “*se a estas incontestáveis vantagens juntarem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades precisas, ou que o uso e costume tem introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes de sua capital dominante.* E, por consequência, indispensavelmente necessário se torna abolir do Brasil as ditas fábricas e manufaturas: e isto é o que S. M. ordena que V. E. excente e faça executar nessa capitania e nas que lhe são subordinadas, com a prudência e discernimento com que sempre obra, e que as circunstâncias delas e a gravidade desta comissão exigem”. “E não só se deviam extinguir as ditas fábricas, mas executar as antigas proibições sôbre officios de ourives e contra todos os que trabalhavam em ouro, reduzindo-o a peças e obras pertencentes ao dito officio. Da proibiçãõ só eram exceptuados os panos grossos de algodão, próprio para vestuário de índios e escravos, e para enfiar gêneros e fazendas”. (10).

Não adiantava que as jazidas de ferro abundassem em número, extensão e qualidade do minério, por todos gabado. Aos brasileiros não era permitido aproveitar as riquezas de sua Terra.

Portugal — diz Saint-Hilaire — proíhia, terminantemente, aos brasileiros “fundirem a menor parcela de ferro, e os que, ao pisar, calcavam esse metal, eram obrigados a receber dos comerciantes de Lisboa os ins-

(10) Rocha Pombo — ob. cit., 2.ª vol., às páginas 174.

trumentos de agricultura e as ferramentas com que exploravam o ouro no próprio ferro". (11).

"Lindley refere o caso de um indivíduo que tentou estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão nos arredores da Baía e viu todas suas máquinas destruídas e foi mandado para a Europa". (12).

"Latino Coelho resumiu nestes termos, essa obra de insensatez: "legislamos como se foram os portugueses de além mar os párias da metrópole. Governamos como se o Brasil fosse apenas uma herdade, onde trouxéssemos a gages, obscuros e oprimidos jornaleiros. Defendemos-lhe a comunicação e o trato de gentes peregrinos. Reduzimos a estanco e monopólio grande parte de suas mais valiosas produções. *Proibimos-lhe que erigisse um tear, uma forja, uma oficina. Declaramos por atentado que um só prelo difundisse timidamente a luz naquelas regiões escurecidas. Condenamos por subversivas as sociedades literárias*" (13).

No ano de 1763 eram em número de vinte e tres as bibliotecas do Maine à Georgia. Trinta e um anos mais tarde, o conde de Rezende mandava dissolver a "Sociedade Literária", que aqui fundáramos, oito anos antes, "e meter a ferros, na fortaleza da Conceição, os respectivos sócios, entre eles Alvarenga e Mariano da Fonseca, os quais lá ficaram três anos e só foram soltos por ordem direta de Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro conde de Linhares" (14).

E, apesar de todos os entraves com que o obscurantismo peninsular procurava obnubilar nossa inteligência, Latino Coelho declina os nomes de nada menos de

(11) Saint-Hilaire — ob. cit., I tomo, à página 250.

(12) e (13) Tobias Monteiro — História do Império — às páginas 520 e 523.

(14) Tobias Monteiro — ob. cit., à página 523.

dezoito homens ilustres, entre botânicos, matemáticos, químicos, médicos, mineralogistas e poetas de pura linhagem indígena, a que Tobias Monteiro ajunta outros tantos.

Mau grado, entretanto, esse contraste entre a mentalidade do colouizador peninsular e a do britânico que emigrou para a América do Norte, não teria este atinido ao fastígio de industrialização a que chegou, se o único padrão de vida de seu povo fosse, como entre nós, o do dono da "casa grande".

E' tão grande a analogia de mentalidade do *farmer* sulino dos Estados Unidos com nosso patriarca das fazendas coloniais, que conhecido um, está conhecido o outro.

Um e outro primaram por seu espírito aristocrático e conservador. A caça do dinheiro pelo dinheiro lhes era indiferente. O que os empolgava era o conforto e o lustre de suas mansões; a sociabilidade com os vizinhos, a autoridade sôbre os subordinados. A opulência não como objetivo mas como meio de manterem o elevado nível de vida, considerado dignidade de classe.

Causou pasmo aos europeus o esplendor de nossas fazendas.

Ribeyrolles — segundo narra Pedro Calmon — extasiara-se ante o fausto de nossas fazendas e a "civilidade" de nossos fazendeiros que reputava superior à inglesa.

Não eram poucas as "casas grandes" que ostentavam mobiliários de origem européia, pianos e quadros a óleo da melhor extração.

Tal qual o padrão de vida do *farmer* sulino. Descrevendo-o diz James Truslow Adams: "Tudo nesse regime fomenta a aristocracia. A vida social plasma-se

diferentemente das cidades, onde todos vivem a cinco minutos uns dos outros. A paz das grandes propriedades, as distâncias que as separam e fazem que uma visita dure o dia inteiro, ou dias, tendem a formar uma sociedade amiga do lazer, sem pressa, com grande apreço à sociabilidade, justamente por causa do isolamento em que vivem. A vida adquire uma graça, uma amabilidade, um encanto impossível nas sociedades aglomeradas e confusas. Embora os fazendeiros se endividassem e se julgassem mais ricos do que realmente o eram, a amplitude de suas operações, o embarque anual das colheitas de vulto, davam às suas vidas uma sensação de amplitude. A hospitalidade fazia-se cordial. Quando os donos de tais fazendas eram homens de bom gosto e cultivados, sobrevinha-lhes a filosofia. Sempre que havia necessidade de um homem que pudesse inspirar ou chefiar um exército, iam procurá-lo entre os grandes possuidores de escravos de Mount Vernon — e o filósofo da Revolução foi grande senhor de escravos em Monticello.

Conquanto se notasse um forte viço puritano nos colonos de todas as colônias, não foi no Sul que a estreiteza do puritanismo se acentuou, sim em New England. A “consciência de New England” não a encontramos entre os abridores do Sul. Talvez não sobrevivesse à amenidade do clima.

Os sulistas, todavia mantinham-se em conexão mais íntima com a metrópole do que a gente do Norte. O modo de vida nas mansões, a caça à raposa, as dansas, as visitas, o jogo de cricket — tudo como entre os “*toffs*” da Inglaterra” (15).

(15) Ob. cit., — trad. Monteiro Lobato — Cla. Ed. Nac. 48 páginas 50 e 51.

4. Não seria, como é fácil imaginar, dessa despreocupação em que aqui e na *América*, vivia imerso o fazendeiro, que surdiria o pioneiro da indústria, o ganhador de dinheiro, o homem de negócios. E nisto se distingue, fundamentalmente, nossa vida da *americana*. Ao passo que aqui, os hábitos portugueses e sua cega avidez nos impuseram o ócio das herdades agrícolas e não permitiram que medrasse outro tipo de homem, que refugisse àquele estalão, lá nos Estados Unidos, teve o *farmer* sua antítese no homem do Norte, que não se distinguia pela linhagem, pela tradição, pela cultura, mas simplesmente, pela ambição. Seu desígnio era um só — ganhar dinheiro “por todos os processos, ainda que antissociais, ainda que por meio de alianças com piratas e índios inimigos”. Era o homem “de negócios sem escrúpulos” (16).

Que teria favorecido o aparecimento desse tipo, tão antagônico em seus hábitos e princípios, ao severo *farmer* sulino?

Nada mais nada menos que diferenças radicais dos meios em que um e outro se estabeleceram e viveram.

A feracidade das terras do sul, o mercado sempre aberto a seus produtos, a ajuda proveitosa do trabalho escravo, resguardavam os habitantes daquela região das vicissitudes adversas. Daí, como entre nós, sua despreocupação pelo lucro imediato e pela riqueza em si, o tempo para o lazer, o cultivo da sociabilidade e até da filosofia...

Outras eram as condições do Norte. Terras sáfaras de que nada poderia esperar o trabalho humano; mão de obra, porisso mesmo, escassa; clima hostil, culturas várias e esporádicas. “Ao tornar-se líquido que a

(16) *Idem*, à página 52.

agricultura seria sempre um máu negócio ali, em virtude das más condições do solo, da escassez do trabalho assalariado e da impossibilidade de empregar escravos, os homens de maior ambição se voltaram para o comércio marítimo, do qual um dos ramos mais rendosos era a importação de escravos africanos para vendê-los no Sul. O principal artigo de troca por escravo era o rum obtido da destilação de melaços trazidos sobretudo das Índias Ocidentais. Recebiam os melaços e para as ilhas exportavam madeiras em grande quantidade, aduelas de barris, cavalos e outros produtos. E para pagamento da importação de manufaturas da metrópole e dos vinhos das ilhas, havia o peixe seco e tudo mais podiam produzir e extrair da terra.

A balança comercial vivia em perigo de desequilibrar-se desfavoravelmente, e impossibilitados de implantar uma grande cultura, como as que habilitavam os sulistas a viverem vida folgada, mesmo quando endividados, a gente de New England tinha de apurar a experiência afim de tirar vantagem de tudo. Se o intercâmbio avultava, as partidas de mercadorias eram pequenas — verdadeiro comércio de mascates. Quase todas as aldeias que podiam ser alcançadas por pequenas embarcações, ainda as mais remotas do rio Connecticut, tomavam parte nesse comércio; mas Newport e Boston — sobretudo Boston — eram os principais centros, este último sempre em posição de metrópole, de todo o grupo das colônias de New England.

A mentalidade e o caráter daí resultantes apresentavam muitos contrastes com a mentalidade e o caráter sulistas. Por força das circunstâncias o "trabalho, como já vimos, tinha desde cedo se tornado, e iria permanecer uma das virtudes cardiais dos americanos. Se o viver era mais que o mero subsistir, o capital se fazia tão neces-

sário em New England como em qualquer outra parte. Não era a zona ali de grandes recursos naturais, exceto em peixes; não havia ferro para manufaturas, nem abundância de braços livres ou escravos. O caminho da prosperidade se tornou um só. Um vintém tinha que fazer o trabalho de três e toda espécie de lucro, por pequeno que fosse, havia de ser espremido das transações internas e externas. Como sempre a necessidade foi racionalizada afim de tornar-se mais atrativa; e a poupança e a astúcia passaram a ser virtudes. Gastar sem medida era cousa pecaminosa, do mesmo modo que fugir ao trabalho, exceto aos sábados; e quando uma pesca se revelava abundante, sinal era de que Deus estava sorrindo para o povo eleito. Tudo muito natural e humano" (17).

As mentalidades que desse contraste de circunstâncias resultaram foram, correlatamente, as mais opostas. Ao passo que o patriarca do Sul, que dispunha de "mil agregados ou de mil escravos", tinha um "alto sensô de responsabilidade"; era obrigado a velar por "sua gente", desde o berço até a morte, de geração em geração, no trabalho ou na doença, como quem conservava o que era seu (18) — o homem do Norte não tinha consideração ao trabalhador. Levas de "pobres viajavam centenas de milhas, em procura de emprêgo em estradas e canais, com salários de sessenta e dois e meio a oitenta e sete e meio centavos por dia"; mau grado porém, as condições precárias do trabalho e sua vil remuneração, havia sempre, uma legião de famintos para rendê-los" (19).

Do aproveitamento sem termo nem medida do trabalho do homem se construíram as primeiras fortunas

(17) e (18) James Adams — ob. cit., às páginas 53, 54, 149 e 150.

(19) Ob. cit., páginas 149 e 150.

americanas, do mesmo passo que se abriu, precocemente, um abismo de antagonismos entre o pobre e o rico.

5. O capitalismo não faz boa aliança com o amanhão da terra. Não está em sua índole esperar pelos frutos tardios e pouco remuneradores de sementeiras incertas. Por outro lado, é muito ostensiva a faina do operário agrícola para que, sem escândalos, possa empalmá-los o dono do dinheiro. Em compensação, a máquina que transfigura a matéria sem serventia imediata; que transforma o fio, sem aplicação, no tecido precioso; que transmuda o minério em locomotiva, avião ou tear — subtrai à apreciação do que investe sua força física na produção, o valor de sua contribuição e das multidões que a puseram em mãos do capitalista. Sem ela não vive o operário. Para viver, à sua custa, terá que se submeter a sua lei. Daí a união indissolúvel do capital com a indústria. Êles se ajudam, mutuamente: o capital tem na indústria sua aplicação favorita; a indústria retribue, fartamente, a preferência do capital.

Não foi outra a história do par venturoso nos Estados Unidos.

“Jefferson, como vimos” — diz Adams — “confiava no homem comum se ficava na agricultura e mostrava traços gerais do individualismo e conservantismo peculiares à classe agrícola. Fé nas classes proletárias urbanas não a tinha êle nenhuma. Nem tão pouco na classe dinheirosa das cidades. Vinha daí o principal de sua opposição a Hamilton, ou à tentativa de Hamilton para criar tais classes. No Sul, John Taylor, da Carolina deu eloqüente voz aos temores do Oeste e do Sul. Uma classe capitalista, baseada na manufatura, no banqueirismo e na especulação estava, ao seu parecer, destinada a provocar ódios de classes. Exploraria o povo tão impiedosamente, como os nobres o haviam fei-

to, e mais a salvo de qualquer correção, por não se tratar de uma classe privilegiada e sim aberta". (À competição, queria dizer). "(Sem obrigações legais emparelhadas com sua posição social, essa classe subterrânea, trabalharia em favor de seus interesses, a opinião pública e a política. E no decorrer do tempo, arruinaria a nação."

Hamilton, entretanto, ia sendo bem sucedido, pelo menos parcialmente. Sua política bancária e tarifária dera enorme ímpeto ao capitalismo; mas em vez disso estender-se por todo o país, como êle esperava, localizou-se no Norte — onde ficaria entrincheirado até nossos dias.

Capital e trabalho eram precisos para a criação de tal interesse. Já acentuamos a dificuldade do Norte em obter braços, livres ou escravos. Mas a gente de New England, agora interessada na indústria téxtil, soube, de 1800 em diante, solver o embaraço. Por várias razões havia muito apêto entre os pequenos agricultores, cuja saída única era a emigração para o Oeste. Inúmeros, entretanto, viam-se impedidos de emigrar por completa falta de recursos. Ora, os industriais de tecidos souberam aproveitar-se dessa situação, dando trabalho às mulheres e crianças dos agricultores empobrecidos. "Para conseguirmos mão de obra" escreve um deles, "somos obrigados a empregar as famílias pobres, sobretudo as de muitos filhos". O trabalho de atender às máquinas, escreveu outro, não requer homens; pode ser feito por meninas de seis a doze anos. E grande número delas foram postas no trabalho, permitindo, assim que seus patrões formassem capital. Numa fábrica de Rhode Island, em 1801, Josias Quincy encontrou com meninas no serviço, ganhando de doze a quinze centavos por dia, "todas de aspécto muito deprimido". Possivelmente

três quartos dos operários da indústria têxtil eram compostos de moças; às vezes trabalhavam famílias inteiras. Num caso, o chefe de família assinou contrato nas seguintes bases: cinco dólares por semana para si, dois para um filho de dezesseis anos; um e cinquenta centavos para um filho de treze; um e vinte e cinco, para uma filha de doze; oitenta e tres centavos para um menino de dez; dois e trinta e tres para uma irmã; um e cinquenta e setenta e cinco centavos para um filho dessa irmã, de treze anos e uma filha de oito. Com trabalho obtido a esse preço, as perspectivas de acúmulo de capital na indústria tornaram-se brilhantes". (20).

E em outra passagem: "O dinheiro começava a significar muito na vida americana, sobretudo poder. Astor e Girard, cujos métodos predatórios eram conhecidos, tornaram-se os homens mais poderosos do país, muito ouvidos no Congresso agora localizado na nova cidade de Washington.

Astor foi o tzar do comércio de peles do Extremo Noroeste, onde sua vontade se sobrepunha à do governo federal; e um homem como Girard, que podia dar ordem a seus banqueiros de Londres para uma colocação de meio milhão de dólares deduzido de seu saldo, também passara a exercer uma nova espécie de influência. O país em geral começava a enriquecer-se rapidamente, mas havia muitos homens, do tipo de John Taylor, da Carolina, que olhavam ansiosamente para os portentos do Norte. "Temos hoje um material formador da aristocracia dirigente da nação", escreveu John Adams em 1808. "Esse material é a riqueza. Talento, virtudes, serviços, sacrifícios, são valores de pouca valia". E acrescentou que o ideal dos dois partidos políticos em

(20) Ob. cit., às páginas 123 e 124.

que se dividia a nação era o mesmo — riqueza. O Connecticut estava sendo, e sempre fôra, governado por uma dezena de famílias.

Mais tarde Emerson escreveu que, entre 1790 e 1820 não havia “um livro, um discurso, uma conversação, um pensamento” produzido no estado de Massachusetts. Poderá ser exagero, mas na realidade nossa vida intelectual ia em vasante. Ao Norte, homens novos, sem nenhuma cultura nem interesse pelas cousas do espírito, estavam acumulando fortunas de proporções inacreditáveis para o tempo, e criando diretrizes novas” (21).

E páginas adiante prossegue êle na história encetada:

“Cada vez mais se evidenciava que na indústria manufatureira era onde se reuniam as grandes oportunidades dessa secção da América. Agricultura em ponto grande tornara-se cousa fora de qualquer consideração; canais, novas estradas de ferro, bancos, especulação em terrenos e outros negócios podiam dar fortuna rápida mas tudo dependia do aumento da produção e da população. Ora, unicamente a manufatura podia trazer uma cousa e outra. Mas a manufatura requeria mão de obra, e a formação de grandes fortunas dependia de intensa captação do produto do trabalho dos outros”. (22)

E aí reponta outro fator que, na evolução capitalista e industrial da América foi decisivo: o crescimento inaudito de sua população.

“De 1790 a 1825” — afirma Adams — “as entradas médias foram de oito mil por ano, em todos os portos, e êsses novos elementos eram fâcilmente absorvidos. A partir de 1825 as entradas foram num cresceu-

(21) Ob. cit., às páginas 123 e 124.

(22) Ob. cit., às páginas 169, 170, 171, 175 e 176.

do ininterrupto, de dez mil a cerca de trezentos mil em 1849, a maioria entrando pelos portos do norte. A partir de 1830, a indústria manufatureira passou a dispôr, possivelmente, de cinqüenta mil braços novos por ano. Uma década depois, esse número estava dobrado; e quando sobreveio a fome da Irlanda, a imigração saltou para duzentos e cinqüenta mil — trezentos mil por ano. Era afinal a realização do sonho dos "industriais" (23).

E em outra passagem, afirma:

"A nação crescia a passos gigantesco. Se nos detemos diante dos gráficos da população, da expansão do comércio, da indústria, do aumento da riqueza e de tudo mais, assombriamo-nos das maravilhosas mudanças operadas anualmente. O Censo Federal de 1850 calculava que, se o coeficiente da última década fosse mantido, a população do país chegaria a duzentos e sessenta e nove milhões em 1930. A escala do progresso de nossa população comparada à de outros países demonstrava que, enquanto de 1790 a 1850 o crescimento médio da Prússia, Inglaterra, Rússia e França foi de 1. 7. por ano, o nosso, de 8. 17" (24).

E' muito difícil, tantos anos passados, recompor o papel que as grandes imigrações teriam desempenhado no espetacular progresso americano. O fruto imediato foi a contribuição de mão de obra experimentada dos novos imigrados para sua nova pátria.

Empobrecidos pela Guerra dos Trinta Anos, saqueados no produto de seus trabalhos, acossados pela mais inclemente perseguição religiosa, alemães e irlandeses fugiram às dezenas de milhares para o Novo Mundo com

(23) Ob. cit., às páginas 169, 170, 171, 175 e 176.

(24) Ob. cit., às páginas 169, 170, 171, 175 e 176.

a alma forrada por todas as penúrias e provações para que pudessem suportar as mais penosas condições de trabalho, que, por muito árduas que fossem, não conseguiriam reproduzir os tormentos que haviam deixado para traz. Não havia prêsa mais dócil à exploração capitalista.

“Foi sôbre a pobreza da Alemanha que os proprietários de Maryland construíram suas fortunas. Mandavam agentes ao Palatinado e outras zonas assoladas, prègar as maravilhas do Novo Mundo. Essa dispendiosa atividade revelou-se altamente lucrativa. As vastas terras de Dulany no condado de Frederick eram sertão em 1730, mas cinqüenta anos mais tarde estavam transformadas na segunda zona da colônia quanto a povoamento. O derrame de gente habilitou os proprietários a cultivar suas terras e obter enormes colheitas; e o preço dos terrenos triplica entre 1730 e 1760. Em 1774, quando John Adams encontrou o filho de Carrol no congresso continental, viu que era êle o detentor de uma das maiores fortunas da América. “Sua renda é de dez mil libras anuais, e será de quatorze mil em dois ou tres anos; dizem, além disso, o pai possui grandes terras que êle herdará”. (25)

“Os primeiros irlandeses vindos, foram postos na pá, a abrirem canais, estradas e leitos para as vias férreas. O americano de nascimento, criado nos sítios — o bom cidadão de Jefferson — revelava uma repulsa inata pelo trabalho assalariado” (26).

Era o operário qualificado, senhor de todos os segredos da indústria de tecidos, de fundição de ferro e outras, que vinha para a América com sua inestimável

(25) James Adams — ob. cit., às páginas 59, 171 e 115.

(26) James Adams — ob. cit., às páginas 59, 171 e 115.

experiência, sua fôrça e sobretudo com a grande esperança de viver em paz e colher os frutos opimos com que o Novo Mundo recompensava fartamente, os que pisavam suas terras. “Os primeiros colonos” — diz Adams — “tinham vindo do rio alfofre da Inglaterra, e implantaram no solo novo o mesmo tipo de cultura da terra pátria” (27)

Mas não era só a contribuição da experiência que êles ofertavam à pátria adotiva. Por seu grande número, tornaram possível o trabalho em massa, a cooperação, precursora da máquina no seu dom de reprodutora do esforço do homem. A disputa da vida, aguilhoando o homem, despertava a emulação em que cada qual porfiava em se aperceber com as armas mais eficientes. Daí a produção sempre crescente e melhor e o mercado vasto, assegurado pela população interna, que, a seu turno, prosperando a olhos vistos, aumentava, em ritmo acelerado, sua capacidade de consumo. Proviinha dessa corrida para a fortuna o estímulo aos ociosos, aos comodistas, aos inativos, que não puderam resistir à vertigem da caça ao dinheiro, elevada a virtude número um do país.

“Ganhar dinheiro” — comenta Adams — “tornou-se um jôgo extremamente excitante, no qual todos tomavam parte. Não há duvida que nesse jôgo o elemento “sorte” é grande, mas tambem a habilidade se faz necessária; e assim, à parte a excitação do jôgo e do poder, e os prazeres que derivam da riqueza, uma fortuna, quando feita por seu possuidor, era uma medalha de mérito pessoal aos olhos do público, a única coisa entre nós equivalente a distinções sociais, como o paria-to inglês.

(27) James Adams — ob. cit., às páginas 59, 171 e 116.

Se o vulto dos prêmios e o franqueamento da corrida a todos muito fizeram para nosso "acotovelamento" e nervosismo, também abriram as comportas a uma enorme soma de energia do povo, dirigindo-se para os canais da ambição pessoal. Era fato de muita significação que não só, como dizia o *Sun*, fosse a palavra "try" a primeira cujo sentido a criança apanhava, mas que qualquer pessoa, educada ou não, americano de velha cepa ou imigrante chegado de fresco, também fosse levado a "experimentar". Para os milhões de estrangeiros, em particular, o fato de todos esperarem que eles "experimentassem", e o terem matéria para "experimentar" era um desafio, despertador de forças latentes insuspeitadas.

Alguns dos efeitos, entretanto, não eram bons. A obtenção rápida da fortuna exigia intensíssima concentração. Nós já vimos como, a despeito do idealismo sempre presente, a vida das classes baixas da América, e particularmente, nas fronteiras, tendia a absorver-se na consecução das cousas materiais da vida.

Nas partes mais velhas do país a busca de riqueza, conquanto tivesse seu lado idealístico, tendia igualmente para o materialismo. Em 1834 um viajante notou que para o americano uma cachoeira não significava paisagem e "sim fonte de energia, uma oportunidade fabril; um velho edifício não passava de um bloco de tijolos e pedras; que ele desfaz sem o menor remorso... No fundo de tudo o que o americano faz está o dinheiro; debaixo de cada palavra, dinheiro" (28).

"O fato da corrida conservar-se aberta para todos e ferozmente, competitiva" — pondera Adams em outra passagem — "bem como o fato do negócio ser uma

(28) Adams — ob. cit., às páginas 181 e 182.

espécie de religião nacional, ou dever patriótico, introduziu outro elemento na moral da América. Os negócios deixavam de ser uma simples ocupação exercida de acôrdo com o código ético. Passaram a ser parte desse código. O “ganhar dinheiro”, tendo-se transformado em virtude, deixou de ser controlado pelas virtudes, enfileirando-se ao lado delas, fazendo-se “a virtude americana”. O rápido desenvolvimento de uma indústria ou dum trato de terra, a produção de um milhão de dólares que vinham somar-se ao capital da nação, eram fatos morais, eram virtudes patrióticas equiparáveis, por exemplo à honestidade ou à justiça. A tremenda expansão da América e a abertura a todos das portas da Oportunidade, deram estas conseqüências lógicas. Se o “ganhar dinheiro” não se elevasse a um plano moral como virtude em si, suas delinquências não seriam vistas tão atenuadamente — como passaram a ser” (29).

Em tal medida a cooperação humana contribuía para o aumento geral da opulência, que não se perdoava aos tráfugas seus recuos. “Um aglomerado de casas podia ser o estado latente duma Pittsburgh, duma Chicago ou duma Cleveland, ou, depois de alguns anos de rijo trabalho, a tapera em que o capital dos pioneiros se enterrou. Individualistas como eram os colonos, a vitória na construção do estado vinha da cooperação. O homem que gritava “bigger and better” — cooperava. O homem que criticava ou regressava para a costa atlântica, não somente era considerado um “kicker”, mas um perigoso inimigo do desenvolvimento local, merecedor pois de desprêso. Tais homens, como disse um jornal de 1841, eram “traidores, peores que zangões, porque impediam o trabalho dos industriosos” (30).

(29) Idem — ob. cit., às páginas 183 e 184.

(30) Ob. cit., às páginas 209 e 210.

6. As primeiras injunções do meio decidiram do destino industrial americano, como a nós jungiram à terra. Aquí e lá as contingências do meio impuseram ao homem estilo de vida consentâneo com a forma de adaptação.

Na América do Norte, a vocação industrial dos primeiros colonizadores e dos que lhes seguiram a trilha, em massas recrescentes; o gênero de culturas a que se votaram; o fácil acesso às jazidas, o combustível ao alcance da mão — asseguraram à nação destino industrial.

Em 1840, quando ainda, com os membros entorpecidos pelo longo cativeiro reinol, nos dedicavamos à cana, à pecuária e ao café, as indústrias americanas já empregavam um milhão de operários.

A América do Norte manteve sempre população três vezes superior à nossa.

Em 1870 — há mais de setenta anos — os recenseamentos oficiais registaram, na União, trinta e oito milhões e meio de habitantes, pouco menos do que hoje contamos.

Ao passo que lá, multidões humanas povoaram muito cedo as mais afastadas regiões, deslizando em jangadas pelas águas plácidas do Mississipi — o berço em que se embalou a grandeza americana, (31) nós aqui “arranhavamos” o litoral, bloqueados por montanhas insuperáveis e rios encachoeirados.

Enquanto lá, nada era impossível às moles humanas que se espraiavam por todos os lados — causa assombro, afirma Rocha Pombo, que com um punhado de gente, dispersa pela terra imensa, houvessemos consolidado a conquista, repellido o invasor e trazido até

(31) Ob. cit., a página 107.

hoje inviolado o tesouro que a aventura lusitana nos pôs nas mãos.

É, portanto, clamorosamente, injusto que se pretenda aquilatar de nossa força potencial pelo que produzimos, em confronto com o que, em igual período de vida, fez o *americano*.

Não podemos ser responsabilizados pelo que de nós fez o colonizador, antes que encetassemos nossa vida de povo livre. Até 1822 eramos um solar, ou melhor, um celeiro de Portugal, dele só lembrado pelas derramas periódicas em que nos dessangrava para custear as falsas pompas com que comprava seu prestígio nas outras côrtes européias. O cativoiro mais atroz nos submetia aos caprichos de uma casta ignara e ávida. As poucas frestas de luz que a tenacidade do brasileiro, com desmedido sacrifício, procurava rasgar nas trevas do obscurantismo que a côroa cultivava — eram veladas, para que a consciência de nossa fôrça não chegasse a se formar: os prelos immobilizados, os pruridos literários encarcerados...

Que contraste com o que na América do Norte se passou!

“O govêrno inglês, o mais livre do mundo naquela época” (por volta de 1600) “havia ajudado a tendência americana permitindo às colônias o govêrno local em que as câmaras eram eleitas pelo povo” (32).

Em matéria de instrução o que vigorava “era o ideal da educação para todos, ao mesmo tempo que a praxe da educação só das classes superiores perdia o prestígio” (33). Em 1630 já existia a universidade de Harvard.

(32) Adams — ob. cit., às páginas 39, 40 e 74.

(33) Adams — ob. cit., às páginas 39, 40 e 74.

Em 1660 já a *América* dispunha de assembléia eleita pelo sufrágio popular e, animados por essa autonomia que o govêrno da metrópole não teve receio de implantar, muito cedo, em seus domínios no Novo Mundo, não temeram os colonos as reações da mãe pátria ao se insurgirem contra leis que reputavam prejudiciais a seus interesses (34).

Quando em 1764 e 1765 o govêrno inglês promulgou as leis do açúcar e do sêlo para a *América* — esta se levantou e, em represália, boicotou as importações de proveniência inglesa. E a Inglaterra capitulou. Se quis exportar, teve que revogar as leis condenadas.

Foi pelo caminho que, a seu bom ou mau grado, abriu o liberalismo inglês às aspirações *americanas*, que em 1776 chegaram os Estados Unidos à independência, côncios da fôrça que o próprio dominador lhes havia outorgado.

Em 1808, eramos ainda um presidiário em nossa Terra. Nenhuma comunicação com o resto do mundo nos permitia o carcereiro reinol.

Quando o barão de Humboldt “tentava seguir suas excursões pelo sertão” — refere Tobias Monteiro — “o capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, futuro conde do Rio Pardo, recomendava às autoridades que a êle ou outro estrangeiro, com toda sua comitiva, fizessem conduzir à capital, “interceptando-lhes os meios de, no transporte, fazerem indagações políticas ou filosóficas” (35).

“As tripulações estrangeiras só desembarcavam sob vigilância dos guardas”. (36). Commerson, famoso

(34) Adams — ob. cit., às páginas 29, 40 e 74.

(35) e (36) *História do Império* à página 520.

naturalista francês, para fazer estudos, em 1767, teve que se disfarçar em marinheiro.

Quase meio século depois de haver a América do Norte proclamado sua independência, nosso 7 de setembro ainda representou uma arriscada aventura, cujo bom êxito temos que agradecer ao desassombro de Pedro I e ao fato de haverem preponderado no espírito do Rei, considerações de ordem familiar.

Nossa capacidade civil, de fato, adquirimo-la em 1822. "O Independency Day", ao contrário, assinala simples efeméride cívica para fins de comemoração nacional, pois a soberania *americana*, senão formal, pelo menos, de fato, já se consolidara, desde que a nação teve mãos livres para trabalhar, enriquecer-se, ilustrar-se, legislar sobre seus negócios e até, insurgir-se contra os atos da metrópole que a prejudicavam. A América do Norte encetou sua vida soberana com a envergadura de uma nação opulenta, industrial e tão compenetrada de sua fôrça, que podia blasonar não temer "nenhum povo do mundo" (37).

O Brasil se iniciava com quase dois séculos de atraso, arrastando a carga de tradições obsoletas e tendo que aprender à sua custa o que, na infância, lhe sonegaram os tutores. Perderamos a melhor oportunidade de competir, ombro a ombro, com nossa malunga do Norte, na conquista industrial. Quando saímos a campo, já sua formação capitalista e industrial estava na fase adulta. País de genuína formação agrícola, de nossa atividade precípua não sobravam economias com que acionar o pesado maquinário industrial. Assim seria com os Estados Unidos, se a mentalidade do Sul houvesse preponderado. Não seria por um golpe de mágica

(37) James Adams — ob. cit., página 176.

que poderíamos passar da lavoura para a indústria; da economia do pé de meia, para o intenso giro bancário.

6. Quando surgimos na vida independente, já nos defrontamos com o capitalismo cruel e intransigente. Tivemos que nos resignar à condição de seus clientes: que nos conformar ao papel secundário de agricultores, colhendo numa safra o que plantávamos em outra, sujeitos às vicissitudes do tempo, da terra e às preferências do consumidor. Seria incênuo esperarmos que o capitalismo se anedasse de nós; que, por solidariedade humana, elevasse o consumidor certo à posição de seu competidor.

Acentuando as características do capitalismo, não o exprobramos. Seria o mesmo que atirar pedras ao sol porque queima. Limitamo-nos a registrar fato econômico. No fundo, o capitalismo não aberrá do sistema universal de propriedade de que é u'a modalidade. A única diferença que existe entre o capitalismo e a propriedade comum é a que decorre das proporções de um e outra. Os vícios avultam no capitalismo por serem mais sensíveis. Como o titular da propriedade individual, entretanto, o capitalista não faz mais que obedecer à lei de seu negócio, procurando auferir do que o Estado lhe atribue, como direito, o máximo proveito possível. O comerciante que, por impulsos humanos, vendesse abaixo do custo, acabaria na ruína ou no hospício. Em sua ânsia irreprimível de crescimento, o capitalismo procura converter em lucro tudo o que incide em sua esfera de ação, não lhe preocupando as consequências sociais dos processos empregados. As necessidades humanas, ao envez de constituírem para êle estímulos ao altruísmo, são oportunidades de transações proveitosas. O trabalho do

homem é mercadoria, como qualquer outra, sujeita às leis da oferta e da procura. Aviltá-lo até os limites da sobriedade alimentar do operário, é uma de suas finalidades. E como conseguiu-lo?

a) decompondo ao extremo as operações mecânicas, para atingir um grau de simplicidade em que o ato manual possa prescindir do operário especializado. Dess'arte, estabelece a concorrência entre êle, a mulher e o menor — mais dóceis e menos exigentes;

b) transferindo do homem para a máquina as operações manuais, pelo aperfeiçoamento, sempre crescente, dos mecanismos. Com isso torna, cada vez mais dispensável, a colaboração humana e mantém a reserva dos desempregados — prestante ao accleramento da produção e como ameaça permanente aos recalcitrantes em atividade;

c) sujeitando o homem ao ritmo da máquina, o que tresp dobra seu rendimento, sem aumento de salários.

Não é, porém, em relação ao operário, somente, que se revela a função nociva do capitalismo. Sob outros aspéctos constitue êle a mais perfeita antítese do interesse social.

Quando se tornam mais instantes as necessidades do consumidor, ao contrário do que seria de esperar, êle não procura atendê-las com o aumento correspondente da produção, mas apenas até onde o interesse do cliente conserve sua função de estímulo da valorização. Saciá-lo, jamais. A abundância determinaria a queda dos preços. Se, não obstante todas as precauções da técnica industrial — capitalista — ainda assim, a produção superabunda, entram em cena o fôgo, a água, o cutelo que espalham a destruição e a morte das mercadorias e dos animais.

No terreno em que viceja o capitalismo, nada de humano consegue medrar. O concorrente individual, que se poderia entender com o consumidor, de homem para homem, não resiste a sua opressão. Tudo o que cai em sua órbita, ou se lhe submete ou desaparece. A razão disso é que o capitalismo se despojou de todo elemento humano. O próprio capitalista é mero símbolo, como a sigla. Com êle ou sem êle, a empresa continuará no mesmo ritmo. As proporções que o capital assumiu, a extensão de suas influências excederam de muito, a capacidade de apreensão humana. Os intitulados donos do capital industrial não conseguem dominar as forças que desencadearam. Libertando-se, como nebulosa, das mãos que o detinham, obedece êle aos princípios que se geraram em sua evolução. Porisso é que nem sempre o homem que infundiu em sua criação o sôpro que a vivificou, domina seu conhecimento integral. A cada momento, as diabruras da criatura surpreendem o criador.

Daí, igualmente, dissentir, muitas vezes, em suas atitudes, o capitalista do capitalismo que representa. O paradoxo explica como o idealista Ford possa conviver com o industrial das organizações Ford; como o Rockefeller das missões beneficentes haja sido rei de uma das dinastias capitalistas *americanas*.

E explica, igualmente, que países em que a tirania capitalista com todos seus vícios chegou ao apogeu — a Inglaterra e os Estados Unidos — sejam, do mesmo passo, mensageiros da renovação universal. E' que o capitalismo, como acentuamos, é em relação ao elemento humano — que o dirige como a compenetrada mosca do coche — uma autarquia econômica.

Foi a ambição que, primeiro, dominou o homem. Tão alto, porém, pôs êle o alvo de sua insaciável aspi-

ração que para lá chegar foi obrigado a se aliar a uma infinidade de outros, que constituíram os degraus de sua ascensão. Em cada uma dessas composições com colaboradores de sua carreira, deixou êle empenhada uma parcela de sua discrição de proprietário. Daí haver, como capitalista, perdido o contacto com o capital e não ser responsável, como não são as nações de formação capitalista, por todos os desmandos do Moloch. Como expressão organizada do estilo de vida dominante, o Estado das nações capitalistas, haveria, forçosamente, de se ressentir da influéncia do capital. Mas a mesma opressão que êle exerce fóra, exerce nos limites territoriais de sua autoridade contra os que se dispõem em posição econômica subalterna. A Inglaterra e os Estados Unidos são a tábua de bater roupa das imprecções dos novos meus favorecidos da fortuna, não porque tenham índole menos *humana* que os que sofrem seu imperialismo, mas porque agazallham em seus solos as organizações capitalistas mais poderosas. Dalí é que partem as manifestações mais agudas do regime malsinado pelos povos pobres.

A relação não seria, entretanto, diferente, se os polos se invertessem — passando os oprimidos a opressores e vice-versa.

A generosidade, o altruismo, o idealismo de que tanto se jactam os povos de economia modesta, são expressões de suas concepções econômicas, que refletem o estágio de fortuna em que se acham. A pobreza pode dar-se ao luxo de práticas cristãs em seus negócios. A opulência, ao contrário, não dá tréguas ao coração. Alteradas as posições econômicas, os critérios, correlatamente, se alterarão, de acôrdo com as situações resultantes da mudança.

Com todo o passado de generosidades de que nos poderemos orgulhar, não seríamos mais cordatos nem mais humanos que as nações ricas. Com todos os males do capitalismo não poderemos almejar para nosso País outro caminho que o que leva a êle. Só a riqueza poderá assegurar ao povo completa independência, tanto interna, como externa. •E aquela — ninguém o ignora — se conquista pela expansão industrial do país, aspiração só realizável pela acumulação da fortuna particular. Já acentuamos que seria absurdo se renunciássemos à oportunidade que se nos antolha de seguir no rastro dos que nos precederam no caminho da fortuna, por amor a apostolados humanos ou a concepções apenas entrevistas, como possibilidades longínquas. Aqueles a quem repugnassem as conseqüências pecaminosas do alvitre, poderiam reconciliar-se com a consciência, meditando sobre o precedente russo. A Rússia socialista, ao envês de lobrigar qualquer incompatibilidade entre a expansão industrial da nação e a alforria do trabalho humano — acabou convencendo-se de que na intensa industrialização do país estava a solução de seu problema social. A economia retalhada jamais poderia levar à concentração econômica em que a ortodoxia soviética indigita a transição inevitável entre o capitalismo e o socialismo. Na Rússia, o capital mudou de mãos: da dos particulares para as do Estado. E de certa forma, pelo menos no período de transição que transcorre, nada lucraram os trabalhadores, pois, por mais tirânico que seja o capitalista, uma vez ou outra, chama-o o Estado a contas pelos desmandos, como satisfação a seus clientes menos favorecidos da fortuna. Na Rússia desapareceu essa instância, do momento em que é o próprio Estado que exerce a exploração.

Não ha mal que para bem não venha...

Nosso retardamento industrial evitou que, precocemente, contraíssemos vícios sociais próprios da opulência. O Brasil é o efebo que pouco se distanciou da saia materna, mas, em compensação, conserva intácta a candura de alma dos que se não contaminaram com hábitos mundanos.

Nossa simplicidade vem muito a propósito num mundo que, exausto de desregramentos, promete preparar-se para a observância de imperativos morais, até aquí, renegados.

Que as amargas experiências dos que nos antecederam na vida que encetamos, sirvam de advertência àqueles a quem cabe o posto honroso de batedores, em nossa marcha estugada para futuro inevitável.